



SOB A PATA DO BOI

- COMO A AMAZÔNIA VIRA PASTO



SOB A PATA DO BOI

- COMO A AMAZÔNIA VIRA PASTO



ÍNDICE

Prefácio	05
Introdução	09
Capítulo 1 Uma Breve História do desmatamento	15
Capítulo 2 A dimensão do problema	28
Capítulo 3 O Procurador que tentou laçar o desmatamento	59
Capítulo 4 Quando a política vira obstáculo	92
Capítulo 5 Crime...	119
Capítulo 6 ... e Castigo?	164
Capítulo 7 Siga o dinheiro	206
Capítulo 8 Rumo ao "Desmatamento Zero"	263
Notas	312
Autores	323

PREFÁCIO

Por Paulo Barreto

Este é um livro sobre fracassos coletivos e um pouco de esperança.

No dia 19 de setembro de 2019, a população da cidade de São Paulo observou, assustada, o céu escurecer às 15h como se fosse noite. Esse fenômeno resultou da poluição provocada pela queima ilegal da Floresta Amazônica, distante quase quatro mil quilômetros. Uma poluição que provoca doenças respiratórias graves, matando milhares de pessoas todos os anos.

Um desastre evitável, pois o Brasil não precisa desmatar para aumentar a produção agropecuária. Há dezenas de milhões de hectares de pastos degradados no país, onde os fazendeiros poderiam aumentar a produção.

A continuação das queimadas é ainda mais frustrante considerando que há uma década várias instituições que compõem a chamada "cadeia da pecuária" prometeram controlar o desmatamento. Este livro conta o que deu errado com essas promessas. E seus poucos avanços.

Em 2009, o Ministério Público Federal (MPF) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) processaram proprietários de 20 fazendas, multadas por crimes ambientais, e 11 frigoríficos, por comprarem gado dessas fazendas. Além disso, o MPF recomendou a mais de 200 redes de supermercados e indústrias que não adquirissem produtos dos frigoríficos que haviam comprado gado das fazendas irregulares.

Simultaneamente, o Greenpeace realizou uma campanha global alertando grandes redes de supermercados, e indústrias compradoras de produtos dos frigoríficos, sobre os riscos de adquirirem carne e couro de áreas com desmatamento ilegal. As duas ações

INTRODUÇÃO

Este é um livro sobre como fazer um curso intensivo em Amazônia, *in loco*, e descobrir que tudo o que você pensava no início sobre a região é diferente. Entretanto, as novas informações e percepções não mudam a conclusão: é possível zerar o desmatamento ilegal na Amazônia. HOJE. Se os brasileiros quiserem.

As condições para zerar o desmatamento ilegal já existem. Temos funcionários públicos dedicados e bem treinados nos órgãos que monitoram ou fazem operações de fiscalização para punir infrações e crimes ambientais: ICMBio, Ibama, Polícia Federal e Ministério Público Federal. Temos tecnologia de satélite, com imagens, entre outras fontes, da NASA, cedidas gratuitamente e analisadas pelo Inpe – instituto do governo federal, localizado em São José dos Campos, São Paulo –, e pelo Imazon, uma ONG de prestígio internacional, localizado em Belém do Pará. O resultado das análises do Inpe são os sistemas Deter e Prodes; 2,8 mil km ao norte, o Imazon produz o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD),¹ não menos excelente.

Em suma, o Brasil dispõe de dois centros reconhecidos internacionalmente, um público e um privado, que monitoram o desmatamento ilegal na Amazônia através de imagens de satélite acessadas a preço zero.

Ao longo de cinco anos, uma equipe de repórteres de ((o))eco percorreu os mais distantes municípios da região norte para entender e contar as histórias por trás do desmatamento, agora resumidas neste livro. Estivemos em quase todos os estados que formam a Amazônia Legal: Amazonas, Acre, Rondônia, Pará, Tocantins e Mato Grosso. Foram milhares de quilômetros de barco, ônibus e carro. Percorremos unidades de conservação, Terras Indígenas, assentamentos do INCRA, grandes fazendas e propriedades privadas, distritos e pequenos povoados. Conversamos com os mais diversos personagens: de pequenos agricultores a grandes produtores e

latifundiários, de lideranças locais, com suas vidas ameaçadas, até pesquisadores que se dedicam ao tema, de grandes acusados de desmatamento aos fiscais do Ibama e do ICMBio. São muitas histórias; e diferentes nuances. Assim como a floresta, que vista de cima tem infinitas tonalidades de verde, tentamos mostrar todas as escalas, e seus diferentes argumentos e posições, registradas em mais de 60 reportagens ao longo desses cinco anos.

Para começar a montar esse quebra-cabeça de tantas e diversas peças é necessário entender o histórico de ocupação da Amazônia, que pode ser lido no capítulo um: "Uma breve história do desmatamento". Desde os mais primórdios momentos da "invasão europeia", como esse território foi pensado em termos de ocupação e integração à Coroa portuguesa? A Amazônia enquanto almoxarifado do desenvolvimento forneceu borracha, madeira e alguns outros produtos da floresta. Mas, é a partir da década de 70 do século passado que observamos a execução de uma política de integração nacional da Ditadura Militar e uma grande migração dos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A forma de ocupação é a mesma que devastou a Mata Atlântica e nos legou nos dias atuais apenas 12% da sua cobertura original: retirar a madeira de maior valor, desmatar, queimar e ocupar a terra (de forma legal ou ilegal). E o jeito mais fácil de ocupar é colocar boi e desenvolver a atividade pecuária. Nós vimos esse processo acontecendo "ao vivo" no distrito de Santo Antônio do Matupi (AM), onde até recentemente havia 50 madeireiras em operação, processando muita madeira derrubada ilegalmente. E agora o que impera é a pecuária, ocupando grandes áreas desmatadas. Quando estivemos lá, dois frigoríficos estavam se instalando na região.

Essa relação entre desmatamento ilícito e gado envolve, além das ilegalidades originais, um modelo de produção pecuária parado no tempo e baixíssimas taxas de ocupação do solo; um público consumidor que ignora o poder e a responsabilidade que tem sobre a cadeia produtiva; e um poder público conivente, amarrado à visão desenvolvimentista, onde a mata é um entrave a superar. O segundo capítulo trata dessas facetas, que dão a real dimensão do problema quando se pensa em zerar o desmatamento.

No capítulo 3, o leitor poderá ter um respiro de esperança com a prova de que é possível, com instrumentos e políticas públicas inteligentes e eficazes, frear rápido a derrubada da maior floresta tropical do mundo. Em “O procurador que tentou laçar o desmatamento”, acompanhamos os desafios por trás da implementação do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Carne. Assinado em 2009, o termo é uma estratégia que força os frigoríficos – se for aplicado em toda a sua potência – a terem responsabilidade sobre a origem dos bois que compram. Nos primeiros anos após sua implementação, a indústria da carne se esforçou, de fato, para “limpar” de sua cadeia de suprimentos bois oriundos de áreas de desmate recente, ao utilizar sistemas de monitoramento por satélite e dados das propriedades que lhes vendiam o boi para o abate. Mas o que nossa investigação mostrou é que o TAC tem seus limites. Formas ilegais de driblar a fiscalização, falta de controle nos fornecedores indiretos dos frigoríficos – aquelas fazendas que criam o boi, mas não vendem diretamente para o abate – e poucas sanções para as empresas que não cumpriram suas metas demonstram que o controle do desmatamento relacionado à pecuária tem muito a avançar.

Obstáculos e retrocessos vêm justamente de onde esperaríamos ver ações para fazer cumprir a legislação ambiental e combater o desmatamento: a esfera política.

No capítulo 4, olhamos para os movimentos que ocorreram entre 2016 e 2020 no discurso de políticos locais e nacionais, e suas implicações no desmatamento da Amazônia. Três reportagens se debruçam sobre o caso da Floresta Nacional (FLO-NA) do Jamanxim, no sul do Pará. Listada recorrentemente entre as unidades de conservação mais desmatadas do bioma, Jamanxim está sob forte pressão, invadida e ocupada por pessoas que apostam na possibilidade de legalização futura. A aposta é provida de fundamento, uma vez que os próprios políticos locais incentivam – e lucram com – a derrubada da floresta. Em nível nacional, esses argumentos ecoam dentro do parlamento pela boca de deputados e senadores da chamada “bancada ruralista Não é por acaso que foram feitas tentativas legislativas para reduzir a área da Flona Jamanxim e beneficiar exatamente os que a estão ilegalmente ocupando (um Projeto de Lei de 2017 corre na Câmara dos Deputados).

Crimes ambientais são cometidos ao longo de toda a cadeia de produção da pecuária na Amazônia. Mesmo em áreas com ilegalidades, em geral, boi não morre de velho no pasto.

Quando falamos dos crimes e irregularidades cometidas em nome do “progresso”, falamos também de violência, da opressão e da supressão de outros modos de vida possíveis. Nas reportagens que compõem o capítulo 5, “Crime...”, falamos de comunidades tradicionais que tiveram seus territórios usurpados, como é o caso relatado na Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná, em Rondônia, ou no triste desfecho da luta do casal Zé Cláudio e Maria, assassinados por defenderem a floresta em pé, no Assentamento Agroextrativista Praialta Piranha, no Pará. São histórias dolorosas, que precisam ser contadas para não se repetirem.

Em seguida vem o capítulo 6, cujo título de forma provocativa completa a frase, “...e castigo?”. O ponto de interrogação não é à toa. Punir os infratores ambientais em um território que possui o tamanho um pouco superior ao de toda a União Europeia não é tarefa fácil. A principal ajuda vem dos céus: via satélite, o monitoramento feito por instituições brasileiras – o Inpe e o Imazon, já mencionados – dá aos órgãos ambientais a capacidade de identificar quase em tempo real onde estão os focos de desmatamento na imensidão amazônica. A inteligência desenvolvida pelo Ibama é capaz de traçar operações certeiras, mas os fiscais lidam com outros desafios: falta de pessoal, ameaças constantes à segurança física dos agentes, e a solidão no front de combate, onde o mais comum é se verem “enxugando gelo” diante de incentivos políticos e econômicos que não punem os verdadeiros infratores.

Não foi à toa que a principal fonte da investigação jornalística do caso Watergate consagrou a célebre expressão “Siga o dinheiro”. Pegamos emprestado esta máxima para titular o capítulo 7, onde trazemos reportagens que investigam a relação de bancos, fundos de investimentos e empresas com o desmatamento ligado à atividade pecuária na Amazônia. Movimentos recentes de setores do mercado financeiro têm cobrado maior transparência e controle de práticas socioambientais nas empresas onde investem seu capital. Ainda longe do cenário ideal, reportamos mais do que gostaríamos: como o discurso sustentável não está alinhado à prática

e como investimentos nacionais e internacionais seguem engordando os cofres de empresas associadas ao desmatamento da Amazônia. O próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não cumpriu os compromissos que havia assumido em 2009 contra o desmatamento. O cerco está apertando, mas o caminho do dinheiro não deixa dúvidas em seu rastro: tem muita gente financiando – e lucrando – com a derrubada da floresta.

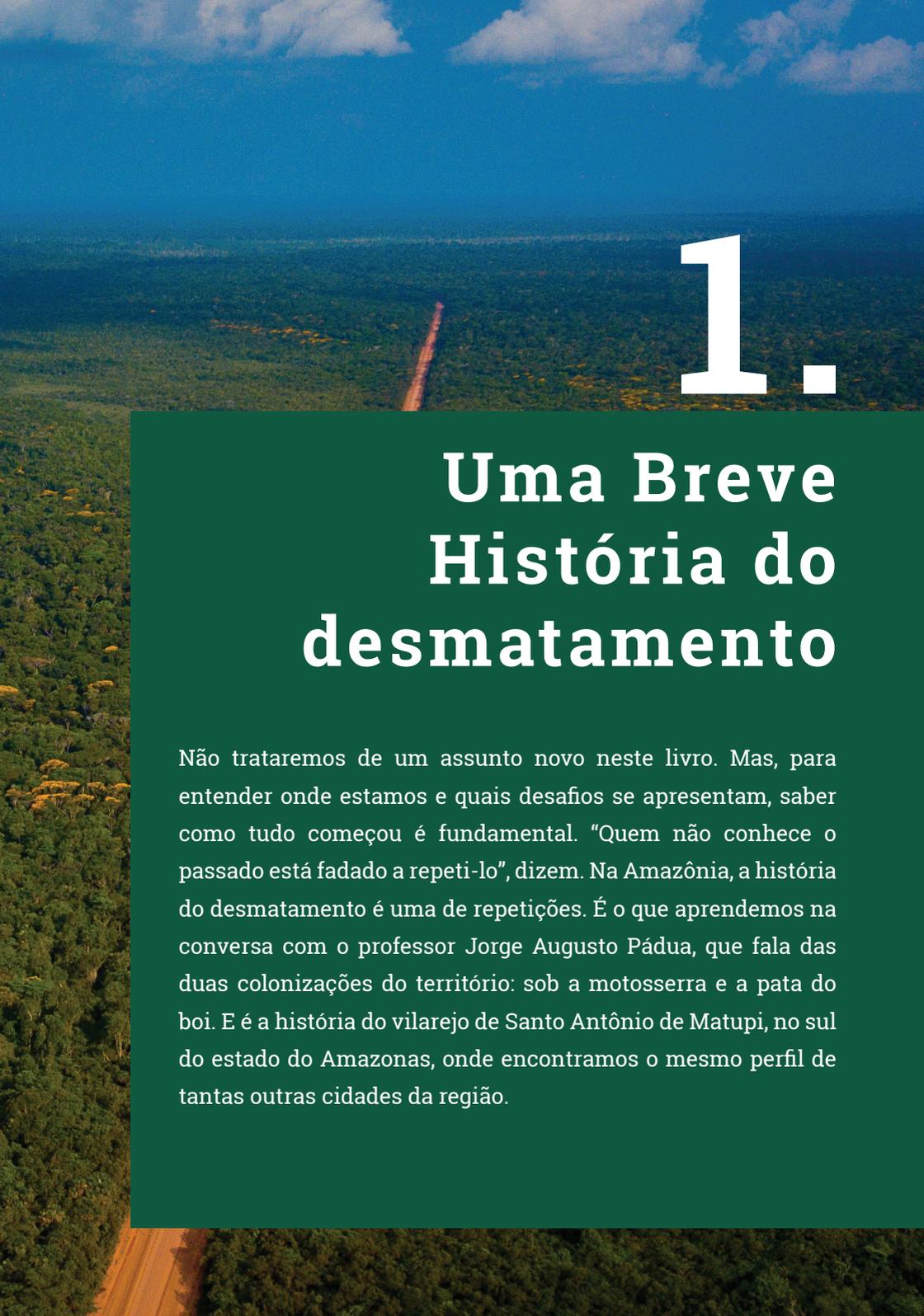
Zerar o desmatamento ilegal na Amazônia pode parecer um sonho distante, ainda mais frente ao atual contexto político brasileiro. É importante repetir à exaustão: não, não é impossível. A receita inclui fiscalização, regulação de mercado, responsabilização de empresas e consumidores, inovação e tecnologia na área produtiva - e conscientização. É possível triplicar a produtividade do rebanho bovino na Amazônia sem derrubar um hectare a mais de floresta. Exemplos concretos mostram que alguns pecuaristas já estão na vanguarda deste movimento de expandir sua produção de bois com sistemas de rotatividade, que fazem um uso mais inteligente e racional do solo e outras melhorias simples de serem aplicadas. Mais bois e mais árvores na mesma equação, quem diria? Outra solução, que já está entre nós, é o rastreamento da cadeia bovina. As ferramentas já existem, como explicamos em "Satélites, mapas e trajeto do boi: saída para reduzir desmatamento já opera no Brasil."

Este livro é o resultado de um trabalho exaustivo – mas que fizemos com muito prazer – de investigação jornalística, por vezes perigoso e, ao mesmo tempo, muito enriquecedor, por termos tido a rara oportunidade de nos aprofundarmos na região que abriga a maior floresta tropical do mundo. Ler estas reportagens é como ter o privilégio de subir no ombro dos jornalistas que percorreram a Amazônia e relataram de forma independente e criteriosa os mecanismos, personagens, discursos e narrativas por trás da pecuária na região. É seguir o rastro do boi e aprender com as experiências anteriores o quão prejudicial e ilógico é transformar a floresta em pasto.

Este projeto jornalístico foi financiado pela *Gordon and Betty Moore Foundation* e a *Norwegian Agency for Development Cooperation* (NORAD) e, além deste livro, lançou em 2018 *Sob a pata do boi*, um documentário premiado em festivais no Brasil, França, Espanha e Venezuela. Se você, caro leitor, também é adepto do audiovisual,

pode encontrar o documentário em (quase) todas as plataformas de streaming e ver e ouvir os personagens que aparecem por aqui.

Vire a página: você está perto de começar uma aventura como se estivesse, pessoalmente, percorrendo a Amazônia – diferente da imensidão verde intocada que você talvez tivesse imaginado –, para descobrir as causas do desmatamento que a estão assolando, talvez de forma irreversível. Vire a página rápido. Não há tempo a perder.

An aerial photograph of a vast Amazon rainforest. A dirt road winds through the dense green canopy, leading towards the horizon. The sky is a clear, vibrant blue with scattered white clouds. The overall scene is bright and expansive.

1.

Uma Breve História do desmatamento

Não trataremos de um assunto novo neste livro. Mas, para entender onde estamos e quais desafios se apresentam, saber como tudo começou é fundamental. “Quem não conhece o passado está fadado a repeti-lo”, dizem. Na Amazônia, a história do desmatamento é uma de repetições. É o que aprendemos na conversa com o professor Jorge Augusto Pádua, que fala das duas colonizações do território: sob a motosserra e a pata do boi. E é a história do vilarejo de Santo Antônio de Matupi, no sul do estado do Amazonas, onde encontramos o mesmo perfil de tantas outras cidades da região.

“Foi uma invasão biológica”, diz José Augusto Pádua

Por Juliana Tinoco e Bernardo Câmara, 9 de maio de 2017

“Não escuto mugidos”¹, teria dito Pero Vaz de Caminha assim que pôs os pés em terra brasileira. Tão presente na história da Europa, o gado bovino não dava nenhum sinal de existência do lado de cá do Atlântico. O que não chegou a ser um problema: passada a estranheza inicial, logo logo os europeus abarrotaram caravelas e, em pouco tempo, os ruminantes já pisoteavam nosso solo com a mesma intimidade que o faziam em outras paragens. “Foi uma invasão biológica”, afirma o historiador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), José Augusto Pádua. “Os europeus introduzem esses animais por aqui, e essa introdução é uma verdadeira arma secreta da colonização.”

Há anos se debruçando sobre a história ambiental brasileira, Pádua conversou com O Eco sobre a tomada do Brasil pela pata do boi. “Quando o gado bovino entrava, as populações indígenas do sertão se afastavam, porque elas sabiam que aquilo era como a linha de frente da ocupação”, conta.

Não demorou para que a boiada estourasse Brasil adentro. Ainda em 1700, enquanto toda a população do sistema colonial brasileiro não contava mais de 300 mil pessoas, o número de cabeças de gado ultrapassava em muito este número: apenas na Bahia e em Pernambuco, três milhões de animais soltavam seus mugidos à vontade. “Aí eu costumeo brincar: quem é que conquistou o território? Foi o gado bovino”, afirma o historiador.

Pádua aponta alguns aspectos que tornaram o terreno propício para o avanço do rebanho. Além de caminhar com as próprias pernas sobre novas áreas e encontrar pastagens com facilidade, a boiada não tinha inimigos naturais por aqui, já que vinha de

outras bandas. "A própria onça: demorou um tempo para termos registros históricos de onça atacando gado", diz Pádua. "Tudo isso fez com que o sucesso do gado bovino fosse muito grande no sentido populacional: houve uma explosão demográfica."

E a história dá voltas. Cinco séculos depois que o boi foi introduzido no Brasil, a partir da década de 1960, o governo militar começava sua nova obsessão: ocupar a Amazônia, uma área que eles consideravam um "vazio demográfico". De que jeito? "Colocar o que sempre foi, na história do Brasil, o instrumento de conquista territorial: o gado", diz Pádua. "Essa sempre foi uma opção barata e pragmática de ocupação da terra."

Como num *déjà vu*, a boiada foi chegando e se multiplicando, ao mesmo tempo em que também se multiplicavam as taxas de desmatamento da floresta amazônica. "Usar o gado bovino neste contexto é como voltar ao início da colonização, quando ele era um instrumento simples e efetivo para uma ocupação muito banal da terra. Faz sentido um país como o Brasil, um tesouro ecosférico como esse, usar gado bovino para ocupar?", pergunta o historiador, para responder em seguida: "É preciso pensar numa perspectiva estratégica do futuro, pensando a sustentabilidade real. A gente precisa de um projeto muito mais inteligente para a floresta amazônica do que transformá-la simplesmente em pasto."

>> Com a palavra, José Augusto Pádua

Para entender a questão do boi na Amazônia é preciso pensar, numa perspectiva mais ampla, a presença da pecuária na formação histórica do Brasil. Um primeiro ponto, que é fundamental e às vezes as pessoas não têm consciência, é que esses animais foram introduzidos pela colonização. Eles não existiam nos ecossistemas desta região do planeta.

É interessante que, na carta de Pero Vaz de Caminha, ele fala “eu não escuto mugidos”, porque ele já chega buscando esse tipo de ruminante. Porque é muito importante na história da Europa, na história do Mediterrâneo, a presença do gado. Assim, eles introduzem esses animais, e essa introdução é uma verdadeira arma secreta da colonização.

Foram invasões biológicas. Os ecossistemas nativos não tinham inimigos para esses animais. Não tinham as pragas ou predadores. Tudo isso fez com que o sucesso do gado bovino fosse muito grande. No sentido populacional, houve uma explosão demográfica do gado bovino.

Em 1700, existiam nas regiões que eram mais dominadas pelo colonialismo português — chamadas áreas do sistema colonial — cerca de 300 mil pessoas. Só na Bahia e em Pernambuco, segundo os documentos, existiam três milhões de cabeças de gado. Quer dizer, tinha 10 vezes mais cabeças de gado em uma parte do Brasil do que toda a população do sistema colonial. E é aí eu costumo brincar: “Quem é que conquistou o território? O gado bovino.”

O segredo da história ambiental do boi na formação do Brasil está nessa mobilidade, a capacidade que têm de se movimentar por si mesmos — mesmo que seja necessário direcioná-los, na forma de comitivas —; na facilidade de encontrar pasto em qualquer lugar; e essa questão da facilidade de se multiplicar. Então, sempre foi uma opção barata e pragmática de ocupação da terra.

Quando eles abrem o processo de ocupação mais intensa da Amazônia, na década de 70, não havia necessidade econômica. A economia brasileira estava crescendo e não havia nada na floresta amazônica que fosse fundamental, exceto a mineração. As décadas de destruição foram um processo induzido pelo estado brasileiro. Era época da

ditadura militar e eles tinham uma obsessão com a questão da ocupação da Amazônia. Uma questão geopolítica, uma preocupação muito grande com o que eles achavam ser um vazio. (Acho até interessante pensar que, a floresta tropical mais rica em diversidade do mundo, alguém veja como um vazio, como um nada).

Foram feitos planos e projetos sem a menor preocupação com o contexto local: seja o contexto da preciosidade daquela floresta, seja o contexto das populações locais. O processo todo foi muito irresponsável, foi muito arrogante, com uma ignorância muito grande do contexto biocultural local. Eles acharam que podiam chegar e fazer o que tinha sido feito antes, ou seja, ocupar a Amazônia através de estradas, através de subsídios de ações fiscais, e estimular todo tipo de colonização, todo tipo de fazenda – e aí entra a pecuária.

Antes de tudo, é uma falta de criatividade. Você vê uma região como aquela e pensa: 'vou colocar lá o que sempre foi na história do Brasil o instrumento da conquista territorial, vou colocar gado'. Usar o gado bovino para ocupar a floresta amazônica é uma coisa tão atrasada, é uma falta de imaginação, é uma falta de criatividade – até econômica. Um lugar tão impressionante em termos de biodiversidade, de potencial de biotecnologia, de potencial de indústria farmacêutica, de potencial turístico. Mas tudo isso requer pesquisa científica e tecnológica que, aqui, estão muito, muito aquém do que a região precisa.

Usar o gado bovino é como voltar ao início da colonização, quando ele era um instrumento simples e efetivo para uma ocupação muito banal da terra: você deixa o gado se espalhar. Faz sentido um país como o Brasil, com um tesouro ecosférico como esse, usar gado bovino para ocupar a terra? É preciso pensar numa perspectiva estratégica do futuro, que considere uma sustentabilidade real e não repetindo o que aconteceu no passado colonial e pós-colonial do Brasil. A pecuária foi conduzida sem coordenação, deixando o gado se expandir e reproduzir. É isso que nós queremos? Acho que a gente precisa de um projeto mais inteligente pra floresta amazônica do que transformá-la em pasto.

Depois da madeira vem o gado: o desmatamento em Santo Antônio do Matupi

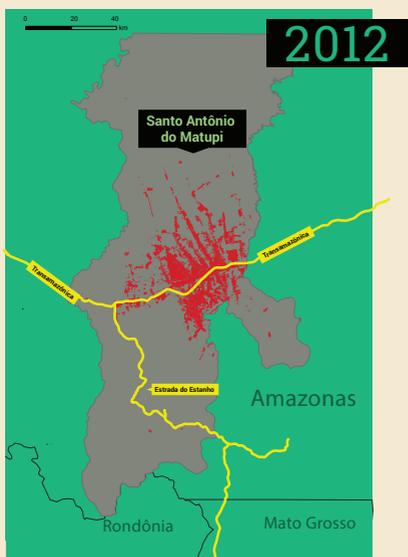
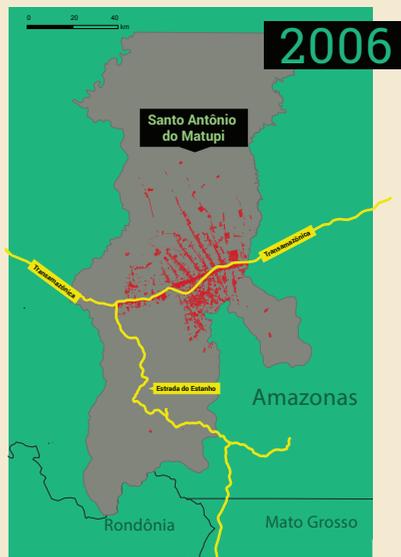
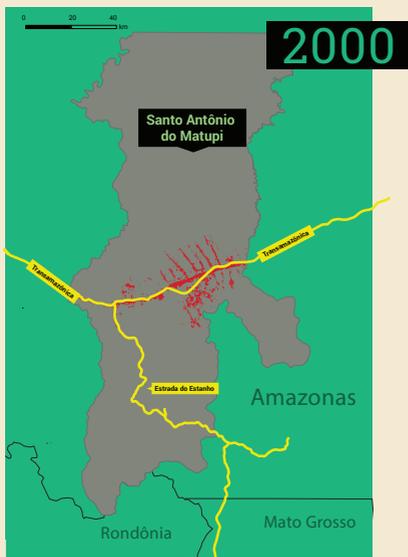
Por Fernanda Wenzel, 4 de fevereiro de 2020

Bem ao sul do estado do Amazonas, perto das divisas de Rondônia e Mato Grosso, Santo Antônio do Matupi tem 23 oficinas mecânicas, 11 bares e restaurantes, nove lojas de produtos agropecuários, oito hotéis, quatro farmácias e três postos de combustível. Toda essa estrutura parece incompatível com o vilarejo de cerca de 10 mil habitantes, à beira da BR-230, a estrada Transamazônica. Conhecido também pelo apelido "180", em referência ao quilômetro da rodovia em que se localiza, Matupi é um distrito do município de Manicoré.

A localidade registra uma das maiores taxas de desmatamento do Amazonas, o que explica o disparate entre sua pequena população em comparação com sua abundante atividade econômica. Aqui o movimento começa cedo, com caminhonetes 4x4 circulando entre as fazendas. Nas chamadas "agropecuárias", lojas de produtos agrícolas, a atividade também é intensa. Os clientes vêm em busca de rações, vermífugos, botas, borrifadores de agrotóxicos e o que mais for preciso para o trabalho no campo. Nas madeireiras, a fumaça sai das chaminés de grandes fornalhas enquanto árvores gigantescas transformam-se em pilhas de madeira. A estrada é poeirenta quando faz sol e barrenta quando chove, mas o trânsito de caminhões carregando gado e madeira não para.

A origem do vilarejo reflete uma história comum da Amazônia nos últimos 50 anos. Os primeiros moradores chegaram junto com a Transamazônica, nos anos 1970, atraídos pela oferta infinita de terras a preço zero. Naquela época, para ganhar o título de propriedade bastava marcar uma área e desmatá-la. Manuel Vieira Alves, 72, chegou em 1990 e conseguiu seu pedaço de chão, depois de passar por Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Segundo ele,

DESMATAMENTO EM SANTO ANTÔNIO DO MATUPI



a vila começou a crescer de verdade com a chegada das madeireiras, nos anos 2000: “Vieram as serrarias para cá e aí começou a atrair gente. Foi quando desenvolveu mais.”

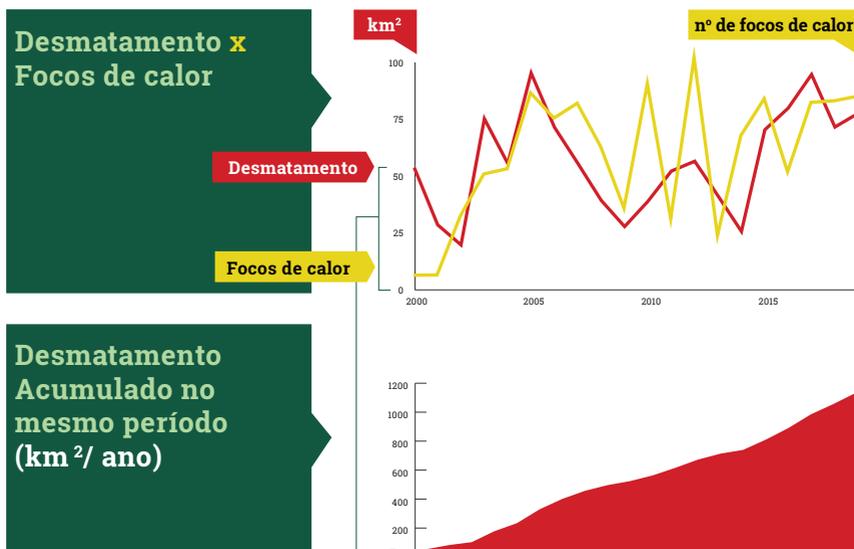
Em 1995, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) criou o assentamento Santo Antônio do Matupi, que deu nome à localidade e atraiu migrantes vindos principalmente do sul do país.

Madeira, depois pecuária

Moradores contam que Matupi já teve mais de 50 madeireiras, a maioria ilegais. Os altos índices de desmatamento colocaram o distrito no radar da fiscalização ambiental. Houve operações do Ibama em 2009 – quando o órgão apreendeu 160 caminhões de madeira –, 2011 e 2013. Outras nove ações de fiscalização ocorreram desde 2017. A mais recente foi em setembro de 2019, quando duas serrarias foram desmontadas. A repressão não conseguiu acabar com a atividade, mas reduziu o número de madeireiras pela metade. Hoje, segundo o Ibama, existem 26 autorizadas a atuar no distrito. Nem por isso a economia de Matupi parou de crescer. Faz alguns anos, a pecuária tomou a frente como principal atividade econômica. O distrito concentra praticamente todo gado de Manicoré – 115 mil cabeças –, o que o torna o quarto maior rebanho do Amazonas. Entre 2004 e 2018, o número aumentou 800%, passando de 12,8 mil para 115 mil animais. No mesmo período, foi desmatada uma área equivalente a 82 mil campos de futebol.

José Carlos da Silva, 53, tem mais de três mil cabeças de gado. Sua família foi uma das primeiras a chegar a Matupi, em 1978, vinda do município de Xambrê, no interior do Paraná. Daquela época, ele lembra apenas da fome e da malária. Hoje, mora com a família em uma casa ampla e confortável, tudo graças à pecuária. “O pessoal até fala que gado é um negócio abençoado, e eu acredito que é. [...] Tem os vegetarianos, né? Tem um monte de nome que eles falam lá, mas pra cá eu ainda não vi esse pessoal. Pra cá, as pessoas querem comer carne mesmo”. Da Silva acompanhou a transformação da economia local, da madeira para o gado: “É um processo. Sempre nos lugares em que está começando, a madeira chega primeiro. Depois, vem o desmate da pecuária. Anda junto, a madeira com a pecuária”. As duas atividades também funcionam de forma parecida na hora de fugir da fiscalização ambiental. “Quantas vezes não sai correndo quando tava fazendo desmate?”, reclama Silva.

Atualmente, os bois criados em Santo Antônio do Matupi são vendidos para o abate em Manaus, Humaitá e Manicoré. Para chegar até Manaus, os animais são levados em caminhões de boi por 190 km até Humaitá, onde são colocados em barças, e viajam por quatro ou cinco dias pelo Rio Madeira. Outra opção é percorrer cerca de 100 km até o porto de Prainha e escoar pelo Rio Aripuanã.



O crescimento do rebanho local já atraiu a atenção de investidores. Há dois frigoríficos em construção no distrito. Um deles pertence a um empresário local e deve ficar pronto no final de 2020. A unidade terá capacidade para abater 560 animais por dia, uma planta classificada como de porte médio. O segundo frigorífico está quase pronto e pertence ao grupo Frigonosso, dona de abatedouros em Cacoal e Porto Velho (RO), Rio Branco (AC) e Boca do Acre (AM). A empresa foi a primeira da Amazônia a ser multada por descumprimento do TAC da Carne, um Termo de Ajustamento de Conduta em que os frigoríficos se comprometem a não comprar carne oriunda de desmatamento ilegal.² Em uma ação judicial de outubro de 2019,³ o MPF pediu o pagamento de uma multa de R\$ 3,8 milhões de reais, diante da “total ausência de esforços para cumprir as obrigações assumidas” pela empresa na sua unidade de Boca do Acre. Apesar da multa, o Frigonosso se prepara

para abrir seu novo frigorífico em Santo Antônio de Matupi, onde, nos últimos 10 anos, o Ibama já embargou 452 áreas de fazenda por ilícitos ambientais.

((o))eco entrou em contato com o representante do Frigonosso em Santo Antônio do Matupi, mas ele negou receber a reportagem. Também foi solicitada uma entrevista através do e-mail institucional da empresa, sem resposta.

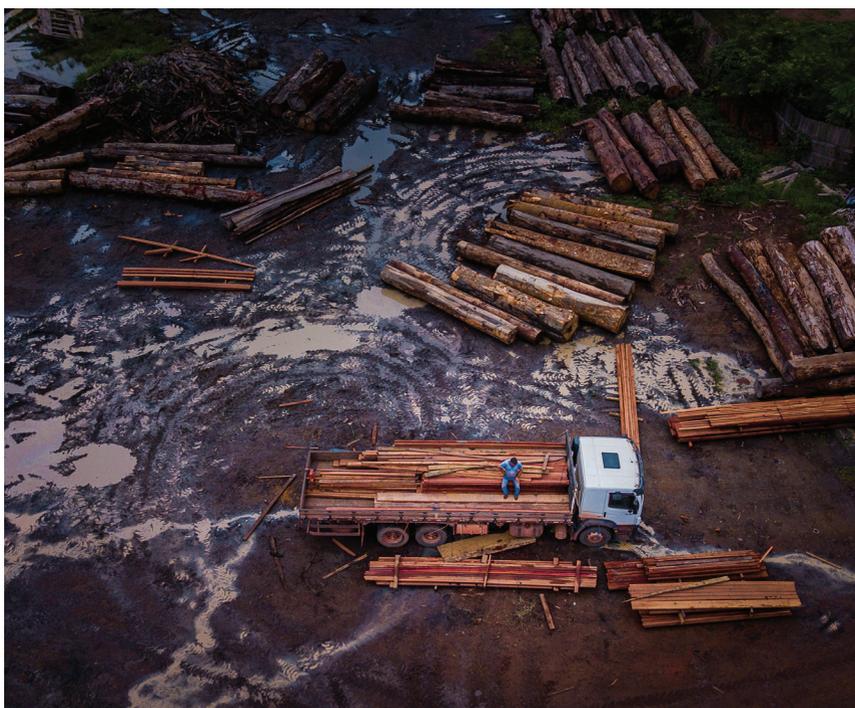
Vinte fazendas e R\$ 80 milhões em multas

Se os primeiros fazendeiros chegaram nos anos 1970 com uma mão na frente e outra atrás, hoje Matupi atrai gente graúda. Douglas Pereira Louzada Neves, maior fazendeiro da região, tem 20 fazendas em seu nome, que somam 70,8 mil hectares (mais de 70 mil campos de futebol), situadas em Manicoré e no município vizinho, Novo Aripuanã. As informações constam no documento anexado a uma das seis ações que o Ministério Público Federal abriu contra Neves, que denunciam o desmatamento ilegal de 1.661 hectares.⁴ No Ibama, Neves também se destaca pelo número de autuações: foram 40 vezes, com oito propriedades embargadas. Somando multas do Ibama e pedidos de indenizações do MPF, o total é de R\$ 79,8 milhões.

Mas quando recebeu ((o))eco em sua casa, em Santo Antônio do Matupi, Neves admitiu um patrimônio mais modesto, de três mil hectares de terra e três mil cabeças de gado. Homem de poucas palavras, explicou que veio de Colorado, em Rondônia, em busca de terras mais baratas. Questionado sobre as multas do Ibama, alertou: “Sua reportagem tá começando a ir pro lado errado. Daí, já vou desanimar de você.”

A chegada de grandes investidores como Douglas Neves a Matupi é um dos fatores que impacta a formação do assentamento original do Inkra, onde agora é difícil encontrar os primeiros assentados. A maioria vendeu a propriedade para grandes fazendeiros vindos de outros estados, principalmente Rondônia: “Tem muito pouca gente daquele tempo. Uns venderam aquele lotinho e compraram área maior para fora. Tem assentado do Inkra aí que vendeu aqui por R\$ 10 mil e foi lá pra frente e comprou três vezes mais terra do que ele tinha aqui”, explica Manuel Vieira Alves.

Uma dinâmica que mantém ativa a engrenagem do desmatamento. Quem vem na frente consegue a terra quase de graça, mas arca com as dificuldades de chegar em um lugar sem infraestrutura e onde o Estado é inexistente. Quem vem atrás paga um pouco mais caro, mas chega com mais dinheiro e melhores condições de investimento. Um processo que faz parte da história de ocupação da Amazônia, como explica Gabriel Cardoso Carreiro, pesquisador sênior associado do Idesam (Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia): “É um processo que poderia ser chamado de ‘matogranização’ de Rondônia, e depois de ‘rondonização’ do Amazonas. São pessoas que têm esse perfil de trabalharem mais com pecuária do que com agricultura, e que vão atrás de terras desocupadas, sem nenhuma infraestrutura. Quando a infraestrutura chega, estas terras valorizam e essas pessoas acabam por vender a terra e vão mais à frente na fronteira.”



Madeira em operação em Sto. Antônio do Matupí, que já chegou a ter mais de 50 em operação, a maioria ilegais. Foto: Marcio Isensee

>> Matupi por Matupi

Santo Antônio do Matupi é um distrito de Manicoré (AM). Os primeiros moradores chegaram com a Transamazônica, atraídos pela oferta infinita de terra a custo zero.

Em 15 anos, o rebanho de Manicoré aumentou quase 800%. É um dos cinco municípios que mais desmatam no Amazonas.

Manuel Vieira Alves, comerciante: "Eu vim para cá dia 28 de março de 90. Dia 28 de março de 90, às cinco horas da tarde. Botei o pé no chão dessa terra prometida.

Quando eu cheguei era pura mata por tudo aqui. Era mata, mata e mais mata. Tinha alguns moradores, mas eram todos pequenos agricultores. Não eram fazendeiros."

José Carlos da Silva, pecuarista: "Aqui a terra, na verdade, era doada pela União. As pessoas chegavam, pegavam e demarcavam a área de terra. Não tinha dono, era terra devoluta. Aí eles pegavam e faziam ali a propriedade deles."

Jorge Luiz Catusso, comerciante e pecuarista: "Todo mundo de Rondônia e outros lugares vinham pra cá e pegavam terras dadas, desmatavam e plantavam capim. E a madeira veio também. Onde tem madeira cresce região."

José Carlos da Silva, pecuarista: "No centro dos lugares que estão começando, a madeira sempre chega primeiro. Vai e tira as madeiras, depois vem o desmate da pecuária. Então sempre andam juntos: a madeireira com a pecuária.

Não cresceu mais porque a gente é muito 'travado' pelo Ibama. Esses órgãos de meio ambiente 'travam' demais a gente. A perseguição em cima do homem que trabalha é grande demais. Eu não sei nem contar quantas vezes eu fui perseguido. Tive que trabalhar correndo para não ser multado e não conseguiria vender nem um boi hoje.

Quantas vezes não sai correndo porque estava fazendo desmate?"

Manuel Vieira Alves, comerciante: “É muito gado aqui na região. Muito, muito. Eu espero que do jeito que está indo isso aqui, vá dar um pulo muito grande para frente. Vai ficar muito bom isso aqui.”

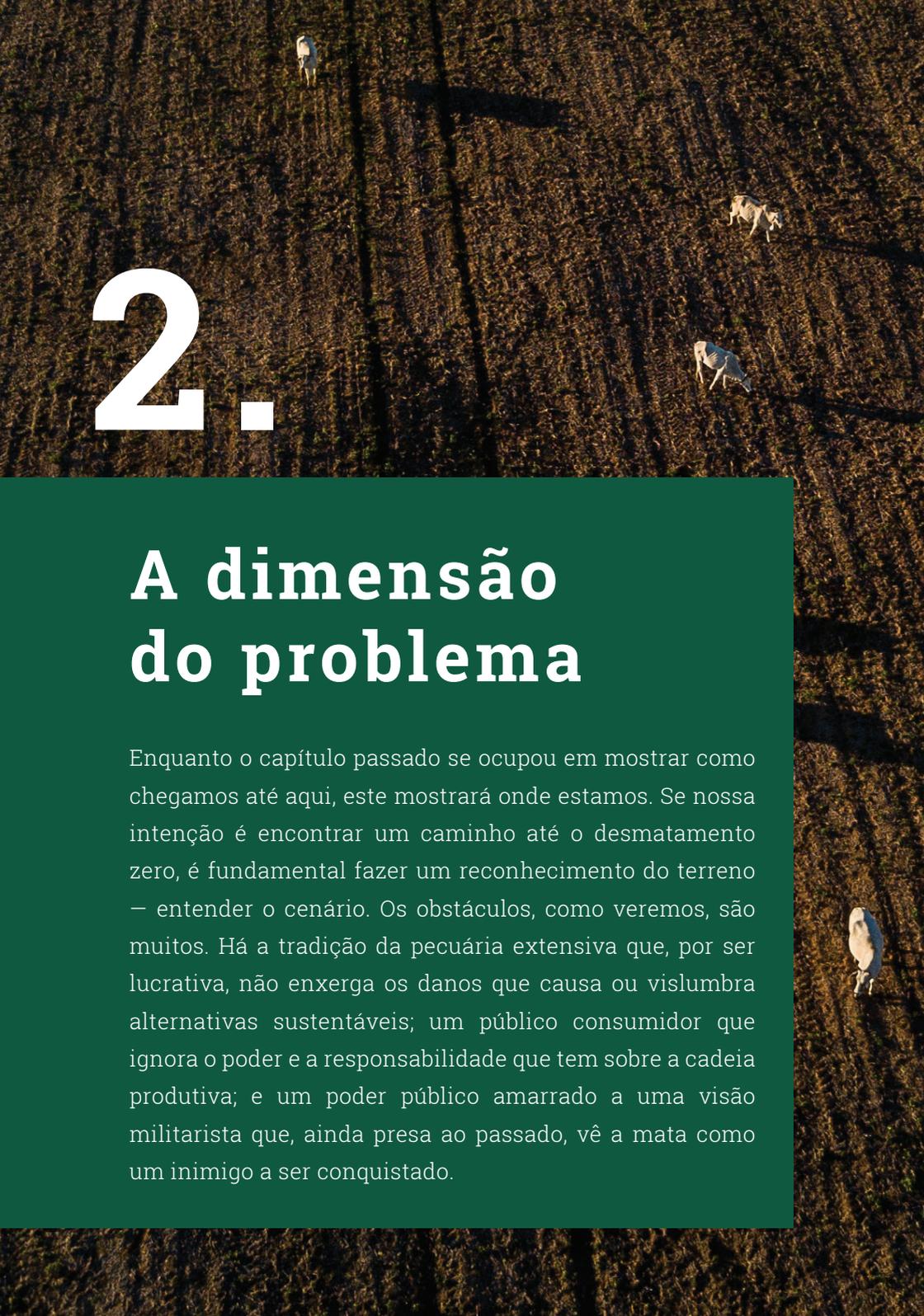
José Carlos da Silva, pecuarista: “Olha, o futuro que eu vejo para esse lugar, para Santo Antônio de Matupi, é o melhor do mundo! Isso aqui vai ser o melhor lugar! Eu sonho com isso há quase 40 anos. E agora estou sonhando mais. A pecuária vai fazer esse lugar virar município, com certeza. Então tudo vai melhorar. Vai ser um lugar ótimo!”



Fazenda de criação pecuária em Sto. Antonio do Matupi. Foto: Marcio Isensee



A dinâmica do desmatamento, resumida: primeiro extrai as madeiras de valor, depois transforma em pasto para criação de bovinos. Foto: Marcio Isensee



2.

A dimensão do problema

Enquanto o capítulo passado se ocupou em mostrar como chegamos até aqui, este mostrará onde estamos. Se nossa intenção é encontrar um caminho até o desmatamento zero, é fundamental fazer um reconhecimento do terreno — entender o cenário. Os obstáculos, como veremos, são muitos. Há a tradição da pecuária extensiva que, por ser lucrativa, não enxerga os danos que causa ou vislumbra alternativas sustentáveis; um público consumidor que ignora o poder e a responsabilidade que tem sobre a cadeia produtiva; e um poder público amarrado a uma visão militarista que, ainda presa ao passado, vê a mata como um inimigo a ser conquistado.

As porteiras quebradas do desmatamento¹

Por Eduardo Pegurier, 19 de julho de 2017

Os satélites são cronistas mecânicos do processo de desmatamento da floresta amazônica. Ao vasculhar e documentar, através dos anos, a degradação e os vazios criados pelo corte raso da mata, firmam um veredito: dois terços da área desmatada virou pasto. No chão, a contagem do gado mostra que a Amazônia é território mais de boi do que de gente. Em 2016, a quantidade de gado na região chegou a 85 milhões de cabeças, em comparação a uma população humana de 25 milhões de habitantes – mais de três bois por pessoa. No município de São Félix do Xingu, que contém o maior rebanho do país, essa proporção chega a 18 para 1.

Os números amazônicos costumam ser imensos. A Amazônia Legal abrange quase 60% do território do Brasil e contém 40% do rebanho nacional. O gado é mantido em cerca de 400 mil fazendas espalhadas pela região, com áreas que variam de alguns poucos até dezenas de milhares de hectares. Então, quando o Instituto do Homem e da Amazônia (Imazon) terminou um detalhado levantamento sobre os frigoríficos da região,² a grande surpresa foi encontrar um número pequeno: apenas 128 instalações ativas, pertencentes a 99 empresas, são responsáveis por 93% do abate anual, algo como 12 milhões de cabeças de gado.

Já era sabido que os frigoríficos são o gargalo da cadeia de criação do gado. Mas o levantamento do Imazon é inédito porque revelou a geografia da pecuária na Amazônia, vista pela zona de influência desses pouco mais de 100 abatedouros. Para se ter uma ideia, ocupar a capacidade de abate anual de um único frigorífico de grande porte demanda uma área de pasto de quase 600 mil hectares, três vezes maior do que o município de São Paulo. O conjunto de frigoríficos analisados no estudo, operando a plena capacidade, demandaria uma área de pasto de 68 milhões de hectares (maior

do que o estado de Minas Gerais). Essa quantidade supera a soma dos pastos hoje existentes na região, indicando que o futuro da atividade gerará mais desmatamento.

Esses resultados reforçam a justeza de um processo em curso. Desde 2009, com início no Pará, MPF pressiona os frigoríficos da região a assinar o TAC da Carne, uma espécie de contrato entre o MPF e cada frigorífico que o assina, o qual passa a ser obrigado a fiscalizar a origem do gado que compra para barrar o “boi de desmatamento.”

Paulo Barreto, pesquisador do Imazon que liderou o estudo, compara: “É como se para conversar sobre o problema, houvesse duas opções, reunir num auditório os representantes dessas 100 empresas frigoríficas ou, como alternativa, alugar cinco estádios como o Maracanã para colocar todos os fazendeiros envolvidos na criação do gado.”

Risco de desmatamento

A análise que detalhou a influência de tão poucos frigoríficos sobre quase todo o rebanho amazônico envolveu trabalho de detetive e tecnologia de geoprocessamento. A primeira etapa foi obter os endereços de todos os frigoríficos de maior porte e confirmá-los, usando imagens de satélite de alta definição, para verificar se, naqueles locais, havia instalações típicas da atividade, como currais e tanques de tratamento de água.

A partir daí, os pesquisadores queriam responder à pergunta: qual era a zona potencial de compra de cada frigorífico? E dois, como essa zona potencial se relaciona com as áreas já desmatadas e as que estão sob maior risco de desmatamento no futuro próximo?

O primeiro passo era descobrir a distância máxima que cada frigorífico alcançava nas compras de gado. Isso foi feito através de entrevistas telefônicas com os gerentes de frigoríficos, e cruzamentos de dados. Havia casos curiosos, como um frigorífico no Acre que não adquiria boi mais longe do que a 20 km das suas portas, e, no extremo oposto, no Amazonas, havia outro que comprava a mais de 1.000 km de distância, indo até Roraima, para compensar a falta de gado na sua região na época da seca.

O estudo lidou com duas categorias de frigoríficos: aqueles que têm licença SIE (Sistema de Inspeção Estadual), que podem vender carne nos seus estados; e os que têm SIF (Sistema de Inspeção Federal), que podem vender no país todo e exportar. Em média, frigoríficos com licenças estaduais têm capacidade para abater 180 animais por dia e compram de fazendas que podem estar a até 153 km de distância. Os frigoríficos com licença nacional abatem 700 animais/dia e vão buscá-los a uma distância que chega a 360 km.

Baseado nas distâncias máximas, o segundo passo era estabelecer a área potencial de compra dos frigoríficos. Hora de voltar à tecnologia geoespacial. "O Imazon tem um mapeamento completo de estradas oficiais e informais na Amazônia, uma base que vem sendo atualizada desde 2008", conta Amintas Brandão Jr., um dos autores do estudo. "Rodamos uma análise espacial em que você insere no software as coordenadas do frigorífico e a distância máxima que ele compra, digamos, 100 km. Daí, o software sozinho percorre todas as estradas e rios navegáveis acessíveis àquele frigorífico até atingir os tais 100 km. Assim, conseguimos delinear uma zona potencial de compra." Segundo Brandão, o diferencial do trabalho foi este, estabelecer a área de influência de cada frigorífico usando a rede de infraestrutura, a malha de estradas e de rios navegáveis por onde o gado pode ser transportado.

O somatório das regiões de influência dos 128 frigoríficos analisados abrange a quase totalidade das áreas embargadas pelo Ibama, e 88% do desmatamento ocorrido na Amazônia entre 2010 e 2015.

Desmatamento futuro

O estudo gerou uma previsão de onde estarão as próximas áreas desmatadas na Amazônia. De novo, os pesquisadores recorreram aos softwares de análise geoespacial. Eles dividiram a Amazônia Legal em quadrados com 1 km de lado. Para cada um deles, foi estimada a probabilidade de desmatamento baseada na presença de fatores que o estimulam, como disponibilidade de transporte por estrada ou rio, distância até mercados, e potencial da terra. Criaram, assim, um mapa de probabilidade de desmatamento para toda a Amazônia Legal. Usaram a área desmatada nos três anos anteriores – 1,7 milhão de hectares (17 mil km²) –, como estimativa

do total de desmatamento que poderá ocorrer no triênio 2016 a 2018. Em seguida, a partir do mapa de probabilidades, determinaram quais são as áreas com maior chance de ocorrência de novos desmatamentos. A última etapa foi sobrepôr as zonas de influência de compras dos frigoríficos. A coincidência entre as duas áreas foi de 90%.

Em outras palavras, se entre 2016 e 2018 a taxa de desmatamento recente se repetir, 90% das novas perdas de floresta estarão dentro da área de influência de compra de 128 frigoríficos.

128 FRIGORÍFICOS

Compram de

**390 MIL
FAZENDAS**

Que criam

**79 MILHÕES
CABEÇAS DE GADO**

93% do rebanho



Consequências

“Da perspectiva da fiscalização, o trabalho pode ajudar no controle do desmatamento mostrando onde estão os ‘hot spots’, os pontos onde há mais floresta e/ou chance de desmatamento”, diz Brandão.

Para Barreto, “chama atenção como um número pequeno de empresas está no fim da cadeia que envolve quase 400 mil pecuaristas”. Segundo ele, isso confirma que está certo o caminho de envolver os frigoríficos na fiscalização do desmatamento, como obrigam os acordos com o MPF. Mas destaca que 30% do abate é feito por frigoríficos que não assinaram acordos. Isso significa que não fiscalizam a origem dos seus bois. Pior, esses frigoríficos estão na mesma área de atuação daqueles que assinaram os acordos e, assim, se tornam alternativas para a venda de gado criado em pastos abertos ilegalmente.

O estudo do Imazon fez um panorama detalhado da influência que os frigoríficos podem ter sobre o desmatamento. “Já temos um mapa, as tecnologias estão disponíveis para rastrear o gado da sua origem até o local de abate”, diz Barreto. “Falta agora uma pressão consistente e punições para criadores e frigoríficos que compactuam com crimes ambientais”. Ele diz que isso aconteceu no caso da febre aftosa, quando o setor percebeu que perderia os mercados mundiais se não fosse feito um programa efetivo de vacinação. A pressão do mercado funcionou para os fazendeiros se organizarem e firmarem parcerias com o governo. Para Barreto, um bom começo seria uma nova rodada de aperto sobre o setor, liderada pelo MPF e pelo Ibama.

O Brasil alcançou um bom controle da febre aftosa, um feito e tanto. Se quiser, pode fazer o mesmo para acabar com a pecuária que derruba a floresta. Será um enorme passo rumo ao desmatamento zero na Amazônia.

Preço, desinformação e desinteresse ainda são barreiras ao consumo sustentável

Por Fernanda Wenzel, 26 de fevereiro de 2019

O Brasil é o terceiro país com o maior consumo de carne bovina per capita do mundo, atrás apenas da Argentina e do Paraguai. Ao longo de 2017, cada brasileiro consumiu em média 25,9 kg de carne, 11,4 kg a mais do que a média dos habitantes dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), formada por 35 nações.

Não é à toa que a cadeia produtiva da carne bovina seja tão poderosa no Brasil. O país é o segundo maior produtor e o maior exportador de carne bovina do mundo. Ainda assim, praticamente 80% da carne produzida no Brasil abastece o mercado interno, segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec). Daí a importância do consumidor brasileiro como elemento de pressão sobre essa cadeia produtiva.

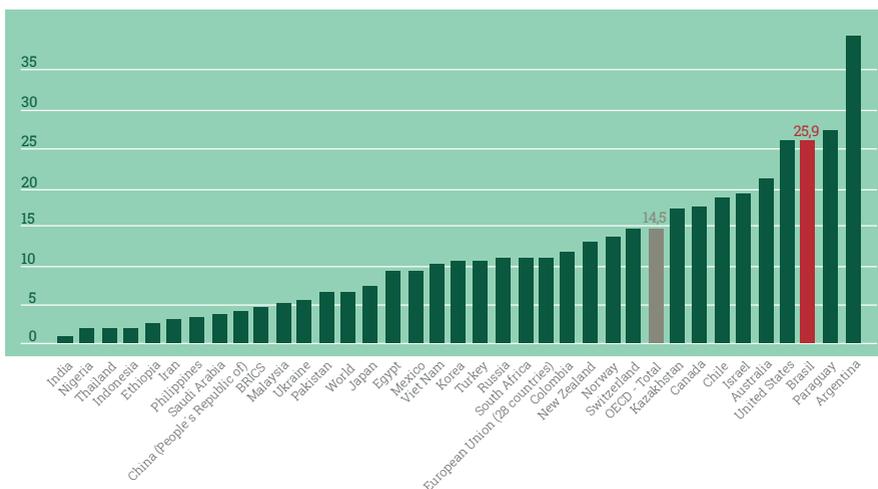
Mas será que o consumidor está preocupado com o impacto ambiental da carne que consome? Para a diretora de Sustentabilidade do Grupo Pão de Açúcar (GPA), Susy Yoshimura, a resposta é não: "Hoje, a grande maioria da população ainda olha mais a parte estética da carne, da cor, do que ela entende que será o sabor, e para o preço desse produto. De maneira geral, os atributos ambientais e sociais não fazem parte das premissas como fator de decisão de compra, ainda."

O Instituto Akatu, que atua em prol do consumo consciente, realizou uma pesquisa para avaliar o nível de engajamento do consumidor brasileiro. Constatou que o percentual de consumidores comprometidos vem caindo nos últimos anos. São aquelas

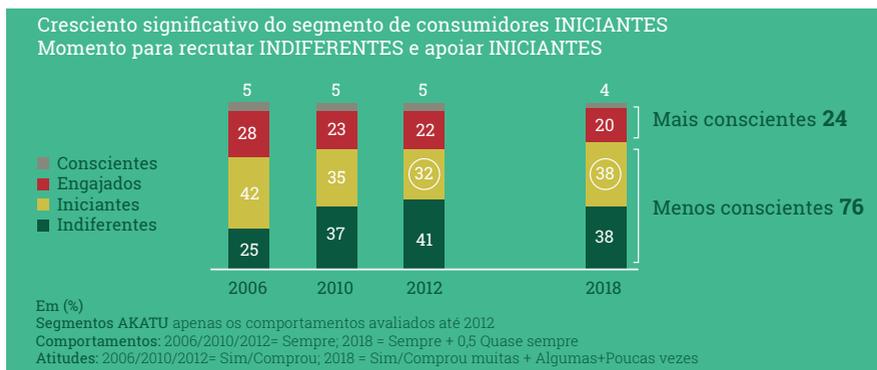
pessoas dispostas a tomar atitudes de longo prazo e que tenham um benefício coletivo para a sociedade, como reciclar o lixo e optar por produtos sustentáveis. Em 2006, 33% dos consumidores se encaixavam nessas categorias. Em 2018, esse número caiu para 24%. Já o percentual de consumidores indiferentes em relação ao consumo sustentável passou de 25% para 38%.

Países com maior consumo de carne bovina per capita.

Fonte: OECD Agriculture Statistics: OECD-FAO Agricultural Outlook. Edition 2018.



Nível de consciência do consumidor



Fonte: Instituto Akatu.

Em outro estudo, os entrevistados foram apresentados a 10 temas, como transporte, alimentação e estilo de vida, e para cada tema tinham que escolher entre duas opções. Uma opção relacionada ao consumismo e outra à sustentabilidade. Em sete dos 10 temas apresentados, os entrevistados optaram pelo caminho da sustentabilidade.

Para Helio Mattar, diretor-presidente do Instituto Akatu, a explicação para a aparente contradição entre as pesquisas está nos dois principais entraves apontados pelos consumidores à escolha de produtos sustentáveis: seu preço e a necessidade de mais informações sobre seus impactos sociais e ambientais. "O desafio de tornar o consumidor brasileiro mais consciente é mudar a percepção de que o produto sustentável é caro, e fazer com que o consumidor entenda seus impactos sociais e ambientais mais positivos", afirma Mattar.

Em tempos de crise econômica, o fator "preço" ganha ainda mais importância. O Estudo Nielsen 360° verificou como o consumidor está reagindo ao cenário de incertezas políticas e econômicas, e concluiu que as principais preocupações dos brasileiros mudaram: a saúde perdeu espaço para os problemas da economia e da estabilidade política.

A pesquisa também traz uma má notícia para as marcas que investem em sustentabilidade mas precisam repassar custos ao consumidor. Na hora das compras, a primeira medida que o brasileiro toma em tempos de crise é migrar para marcas mais baratas. Em 2018, 34% dos brasileiros adotaram essa prática.

O contraditório é que, ao mesmo tempo, 64% dos consumidores brasileiros não se sentem atendidos pelos produtos que lhes são ofertados, especialmente no que diz respeito à saúde, e 51,7% dos entrevistados se dizem dispostos a pagar mais por marcas que protegem o meio ambiente. Na classe AB, esse percentual sobe para 65%.

Talvez uma das explicações para as contradições que aparecem nas pesquisas esteja na avaliação de Pedro Burnier, gerente do Programa de Cadeias de Pecuária da Amigos da Terra. Ele conduziu um estudo com 572 pessoas para avaliar a disponibilidade dos consumidores de pagar a mais por atributos sustentáveis na carne bovina.

Por meio de um modelo estatístico, Burnier concluiu que os consumidores estão dispostos a pagar, em média, R\$ 14,97 a mais por um quilo de filé que tenha rastreabilidade até o frigorífico. Para uma carne com Marca Sustentável, essa disponibilidade é de R\$ 10,83 a mais por quilo de carne. Pelo produto com certificação de bem-estar animal, o consumidor está disposto a pagar R\$ 23,87 a mais. O pesquisador lembra, no entanto, que o fato de o entrevistado dizer que está disposto a pagar a mais não significa que ele realmente vai fazer essa opção na hora H, na prateleira do supermercado: “Uma coisa é ele dizer que está disposto a pagar, outra coisa é ele efetivamente pagar.”

Top 3 maiores preocupações brasileiras em...

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
# 1	 SAÚDE	 SAÚDE	 ECONOMIA	 ECONOMIA	 ECONOMIA	 ECONOMIA
# 2	 QUALIDADE DE VIDA	 ECONOMIA	 AUMENTO DAS CONTAS DO LAR	 SAÚDE	 ESTABILIDADE POLÍTICA	 ESTABILIDADE POLÍTICA
# 3	 ECONOMIA	 QUALIDADE DE VIDA	 SAÚDE	 AUMENTO DO PREÇO DOS ALIMENTOS	 SAÚDE	 SAÚDE

Fonte: Nielsen Estudo Global de Confiança do Consumidor.

Um passeio nos supermercados

Para quem quer ser consciente, quais são as alternativas? ((o))eco visitou Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A capital brasileira do churrasco. Mas será que os gaúchos, no extremo sul do país, consomem carne vinda da Amazônia? E mais: será que os gaúchos sabem de onde vem a carne que consomem? Após percorrer quatro estabelecimentos de tradicionais redes de supermercados localizados em dois bairros centrais (Cidade Baixa e Farroupilha), a primeira conclusão é que não é fácil descobrir a resposta a essas perguntas. Numa mesma prateleira ou freezer, misturam-se cortes de diferentes regiões do Brasil. A única maneira de descobrir é olhar individualmente o rótulo de cada produto.

No supermercado Asun, a maioria dos cortes vinha de abatedouros do Rio Grande do Sul, com exceção de uma carne da Friboi, vinda de Mozarlândia, uma pequena cidade com pouco mais de 15 mil habitantes em Goiás. No Nacional, além das carnes de origem gaúcha encontramos cortes de marcas da JBS vindos de Santana do Araguaia, no Pará, e de Vilhena, em Rondônia. Um corte da marca Montana, da Marfrig, era originária do Mato Grosso do Sul. No supermercado Dia, foi possível encontrar carne da Masterboi vinda de Nova Olinda, no Tocantins.

O Zaffari é o único supermercado que facilita um pouco a vida do consumidor interessado em saber a origem da carne. Em algumas prateleiras, havia placas com a frase: "cortes selecionados com a origem garantida". As placas referem-se aos produtos da marca do próprio supermercado, todos vindos de um frigorífico de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Mas essa informação, mais uma vez, só está presente no rótulo.



Para Ana Paula Bortoletto, líder do programa de alimentação saudável do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), essa falta de informação é um contrassenso diante do esforço que as próprias redes de varejo estão fazendo para rastrear a origem da carne, desde a última fazenda por onde passou o gado, até as gôndolas dos supermercados: “Poderiam muito bem colocar avisos nas prateleiras. [...] Já que eles conseguem rastrear toda a cadeia, poderiam chegar até o consumidor final. Se todo o trabalho de rastreabilidade está feito, por que não informar o consumidor?”

Ao contrário do que declarou a diretora de Sustentabilidade do GPA, Bortoletto acredita que o varejo tem sim o poder de dizer o que o consumidor vai comprar: “O varejo determina quais produtos vão ser adquiridos [...]. Se existe um compromisso e uma responsabilização destes atores em garantir não só a rastreabilidade, mas também a informação ao consumidor [...], esse é um comprometimento que acaba interferindo de uma certa forma em todo o sistema.”

Além da falta de informações nas prateleiras, os selos e certificações disponíveis no Brasil tampouco facilitam a vida do consumidor consciente. No Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos constam apenas duas marcas de carne orgânica: Korin e Taurino's, ambas do Mato Grosso do Sul. A carne orgânica, segundo a WWF, é aquela produzida a partir de um sistema produtivo ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável. Esse sistema produtivo passa por auditoria e certificação, garantindo que a carne é produzida da maneira mais natural possível, isenta de resíduos químicos e com preocupação socioambiental.

As demais certificações de carne existentes no Brasil dizem respeito à raça do animal, e não à sua sustentabilidade. As certificações das raças Hereford, Braford e Angus, por exemplo, são feitas a partir da análise das carcaças dos bois, já nos frigoríficos, e avaliam questões como peso, idade e cobertura de gordura. Essas raças são a minoria no rebanho brasileiro, formado majoritariamente por nelores (80% do rebanho).

Circulando nos mercados de Porto Alegre, foi possível encontrar produtos com outros tipos de selos, como o Marfrig Club. Consultando o site da Marfrig, verifica-se que, para receber esse selo, os produtores rurais precisam seguir normas ambientais e de bem-

-estar animal. Mas, para quem está no supermercado, não há nenhuma referência a essas exigências.

Para Ana Paula Bortoletto, do Idec, a disseminação de selos e certificações sem a devida clareza de informação abre espaço para que fabricantes mal-intencionados pratiquem o greenwashing (quando a empresa passa a falsa impressão de que seu produto é ambientalmente sustentável): "A gente tem o Código de Defesa do Consumidor no Brasil, que protege o consumidor contra publicidade enganosa, mas infelizmente nem sempre dá conta de punir todas as empresa que fazem certificações que nem sempre são comprovadas, passam informações que nem sempre são 100% corretas, o que dificulta na hora de ter a segurança de escolher."

Carne, tô fora? Mas não é pelo meio ambiente

Enquanto pecuaristas, frigoríficos, supermercados e Ministério Público têm avanços limitados na busca de uma pecuária sem desmatamento, aumenta o número de brasileiros que opta por excluir-se desta cadeia de consumo. Entre 2012 e 2018, a parcela da população brasileira que se declara vegetariana cresceu de 8% para 14%, segundo pesquisa do Ibope Inteligência. "A gente percebe isso no dia a dia, o tema está mais presente na rotina das pessoas, mais gente se questionando e tendo interesse pelo assunto", afirma Ricardo Laurino, presidente da Sociedade Vegetariana Brasileira, que conta com 2.100 associados ativos.

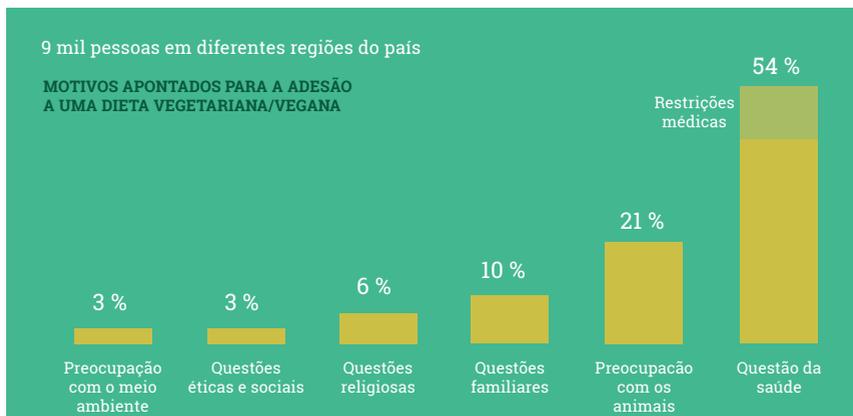
Outro estudo, do Good Food Institute, ouviu nove mil pessoas em diferentes regiões do país.³ 6% dos entrevistados se disseram vegetarianos, enquanto 7% não souberam responder. Para Laurino, estes 7% podem se referir a pessoas que fizeram alguma mudança na alimentação no sentido de cortar o consumo de carne mas ainda não tem certeza se podem se considerar vegetarianos. Outros 29% dos entrevistados disseram que já reduziram ou querem reduzir o consumo de produtos de origem animal.

Mas o que mais chama atenção na pesquisa são os motivos apontados para a adesão a uma dieta vegetariana/vegana. A maioria citou a questão da saúde (43%). Incluindo

nesta categoria o motivo "restrições médicas", esse percentual sobe para 54%. Em segundo lugar vêm a preocupação com os animais (21%), seguida por questões familiares (10%) e religiosas (6%). A preocupação com o meio ambiente aparece entre as últimas motivações (3%), empatada com questões éticas e sociais.

Para Laurino, as pessoas têm facilidade de relacionar a decisão de parar de comer carne com questões de saúde e bem-estar animal, mas têm poucas informações sobre o impacto ambiental da pecuária: "Em relação ao meio ambiente, quando você comenta com as pessoas que não tem ligação com o assunto, elas se assustam e às vezes até não acreditam naquilo que você está dizendo."

Motivos apontados para a adesão a uma dieta vegetariana/vegana



Fonte: *Good Food Institute*.

Sob Bolsonaro, visão militar volta a nortear desenvolvimento da Amazônia

Por Fernanda Wenzel, 30 de julho de 2019

Desde a redemocratização, o Brasil não tinha um governo com tantos quadros fardados. Sua presença na gestão de Jair Bolsonaro vai muito além do próprio presidente e de seu vice, general Hamilton Mourão, e se espalha pelos três escalões do governo. Militares comandam sete ministérios, entre eles alguns dos responsáveis por propor projetos para a Amazônia como Infraestrutura e Minas e Energia, além dos órgãos responsáveis pela proteção da floresta. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, é civil, mas gosta de estar cercado por militares. Seu chefe de gabinete é o coronel Antonio Roque Pedreira Junior. Quatro de seus nove assessores são coronéis do exército. A Secretaria da Biodiversidade é ocupada pelo brigadeiro Eduardo Serra Negra Camerini. Além das Forças Armadas, policiais militares vêm ganhando espaço nos órgãos ambientais. No Ibama, eles chefiam duas das cinco diretorias. No ICMBio, após uma crise interna que levou à troca de todo o comando do órgão, tanto a presidência como as quatro diretorias foram entregues a policiais militares. Por isso, analisar o futuro da Amazônia passa necessariamente por entender o modo como esses homens de farda olham para a região.

Os militares sempre foram protagonistas na Amazônia. Nos séculos XVII e XVIII, coube ao exército português construir os fortes que deram origem às primeiras cidades da região norte em São Luís, Belém, Macapá e Manaus. No século XX, foi o general Cândido Rondon quem fez os primeiros contatos com as tribos indígenas. A ditadura militar (1964-1985), por sua vez, teve como prioridade a integração da Amazônia ao aparato produtivo nacional. Passados 33 anos, as Forças Armadas assumem novamente papel central nos planos para a região.

Até o golpe de 64, a Amazônia era território de explorações econômicas pontuais, puxadas pelos dois ciclos da borracha. O produto das seringueiras atraiu levas de migrantes que fugiam das secas do Nordeste, e que entre um ciclo e outro se dedicavam à coleta de castanha e das “drogas do sertão” – ervas aromáticas, plantas medicinais, cacau, guaraná, etc ou à garimpagem.

O primeiro a pensar em um projeto de desenvolvimento para a região foi Getúlio Vargas, que criou, em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVA). Mas foi Juscelino Kubitschek quem promoveu a primeira grande obra: a rodovia Belém-Brasília (BR-153), inaugurada em 1959. Um trabalho produzido em 1961 por alunos da Escola Superior de Guerra, no entanto, mostra o quanto ainda prevalecia a percepção da Amazônia como uma área abandonada: “Caracterizando-se por baixíssima densidade demográfica, atividade agropecuária débil e quase nulo desenvolvimento industrial, ali está tudo por fazer.”

Em 1966, dois anos após o golpe militar, a SPVA foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e o governo passou a oferecer uma série de incentivos fiscais aos empresários interessados em investir na floresta. “Já é tempo de adotarmos para esta região alguma estratégia. E esta não poderá ser outra senão aquela que visa integrá-la verdadeiramente no Brasil, abrindo-a para o mundo, como já acontece com as demais regiões do País [...]”, disse o presidente Castello Branco, em 1965.

“Integrar para não entregar” foi o lema da ditadura para a Amazônia. Estudiosos da região, Antoine Acker é professor do Departamento de História da Universidade de Zurique, e conversou com ((o))eco por telefone. Ele afirma que a política dos militares para essa parte do país deu continuidade ao projeto iniciado por Vargas com a marcha para o Oeste e seguido por Juscelino Kubitschek – com a criação de Brasília. Desta vez, no entanto, havia dinheiro para efetivar a “conquista” da Amazônia: em pleno Milagre Econômico, o PIB crescia a uma média de 10% ao ano. Segundo o historiador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), José Augusto Pádua, ocupar esse espaço entendido como vazio sempre foi uma preocupação das elites e dos militares: “O que era uma ironia, porque são espaços cheios de vida animal, vegetal, de ecossistemas e populações indígenas milenares.”



Ao centro, Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, com os oficiais da Polícia Militar escolhidos por ele para os cargos de direção do ICMBio. Foto: Instagram

Grandes projetos e grandes impactos

As ousadas obras de infraestrutura formam a face mais visível da política militar para a Amazônia. A Transamazônica (BR 230) foi inaugurada em 1972, cortando sete estados brasileiros no sentido leste-oeste. Já a BR-210, conhecida como Perimetral Norte, foi projetada para atravessar os estados do Amazonas, Pará, Amapá e Roraima. Quatro anos após o início dos trabalhos, o projeto foi abandonado, deixando como legado dois trechos inacabados, em Roraima e no Amapá. Em 1974, começou a ser construída a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins.

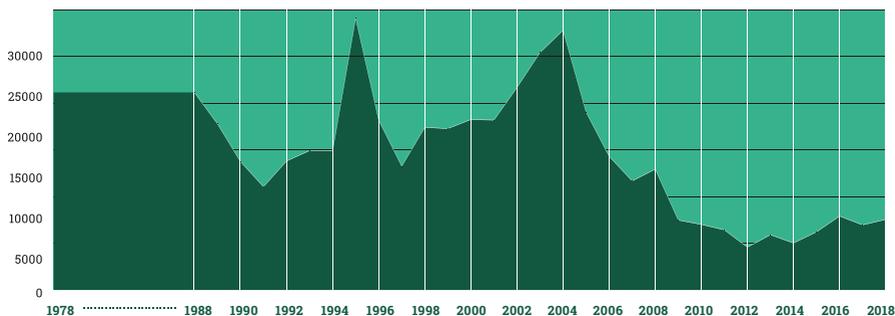
O governo também ofereceu generosos incentivos fiscais para empresários dispostos a investir na Amazônia. A Lei Nº 5.174, assinada pelo então presidente Castello Branco em 1966, isentava de imposto de renda os empreendimentos considerados de interesse para o desenvolvimento da região. A proposta era tão tentadora que até a Volkswagen – uma das maiores montadoras de carros do mundo – decidiu criar gado na Amazônia. A fazenda tinha 140 mil hectares e foi instalada em Santana do Araguaia, no sudeste do Pará. Em seu livro *Volkswagen in the Amazon: the tragedy of global development in modern Brazil*, Acker con-

ta como a ideia acabou se tornando um péssimo negócio. Na época, tinha-se pouca experiência com a criação de gado de forma extensiva na Amazônia. O plano inicial, de ter 200 mil cabeças de animais, logo se mostrou inviável pela rápida degradação do solo. A produção não passou de 27,5 mil cabeças, e 13 anos depois, a Volkswagen vendeu a propriedade por US\$ 20 milhões: US\$ 60 milhões a menos do que havia pedido inicialmente.

Para Pádua, a mesma falta de planejamento que afundou a fazenda da Volkswagen também gerou uma série de danos ambientais e sociais: "Criou-se uma ideia de que era preciso ocupar muito rapidamente, e essa região tem que ser tratada com cuidado, porque é muito especial em termos ecológicos". A floresta, até então praticamente intacta, passou a apresentar taxas médias anuais de desmatamento de mais de 20 mil km² a partir do final dos anos 1970. São as chamadas décadas da destruição, que começam justamente quando os militares assumem o poder.

Do ponto de vista humano, os grandes projetos também tiveram um alto custo, como mostra o jornalista Rubens Valente no livro *Os fuzis e as flechas*. A Funai montou "frentes de atração" na selva com o objetivo de "pacificar" os índios antes da chegada dos operários. Os servidores levaram doenças que, por vezes, dizimaram tribos inteiras. Outras comunidades foram forçadas a fazer deslocamentos de centenas de quilômetros para saírem do caminho das rodovias e hidrelétricas. Muitos pereceram pelo caminho.

Desmatamento anual na Amazônia (em km²)



* no período 1978 a 1988, o gráfico mostra o desmatamento médio

EUA personificam a ameaça estrangeira

Apesar de estar no centro do projeto de desenvolvimento dos governos militares, foi só no final da ditadura que a Amazônia começou a virar prioridade em termos de defesa nacional. O Programa Calha Norte (PCN), criado em 1985, foi o primeiro a olhar para a Amazônia do ponto de vista da defesa do território. “Durante a ditadura, tem uma série de grandes projetos para a Amazônia. Mas estes grandes projetos são governamentais, não militares”, explica Adriana Aparecida Marques, doutora em Ciência Política e professora da UFRJ.

Isso começa a mudar nos anos 1990, quando a possibilidade de um confronto entre Brasil e Argentina tornou-se praticamente nula com a criação do Mercosul, e o fim da Guerra Fria e a redemocratização acabaram com a ideia do inimigo interno. “Então os militares passam a ver a Amazônia como sendo a resolução de sua crise de identidade. Eles perderam duas de suas mais importantes hipóteses de emprego, com o fim da ditadura, o fim da Guerra Fria e a aproximação com a Argentina. E daí, sobra o que para fazer? Bom, vamos defender a Amazônia”, diz Eduardo Svartman, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Mas defender de quem? Celso Castro, diretor do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), fez essa pergunta a vários militares de alta patente ao longo de suas pesquisas. A resposta foi sempre a mesma: “Quem é o poderoso inimigo? Naquele contexto, de uma visão de mundo unipolar, só tinha os Estados Unidos”. Ele lembra que, na época, surgiram rumores de mapas ensinados nas escolas norte-americanas que mostravam a Amazônia como território internacional. “Essas fake news, antes de as fake news serem nomeadas desta forma [...] alimentavam muito esse imaginário de que vão ocupar a Amazônia e que a Amazônia vai ser subtraída”, lembra Celso Castro.

Também foi nesse período que o mundo passou a olhar com preocupação para o rastro de desmatamento e violação de direitos dos indígenas deixado pelos governos militares. “Toda essa gama de desrespeito aos direitos humanos começa a ser questionada à

medida que o movimento ambientalista vai ganhando força [...]. Nos anos 1980, tem a morte de Chico Mendes, e o Brasil passa a ser muito contestado nos organismos internacionais por conta de suas ações na Amazônia”, diz Marques.

Uma estratégia de defesa – a estratégia da resistência – foi criada especialmente para proteger a Amazônia desse grande invasor. Em 2012, esse receio foi respaldado pela Política e Estratégia Nacional de Defesa,⁴ que trata do “preparo para uma guerra assimétrica, sobretudo na região amazônica, a ser sustentada contra inimigo de poder militar muito superior, por ação de um país ou de uma coligação de países que insista em contestar, a qualquer pretexto, a incondicional soberania brasileira sobre a sua Amazônia.”

Segundo Svartman, o realinhamento das Forças Armadas em relação à Amazônia aconteceu primeiro no discurso, depois no planejamento estratégico e, bem mais lentamente, no reposicionamento dos efetivos militares. Para se ter uma ideia, a 3ª Divisão de Exército de Santa Maria, que abrange 60% dos municípios do Rio Grande do Sul, conta com cerca de 20 mil homens, segundo a página do Comando Militar do Sul na internet. Enquanto isso, em toda a Amazônia brasileira, que ocupa quase metade do território nacional, o exército tem hoje 30 mil homens. A informação é do comandante do Comando Militar da Amazônia (CMA), general César Augusto Nardi de Souza, que recebeu ((o))eco em Manaus. Ele explica que quando o CMA se instalou na cidade, em 1969, o contingente para a região era de 2.600 homens. O efetivo foi crescendo durante o regime militar. Mesmo assim, em 1982 não passava de 15 mil.

A vez das ONGs como inimigo

A ideia da cobiça internacional sobre a Amazônia foi levada para dentro do governo Bolsonaro, desta vez com foco absoluto nas organizações não-governamentais (ONGs) ligadas às causas ambientais. “Eu não tenho nenhuma dúvida. A estratégia de preservar o meio ambiente do Brasil para mais tarde [outros países] explorarem. Está cheio de ONG por trás deles, ONGs sabidamente a serviço de governos estrangeiros”, disse o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, às vésperas da reunião do G20, no final de junho, no Japão. Bolsonaro, por sua vez disse que o governo “não pode ter órgãos aparelhados com pessoas que têm fidelidade às ONGs internacionais”, referindo-se ao Inpe, que monitora o desmatamento no país.

Como parte de sua campanha contra os interesses estrangeiros na Amazônia, Bolsonaro suspendeu o programa que direcionava multas ambientais para projetos executados por ONGs e propôs mudanças no Fundo Amazônia, maior transferência de recursos do mundo para preservação de florestas. Já os Estados Unidos passaram a ser vistos como parceiros para a exploração da floresta, segundo propôs Bolsonaro na viagem que fez em março a Washington: “Quando estive agora com Trump, conversei com ele que quero abrir para ele explorar a região amazônica em parceria. Como está, nós vamos perder a Amazônia, aquela área é vital para o mundo”. Na mesma viagem, Bolsonaro autorizou os norte-americanos a utilizarem a base de Alcântara, no Maranhão, para o lançamento de satélites.

Para Acker, a postura pró-Estados Unidos e antiambientalistas demonstra um nacionalismo seletivo no governo Bolsonaro: “A Amazônia não é dos brasileiros quando se trata de gerar renda, de fazer monoculturas, plantar soja, criar gado. Mas quando se fala de proteção do meio ambiente, ONGs, medidas de conservação, daí a Amazônia é brasileira, e não pode ter mais parceria com estrangeiros. É um discurso muito hipócrita.”

Ao mesmo tempo, Bolsonaro resgata o apreço da ditadura pelas grandes obras. Um exemplo é o Projeto Barão de Rio Branco, que prevê a construção de uma hidrelétrica, uma ponte, um pólo de desenvolvimento regional e uma rodovia na Calha Norte do

Pará, maior contínuo de áreas protegidas do mundo. O Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência, general Santa Rosa, explicou em fevereiro deste ano que a região não pode mais ser tratada com “um latifúndio improdutivo”, e que “é preciso integrar a Calha Norte ao aparato produtivo nacional”. O projeto não é novo. Pelo contrário, surgiu na década de 1960, sob os auspícios do governo militar.

Outro projeto, menos ousado, mas que segue a mesma ótica dos governos militares, é a promessa de asfaltamento da BR-319, entre Manaus e Porto Velho, feita por Bolsonaro na última quinta-feira (25.07.2019) durante visita à capital do Amazonas. O presidente homenageou Ernesto Geisel, que inaugurou a BR-319, e garantiu: “A região será um grande sucesso econômico.”

Ao contrário do que prometeram os governos militares e do que agora promete Bolsonaro, o avanço da infraestrutura por si só nunca garantiu ordem nem progresso para a Amazônia. Pelo contrário. Estudo publicado em 2015 mostra que o avanço da fronteira econômica na região sempre foi acompanhado pelo aumento no número de homicídios.⁵ Paulo Barreto, pesquisador do Imazon, afirma que o governo deveria se preocupar em melhorar as condições de vida nas zonas já ocupadas ao invés de abrir novas áreas. Há, por exemplo, cerca de 400 mil km de estradas vicinais precárias na Amazônia, onde terras já desmatadas estão subutilizadas: “O desenvolvimento é a junção de vários elementos: infraestrutura, ciência, tecnologia, educação, segurança... Ao abrir novas áreas, sem a presença de serviços públicos, cria-se apenas zonas de desordem na corrida para exploração dos recursos naturais.”

Ao adotar ideias de décadas passadas, Bolsonaro contraria inclusive as mais recentes percepções dos militares para a Amazônia: “Hoje o foco é muito mais no combate a crimes transnacionais do que nesta perspectiva de cobiça internacional”, afirma Marques. O próprio general Nardes cita como ameaças à Amazônia o narcotráfico, o desmatamento e o garimpo ilegal, e lembra que existem parcerias importantes entre instituições de pesquisa brasileiras e estrangeiras: “Mais importante do que saber se é estrangeiro ou nacional é saber se está alinhado com as nossas leis, nossas políticas públicas e com os interesses nacionais e a preservação da nossa soberania.”

Para Pádua, essa mistura de ideologias joga o Brasil para fora do consenso de que a floresta precisa ser preservada: “Voltamos a um período antes das décadas de 1980, 1990, quando se desprezava a questão ambiental e se tinha a ideia de que a floresta amazônica tinha que ser conquistada e destruída passo a passo, assim como aconteceu com a Mata Atlântica, que perdeu quase 90% dessa cobertura ao longo da história.”



General Augusto Heleno na época em que era comandante militar da Amazônia. Foto: Antônio Cruz/ABr – Agência Brasil



General César Augusto Nardi de Souza, comandante do Comando Militar da Amazônia. Foto Bruno Kelly

Amazonas, Acre e Rondônia querem o seu próprio Matopiba

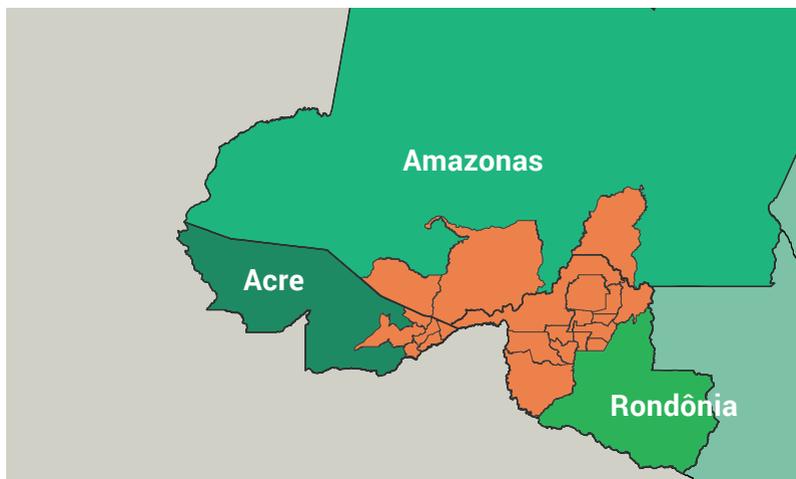
Por Fernanda Wenzel, 8 de março de 2020

O Acre teve 688 km² de floresta desmatada em 2019, um aumento de 55% em relação ao ano anterior e o terceiro pior resultado entre os estados da Amazônia Legal. Um dado que não preocupa Assuero Doca Veronez, presidente da Federação de Agricultura do Acre: “Desmatamento para nós é sinônimo de progresso, por mais que isso possa chocar as pessoas”. Ele enfatiza que “o Acre não tem minério, não tem potencial turístico, o que tem são as melhores terras do Brasil. Só que esta terra tem um problema: uma floresta em cima.”

Veronez é o idealizador da Amacro, um projeto que promete impactar três estados amazônicos. A inspiração veio do Matopiba, região que abrange áreas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, e que se transformou na mais nova frente de expansão da fronteira agrícola brasileira. Como Matopiba, a palavra Amacro é formada pela primeira sílaba dos estados que comporiam essa região, que incluiria o sul do Amazonas, parte do Acre (Rio Branco e entorno) e o norte de Rondônia. O objetivo é atrair investimentos. “A própria criação de uma zona geográfica especial de desenvolvimento cria atenção do investidor”, acredita Veronez.

Para Edivan Azevedo, Secretário de Produção e Agronegócio do Acre, esse território possui características comuns, o que falta é um projeto de desenvolvimento. “A gente vai poder fazer políticas públicas direcionadas para esta região, incentivar a produção para ter escala com os três estados juntos, e otimizar a infraestrutura de energia, estradas, capacidade de armazenamento e secagem de grãos”, diz.

Amacro: Previsão do território



Área prevista para a futura Amacro, de acordo com informações da Secretaria de Produção e Agronegócio do Acre e da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia. Arte: Júlia Lima.

Juntos, os estados do Amazonas, Acre e Rondônia somam quase dois milhões de hectares. A Amacro deve abarcar 12% desse território, o equivalente a 235 hectares.⁶ Esse território, no entanto, concentra 30% do desmatamento acumulado nos três estados e 47% do total desmatado em 2018.

De fato, já existe um processo em curso na região que extrapola as fronteiras entre os estados. Fazendeiros de Rondônia têm comprado terras no sul do Amazonas,⁷ expandindo a fronteira agrícola para dentro do estado vizinho. A mesma região é o destino de fazendeiros do Acre. Nos dois casos, a motivação mais frequente é abrir áreas para a criação de gado. Os municípios amazonenses de Boca do Acre e Lábrea, que ficariam dentro da Amacro, viram seus rebanhos aumentarem 38% entre 2008 e 2018, atingindo 510 mil animais. No mesmo período, o acumulado da área desmatada cresceu 45%.

Joel Bogo é procurador do MPF lotado em Rio Branco, capital do Acre. Mas, como os crimes ambientais e fundiários cometidos no estado e no sul do Amazonas costumam estar ligados, é frequente ele atuar em conjunto com colegas do Amazonas. “Nesta região, há uma ocupação desordenada do território. Áreas que teriam diferentes aptidões, como a criação de unidades de conservação, demarcação de terras indígenas

ou territórios de comunidades tradicionais, têm tido um processo de ocupação sem critérios técnicos”, afirma.

“Nesta região há uma ocupação desordenada do território. Áreas que teriam diferentes aptidões, como a criação de unidades de conservação, demarcação de terras indígenas ou territórios de comunidades tradicionais, têm tido um processo de ocupação sem critérios técnicos”, afirma.

Matopiba

O projeto da Amacro está sendo elaborado pela Embrapa Territorial, que não respondeu à reportagem. Trata-se do braço da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) responsável pela inteligência da ocupação territorial do Brasil. Sua equipe foi encarregada do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, região que vinha dando saltos na produção agrícola e que foi institucionalizada em 2015 por um decreto presidencial de Dilma Rousseff.⁸

Segundo estudo de Arilson Favareto,⁹ professor da Universidade Federal do ABC, nos últimos 20 ou 30 anos o Matopiba deixou de ser uma região de baixo dinamismo econômico para tornar-se uma fronteira cobiçada, responsável por cerca de 10% da produção nacional de grãos. Mas esse avanço teve alto custo ambiental. Somente entre 2013 e 2015, o Matopiba perdeu 18.962 km² da cobertura florestal, uma área 12 vezes maior do que a ocupada pela cidade de São Paulo: “[...] a imagem de pujança produtiva não se traduz em igual elevação dos padrões de bem-estar – há mais pobreza e desigualdade do que riqueza e bem-estar no Matopiba”, diz Favareto em seu artigo. Ele analisou indicadores de demografia, PIB, renda, desigualdade, pobreza, esperança de vida e mortalidade infantil. A partir deles, criou um critério de classificação segundo o qual 58% dos municípios do Matopiba são pobres, 19% são injustos, 13% são ricos e 8% são saudáveis.

Classificação dos municípios de acordo com o estudo de Arilson Favareto

- Pobres: 58% – Municípios com produção baixa e indicadores sociais abaixo da média dos municípios do respectivo estado.

- Injustos: 19% – Municípios com alta produção e indicadores sociais abaixo da média dos municípios do respectivo estado;
- Ricos: 13% – Municípios com alta produção e indicadores sociais acima da média dos municípios do respectivo estado;
- Saudáveis: 8% – Municípios com produção baixa e indicadores sociais acima da média dos municípios do respectivo estado.

“A região continua muito pobre. O que a gente está vendo no Matopiba é uma geração de riqueza que não fica na região. Os índices de desenvolvimento humano não crescem e a concentração de renda e da propriedade é cada vez maior”, explica Acácio Zuniga Leite, pesquisador do Observatório do Matopiba, da Universidade de Brasília. Ele se ateu aos dados dos 10 municípios da região com maior área colhida de soja, e verificou um processo de concentração de terras. De acordo com o censo agropecuário 2017/2018, o tamanho médio das propriedades nesses municípios é de cerca de 300 hectares, 438% maior do que a média nacional, de 69 hectares.

Os preços quadruplicaram em alguns municípios do Matopiba, e essa valorização das terras levou ao acirramento das disputas agrárias. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de conflitos de terra nos estados da região aumentou 72% de 2008 a 2018, passando de 268 para 462. Entram nesse levantamento todas as ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, ocorridas em áreas rurais. “O que estamos vendo é um processo de avanço do capital, de expulsão e encurralamento das comunidades tradicionais e de aumento nos conflitos”, diz Leite.

Versão Amacro

Os defensores da Amacro garantem que o desmatamento do Matopiba não vai se repetir na região econômica. Em primeiro lugar, porque no cerrado a reserva legal (percentual da propriedade que não pode ser desmatado) varia entre 20% e 35%, enquanto na Amazônia ele sobe para 80%. Evandro Padavoni, Secretário de Agricultura de Rondônia, afirma que o projeto será ambientalmente sustentável e de produção diversa: “Por exemplo, o

café, [...] a piscicultura dos peixes amazônicos, a cultura do cacau que estamos revitalizando no estado, a pecuária leiteira, carro chefe da agricultura familiar, a Amacro vai trabalhar todas estas cadeias produtivas". A mesma tese é defendida pela Secretário de Produção e Agronegócio do Acre, Edivan Azevedo, que garante que o objetivo não é abrir novas áreas, e sim otimizar o uso das terras já desmatadas: "Não quer dizer expansão da fronteira agrícola, mas aproveitar melhor o que nós já temos aberto. No mesmo solo você vai produzir uma safra de milho, uma safra de soja e uma safra de boi. Enquanto numa produção extensiva produziria no máximo uma safra de boi durante o ano todo."

Já o idealizador da Amacro, Assuero Doca Veronez, afirma que o projeto pode levar a mais desmatamento. "Se for dentro dos limites impostos pelo Código Florestal, não vejo mal nenhum nisso. Vai abrir de uma forma ou de outra. Todas as áreas dentro dos limites legais com certeza serão abertas, seja para fazer pecuária ou agricultura, com ou sem Amacro". O problema é que o governo do Acre não parece tão preocupado em fazer cumprir o Código Florestal. Em julho, o governador Gladson Cameli (PP) fez um discurso em que orientou produtores rurais a não pagarem multas ambientais. "Não paguem nenhuma multa, porque quem está mandando agora sou eu", disse o governador.

Por isso, o procurador Joel Bogo vê a Amacro com preocupação: "Essa região sofreu nos últimos anos um incremento do arco do desmatamento. Preocupa que os órgãos ambientais, as secretarias de meio ambiente, não estejam tomando parte neste processo."

Sem título de propriedade

Outro sinal de alerta é a falta de regularização fundiária, que os governos apontam como "prioridade número um" da Amacro. A distribuição de títulos de terra é apontada como solução, inclusive para o desmatamento. Por um lado, permitiria que os produtores obtivessem crédito para investir em tecnologias que aumentem a produtividade da terra, evitando a abertura de novas áreas. De outro, garantiria a identificação e a responsabilização pelos crimes ambientais.

"O governo federal tem que fazer urgentemente a regularização fundiária na Amazônia, aí a gente vai acabar com o desmatamento ilegal. Hoje começa um desmatamento,

a fiscalização vai *in loco* e não acha quem foi o responsável”, afirma Padavoni. No Acre, a regularização virou meta de governo. Gladson Cameli promete entregar 16.500 títulos de terra até o final do mandato.

Para o procurador Joel Bogo, esse tipo de promessa gerou uma falsa expectativa no interior da Amazônia, ao dar a entender que todo tipo de situação é passível de regularização. Na prática, a lei restringe os casos em que é possível conceder um título de propriedade. Um dos critérios legais para a obtenção de um título exige que o produtor prove que ocupa a área desde 2008. “Em áreas de ocupação posterior a este marco legal, a gente vê que as pessoas têm criado esta expectativa de regularização, às vezes alimentadas por pessoas de má-fé, ou mesmo por ignorância. O risco de se propalar que a regularização fundiária é a solução para todos os problemas é criar um estímulo à ocupação de novas áreas com a expectativa de que isso vá ser regularizado”, alerta.



Área de pastagem no município de Boca do Acre (AM). Foto: Marcio Isensee

>> Com a palavra, Assuero Doca Veronez

A ideia da Amacro surgiu de um insight, digamos assim, que eu tive vindo de carro de Rondônia para cá [Acre], imaginando alguma coisa inovadora que nós pudéssemos fazer diante de um novo governo que estava assumindo e apostava no agronegócio como uma solução alternativa econômica para a região.

A criação de uma região por decreto presidencial já chama atenção para ela. Esse ato está dizendo 'olhe com mais atenção porque aqui tem algo de bom', 'isso aqui é algo para o investidor colocar a lupa' e a ideia é essa: tentar criar alguma coisa para que a gente possa sair dessa mesmice, sair dessa dessa inércia improdutivo que estamos, especialmente, no Acre e no Amazonas.

Nós estamos hoje, no Acre, especialmente, numa fase muito difícil de atração de investimentos. A questão ambiental foi muito limitadora. Desmatamento, para nós, é sinônimo de progresso, por mais que isso possa chocar as pessoas. O Acre não tem minério, não tem potencial turístico. O que o Acre tem são as melhores terras do Brasil, mas essa terra tem um problema: uma floresta em cima. E é um problema a floresta, porque a floresta não dá retorno econômico.

A busca por alterar a legislação do Código Florestal é incessante, vai ultrapassar os anos. O setor produtivo rural sempre estará em busca de alterar os limites que nos foram impostos por uma medida provisória. Enquanto não se pode mudar a legislação, temos que intensificar o uso dessa dessa região o máximo possível. Por isso que a Amacro traria essa possibilidade porque envolve praticamente todo o oeste do Acre que é a região mais antropizada que existe.

A pecuária é a principal atividade e será sempre a principal atividade dada a vocação que tem. Acho que aqui será sempre um grande centro de produção de carne. Nós fazemos uma pecuária a pasto, sem confinamento, sem artificialidade nenhuma e somos competitivos.

Claro que sempre atrás da pecuária — e isso está ocorrendo no Brasil todo — vem a agricultura, ocupando o espaço. Aqui não vai ser diferente então nós temos esse potencial todo para produção de proteína vermelha e nós estamos abdicando disso para não pôr nada no lugar.

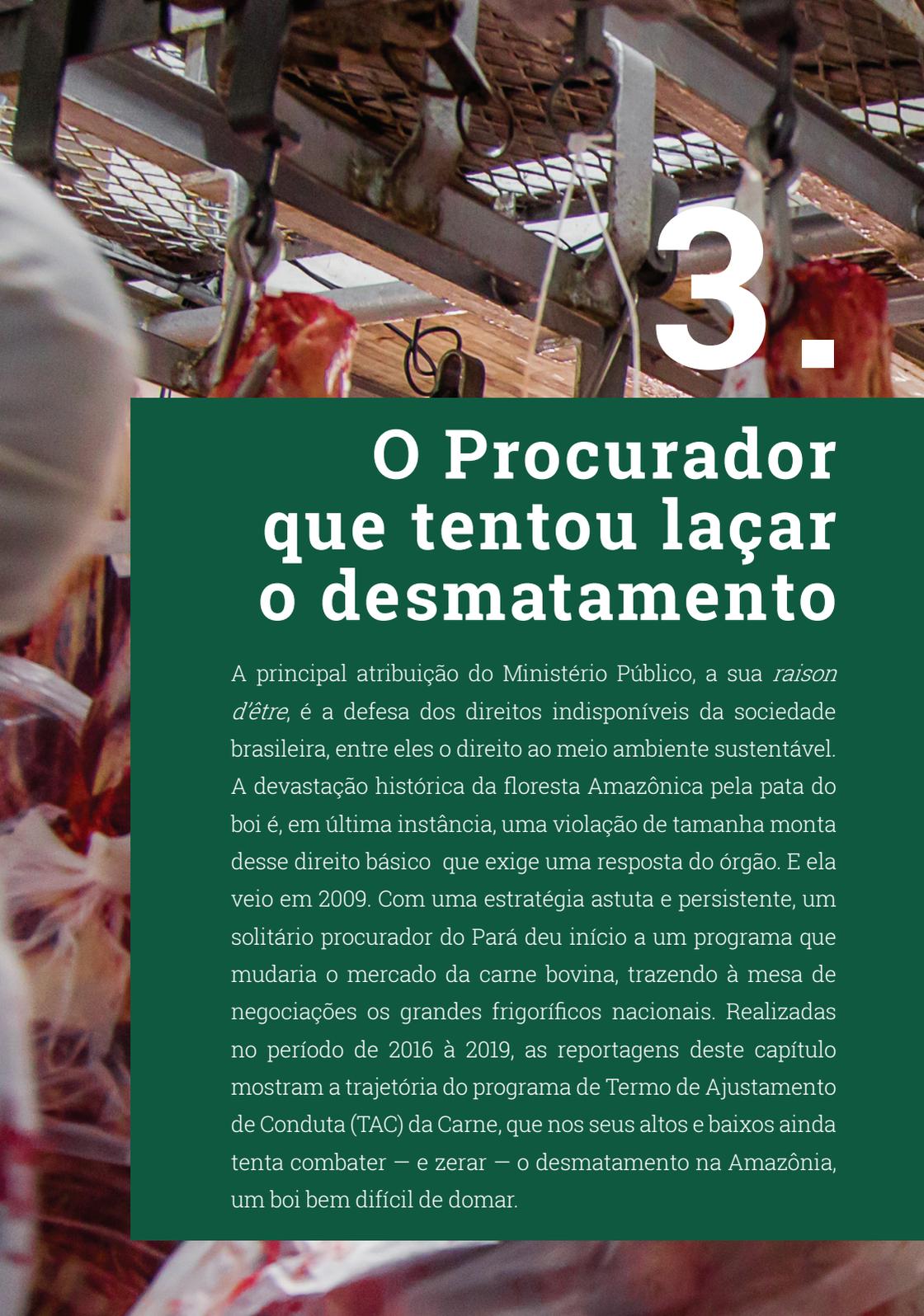
>> Com a palavra, Joel Borgo

Na essência, a ideia da regularização fundiária é boa, porque ela dá segurança jurídica, inclusive, em termos de acesso a linhas de crédito e a uma série de vantagens, que o processo, se feito de acordo com a legislação, pode proporcionar. O problema da regularização fundiária é quando ela serve de instrumento de subterfúgio para convalidar um processo de grilagem e de ocupação ilegal de terras.

Para evitar que aventureiros, pessoas que se dedicam a práticas ilegais, se valham desse bom procedimento para, na verdade, convalidar ocupações ilegais, ele estabeleceu um critério temporal. Então, a princípio, na redação originária, se limitava a ocupantes até o ano de 2004. A lei é de 2009, então com esse critério temporal se afastava a pretensão de algumas pessoas ou de grupos, que era de se valer da lei para acessar áreas públicas e usurpar patrimônio da União, que ao final é de toda a sociedade. O problema da regularização fundiária é quando a serve de subterfúgio para convalidar ilegalidades e essa não é a finalidade da lei.

É algo que preocupa porque essa região já tem sofrido ao longo dos últimos anos um incremento do arco de desmatamento. Então, o arco desmatamento no sul do Amazonas e no Acre é demonstrado nos dados do Prodes, indicando que essa região sofre uma forte pressão de novas frentes de desmatamentos, da expansão da fronteira de desmatamento. Então, esse projeto da Amacro tem que considerar diversas variáveis, não apenas o desenvolvimento agrário, a produção agropecuária, mas considerar inclusive a variável ambiental. Principalmente, porque a própria lei da Política Nacional do Meio Ambiente de 1981 estabelece que qualquer projeto regional de desenvolvimento econômico ou social tem que considerar a variável ambiental.

Do ponto de vista ambiental essa região é altamente vulnerável. Nós temos uma série de mosaicos de unidade de conservação, áreas de conservação natureza que são fortemente pressionadas pelo desmatamento ilegal e pela ocupação ilegal. O planejamento desse projeto de desenvolvimento regional não pode desconsiderar essas variáveis.

A photograph of a slaughterhouse. Several carcasses are hanging from metal hooks on a conveyor system. The scene is industrial and somewhat graphic, showing the raw meat and the machinery of the facility. The lighting is somewhat dim, and the overall tone is serious.

3.

O Procurador que tentou laçar o desmatamento

A principal atribuição do Ministério Público, a sua *raison d'être*, é a defesa dos direitos indisponíveis da sociedade brasileira, entre eles o direito ao meio ambiente sustentável. A devastação histórica da floresta Amazônica pela pata do boi é, em última instância, uma violação de tamanha monta desse direito básico que exige uma resposta do órgão. E ela veio em 2009. Com uma estratégia astuta e persistente, um solitário procurador do Pará deu início a um programa que mudaria o mercado da carne bovina, trazendo à mesa de negociações os grandes frigoríficos nacionais. Realizadas no período de 2016 à 2019, as reportagens deste capítulo mostram a trajetória do programa de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Carne, que nos seus altos e baixos ainda tenta combater — e zerar — o desmatamento na Amazônia, um boi bem difícil de domar.

O procurador que laçou o desmatamento

Por Eduardo Pegurier, 2 de maio de 2016

No fim de janeiro de 2016, a reportagem de ((o))eco partiu numa expedição jornalística ao Pará, com o objetivo de compreender as origens e os principais efeitos do chamado TAC da Carne, o acordo do MPF com os grandes frigoríficos operando na Amazônia, que os obrigou a combater o desmatamento nas fazendas de onde compravam gado para abate. Apesar de ser um assunto à primeira vista árido, sua investigação revela traços marcantes do crescimento da pecuária no Pará, a principal causa da derrubada de matas no estado. A reportagem encontrou personagens que relembram as décadas de 70 e 80, quando o governo federal incentivou a ocupação da Amazônia através do desmatamento; conheceu a cultura distinta dos imigrantes que colonizaram o sudeste do Pará; e revelou como a ação de um procurador determinado catalisou a adoção de um programa tão eficaz, que se tornou uma das principais ferramentas para se buscar o desmatamento zero na Amazônia.

Abraçado a uma espingarda

Era um dia de verão, em 1995, época das chuvas na Amazônia, quando Jordan Timo chegou ao garimpo do Pontal, na região de São Félix do Xingu, após dois dias percorrendo 100 km por arremedos de estrada, cheios de atoleiros. Viajava com um amigo, e sócio na empreitada, em um pequeno caminhão quatro por quatro. Na caçamba, carregava uma vaca viva. Logo após a chegada, matou a vaca com um tiro na cabeça e vendeu sua carne em troca de ouro. Na época, as atividades da região eram garimpo e desmatamento para extrair madeiras nobres, como mogno. Ainda na fase da abertura das próprias terras, Jordan descobriu um garimpo próximo chamado Pontal, que na

época das chuvas, por dificuldade de acesso, não conseguia um suprimento regular de comida. Daí, bolou o esquema de trocar vaca por ouro.

A expedição implicava uma noite na corrutela – nome genérico para vilas próximas a garimpos. Dormia com um olho aberto na varanda do armazém do Boca de Ouro, um personagem local folclórico, com o seu próprio ouro guardado num tubo de filme fotográfico posto no bolso da camisa. Nessas noites, abraçava-se a uma carabina Winchester e mantinha uma pistola .380 na cintura; e torcia para que as rotineiras brigas de bêbado marcadas por gritos de mulher e eventuais tiroteios não o atingissem. Cada expedição ao Pontal lhe rendia o valor de oito novilhas. A aventura valia a pena.

Vinte e dois anos mais tarde, Jordan se tornou o presidente do Sindicato Rural de Rendeção, uma cidade de 80 mil habitantes no sudeste do Pará, 300 km ao sul de Marabá. E, contrário ao seu passado e ao que se poderia imaginar, briga contra o desmatamento.

Batalha na Amazônia

Aos 26 anos e com três anos de formado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em outubro de 2007, Daniel César Azeredo Avelino chegava a Belém. Já era procurador do Ministério Público Federal (MPF) e trazia como experiência uma passagem de um ano por Brasília e outra de seis meses por Santarém, no Pará. A equipe da procuradoria de Belém tinha nove membros, distribuídos nos “ofícios” – segmentação por tema dos processos destinados a cada procurador. Azeredo escolheu o ofício do meio ambiente, ou seja, assuntos referentes ao tema ficariam sob seus cuidados. Da temporada em Santarém, concluiu que a “questão criminal, corrupção em órgãos públicos, tudo na Amazônia acaba ligado ao meio ambiente”. E o pior problema era o desmatamento.

As formas tradicionais de combate ao desmatamento usadas por duas décadas não funcionavam. “Não adiantava ir ao campo, multar fazendeiro. Isso não causava efeito prático nem fazia medo”, diz Azeredo. “A multa acabava cobrada de um laranja ou o verdadeiro proprietário escondia o patrimônio colocando no nome da mulher, dos filhos”. Faltava uma maneira de sacudir a cadeia da pecuária e ele sonhava alto, queria impactar o desmatamento em toda a Amazônia.

Seu primeiro passo foi estudar as causas por trás da derrubada da mata. Especialistas apontavam a pecuária como o maior culpado. Um trabalho do Imazon mostrou que a criação de gado era responsável por 80% do desmatamento total da Amazônia. “Ficamos um ano e meio investigando transações comerciais da cadeia da pecuária até conseguir provar que o gado produzido em áreas desmatadas ilegalmente na região era comercializado em São Paulo, Rio de Janeiro, nos grandes centros do país”, diz Azeredo. “E também estava sendo exportado e utilizado por grandes companhias do mundo inteiro.”

A etapa seguinte foi processar fazendeiros e frigoríficos pegos comercializando gado ilegal. Além disso, o MPF encaminhou a mais de 200 redes de supermercados uma “Recomendação” – termo técnico para a advertência que precede um processo – para não comprar essa carne. “Nós dissemos, olha, o seu fornecedor tem carne e couro de desmatamento, de trabalho escravo, não tem licença ambiental ou está em terra indígena. E a legislação prevê responsabilidade solidária [o supermercado se torna cúmplice do crime ao comprar desses fornecedores]. Então, você precisa adequar a sua cadeia de fornecedores”, diz Azeredo. Os grandes supermercados aceitaram a exigência do MPF, mas argumentaram não ter meios de fiscalizar quem estava irregular.

Foi aí que Azeredo teve a ideia que mesmo os adversários ruralistas mais ferrenhos reconhecem como brilhante. O Pará tem cerca de 250 mil fazendas, e existem centenas de redes de supermercados com mais de 80 mil lojas espalhadas pelo país. Entretanto, na cadeia de produção da pecuária do Pará, o elo entre as duas pontas é formado por apenas algumas dezenas de médios e grandes frigoríficos, responsáveis por abater o gado e distribuí-lo. Empresas como JBS, Bertin (mais tarde comprada pela JBS), Marfrig e Minerva. O plano do procurador foi transformá-las em guardiões contra o desmatamento.

Migrantes

Desde a década de 70, a pecuária atraiu para o Pará a vinda de gaúchos, catarinenses, paranaenses e, mais tarde, de goianos, mato-grossenses, paulistas e mineiros. O estado tem uma área de 1.247.955 km², 3,5 vezes o tamanho da Alemanha, ou, numa comparação doméstica, 4,5 vezes maior do que o Rio Grande do Sul. Em 2016, o rebanho paraense superava 19 milhões de cabeças de gado, mais do que duas vacas por cada

um dos seus oito milhões de habitantes. O município com o maior rebanho é São Félix do Xingu, que passou de 22,5 mil cabeças, em 1980, para 2,2 milhões, em 2014.

Carlos Xavier, 61, natural da Bahia, pecuarista e presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA), sentença: “o boi colonizou o Brasil, o boi você sai tocando, não precisa de estrada nem de logística”. Na hora que o governo federal convidou o brasileiro sob o lema ‘integrar a Amazônia para não entregar’, em que o chamado era ‘homem sem terra para terra sem homem’, foi aí, diz Xavier, “que todos nós viemos para cá.”

Maurício Fraga Filho, 48, cresceu passando férias nas fazendas do pai, no sudeste do Pará, nos municípios de Xinguara e Eldorado dos Carajás. A história da família se repete na região. Começou em 1973, quando seu pai vendeu terras em Bauru, São Paulo, para multiplicá-las no Norte. O pai nunca deixou São Paulo, de onde administrava as fazendas com a ajuda de visitas mensais. Ao contrário, Maurício sempre gostou de viver no sudeste do Pará, para onde se mudou por cinco anos após se formar em veterinária. Voltou à base em São Paulo, quando os filhos entraram em idade escolar. Filhos crescidos, mudou-se com a esposa de vez para lá.

“Em geral, o que chega na frente é a exploração de madeira”, diz Fraga, “mas aqui [na região] era um pólo de castanha-do-pará. Depois veio o gado, e começou o desmatamento e a plantação de pastagens. Gado é muito mais rentável que castanha”. As três fazendas de propriedade do pai, ainda na ativa, somam 27 mil hectares e têm o equivalente em gado à população de uma pequena cidade. Ao longo do ano, seu estoque varia entre 30 e 40 mil cabeças de gado.

Jordan Timo, 46, aquele que trocava vaca por ouro, é engenheiro agrônomo, formado na Universidade Federal de Lavras, em Minas Gerais. Colou grau em fevereiro de 1994 e, duas semanas depois, chegava à região de São Félix do Xingu para cuidar de terras da família. Sua cidade natal é Teófilo Otoni, Minas Gerais, onde seu pai era funcionário do Banco do Brasil e também dono de uma fazenda. Ele o convenceu a trocar sua área em Minas, de 450 hectares, por outra quase oito vezes maior, de 3.500 hectares, na “fronteira do Pará” – como até hoje são chamadas as áreas em que a floresta é derrubada e apropriada.

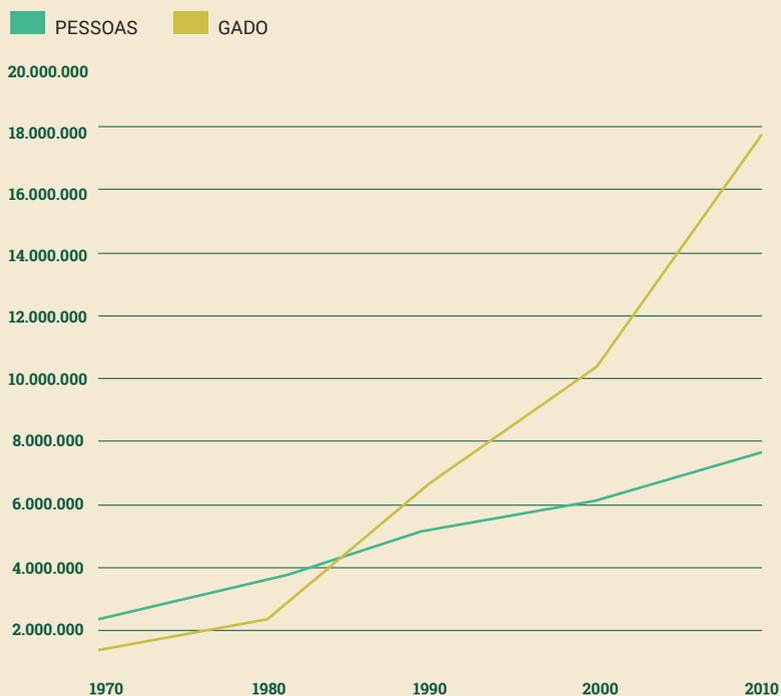
Na década de 90, conta Jordan, “em São Félix do Xingu, os fazendeiros formavam consórcios para contratar peões para desmatar e abrir fazendas na floresta amazônica.” Cada fazendeiro ia nas pensões da cidade, que abrigavam esse pessoal que vinha, em geral, do Nordeste. Como eles se endividavam por hospedagem, a contratação implicava quitar as dívidas, um adiantamento apelidado de “abono”, o qual selava sem retorno a combinação de trabalho. Ele conta que os peões eram levados a um galpão guardado por seguranças, onde passavam a dormir e comer até que o número desejado de peões fosse alcançado, quando, então, eram conduzidos a uma barca que ia deixando os subgrupos pelas margens do rio Xingu, próximos às áreas de cada contratador. “Era o que hoje chamam de trabalho análogo à escravidão”, diz Jordan. “Mas sem esse esquema, os peões fugiam com o abono. Não tinha outro jeito.”

A laçada nos frigoríficos

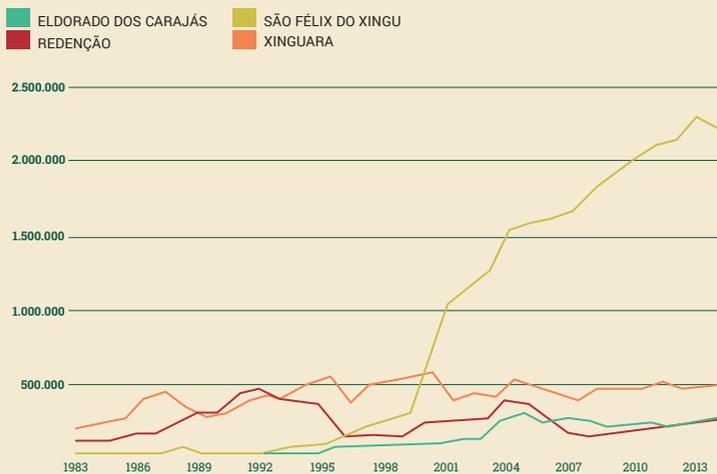
A ideia do procurador Daniel Azeredo era simples e eficaz. O MPF havia flagrado frigoríficos do estado comprando gado de desmatamento e aplicado multas que totalizaram dois bilhões de reais. Outro instrumento de pressão ainda mais potente era o medo, por parte dos grandes supermercados, como Pão de Açúcar e Walmart, de comprar carne ilegal. Ante serem processados, eles prefeririam evitar a carne do Pará, o que seria um baque talvez fatal para os seus frigoríficos. Por fim, Azeredo e o MPF se beneficiaram da pressão que o Greenpeace fazia na Europa sobre marcas multinacionais, como a Adidas ou McDonald’s, que compravam grandes quantidades de couro e carne. A campanha do Greenpeace, chamada “Farra do Boi”, advertia contra o uso de matérias-primas advindas do gado de desmatamento na Amazônia. O medo do dano que isso poderia causar às suas reputações levou essas marcas a também ameaçarem parar de se abastecer na região. Assim, quando Azeredo ofereceu o acordo conhecido como TAC da Carne, os grandes frigoríficos capitularam e assinaram. Graças ao TAC, eles se tornaram, então, os responsáveis pela fiscalização dos pecuaristas que usavam como fornecedores.

A cada transação, os frigoríficos deveriam garantir que o produtor de quem compravam cumprisse cinco quesitos: não constasse da lista de embargos e multas ambientais do Ibama;² não possuísse áreas desmatadas detectadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; tivesse realizado seu Cadastro Ambiental Rural (CAR); suas terras

Evolução da população do Pará em relação ao número de cabeças de gado



Evolução do número de cabeças de gado nos municípios de Eldorado dos Carajás, Redenção, São Félix do Xingu e Xinguara.



não se sobrepujessem a unidades de conservação ou terras indígenas; e também não constasse na lista de exploradores de trabalho escravo do Ministério do Trabalho.

O rol de exigências parecia uma tarefa hercúlea e, para muitos, uma exigência injusta. Na prática, funcionou com facilidade e a custo baixo. A essa altura, Jordan Timo havia criado uma consultoria, a Apoio³, que trabalha para os frigoríficos fazendo o serviço de monitorar as exigências do TAC da Carne nas fazendas de pecuária. Instalada em duas pequenas salas em Redenção (PA), sua empresa é capaz de fazer essa checagem em minutos para sete frigoríficos clientes ao custo de R\$ 1,00 por boi, ou 0,05% do valor do animal, que gira em torno de R\$ 2 mil. Há outras empresas que realizam o mesmo serviço, como a Terras,⁴ uma startup criada por pesquisadores da Ong Imazon. O que essas consultorias fazem é usar softwares que vasculham bancos de dados públicos e verificam se o pecuarista em questão falha em algum dos quesitos do TAC. Se falhar, adeus: cai para uma fração a chance de vender suas cabeças de gado. Esse produtor terá que se valer do mercado informal ou recorrer a um número cada vez menor de frigoríficos que se arriscam a comprar gado ilegal. Dos dois jeitos, é mau negócio, pois obtém um preço mais baixo para o boi.

As dores da lei

Azeredo se lembra de um encontro às vésperas da assinatura do TAC, numa manhã em junho de 2009, que mostrou como assumir responsabilidades ambientais estava longe da rotina das empresas. Ele e colegas do MPF se reuniram com um grupo de advogados do Frigorífico Bertin. Durante a conversa, para animação dos advogados, os procuradores acenaram com um acordo. Eles já tinham em mente o conceito do TAC, mas não por escrito. Os advogados do Bertin se dispuseram a esperar pelo texto do acordo. Passaram o dia no prédio da procuradoria, em Belém. “No fim da tarde, entregamos a eles a proposta”, diz Azeredo. “Eles já estavam cuidando da procuração para assiná-la, mas ficaram chocados com os termos propostos, e recuaram”. Azeredo recorda que o repúdio inicial foi contra o acordo inteiro e não contra um ponto específico.

Maurício Fraga lembra bem do impacto inicial do acordo: “o TAC veio goela abaixo, de uma vez, e criou uma série de dificuldades”. Ele conta que perdeu uma venda para um

grande exportador por falha de monitoramento, um “falso positivo”, que detectou um desmatamento em terras adjacentes como se fosse nas suas.

Em 2009, Jordan Timo era um dos líderes ruralistas mais vocais contra as medidas do governo que apertavam o cerco contra os desmatadores. “Eu era contra, porque não achava certo. O governo queria uma coisa sofisticada do produtor, mas não era capaz de dar nada em troca, nem mesmo fazer a regularização fundiária das propriedades”, diz. Ele continua indignado com o que considera ineficiência dramática dos órgãos ambientais e fundiários, mas, agora, trabalha contra o desmatamento e ganha dinheiro com isso.

Um dos clientes de Jordan é o frigorífico Rio Maria, de médio porte, que abate 400 cabeças de gado por dia e fica localizado no município com o mesmo nome, adjacente a Redenção. Antes de comprar cada lote, o Rio Maria aguarda o veredicto do programa de computador da empresa de Jordan. Para tentar dar a volta na lei, há fazendeiros que dividem suas propriedades para excluir pedaços em que houve desmatamento. Mas como os limites de cada fazenda precisam ser declarados, quando mudam é sinal de que algo está errado. E aí não tem negócio.

Há vezes em que o sujeito é vetado sem ter culpa. Jordan contou o caso de uma grande fazenda no município de Bannach, com cerca de 4.000 hectares, onde havia uma área remota montanhosa e coberta por floresta. Atrás dela, estava outra propriedade. Este vizinho desmatou cerca de 10 hectares de mata alheia, e causou um prejuízo inesperado ao primeiro. Quando este tentou vender seu gado, foi barrado pelo frigorífico. Para acessar o local desmatado, o fazendeiro prejudicado precisaria dirigir 40 km. Ele nem suspeitou do desmatamento ilegal em suas terras, mas o satélite não quis saber, e o frigorífico preferiu não correr o risco.

Brechas

“O TAC da Carne obteve uma vitória importante, mas ainda parcial, contra o gado de desmatamento”, diz Paulo Barreto, pesquisador do Imazon. Em conjunto com Holly Gibbs, pesquisadora da Universidade de Wisconsin, ele fez uma análise dos efeitos que a medida provocou.⁵ O estudo usou como amostra quatro grandes frigoríficos do grupo JBS, no Sudeste

do Pará. Um dos resultados mostra que, antes do TAC, apenas 2% dos fornecedores desses frigoríficos tinham Cadastro Ambiental Rural, contra 96% após o acordo. Da mesma forma, o número de fazendas fornecedoras que tinham desmatamento caiu de 36% para 4%.

Mas Barreto alerta para as brechas e os vários tipos de fraude que enfraquecem o TAC. “Mesmo os frigoríficos maiores não controlam ainda as chamadas fazendas de cria, que produzem os bezerros e vendem para as fazendas de engorda. Os frigoríficos compram das fazendas de engorda”. Além disso, diz ele, há fraudes como os vazamentos para frigoríficos que ainda não verificam suas compras; ou a chamada “lavagem”, que ocorre quando fazendas com desmatamento repassam seu gado para fazendas dentro da lei, que, por sua vez, vendem sem problemas para os frigoríficos. O próximo passo para aperfeiçoar o TAC da Carne é encontrar mecanismos para fechar esses furos.

Apesar dos produtores indiretos ainda não serem controlados e haver possibilidades de fraude, o TAC da Carne é um sucesso. Do seu pioneirismo no Pará, esse tipo de acordo se espalhou pelos estados da Amazônia e, até a data de publicação desta reportagem, 342 frigoríficos já assinaram. A única exceção é Roraima, onde nenhum acordo foi firmado.

Enquanto isso, a região Sudeste permanece alheia às mudanças que ocorreram no Norte. De volta ao Rio de Janeiro, sede dos repórteres, conversando com uma amiga, ocorreu o seguinte diálogo:

– *O que vocês foram fazer na Amazônia, que legal, vocês se embrenharam na floresta, navegaram por algum grande rio?*

– *Não, visitamos fazendas de pecuária e grandes abatedouros.*

– *Como assim, tem boi na Amazônia?*

Pano rápido.

Estado	Número de Frigoríficos		
	Com TAC	Total	% do total
Mato Grosso	31	120	26%
Pará	74	115	64%
Maranhão	1	46	2%
Acre	10	22	45%
Rondônia	11	22	50%
Amazonas	2	13	15%
Roraima	0	4	0%
Total	129	342	38%



O procurador Daniel Azeredo em seu escritório na sede do Ministério Público Federal, em Belém, Pará.
Foto: Marcio Isensee



Em Redenção, na sua empresa, Jordan Timo usa a imagem de satélite para mostrar uma área desmatada.
Foto: Marcio Isensee



O pecuarista Maurício Fraga supervisiona uma operação de venda de gado vivo para o Oriente Médio.
Foto: Marcio Isensee

Origem desconhecida

Por Bernardo Camara, 5 de setembro de 2017

Enquanto você passa os olhos por esta reportagem, cerca de 60 mil bois criados na Amazônia aguardam enfileirados a hora do abate. O ritual se repete todos os dias, distribuído por pelo menos 128 frigoríficos espalhados pela região. Antes do momento derradeiro, metade desses frigoríficos faz uma varredura diária nos bancos de dados públicos. O objetivo é garantir que os animais não venham de fazendas com irregularidades ambientais e sociais. A outra metade dos abatedouros, porém, não faz a mais vaga ideia da origem da boiada.

Em um levantamento pioneiro, o Imazon mostrou que, até o ano de 2017, apenas 48% dos frigoríficos presentes na Amazônia aderiram ao acordo que ficou conhecido como TAC da Carne. Firmado junto ao MPF, o Termo de Ajustamento de Conduta tem implementação complexa, mas princípios simples: todo frigorífico que assinar o documento se compromete a monitorar as fazendas de onde compram gado. Se houver qualquer indício de desmatamento ilegal, invasão de terra indígena ou uso de trabalho escravo, por exemplo, o fornecedor deve ser imediatamente excluído.

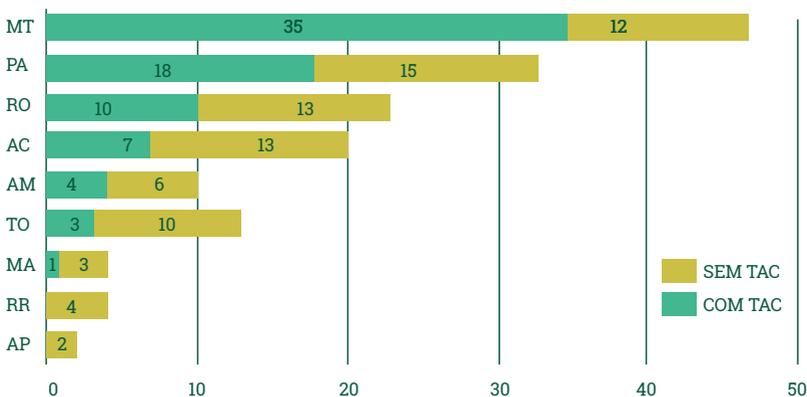
A iniciativa do TAC da Carne nasceu em 2009 pelas mãos do procurador Daniel Azeredo, que comandava a área ambiental do MPF no Pará. Numa minuciosa investigação, ele provou que os maiores frigoríficos do estado estavam adquirindo gado de fazendas envolvidas com crimes ambientais e sociais. Com as evidências debaixo do braço, bateu à porta dessas empresas e deu o ultimato: ou vocês encaram penas e multas milionárias na Justiça ou assinam este documento. Acabaram escolhendo a segunda opção.

“Desde o início, o objetivo era alcançar toda a indústria que atua na Amazônia. Então iniciamos, em 2009 mesmo, reuniões com procuradores de todos os estados da região e formamos o Grupo de Trabalho Amazônia Legal”, conta Daniel Azeredo. “Cada procu-

rador começou a fazer as investigações em seus estados e a se reunir com os frigoríficos para buscar a assinatura dos acordos.”

Oito anos depois, 63 frigoríficos estão sob as regras do TAC da Carne – por envolver os maiores, eles representam 70% da capacidade de abate na região. Os outros 30% estão nas mãos de 65 frigoríficos que permanecem alheios à iniciativa. Isso significa que, todos os dias, cerca de 18 mil cabeças de gado são abatidas na Amazônia sem qualquer monitoramento ambiental. E sem restrição de mercado. “O maior comprador da carne brasileira é o próprio Brasil”, diz o pesquisador do Imazon, Paulo Barreto, apontando o principal destino deste produto. “A Amazônia fica com apenas 12% da carne produzida na região. A maioria vai para os outros estados.”

Número de frigoríficos com e sem TAC



“Nenhum boi morre no pasto”

Para garantir que a carne produzida na Amazônia esteja livre de irregularidades, 100% dos frigoríficos da região precisariam se comprometer com o monitoramento de seus fornecedores. Mas isso está longe de se tornar realidade. E o motivo é simples: os frigoríficos que não aderiram aos acordos nunca deixaram de vender seus produtos por conta disso. Pelo contrário, em alguns casos, até levam vantagem no mercado.

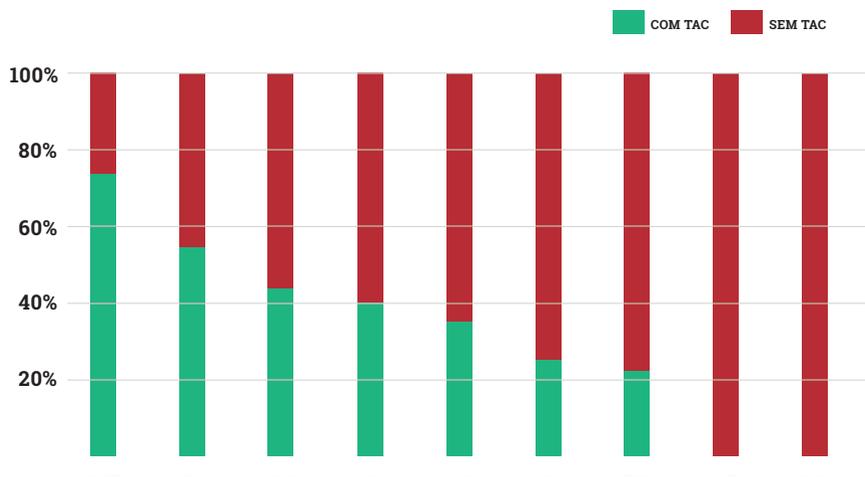
“O cumprimento das medidas estipuladas pelo TAC gera custos para as empresas. Quem não se submete a isso está livre desses custos, então passa a ter vantagens comerciais”, diz Francisco Victer, fundador e ex-presidente da União Nacional da Indústria da Carne (Uniec),⁶ que representa os frigoríficos. “Tem um frigorífico em Xinguara (PA), por exemplo, que assinou o TAC e é de primeiro mundo. Mas não consegue vender um quilo de carne no município, porque lá tem empresas que não seguem os acordos e conseguem vender ao varejo por um preço muito mais barato.”

A desvantagem comercial das empresas que assinaram o TAC também acontece no momento da compra do gado para abate. Ao abrir mão de fornecedores com irregularidades, muitas vezes o frigorífico precisa buscar a matéria-prima em locais mais distantes, aumentando seus custos. O fazendeiro rejeitado, no entanto, facilmente encontra outros compradores. “A pessoa atravessa a rua e vende para o frigorífico que não assumiu compromissos”, diz Victer. “A JBS no Pará, por exemplo, tem uma lista de mais de 2.500 rejeições de compra. Mas nenhum boi morre no pasto. Alguém comprou aquele gado.”

O exemplo dado por Victer é corroborado pelo Imazon. No estudo “Os frigoríficos vão ajudar a zerar o desmatamento?”,⁷ o instituto mapeou as áreas potenciais de compra de 128 frigoríficos ativos na Amazônia Legal. Chegou à conclusão que as empresas comprometidas com o TAC operam no mesmo território comercial que as não signatárias, abrindo caminho para o chamado vazamento do acordo. “As zonas de compra estão sobrepostas, o que gera uma competição injusta e desleal. Tem que incluir todo mundo no TAC, senão teremos sempre o vazamento”, diz Paulo Barreto.

Durante a elaboração do estudo, os pesquisadores do Imazon foram a campo e ouviram dos próprios fazendeiros exemplos dessa prática. “Pecuaristas boicotados por empresas que assinaram o TAC no Pará informaram que conseguiram vender seu gado para frigoríficos sem TAC no Tocantins”, diz. Isso pode explicar o aumento de 144% no número de animais oriundos do Pará abatidos no estado vizinho após a assinatura do acordo em 2009. O Tocantins é um dos estados com menor número de frigoríficos signatários.

% de frigoríficos com e sem TAC



Mercado aberto

Se as vendas dos fazendeiros irregulares seguem sem barreiras, o mesmo pode ser dito sobre as transações comerciais feitas pelas empresas do ramo sem TAC. E não se trata só do mercado interno: somente em 2016, nove frigoríficos localizados nos estados do Pará, Tocantins, Rondônia e Mato Grosso exportaram mais de 48 mil toneladas de carne bovina para outros países, de acordo com informações levantadas na plataforma Trase,⁷ que analisa dados comerciais de commodities brasileiras.

Coincidência ou não, a lista de importadores que compraram carne dessas empresas é formada principalmente por países asiáticos, africanos e sul-americanos, como Hong Kong, Egito, Angola, Peru e Chile. Esses mercados costumam ser menos rígidos em suas exigências comerciais. No entanto, também foi possível identificar vendas em menor quantidade para países europeus, além dos Estados Unidos. "Na atual lógica de mercado, o preço continua sendo um diferencial, tornando a carne vinda de frigoríficos sem TAC mais atrativa. Os problemas relacionados com sua produção não são considerados por esses países importadores", diz Maria Rosa Darrigo, do Greenpeace.

O motivo disso é que a exportação de produtos agropecuários não está condicionada ao cumprimento de compromissos socioambientais. Os protocolos hoje – tanto do Brasil como dos países importadores – costumam ser apenas sanitários. “Não conheço país que deixe de comprar carne brasileira porque veio de área desmatada”, diz Victor. E quando se trata do mercado interno, o cenário não é muito diferente. “O setor do varejo ainda não está engajado no processo. Os supermercados assinaram termos de cooperação, fizeram marketing, mas continuam comprando carne de frigoríficos que não têm compromissos socioambientais.”

Silêncio dos inocentes

“A exportação de produtos agropecuários não está condicionada ao cumprimento de compromissos socioambientais. Os protocolos hoje – tanto do Brasil como dos países importadores – costumam ser apenas sanitários.”

Para confirmar essa informação, ((o))eco entrou em contato com as três maiores redes de supermercados do Brasil – Carrefour, GPA (antigo Grupo Pão de Açúcar) e Walmart –, pedindo a lista dos frigoríficos da Amazônia que lhes fornecem carne e o volume médio mensal comprado da região. Apenas o Walmart abriu o jogo. Luiz Herrisson, diretor de sustentabilidade do grupo, não divulga a quantidade, mas afirma que 40% da carne vendida nas 485 lojas da rede vêm da Amazônia. De lá, o produto vai parar nas prateleiras do Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.

“Hoje a gente tem um número bem restrito de fornecedores que atuam na Amazônia. São apenas quatro: JBS, Marfrig, Boiforte e Masterboi”, diz Herrisson, para confirmar em seguida: “Nem todos assinaram o TAC”. Ele se refere às duas últimas empresas, Masterboi e Boiforte, que têm unidades no estado de Tocantins. De acordo com o mapeamento feito pelo Imazon, os dois frigoríficos compram gado de uma região que soma mais de 420 mil hectares de áreas embargadas e desmatamento recente.

Para driblar esse problema, o Walmart afirma ter criado um sistema próprio de monitoramento de fazendas fornecedoras. Além disso, o grupo diz que desde 2016 só fecha negócios com frigoríficos que sigam as mesmas exigências feitas pelo TAC. “Todo frigorífico que vende carne para o Walmart precisa ter sistema de monitoramento dos fornecedores

e fazer auditoria anual. Isso está em contrato”, disse Herrisson, garantindo que o Boiforte e o Masterboi já teriam seus sistemas implementados. ((o))eco entrou em contato com os dois frigoríficos, mas as empresas não atenderam às repetidas solicitações de entrevista.

Líder em faturamento no setor do varejo, o Grupo GPA – controlador das redes Extra, Assaí e Pão de Açúcar – também preferiu o silêncio. Afirmou que, “por políticas internas”, sua lista de fornecedores não é pública. Porém, uma fonte ouvida por ((o))eco afirma que aproximadamente 10 frigoríficos na Amazônia Legal fornecem carne para as mais de duas mil lojas que o grupo tem espalhado pelo Brasil.

De acordo com essa fonte, apenas os três maiores frigoríficos do país – JBS, Marfrig e Minerva – estão entre os fornecedores do GPA que assinaram o TAC. Todos os outros estão fora do acordo. Haveria frigoríficos que não têm nada ou muito pouca informação sobre as fazendas fornecedoras. Em alguns casos, têm apenas uma caderneta com o nome e o telefone do pecuarista de quem costumam comprar gado. Nenhum sistema ou planilha organizada com dados sobre o produtor.

Desde outubro de 2016, o GPA iniciou uma parceria com a ONG Aliança da Terra para tentar mudar esse cenário. De lá para cá, a empresa tem exigido de seus fornecedores que repassem informações sobre as fazendas de onde compram gado. A partir daí, o próprio GPA faz a checagem para saber se o pecuarista está nas listas de desmatamento ilegal, trabalho escravo ou se está dentro de áreas protegidas. “Acaba sendo um TAC informal, porque são as mesmas condições”, explica Aline Locks, da Aliança da Terra, que tem ajudado o grupo varejista nesse processo.

Conforme Aline, o GPA já excluiu fornecedores que não concordaram em abrir seus dados de compra. “Assim como o Greenpeace e o Ministério Público têm poder de pressão sobre o varejo, os supermercados têm poder de pressão comercial junto aos frigoríficos”, diz ela. O problema é que essa influência ainda é pouco exercida pelo setor, observa Maria Rosa, do Greenpeace. “Com certeza, o varejo pode ajudar a aumentar a adesão dos frigoríficos ao TAC. Mas para que haja uma mudança significativa, é necessário que mais supermercados e outros tipos de varejo intensifiquem a pressão sobre essas empresas. Caso contrário, vai continuar existindo o vazamento na compra de gado.”

Segundo colocado no ranking das redes varejistas com maior faturamento no país, o Grupo Carrefour também não informou quem são seus fornecedores de carne na Amazônia. No final de 2015, o Greenpeace fez um levantamento⁸ com os maiores supermercados do país, para saber como andavam suas políticas de desmatamento zero para a carne bovina que vendem em suas lojas. De acordo com Maria Rosa Darrigo, membro da ONG, apesar dos recentes avanços anunciados pelo Walmart e GPA, ainda hoje nenhum supermercado no país “pode garantir que a carne que vende está totalmente livre de desmatamento, trabalho escravo ou invasão de terras indígenas.”

“É um trabalho que não tem fim”

Dos nove estados da Amazônia Legal, nenhum até hoje conseguiu fazer com que 100% dos frigoríficos locais aderissem ao TAC da Carne. Como se trata de um acordo, o engajamento é voluntário. E o que tem colocado a indústria contra a parede são as investigações, que, segundo o procurador Daniel Azeredo, não pararam um minuto depois que a porteira se abriu em 2009. “É um trabalho contínuo, pesado, que não tem fim”, diz ele, citando a importância da cooperação de outros órgãos, como o Ibama, para acelerar esse processo.

Em março, oito anos depois que o TAC da Carne ganhou vida, o Ibama deflagrou sua primeira operação de grande porte em cima dos frigoríficos da Amazônia, fechando plantas e distribuindo milhões em multas. Os principais alvos da Operação Carne Fria, porém, foram as empresas que já haviam assinado o acordo, o que gerou uma enorme revolta do setor.

“Chegaram aqui, chamaram a imprensa e embargaram justamente as empresas que mais estão ralando para reduzir o desmatamento”, criticou Francisco Victier. “Enquanto isso, os frigoríficos que não estão envolvidos no processo continuaram funcionando livremente. Por que não foram atrás deles?”

Coordenador geral de fiscalização do Ibama, Renê Luiz de Oliveira não se abalou com as críticas, e disse que aquele foi apenas o primeiro episódio de muitos. “A operação não acabou. Ainda teremos a Carne Fria 2”, disse. E garantiu: “Estamos com um olhar especial para os frigoríficos que não assinaram o TAC.”

Exportação dos frigoríficos sem TAC na Amazônia (2016)

Frigorífico Sem TAC da Carne	Estado	Volume exportado (em ton. / 2016)	Países importadores
VPR Brasil Importações e Exportações Ltda.	MT	1,328.90	Hong Kong, Rússia, Egito, Angola, Vietnã, Paraguai, Gana
Mataboi Alimentos Ltda.	MT	57,113.20	Hong Kong, Egito, China, Rússia, Irã, Chile, Reino Unido, Itália, Holanda, Arábia Saudita
Total S.A.	RO	146.30	Hong Kong
Frigon – Frigorífico Irmãos Gonçalves	RO	31,030.20	Hong Kong
Rondônia Masterboi Ltda.	PA	2,932.10	Hong Kong, Rússia, Tailândia, Ucrânia
Frigorífico Fortefrigo Ltda.	PA	114.10	Hong Kong
Frigorífico Paraíso Ltda.	TO	376.40	Hong Kong
Coop. dos Prod de Carne e Derivados de Gurupi	TO	10,053.00	Hong Kong, Rússia, Egito, Arábia Saudita, Angola, Peru
Indústria e Comércio de Carne e Derivados Boi Brasil	TO	3,965.50	Hong Kong, Egito, Angola, Congo, Malásia, Coreia do Sul

Irregularidades dos frigoríficos passam em branco

Por Bárbara Mengardo, 4 de abril de 2018

Daniel Freire é diretor do frigorífico Mercúrio, localizado em Castanhal, Pará. Ele caminha pelas instalações do abatedouro cumprimentando funcionários vestidos com aventais brancos e botas, salpicados de manchas de sangue, enquanto transformam bois adquiridos em fazendas do estado em cortes de carne consumidos no Brasil e no exterior. Uma a uma, ele vai passando pelas salas da instalação — abate, desossa, miúdos — e explicando sobre a reutilização do sangue pela indústria farmacêutica, sobre os ossos que dão origem a farinhas utilizadas em granjas e as partes dos bois que são compradas por pet shops para virar brinquedos de cachorros.

Possivelmente perturbador para quem não é do ramo, o cenário é motivo de orgulho para Freire. O frigorífico teve um dos melhores resultados nas auditorias apresentadas por companhias que firmaram os chamados Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) da Carne no Pará. Os acordos, entre o MPF e frigoríficos paraenses, têm por objetivo impedir a compra de cabeças de gado advindas de fazendas que desmataram a Amazônia ou se utilizaram de outras práticas ilícitas, como exploração de trabalho escravo e ocupação de territórios indígenas.

A unidade de Castanhal do Frigorífico Mercúrio conseguiu comprovar que, em 2016, não adquiriu nenhuma cabeça de gado proveniente de fazendas com irregularidades. Apesar do desempenho excelente, entretanto, o Mercúrio não recebeu nenhuma distinção do MPF. Isso porque o órgão considerou satisfatórios os resultados das empresas com até 30% de compras irregulares em 2016, e optou por não punir nenhuma companhia auditada.

De acordo com os dados, divulgados entre os dias 8 e 9 de março de 2018, mesmo com os TACs, 17 frigoríficos adquiriram mais de 245 mil cabeças de gado de fazendas com irregularidades. Do total, pelo menos 146 mil animais vieram de localidades que desmataram a Amazônia. As demais irregularidades envolvem, entre outras, compras de fazendas embargadas pelo Ibama, ou de localidades sem Cadastro Ambiental Rural (CAR) ou Licença de Atividade Rural (LAR).

Apesar dos números, o MPF optou por não aplicar as sanções previstas nos acordos. Segundo o procurador Daniel Azeredo, que está à frente dos TACs desde 2009, cabe ao mercado valorizar as companhias com melhores resultados. Ficam sob foco de fiscalização apenas os frigoríficos que não apresentaram auditorias ou não assinaram TACs.

A decisão conseguiu desagradar tanto entidades que combatem o desmatamento na Amazônia quanto parte dos frigoríficos que fizeram auditorias. O fato acendeu, ainda, uma luz de alerta: tão importantes para o combate ao desmatamento na Amazônia, estariam os TACs perdendo a força?

Três Maracanãs

Firmados com empresas sediadas no Pará, entre frigoríficos e curtumes, os TACs da Carne começaram a ser assinados em 2009. Por meio dos documentos, as companhias se comprometem, entre outros pontos, a não adquirir bois de fazendas nas quais tenha havido desmatamento após terem assinado o termo, que constem na "lista suja do trabalho escravo" do Ministério do Trabalho ou que estejam relacionadas a condenações judiciais referentes à invasão de terras indígenas, violência agrária ou grilagem de terra.

Os termos tornaram os donos de frigoríficos responsáveis por parte da cadeia produtiva do setor. O fato foi motivo de comemoração por ambientalistas e, em um primeiro momento, desagradou empresários e pecuaristas.

A escolha de assinar os documentos com os frigoríficos foi estratégica: existem cerca de 400 mil fazendas de gado no Pará, que abastecem pouco mais de 100 frigoríficos com licenças estaduais e federais. "O TAC trabalha assim: se forem reunidos todos os

produtores, teríamos que disponibilizar três Maracanãs cheios. Se conversarmos com quem compra gado de todos esses produtores, eu posso fazer uma reunião em uma sala de 100 pessoas”, afirma Fonseca.

De acordo com dados do Inpe, o Pará ocupa o posto de líder de desmatamento na Amazônia Legal desde 2006. Em 2009, quando foram assinados os primeiros TACs da Carne, mais de 4,2 mil km² de florestas haviam sido derrubadas no estado. Segundo o projeto TerraClass, do Inpe, em 2014 a pecuária ocupava aproximadamente 60% do total de áreas desmatadas em toda a Amazônia.

“Pecuária e desmatamento andam juntos”, sintetiza Adriana Charoux, da campanha Amazônia, do Greenpeace. Segundo ela, a pecuária requer um nível de investimento menor em relação à soja, por exemplo, além de apresentar outros benefícios. “Estudos estão mostrando que o produtor não opta por outras formas produtivas, mesmo que mais lucrativas”, diz. Segundo ela, isso ocorre porque o gado pode ser vendido com mais rapidez caso o pecuarista precise de dinheiro. “É dinheiro ‘spot’”, conclui.

Segundo levantamento do Inpe, a região da Amazônia Legal, que abrange nove estados brasileiros, passou por uma queda na taxa de desmatamento entre 2004 e 2012. A partir de então, os dados demonstram que o desmatamento voltou a crescer.

De acordo com o pesquisador sênior do Imazon, Paulo Barreto, de 2012 a 2017 a taxa média de desmatamento na Amazônia Legal aumentou 38%. Ele relaciona a assinatura dos TACs da Carne tanto à queda quanto à elevação das áreas devastadas. Segundo ele, em um primeiro momento as companhias que fizeram acordos com o MPF influenciaram na queda do desmatamento. Posteriormente, entre outros problemas, ocorreu o que Barreto chama de “vazamento.”

“Quem assinou o TAC desmatou menos, porém as fazendas não cadastradas tiveram uma taxa de desmatamento muito maior do que seria o esperado. Então acabou que neutralizou, e o efeito líquido do acordo acabou sendo nulo”, afirmou.

“[O TAC] foi um fator inibidor de desmatamento, mas não foi suficiente para conter o seu avanço”, concorda Adriana, do Greenpeace.

Aos números

Nove anos após a assinatura dos TACs, um evento reuniu em Belém ambientalistas, donos de frigoríficos e pecuaristas para a divulgação das primeiras auditorias feitas pelos signatários do TAC.

As empresas foram incumbidas de responder a 12 perguntas. As mais importantes eram relacionadas à quantidade de gado adquirido em 2016, apontando quantas cabeças foram compradas de fazendas com – e também sem – evidências de irregularidades. Os questionamentos foram respondidos por 20 empresas que assinaram o TAC, e cinco não signatárias.

De acordo com os dados, mais de 245 mil cabeças de gado foram adquiridas de áreas irregulares, e as empresas não apresentaram justificativas para tanto. O problema mais comum foi a compra de gado de fazendas com desmatamento – foram 146 mil animais em 2016.

Segundo o Imazon, foram necessários aproximadamente 110 mil hectares de pasto para criar o gado que foi comercializado irregularmente no período. A regeneração dessa área custaria aproximadamente R\$ 83 milhões, e levaria décadas. O instituto estima que a comercialização de gado em desacordo com o TAC, por parte das signatárias, gerou a elas um lucro líquido de R\$ 16 milhões. Do total, cerca de R\$ 10 milhões correspondem ao lucro obtido através da compra de gado de áreas desmatadas.

Em relação ao número absoluto de cabeças de gado provenientes de fazendas irregulares, a JBS teve a pior performance absoluta entre as companhias auditadas. Foram 118.400 animais nessas condições em 2016, o equivalente a 19% do que foi adquirido no período pela companhia. Desse total, mais de 85 mil bois vieram de fazendas que desmataram entre julho de 2008 e outubro de 2009. Outros 13,9 mil foram comprados de fazendas sem Cadastro Ambiental Rural (CAR), documento obrigatório para aquelas que vendem animais a frigoríficos signatários do TAC.

A comparação entre os números da JBS e o total apresentado pelas companhias auditadas mostra o tamanho do problema: a empresa é responsável por 57% das cabeças de gado que vieram de áreas desmatadas ilegalmente.

O diretor de sustentabilidade da JBS, Márcio Nappo, afirmou que a empresa foi prejudicada pela falta de detalhamento dos critérios de análise e por divergências nos bancos de dados públicos. Além disso, segundo ele, a JBS contratou para a fazer a auditoria de uma multinacional com ampla experiência, que optou por uma visão “conservadora” no caso de dúvidas nos dados.

Desdobramentos

Frente aos números, o procurador Daniel Azeredo optou por dividir os frigoríficos paraenses em quatro grupos: companhias que assinaram o TAC, fizeram auditorias e tiveram até 30% de irregularidades; empresas com TAC, auditoria e irregularidades acima de 30%; companhias com ou sem TAC que não fizeram auditoria e, por fim, empresas sem relevância para o mercado.

No primeiro grupo, que reúne 18 empresas, estão as companhias que conquistaram resultados satisfatórios. Como retribuição, elas poderiam fazer a auditoria seguinte, em 2018, por amostragem.

A essas companhias, o MPF enviou ofício afirmando que elas fazem parte “de um seleto rol de pessoas jurídicas”, para as quais “o resultado da auditoria é satisfatório e demonstra uma evolução” em relação ao período anterior ao acordo.

O segundo grupo, formado por sete companhias, terá que fazer a próxima auditoria completa, como a realizada em 2017. Será necessário repassar ao MPF a relação de todas as operações realizadas no período auditado.

Às empresas do terceiro grupo será reservado o tratamento mais rígido. Azeredo prometeu o envio de informações ao Ibama, junto a um pedido de fiscalização. De acordo com o procurador, 11 empresas entraram nessa categoria.

Por fim, as 65 companhias do quarto grupo não serão fiscalizadas ou punidas, já que não são representativas para o setor. Integram a divisão tanto companhias com TAC quanto companhias sem TAC.

O coordenador-geral do Ibama, Renê Luiz de Oliveira, afirmou que o órgão fiscalizaria as companhias apontadas pelo MPF, e poderia aplicar sanções administrativas. Em caso de irregularidades, os resultados podem ser enviados ao Ministério Público, para eventual responsabilização das companhias na esfera penal.

“Nós já temos linhas de investigação que nos remeteram a alguns resultados sobre isso, e vamos confrontar esses dados com os resultados dessa auditoria. As equipes irão a campo na maior brevidade possível”, afirmou.

Concorrência desleal

O encaminhamento proposto pelo procurador provocou reações críticas das companhias e das organizações relacionadas aos TACs. A principal delas é que frigoríficos com irregularidades próximas a zero foram encaixados na mesma categoria de outros que tiveram até 30% de problemas, o que envia duas mensagens. A primeira é que os excelentes se esforçaram demais e os problemáticos não precisam mudar. A segunda é um questionamento: para que ser rigoroso e gastar mais para comprar apenas gado regular — e, eventualmente, ter de repassar esse custo aos consumidores — se os irregulares não são punidos?

Daniel Freire, do frigorífico Mercúrio, considerado 100% regular pela auditoria, conta que, para se adequar ao TAC, teve de implementar um setor de compliance ambiental: “Você vê que recusou muitos animais ao longo de um ano para tentar chegar ao 100%, e vê indústrias que não recusaram terem um tratamento igual. Isso causa uma distorção competitiva.”

Carlo Zanetti Caruccio, representante do Frigorífico Rio Maria, que também teve todas as operações regulares em 2016, contou que para garantir a compra apenas de fazendas regulares é preciso com frequência buscar animais em lugares distantes, o que aumenta os custos com transporte. “Competimos com empresas que estão com 30%

de irregularidade, é muito injusto, elas compram boi irregular próximo da unidade. O nosso custo de produção é bem mais alto.”

“A grande pergunta que fica a essas empresas que não atingiram os 100% é: qual o problema delas? Foi falta de monitoramento, monitoramento deficiente ou houve má-fé na compra do gado? Isso dá a elas uma vantagem comercial muito grande”, diz Caruccio.

Para além das críticas relacionadas à concorrência desleal, organizações que atuam no combate ao desmatamento na Amazônia temem que o critério adotado pelo MPF desestimule frigoríficos a tentar seguir o acordo à risca. “[O MPF] não ter aplicado uma punição premia quem não foi tão rigoroso”, afirma Paulo Barreto, do Imazon. Para ele, deveriam ter sido aplicadas as multas previstas nos TACs, de cinco reais por hectare da fazenda fornecedora cuja aquisição tenha sido realizada sem a observância dos termos do acordo.

Brechas continuam abertas

Especialistas também criticaram o fato de as auditorias feitas pelos frigoríficos não se debruçarem sobre outras irregularidades. Seria o caso, por exemplo, da falta de controle das fazendas indiretas, onde nasce o boi ou é realizada a engorda dos animais. As localidades estão em elos anteriores à venda final para os frigoríficos e, por isso, fora do radar de irregularidades. O TAC não prevê controle sobre elas.

“Aquela fazenda que fornece para o frigorífico muitas vezes não sabe de onde comprou o bezerro ou o gado para engorda e, com isso, pode estar fornecendo um animal que indiretamente teve problemas socioambientais”, diz Pedro Burnier, gerente do Programa de Cadeias Agropecuária da ONG Amigos da Terra.

Outro problema apontado por Burnier é a triangulação para “lavagem de gado”, ou seja, o repasse do animal advindo de uma fazenda desmatada para uma fazenda regular.

Segundo Paulo Barreto, do Imazon, não é possível precisar a extensão dessas fraudes, porém há dados que indicam o seu tamanho. Ele diz que os frigoríficos sem TAC na Amazônia Legal representam 30% da capacidade de abate.

Além disso, tanto a questão dos indiretos quanto da lavagem já foram identificadas pelo Ibama em 2017, na Operação Carne Fria. Foram investigadas e penalizadas companhias que adquiriram para abate gado criado em fazendas que desmataram ilegalmente.

De acordo com dados divulgados pelo Ibama, na ocasião foram interditados 14 frigoríficos e um exportador de gado em pé localizados no Pará, Tocantins e Bahia. Além disso, foram lavrados 172 autos de infração, que totalizam R\$ 294 milhões.

O varejo

Os representantes do MPF insistem que os resultados das auditorias são importantes por manter o TAC em funcionamento, ainda que não haja sanções. O procurador Ricardo Negrini, do MPF no Pará, lembrou que a execução do TAC levaria a discussão sobre descumprimento do termo à Justiça. Nessa situação, os frigoríficos não ficariam mais vinculados aos termos do acordo. “Temos que medir com bastante responsabilidade tudo que está em jogo. Temos TACs que vêm funcionando e vêm contribuindo para a redução do desmatamento desde 2009”, avaliou.

O ponto de vista também é defendido por algumas organizações não governamentais. “Foi positivo o MPF não aplicar as sanções. Ele espera que o mercado crie esse crivo”, afirmou Kemel Amin Kalif, da ONG *National Wildlife Federation*.

O MPF aposta que a valorização dos frigoríficos com melhores resultados será feita pelo varejo: caberia ao mercado priorizar a carne produzida pelos melhores frigoríficos.

“Nós deixamos os dados públicos porque quem teve 99% é uma empresa mais rigorosa e quem teve 75% é uma empresa não tão rigorosa. A gente deixou isso para a sociedade, para o mercado organizar, e eu acho que, no ano que vem, ninguém vai querer ficar com 70% se tem alguém com 99%. Isso traz uma imagem ruim para seus compradores”, defendeu Azeredo.

A atuação do varejo, porém, é vista com ceticismo por parte dos players do mercado. Muitos não acreditam que os supermercados priorizarão empresas que tiveram bons resultados nas auditorias.

Nos dias 8 e 9 de março, quando os números foram divulgados, apenas o representante de um supermercado – o Walmart – compareceu. De acordo com uma lista enviada pelo MPF a ((o))eco, pelo menos outras nove empresas foram convidadas para o evento, entre elas líderes do setor, como o Grupo Pão de Açúcar e o Carrefour.

“O varejista busca qualidade, mas busca preço acima de tudo. Essa questão ambiental a gente ainda não observou que está na lista de prioridades do varejo ao escolher um produto para colocar na gôndola”, afirmou Daniel Freire, do Mercúrio.

O fato esbarra em dois outros problemas elencados por especialistas: a dificuldade de rastreabilidade do gado e a quase impossibilidade de o consumidor ter certeza sobre a procedência da carne que consome.

“No geral, o consumidor tem muita dificuldade em identificar a origem da carne que consome. A carne que é comprada embalada já é obrigada a identificar o endereço do local onde aquele produto foi embalado, mas, ao comprar em açougues, por exemplo, fica mais difícil [saber a origem]”, diz Ana Paula Bortoletto, líder do programa de alimentos do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Ana Paula salienta, ainda, que iniciativas de identificação da origem da carne são “pontuais e voluntárias” e acabam beneficiando os mais ricos, já que o preço desses produtos costuma ser elevado.

A população menos favorecida também não costuma ter acesso à rastreabilidade do gado do país. A ampliação desse tipo de controle poderia acabar com várias fraudes do setor, como a triangulação e a questão dos indiretos, além de garantir a responsabilidade socioambiental de toda a cadeia.

“Hoje existe tecnologia para saber de onde vem todo o gado, o que falta é organização para fazer isso acontecer. A carne brasileira exportada para a Europa, por exemplo, tem essa rastreabilidade, e desde que o boi nasce todo gado é identificado, até o momento que é vendido para o abate. Isso já existe para o mercado europeu, e essa tecnologia poderia ser usada para o mercado nacional”, defende Paulo Barreto, do Imazon.

MPF diz que ninguém está livre do desmatamento

Por Fernanda Wenzel, 13 de novembro de 2019

Dez anos depois da assinatura dos primeiros TACs da Carne no Pará, o MPF divulgou no dia 12 de novembro, terça-feira, o resultado da segunda leva de auditorias dos acordos. Esses relatórios são uma ferramenta de controle para saber se os frigoríficos estão cumprindo o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado com o MPF, em que se comprometem a não comprar gado de áreas desmatadas ilegalmente, de terras indígenas, unidades de conservação e de empregadores na lista de trabalho escravo. As compras de 23 frigoríficos do Pará passaram por auditorias, que encontraram irregularidades em 6,25% das cabeças de gado adquiridas. O pior resultado foi o do frigorífico Flávio DR Nobre, onde foram encontrados problemas em quase 80% do gado abatido. Já as empresas com melhor desempenho foram Mafrinorte e Agroexport, com zero irregularidades.

Entretanto, no evento do MPF que divulgou os números, chamou a atenção a franqueza do Procurador Daniel Azeredo, um dos principais responsáveis pela formulação do Termo de Ajustamento de Conduta, em 2009: "Nenhuma empresa hoje que compra da Amazônia pode dizer que não tem gado vindo de desmatamento em sua atividade produtiva (...) Nenhuma empresa frigorífica e nenhum supermercado também."

Segundo Azeredo, o sistema de controle do MPF e das próprias auditorias ainda possui três grandes brechas. A primeira são os fornecedores indiretos. Normalmente, um mesmo animal passa por diversas fazendas ao longo da vida, nas fases

de cria, recria e engorda. O frigorífico, no entanto, confere apenas a conformidade ambiental da última fazenda, de onde o boi sai para o abate.

A segunda brecha é a falsificação ou adulteração do Cadastro Ambiental Rural (CAR), um documento autodeclaratório. É possível, por exemplo, que o proprietário modifique os limites de sua propriedade para deixar de fora uma área desmatada ilegalmente, e assim evitar que a fazenda seja bloqueada pelos sistemas de monitoramento automatizados dos frigoríficos. A última brecha exposta por Azeredo é a lavagem ou esquentamento do gado, quando o animal criado em uma área irregular é vendido como se tivesse saído de uma área “limpa.”

Assim como em 2018, quando divulgou os resultados das primeiras auditorias, o MPF optou por não punir os frigoríficos com mau desempenho, contrariando as próprias regras do TAC, que prevê a aplicação de multas nos casos de compras de gado de áreas irregulares. Azeredo defende a decisão: “A gente entende que o processo de punir tem que se focar nestas empresas que não assinaram TAC ou não têm auditoria”. Sete empresas que assinaram o acordo não entregaram auditorias. Para esses casos, assim como para os frigoríficos que sequer assinaram o TAC, os procuradores voltaram a pedir que Ibama os fiscalize. No entanto, o órgão ignorou três pedidos anteriores e, agora, o MPF não descarta iniciar suas próprias investigações.

Pesquisador sênior do Imazon, Paulo Barreto discorda da decisão de não aplicar as multas previstas no TAC. Cita o exemplo do MPF do Amazonas, que decidiu multar um frigorífico em R\$ 3,8 milhões por descumprimento do acordo.¹⁰ “Acho que é um caminho importante a seguir, senão o progresso vai ser muito lento”, diz Barreto. Ele também resalta que a inação dos varejistas piorou a performance dos acordos. As grandes redes de supermercados, por exemplo, não deixaram de comprar carne de empresas com alto nível de irregularidade nas auditorias divulgadas em março de 2018.

Mudança nas regras facilita desempenho da JBS

Entre os resultados das auditorias, destaca-se o salto de qualidade dado pela JBS no período de apenas um ano. A primeira rodada de auditorias, referente às com-

pras de 2016, detectou irregularidades em 19% das cabeças de gado compradas pela empresa. Nesta nova rodada, referente às compras de 2017, o percentual caiu para 8,3%. Márcio Nappo, diretor de Sustentabilidade da JBS, afirma que a melhora se deve ao que ele considera um aperfeiçoamento das regras do TAC: “A grande questão era o desalinhamento de regras técnicas. Na medida em que a gente tem conseguido dialogar com o Ministério Público, explicar onde estão estas distorções técnicas e implementar melhorias na definição dessas regras, você vê que naturalmente a JBS evoluiu.”

De fato, houve mudanças importantes nas regras das auditorias entre 2018 e 2019. Foram descartados os registros de desmatamento ocorridos até 22 de julho de 2008, porque eles foram anistiados pelo Código Florestal. Além disso, áreas desmatadas com menos de 6,25 hectares saíram da análise dos auditores. Por fim, frigoríficos que tiveram menos de 30% de irregularidades nas auditorias anteriores – como é o caso da JBS – puderam restringir as compras auditadas a 50% dos maiores fornecedores e 5% dos fornecedores menores.

“Penso que estas três regras permitiram a algumas empresas melhorar o percentual sem de fato terem feito o trabalho de checagem e controle da entrada de boi na indústria”, afirma Jordan Timo, sócio-diretor da *Niceplanet*, uma das empresas de geomonitoramento que assessoram frigoríficos na compra de gado.

A Minerva, que está entre as três maiores indústrias do setor, ao lado da JBS e Marfrig, obteve 99,7% de conformidade. Do outro lado, a Marfrig segue sem assinar o TAC da Carne no Pará, e por isso não entregou sua auditoria ao MPF. A empresa realiza apenas as auditorias anuais previstas no Compromisso Público da Pecuária,¹⁰ outro acordo de sustentabilidade na cadeia da carne.

MPF estabelece teto para 2020

No ano passado, o MPF já havia determinado a criação de um teto de animais por propriedade, como forma de evitar o “esquentamento” de gado. Ou seja, os frigoríficos deveriam suspeitar quando uma fazenda quisesse comercializar um número

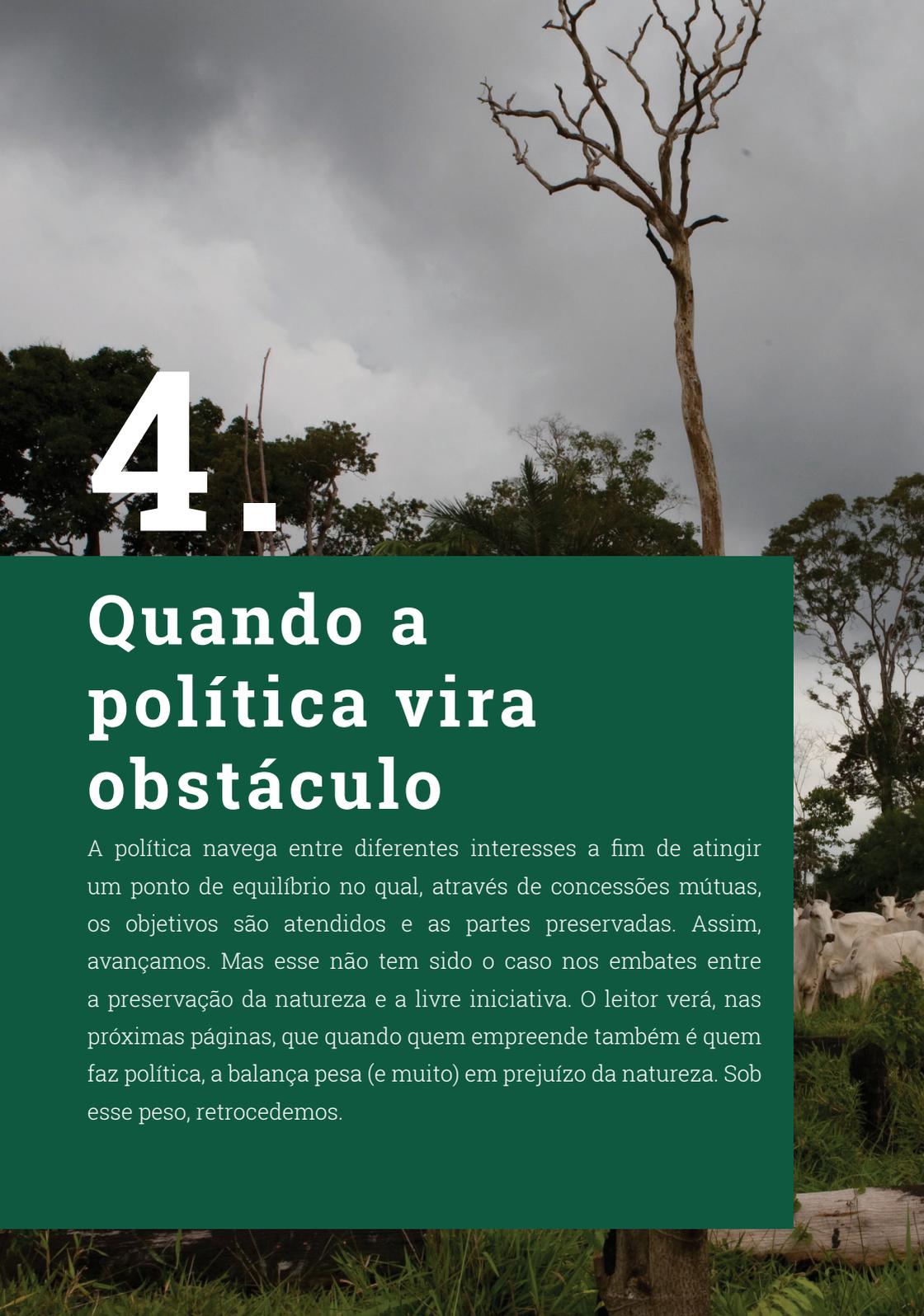
de animais superior à sua capacidade de produção. A determinação, que não foi cumprida este ano, será uma das exigências da próxima auditoria. Assim, propriedades que tiveram mais de 2,5 animais por hectare deverão passar por uma avaliação mais detalhada dos frigoríficos.

O MPF determinou ainda que os frigoríficos que compraram mais de 20% de cabeças de gado irregulares deverão analisar todas as suas compras na próxima auditoria. Já as empresas que obtiveram um número abaixo de 20% podem continuar a fazer auditorias por amostragem.

4.

Quando a política vira obstáculo

A política navega entre diferentes interesses a fim de atingir um ponto de equilíbrio no qual, através de concessões mútuas, os objetivos são atendidos e as partes preservadas. Assim, avançamos. Mas esse não tem sido o caso nos embates entre a preservação da natureza e a livre iniciativa. O leitor verá, nas próximas páginas, que quando quem empreende também é quem faz política, a balança pesa (e muito) em prejuízo da natureza. Sob esse peso, retrocedemos.



Dos slides para a vida real

Por Paulo Barreto, 10 de agosto de 2016

Em julho passado, o ministro da Agricultura e Pecuária Blairo Maggi apresentou nos EUA oportunidades de investimentos para ampliar o agronegócio brasileiro. Enfatizou os investimentos em infraestrutura, incluindo o projeto de conectar o Centro-Oeste ao Norte (Amazônia) por meio de hidrovias, ferrovias, rodovias e portos. Nos slides da apresentação, Maggi listou, dentre os atrativos do país, a liderança em tecnologia para agricultura tropical, o alto nível de proteção ambiental e a rastreabilidade da produção (ou seja, a capacidade de conhecer a origem dos produtos).

Será que, com esses estímulos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) convenceria investidores internacionais?

Antes de decidir, os investidores são obrigados a avaliar os riscos do investimento. Considerando que os investimentos envolveriam a Amazônia, os investidores certamente dariam atenção especial aos riscos ambientais e sociais. O que os analistas descobririam na Amazônia?

O Brasil de fato progrediu no combate ao desmatamento entre 2004 e 2012, reduzindo a taxa anual em 83%: de 27.772 para 4.571 km². As seguintes políticas coibiram o desflorestamento:

- a criação de Unidades de Conservação e reconhecimento de Terras Indígenas;
- o aumento da fiscalização em áreas críticas e punição mais rápida de crimes ambientais (por exemplo, confiscando gado criado ilegalmente em Unidades de Conservação);

- a divulgação de dados sobre os infratores ambientais (mapas de áreas embargadas e dos respectivos infratores) e responsabilização de empresas que comprassem dessas áreas;
- a proibição de crédito rural para imóveis rurais irregulares.

Além disso, a partir de 2006, empresas privadas ajudaram a reduzir o desmatamento ao boicotar soja de áreas desmatadas ilegalmente, depois que uma campanha mostrou a conexão soja =desmatamento ilegal. A partir de 2010, após ação do MPF, vários frigoríficos se comprometeram a apenas comprar gado de fazendas sem desmatamento.

Porém, em uma avaliação os analistas descobririam que os sucessos do combate ao desmatamento foram parciais e, de fato, estão ameaçados. A taxa média anual de desmatamento nos últimos três anos foi de 5.578 km², com um aumento de 16% em 2015. A queimada dessa área desmatada emite por ano o equivalente à poluição de quase o dobro dos 52 milhões de veículos leves existentes no país. Em 2012, a taxa de desmatamento do cerrado foi em torno de 7.700 km², o que fez do Brasil o campeão mundial de desmatamento.

Na direção errada

Por que o país está regredindo? Depois do sucesso inicial, os governantes cederam às pressões do agronegócio (incluindo as de Blairo Maggi) e do setor de infraestrutura por menos proteção ambiental, que propuseram:

- a redução de Unidades de Conservação na Amazônia para validar ocupações irregulares e para facilitar o licenciamento ambiental de obras de hidrelétricas;
- a anistia de parte das multas por desmatamento ilegal por meio de mudança do Código Florestal;
- a implementação de grandes obras sem a execução de medidas para evitar os impactos ambientais;

- o adiamento, por duas vezes, da obrigação para que os produtores rurais registrem seus imóveis no Cadastro Ambiental Rural e do prazo para que eles comecem a restaurar as áreas desmatadas ilegalmente;
- a promessa do governo brasileiro de só eliminar o desmatamento ilegal em 2030, como parte do plano nacional para reduzir a emissão de gases do efeito estufa estabelecido no acordo global sobre o clima.

Os analistas de investimento descobriram também que o desmatamento pode se agravar se o poder público aprovar propostas atuais para reduzir ainda mais a proteção ambiental, tais como:

- reduzir área, grau de proteção ou extinguir Unidades de Conservação;
- enfraquecer o licenciamento ambiental, ao determinar que a apresentação do estudo prévio de impacto ambiental implica na autorização para a execução da obra.¹

Além disso, os investidores aprenderiam que é muito difícil saber a origem de alguns dos produtos agrícolas na Amazônia, especialmente a carne. Embora os frigoríficos tenham acesso à informação da fazenda de origem do boi gordo, eles não sabem de onde vem os bezerros e novilhos, que muitas vezes são criados em outras fazendas (de cria e recria). Isso ocorre porque as informações sobre o transporte de gado entre fazendas, e sobre quem são os donos dessas fazendas, não são disponibilizadas para o público. Assim, gado criado em fazendas que desmataram ilegalmente e que não foram fiscalizadas pode chegar nos frigoríficos e supermercados, e põe em risco as empresas que se comprometeram a comprar produtos livres de desmatamento.

Enfim, dos slides para a vida real, os analistas descobririam riscos socioambientais significativos de investir na região sem as mudanças que transformem promessas em ações. A experiência recente de combate ao desmatamento mostra que é possível melhorar, desde que haja compromisso de longo prazo com as políticas que funcionam e inovações para lidar com novos desafios.

Sinal aberto para grileiros e desmatadores

Por Eduardo Pegurier, 2 de fevereiro de 2017

A linguagem corporal diz muito no relacionamento entre pessoas. Um sinal sutil, como uma piscada, pode formar um novo casal. Quando se trata de governo, os sinais começam com discursos, tornam-se mais claros com medidas pontuais e ficam óbvios com novas leis.

Em 2012, o Congresso aprovou o novo Código Florestal, que além de enfraquecer regras de proteção ambiental, anistiou as multas sobre desmatamentos ilegais ocorridos dentro de propriedades rurais antes de julho de 2008. Desde então, a tendência dos números de desmatamento na Amazônia é crescer. Antes dessa anistia, eles caíam com rapidez.

No finalzinho de 2016, nos dias 20 e 23 de dezembro, o governo enviou mais dois recados pró-desmatamento: entregou cerca de 400 mil hectares de uma área protegida no Pará para invasores e emitiu uma medida provisória que estende o prazo para legalizar terras sem título na Amazônia.

A Floresta Nacional (Flona) Jamanxim foi criada em 2006, com 1,3 milhão de hectares de bioma amazônico. Ela foi parte de um pacote de criação de áreas protegidas para compensar o asfaltamento da BR-163 dentro do Pará. Essa rodovia corta o país no sentido Sul-Norte e melhorias facilitam o escoamento de produção agrícola desde o Mato Grosso até o porto fluvial, em Santarém, Pará.

Em 20 de dezembro de 2016, o governo federal retirou 368 mil hectares da Flona Jamanxim, equivalente a um quarto de sua área. Esse pedaço passou a ter um status de área de proteção ambiental (APA), mais fraco, que permite propriedades e atividades produtivas no seu interior.

A alegação para o recorte é que, quando a Flona Jamanxim foi criada, essa área já continha ocupações de pequenas fazendas. Uma análise da ONG Imazon a ser divulgada nos próximos dias mostra que ambos os argumentos são falsos: 67% das ocupações ocorreram após a criação da área e o seu tamanho médio é de 1.772 hectares (equivalente a 1.772 campos de futebol), não exatamente o tamanho de uma propriedade de agricultura familiar, em geral menor do que 100 hectares.²

Três dias depois de reduzir Jamanxim, em 23 de dezembro, o governo emitiu a Medida Provisória 759, que dilatou os prazos de regularização de terras não tituladas na Amazônia. A regra anterior era de 2009 e implicava que só propriedades ocupadas até no máximo 2004 poderiam ser regularizadas. A nova MP estendeu o prazo para 2011. O governo alega que a medida legaliza milhares de fazendeiros que, sem título, não têm acesso a programas de crédito agrícola. Verdade. Ao mesmo tempo, reforça um padrão: não há prazo final para invasões na Amazônia, pois quando os velhos limites se esgotam, as regras mudam.

Entre 2008 e 2012, o desmatamento despencou de cerca de 1,2 milhões de hectares (12 mil km²) para menos de 500 mil hectares. Neste ano, o novo Código Florestal foi aprovado, junto com a sua anistia de multas a desmatadores. Desde então, em três dos quatro anos seguintes, o desmatamento na Amazônia cresceu. Em 2016, ele foi 74% mais alto do que em 2012.

Em casos anteriores ao da Flona Jamanxim, já está documentado que quando o governo reduz limites de uma área protegida, incentiva invasões de outras.

Os grileiros criminosos continuam atuando. No fim de junho de 2016, o Ibama e a Polícia Federal desbarataram a mais bem organizada quadrilha de grilagem já encontrada, comandada de São Paulo. Segundo as investigações, ela movimentou 1,9 bilhão de reais entre 2012 e 2015.

Quando se trata de política "contra" o desmatamento, o governo não está dando piscadas para desmatadores e grileiros, ele está abrindo um sorriso.



Helicóptero do Ibama sobrevoa área desmatada ilegalmente. Foto: Marcio Isensee e Sá



Área de desmatamento recente próximo da Terra Indígena Menkragnoti, no Sul do Pará. Foto: Marcio Isensee

Redução de Jamanxim beneficia grileiros recentes, diz estudo

Por Eduardo Pegurier, 20 de fevereiro de 2017

Uma nova análise publicada pela ONG Imazon, sediada em Belém do Pará, reacende as acusações contra a redução da Flona Jamanxim, feita pelo governo através de Medida Provisória no fim de dezembro de 2016. Criada há apenas 10 anos, a Flona Jamanxim perdeu 57% da sua área original de 1,3 milhão de hectares, quase duas vezes o tamanho da área metropolitana de São Paulo. Da redução total de 743 mil hectares, 438 mil foram adicionados ao Parque Nacional do Rio Novo. Até aí, sem polêmica. Mas outros 305 mil hectares, um quarto da antiga Flona, viraram parte de uma nova Área de Proteção Ambiental (APA), a mais branda categoria de proteção brasileira, que permite propriedade privada – leia-se, nesse caso, legalização de terras invadidas dentro dos seus limites. Caso vinguem outras alterações feitas por emenda parlamentar após a edição da Medida Provisória, a Flona Jamanxim pode deixar de existir.

Altas taxas de desmatamento, grilagem e crimes violentos dentro da Flona Jamanxim a tornaram uma das mais problemáticas unidades de conservação (UC) federais. Desde a sua criação, em 2006, era crescente a pressão de grupos ruralistas pela redução de seus limites. A alegação era de que ela foi imposta sobre terras já ocupadas. Ambientalistas temiam que a redução viesse, e rebatiam que a maior parte das ocupações dentro da Flona ocorreu após ela ser estabelecida. Em setembro de 2016, quatro meses antes da redução, o MPF enviou um ofício ao ICMBio advertindo que a mudança poderia elevar os níveis de desmatamento e de violência na região.

Os dados divulgados pelo Imazon enfraquecem o argumento da ocupação prévia da Flona e confirmam uma análise de 2009, do próprio ICMBio, a qual era contra a

redução da floresta além de uma fração de 70 mil hectares (3% da área original), e afirmava que dois terços das ocupações ocorreram após a criação da área protegida.

Antes ou depois

“Se o objetivo era reduzir a tensão naquela região, isso não será atingido, porque na verdade o poder público cedeu de forma unilateral. É um equívoco total e nós vamos pagar caro por ele, diz João Paulo Capobianco, ex-secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente durante a gestão Marina Silva, que foi responsável pelo plano BR-163 Sustentável. Capobianco chamou de “presente de natal a grileiros”³ a criação de uma APA que incorpora um naco da Flona do Jamanxim, um passe livre para continuar grilando UCs na Amazônia.

Do outro lado, o ICMBio, gestor das UCs federais e responsável técnico pela medida, defendeu que a transformação de 24% de Jamanxim em uma categoria de UC branda permite encerrar a fase de conflitos, abre caminho para a regularização fundiária e mantém algum grau de proteção ambiental.

“O que mudou foi o modelo de enfrentamento, baseado em ações de comando e controle. Ele estava se esgotando e nós não estávamos conseguindo reverter a situação [de crimes ambientais]. A mudança é uma aposta em outro modelo, que traga a possibilidade de regularização fundiária numa área crítica, e também de regularização ambiental, que estanque o processo de desmatamento e proteja o resto da Floresta Nacional”, diz Paulo Carneiro, diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio, responsável pela proposta final de modificação da Flona Jamanxim. “A criação da APA mostra que não estamos querendo nos livrar do problema, a gente continua lá.”

Segundo o estudo do Imazon, entre 2010 e 2016 sextuplicou, de 55 para 352, o número de Cadastros Ambientais Rurais (CAR) registrados dentro da área original da Flona Jamanxim. Esses registros, instituídos pelo Código Florestal de 2012 – mas que já existiam no Pará desde 2009 –, são gerados por qualquer um que esteja em posse de terra, com título ou não, e determinam os seus limites e suas partes que devem ser protegidas, como as de Reserva Legal e de APP (Área de Preservação Permanente). Na falta de

títulos legítimos de propriedade, na Amazônia, os cadastros ambientais rurais estão se tornando uma primeira afirmação de titularidade. Sua multiplicação em Jamanxim representa o crescimento do número de reclamantes por terra.

Capobianco conta que, à época da criação das UCs do plano BR-163 sustentável, o Ministério do Meio Ambiente enfrentou a resistência de Manoel Guerreiro, secretário do governo do Pará, que advertia para as múltiplas ocupações da área. “Eu pedi à equipe que se fizesse uma análise detalhada e, em 2005, ela foi feita utilizando pela primeira vez imagens de radar. Mostramos as imagens em uma reunião com governadores e ficou evidente que tinham sido excluídas da Flona e do Parque Nacional do Jamanxim todas as ocupações”, diz Capobianco. “Não restaram áreas abertas, apenas ramais madeireiros e áreas degradadas. O que havia era um monte de pleitos de propriedade baseados em títulos falsos.”

Por linhas tortas

As imagens mostram que o lado oeste da nova APA Jamanxim, que faz fronteira com os limites reformulados da Flona, tem um desenho que parece escavá-la, em um encaixe parecido com uma peça de quebra-cabeça. Não há casualidade aí: a linha que delimita a APA com a versão reduzida da Flona tenta retirar, da última, a maior parte das terras ocupadas. Basta superpor ao terreno a marcação dos desmatamentos detectados pelo Prodes (veja pontos vermelhos no mapa dinâmico, a seguir) que a fronteira de contato entre a Flona e a nova APA ganha um súbito sentido. Porém, não há malícia nesse desenho, feito pelo ICMBio. Sua intenção declarada é tentar encerrar o capítulo dos enfrentamentos fundiários.

“O traçado dessa área foi feito em cima do mapa de ocupação iniciado em 2009. A ideia era pegar só ocupações antes da criação da Flona, mas não foi possível. Foi o melhor que a gente conseguiu, o traçado que melhor compatibilizou áreas abertas antes da criação da UC com a ocupação que a gente tinha e que fizesse o maior sentido para a conservação. É uma tentativa de retirar as ocupações de dentro da Flona”, diz Carneiro.

A história ainda não acabou. A Flona Jamanxim pode sofrer novas e amplas reduções se forem aprovadas algumas das 15 emendas à Medida Provisória, feitas por senadores e deputados que a estão analisando.

Entretanto, segundo o Imazon, esse objetivo ficou longe de ser alcançado, pois há 80 cadastros que continuam parcialmente superpostos ao que restou da Flona e outros 153 inteiros dentro dela.

A análise mostra que, entre 2006 e 2016, operações de fiscalização do Ibama resultaram em 449 embargos (áreas interdidadas por desmatamento) dentro dos limites originais da Flona Jamanxim, dos quais quase metade ocorreu entre 2008 e 2009, na operação Boi Pirata II. Esse pico de embargos foi associado a uma forte queda do desmatamento na Flona, sinal de que autuar desmatadores funciona. Após a redução de dezembro, ainda restaram quase 300 embargos dentro da floresta.

O Imazon lembra que os números do seu estudo são compatíveis com o levantamento de 2009 feito pelo ICMBio, que detectou 67% das posses como posterior à criação da Flona. Esse inventário também mostrou que 60% dos ocupantes não residiam lá. Por fim, o Imazon derruba o argumento de que a Flona Jamanxim é ocupada por pequenos fazendeiros. Os cadastros ambientais rurais mostram que, ao contrário, esses imóveis têm em média 1.843 hectares, o que os enquadra como fazendas de grande porte.

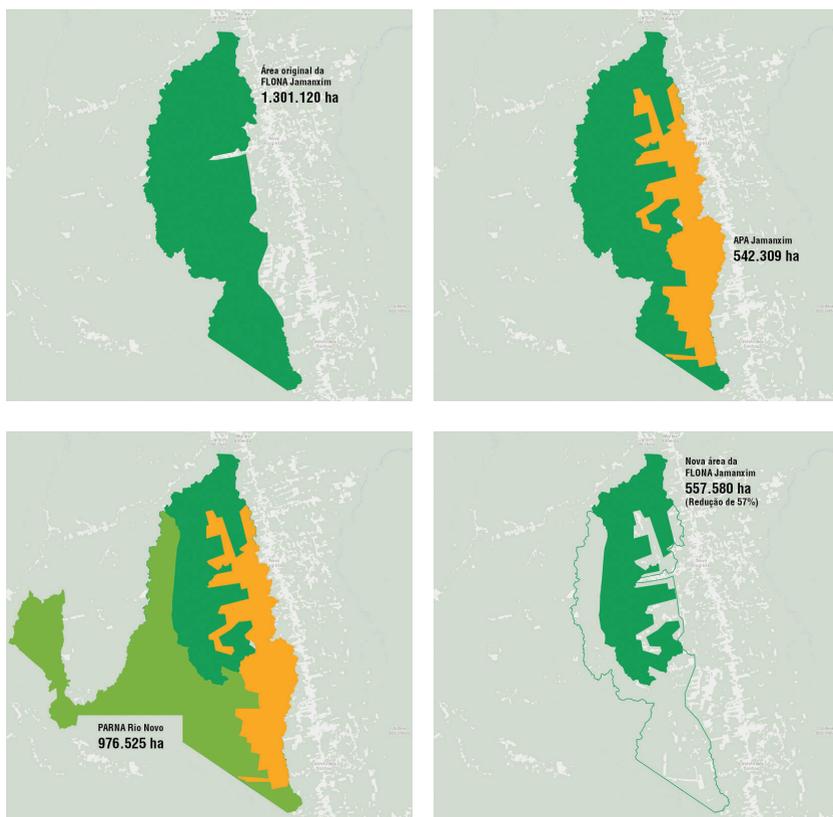
Medida necessária ou sinal verde

A pior consequência possível da redução da Flona Jamanxim é incentivar mais invasões lá mesmo e em outras UCs. “Isso pode virar estratégia para redefinição de áreas, como já aconteceu na Terra Indígena Baú, em 2003. As ocupações vão ocorrendo e a pressão aumenta para reduzir a UC, até que ela se torne inviável. Se o Congresso aprovar a Medida Provisória 756, vai cancelar essa estratégia”, diz Heron Martins, pesquisador do Imazon e autor da análise.

Não é o que pensam, no ICMBio, as pessoas mais próximas do problema:

– Não acho que vamos ter uma explosão de desmatamento nessa região, porque a área que pode ser regularizada dentro da nova APA, se for usada a regra do Programa Terra Legal, gira em torno de 50% da área que já estava desmatada desde 2004 [ano limiar do Terra Legal]. Essa não é a primeira vez que se revê limite de UC na região Norte. Já aconteceu, com histórias de maior ou menor sucesso. De cabeça, me vem uns seis casos por questões de ocupação ou falta de aderência ao objetivo de conservação. Dentre eles, há ao menos um de aparente sucesso, no Parque Nacional dos Campos Amazônicos, alterado num modelo parecido com esse [da Flona Jamaxim], diz Carneiro.

Mudanças na Floresta Nacional de Jamaxim e sua área restante



O gestor da Flona Jamanxim, Rodrigo Printes, reforça a defesa:

– As mudanças de limites já provocaram a reação de grileiros e de grandes latifundiários, porque propomos adotar os critérios do Terra Legal, que prevêem uma só matrícula por CPF [por pessoa] e, no máximo, 1.125 hectares. Em protesto, eles bloquearam a BR-163, junto com os garimpeiros que querem explorar minérios na Flona. Houve até churrasco com carne fornecida pelos grandes fazendeiros. Há pecuaristas com posses dentro da APA que se sentem lesados, pois frigoríficos que assinaram o Termo de Ajuste de Conduta da Carne com o Ministério Público não podem comprar gado produzido dentro de unidades de conservação, e a categoria APA não é exceção.

As mudanças feitas em dezembro de 2016 começaram a ser debatidas dentro do governo depois do levantamento feito pelo ICMBio em 2009, que propôs uma redução da Flona de no máximo 70 hectares. Ao longo desses anos, as discussões sobre o assunto reuniram membros do ICMBio, do Ministério do Meio Ambiente e associações locais de ocupantes da Flona. As associações propuseram transformar em APA 900 mil hectares, ou 70% do total da Flona Jamanxim. O número acabou ficando em 305 mil hectares.

“A perspectiva de redução da Flona gerou um movimento organizado de ocupação da área para se beneficiar. Uma revisão de Jamanxim abre a perspectiva de um efeito cascata de fazer ocupações ilegais dentro de UCs e esperar novas reduções. Jamanxim aconteceu da pior maneira possível, através de Medida Provisória, no apagar das luzes de 2016. Os próximos alvos estão dados, desde a revisão das UCs criadas na Amazônia até centenas de casos de conflito em UCs”, diz Capobianco.

Dentro do ICMBio, fontes variadas ouvidas pela reportagem revelam uma queixa recorrente: quando as UCs da BR-163 foram criadas, elas faziam parte de um plano sistêmico e grandioso, chamado Plano de Desenvolvimento Sustentável da Área de Influência da BR-163.⁴ Ele criava o Distrito Florestal Sustentável, com 19 milhões de hectares, 15% da área colossal do estado do Pará, ou duas vezes o tamanho de Portugal. A proposta incluía a concessão de exploração de florestas, apoio a iniciativas de produção sustentável e fortalecimento da sociedade civil e movimentos sociais.

"Quase nada saiu do papel", diz Cláudio Maretti, ex-presidente do ICMBio e atual diretor do órgão. Ele acompanhou o processo de criação das UCs em torno da BR-163 quando ainda trabalhava para o WWF. "Nós [ICMBio] estamos sozinhos lá, com eventual ajuda do Ibama em operações de repressão ao desmatamento. O Estado não chegou, não chegaram desde os postos de polícia rodoviária federal previstos para a BR-163 até as ações de promoção de desenvolvimento sustentável. Atacar só o ICMBio é perder de vista que estamos fazendo o melhor possível."

Entretanto, a maneira como foi feita a redução causou um choque.

"Fazer isso por MP, no final do ano, foi um negócio totalmente esquisito, nunca tinha acontecido. Se o ICMBio considera que tem argumentos consistentes, que prepare um projeto de lei e mande para debate no Congresso Nacional", diz Capobianco. "Reduzir uma UC invadida de forma criminosa, como foi Jamanxim, é dizer: tem jogo, o crime compensa."

Pode piorar

A história não acabou e o debate da primeira redução pode ficar para trás, pois a Flona Jamanxim ainda pode sofrer mais reduções. O senador Jader Barbalho (PMDB, Pará) apresentou uma emenda à Medida Provisória 756, que alterou a Flona Jamanxim, propondo reduzi-la ainda mais, com aumento da APA Jamanxim para 814 mil hectares (isso mais do que dobra a nova APA, avançando dentro da Flona) e cancelamento do aumento do Parque Nacional do Rio Novo. Essa é apenas uma das 15 emendas apresentadas por membros da comissão mista de senadores e deputados, que incluem o senador Flexa Ribeiro (PSDB, Pará) e Paulo Rocha (PT, Pará). A comissão é responsável por analisar a Medida Provisória 756.⁵ Todas as emendas geradas dentro dela reduzem áreas de proteção ambiental. A emenda apresentada pelo deputado Zé Geraldo (PT, Pará), por exemplo, transforma toda a Floresta Nacional do Jamanxim em Área de Proteção Ambiental.

O primeiro prazo limite para votar a MP 756⁵ de 2016 no plenário do Congresso Nacional é 19 de abril, 60 dias após a sua edição, quando qualquer dessas emendas pode ser aprovada também.



Estradas ilegais em áreas da Floresta Nacional do Jamanxim recém-queimadas. Foto: Daniel Beltra/Greenpeace



Área desmatada por fogo na Floresta Nacional do Jamanxim, para uso em agropecuária. Foto: Daniel Beltra/Greenpeace

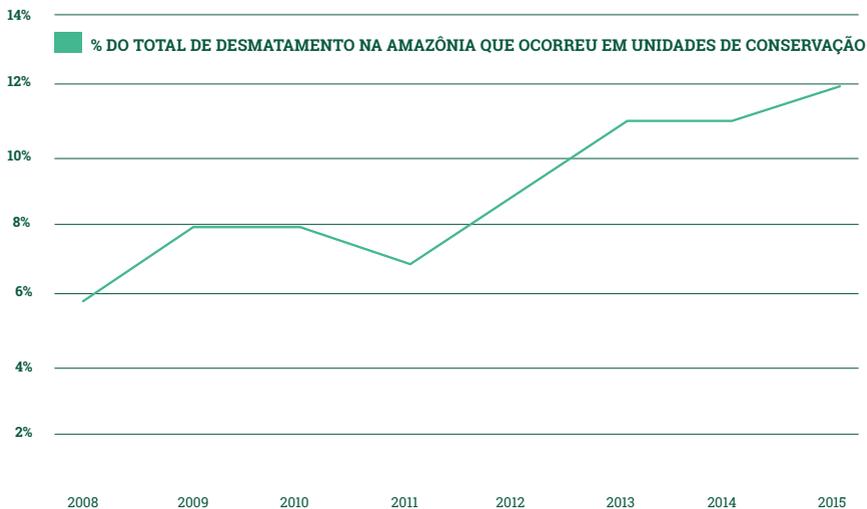
Amazônia: em 4 anos, desmatamento em Unidades de Conservação quase dobra

Por Bernardo Camara, 20 de março de 2017

A recente arrancada do desmatamento na Amazônia não está poupando as áreas protegidas. De 2008 a 2015, a perda em unidades de conservação (UCs) da região dobrou em termos percentuais, passando de 6% para 12% da área total derrubada. E, nos últimos quatro anos, a área de floresta devastada em UCs da Amazônia Legal subiu 80%, contra 35% do desmatamento em geral. Os dados estão no estudo “Unidades de Conservação mais Desmatadas da Amazônia Legal (2012-2015)”, do Imazon.⁶ Nesse período, estima-se que o desmatamento causou a morte ou o deslocamento de cerca de 4,2 milhões de aves e 137 mil macacos.

O Imazon listou as 50 UCs da região mais impactadas pelas motosserras. Sozinhas, essas áreas protegidas perderam 230 mil hectares de floresta, ou 97% do total de 237 mil hectares desmatados em UCs da Amazônia entre 2012 e 2015. Elas se concentram ao longo do chamado “Arco do Desmatamento”, em especial nos estados de Pará e Rondônia. Dessas 50 Unidades de Conservação, 47 são de uso sustentável, aquelas que admitem atividades humanas no seu interior.

“Queríamos identificar as áreas que estavam sofrendo mais desmatamento e que deveriam receber mais atenção”, diz Elis Araújo, pesquisadora do Imazon e uma das autoras do estudo. “As UCs mais críticas estão em áreas cobiçadas, onde há expansão da fronteira agrícola ou próximas a projetos de infraestrutura, como pavimentação de rodovias, construção de portos, hidrovias e hidrelétricas.”



Viés político

A Floresta Nacional Bom Futuro é um caso emblemático do desmatamento em UCs. Em 2009, chegou a ter mais de 35 mil cabeças de gado dentro de seus limites. Por isso, naquele ano, uma megaoperação envolvendo Ibama, ICMBio, Polícia Federal, Força Nacional e outras instituições levou 400 agentes para a Floresta Nacional (Flona), a fim de acabar com o desmatamento, retirar os rebanhos e retomar a gestão da área pelo poder público. “Era a maior operação que já tinha sido feita na área ambiental”, diz Paulo Volnei Garcia, chefe da Bom Futuro, na ocasião. “Levamos em torno de um ano para fazer o planejamento das ações.”

Com os planos alinhados, os agentes se instalaram nas quatro bases construídas dentro da Flona para apoiar a operação. Dali em diante, o cerco se fechou. Não entrava mais uma cabeça de gado, assim como não entravam combustível, motosserras nem pessoas sem autorização. As áreas desmatadas começaram a ser embargadas. “O pessoal foi ficando mais resistente, os políticos locais se mobilizaram”, conta Garcia. E aí os ânimos se exaltaram. “Teve um momento em que um carro do ICMBio foi incendiado.”

Era época de licenciamento das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, e o governo de Rondônia precisaria reduzir UCs estaduais atingidas pelas usinas. Para isso, reivindicou que,

em troca, o Ministério do Meio Ambiente suspendesse a operação na Flona Bom Futuro. “O governador foi para Brasília com a proposta debaixo do braço e teve uma reunião com o presidente da República [Lula da Silva]”, diz Garcia. “A assinatura saiu rápida. E foi um choque para quem estava em campo na operação. Ninguém esperava.”

O Ministério do Meio Ambiente redefiniu os limites da Flona: a área mais ocupada e desmatada do território (144 mil hectares) foi transformada na Área de Proteção Ambiental (APA) Rio Pardo e Floresta Estadual (Flota) Rio Pardo. Segundo o Imazon, ambas seguem sem conselho gestor nem plano de manejo. A APA Rio Pardo é a quinta unidade mais desmatada na Amazônia entre 2012 e 2015.

De acordo com Garcia, a Flona sofre até hoje com invasões. “Abriu-se um precedente”, lamenta o analista do ICMBio. “A gente sabe que o pessoal entra com expectativa de ganhar a terra, como ganharam os ocupantes ilegais daquela época.”

Criadas, mas não cuidadas

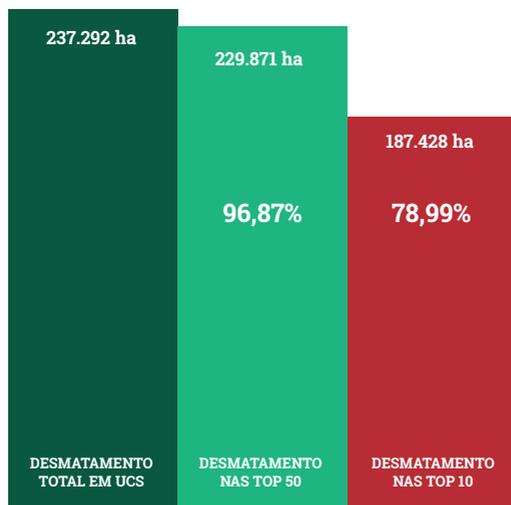
O estudo do Imazon cruzou os dados de desmatamento em UCs com uma auditoria divulgada em 2013 pelo Tribunal de Contas da União (TCU),⁷ em que o órgão classificou as UCs segundo seus níveis de implementação. O resultado é sintomático: dentre as 50 UCs mais desmatadas, quase todas apresentam baixo (42%) ou médio (44%) grau de implementação. Trocando em miúdos, isso significa que essas áreas não possuem os instrumentos necessários e os recursos suficientes para sua gestão. E tampouco são utilizadas para as finalidades previstas.

Esse fato fica ainda mais evidente quando se trata das unidades de uso sustentável. Para Angela Kuczach, diretora-executiva da Rede Pró-UC, isso não é surpreendente: “Em geral, elas [as UCs de uso sustentável] recebem pouco investimento e estão entre as categorias menos restritivas, com uso mais intenso. As Áreas de Proteção Ambiental (APAs), por exemplo, têm povoados, cidades dentro delas.”

As APAs ocupam cinco posições dentre as 10 UCs mais desmatadas. “Essa categoria foi criada para tentar realizar o grande sonho de se permitir ocupações humanas e garan-

tir a conservação ambiental ao mesmo tempo”, diz Elis Araújo. A prioridade na criação de uma APA é identificar as áreas relevantes para conservação, embora não seja isso o que ocorre, pois a maioria não resolveu seus problemas de regularização fundiária, não tem plano de manejo ou conselho gestor.

Desmatamento em Unidades de Conservação (2012-2015)



50 UCs correspondem a mais de 96% do desmatamento em todas as Unidades de Conservação na Amazônia Legal. Fonte: Imazon

Zona de guerra na BR-163

No Pará, a situação não é muito melhor. Principalmente nas UCs que acompanham o traçado da BR-163, rodovia que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA). “Várias unidades de conservação foram criadas ali justamente para conter a ocupação e barrar o desmatamento ao longo da via”, diz Araújo.

Paulo Carneiro, diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio, órgão que administra as UCs federais, corrobora que a região é hoje uma das mais problemáticas para as áreas protegidas: “São muitos fatores e atores que contribuem para o desmatamen-

to: grilagem de terra, áreas de garimpo, pequenos produtores e projetos de infraestrutura sendo instalados na região. A pavimentação da BR-163 é o principal deles.”

Carneiro engrossa as críticas levantadas pela pesquisadora do Imazon, fazendo referência ao “Projeto BR-163 Sustentável”, lançado em 2006, que envolvia mais de 10 ministérios. “Uma de suas ações era a criação das unidades, mas havia outras como o ordenamento territorial, a titulação de terras, o incentivo à produção sustentável. E algumas políticas avançaram de maneira mais lenta, facilitando a pressão sobre as UCs”, diz.

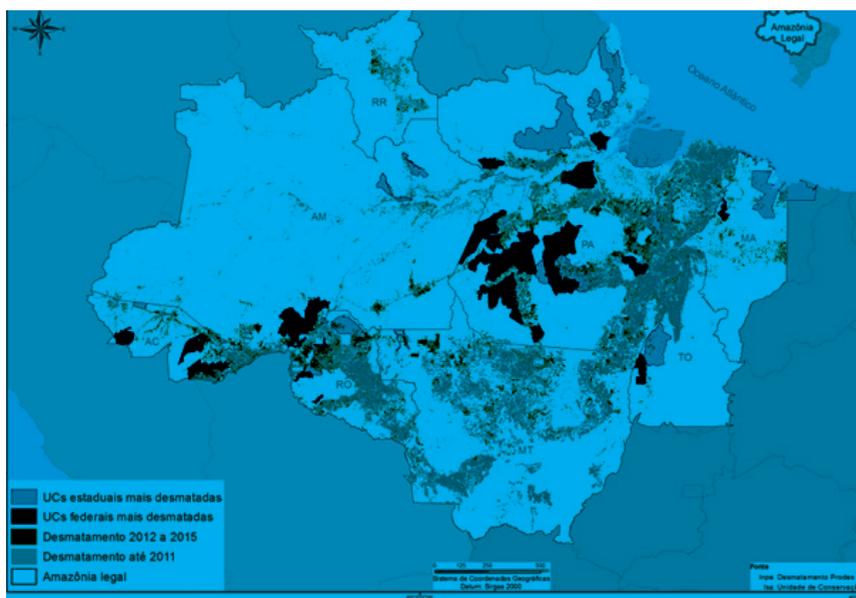
A falta de sinergia entre as políticas públicas tem emperrado ações dos órgãos ambientais que poderiam reduzir o desmatamento nas UCs. A concessão para exploração florestal manejada é uma delas. A Flona Altamira, por exemplo, teve uma significativa queda do desmatamento nos últimos anos, e um dos motivos apontados pelo Imazon é ter 50% do seu território sob concessão florestal. “Todo tipo de uso compatível com a unidade ajuda na proteção dela. Existem pessoas usando, há mais parceiros presentes e a oferta de produtos legais”, diz Carneiro.

No entanto, os conflitos dificultam: “Quando uma unidade é criada e a questão fundiária não está resolvida, a gente herda o problema e levam-se décadas para resolvê-lo. Todas as Flonas da BR-163 já têm planos de manejo e estão aptas para a concessão florestal”, diz Carneiro. Florestas Nacionais, como Jamanxim, chegaram a entrar no planejamento de concessões, mas acabaram suspensas. Em 2016, o ICMBio se envolveu em três conflitos armados na região, com troca de tiros.

Recuar ou resistir

A Flona do Jamanxim está em terceiro lugar entre as mais desmatadas e enfrenta uma batalha com ocupantes ilegais desde sua criação, em 2006. Segundo Carneiro, o ICMBio tem focado seus esforços na região, e especialmente na Jamanxim: “Depois de vários anos só com ações de comando e controle, vimos que elas são importantíssimas mas não suficientes. Junto com o MMA, estamos apostando agora numa alternativa de ordenamento territorial, transformando parte da Flona em APA Jamanxim, e regularizando as pessoas que estão ali.”

A estratégia, porém, é encarada por Elis Araújo como um tiro no pé: “Dessa forma, o governo acaba premiando quem está agindo na ilegalidade. É notável, por exemplo, o aumento do desmatamento na Reserva Biológica (Rebio) Nascentes da Serra do Cachimbo em 2015, vizinha à Flona do Jamanxim: 355% maior em relação a 2014. Os ocupantes da Rebio acreditam que podem pegar carona nas negociações, sendo os próximos beneficiados por alteração semelhante à da Jamanxim.”



Falta de gente e dinheiro

Independentemente das estratégias traçadas pelos órgãos ambientais, o fato é que não há recursos financeiros nem humanos necessários para implementá-las.

Entre 2010 e 2016, o número de analistas ambientais do ICMBio que atuavam na Amazônia caiu 40%. “Temos cerca de mil vagas abertas de pessoas que saíram depois da criação do órgão, seja porque se aposentaram ou arrumaram outra ocupação”, diz Carneiro.

No Ibama, essa redução foi de 33% entre 2009 e 2015. No ano seguinte, três portarias determinaram o fechamento de 89 bases do Ibama em todo o país, metade delas na Amazônia Legal.

No caso do ICMBio, Carneiro diz que a saída tem sido fechar parcerias com colaboradores. O programa de voluntariado do ICMBio, por exemplo, conta com mais de duas mil pessoas atuando em unidades de conservação. O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) também tem alavancado a implementação das UCs da região: desde 2002, recursos do Banco Mundial, do Fundo Amazônia, do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW) e de outras instituições internacionais facilitaram a proteção de 60 milhões de hectares.

Mas o ideal está distante. Em seu estudo, o Imazon afirma que somente as 16 UCs federais mais críticas precisariam de R\$ 10,6 milhões anuais para serem consolidadas. O valor, no entanto, é 3,3 vezes maior que a média de recursos de investimento do ICMBio entre 2014 e 2016 para todo o país.

Horizonte nebuloso

Para Angela Kuczach, da Rede Pró-UC, esse cenário desfavorável é fruto de ignorância nacional sobre os potenciais das unidades de conservação: “Temos uma série de mecanismos que estão a anos luz de serem usados nas UCs do Brasil, e que podem gerar muitos recursos – seja pelo uso público dessas áreas, pela concessão, pelo manejo florestal”, diz ela. “Existe uma visão de que as unidades são entraves ao desenvolvimento. Só que elas podem ser manejadas não só para proteger a biodiversidade e o próprio setor agropecuário, mas também para gerar recursos para o país.”

É por essa visão equivocada, diz ela, que há no Congresso cerca de 300 projetos de lei que têm como alvo enfraquecer as unidades de conservação. Por isso, Kuczach defende que haja uma mobilização para que as áreas protegidas sejam consolidadas e sirvam aos seus propósitos: “O Kruger National Park, na África do Sul, é intocável. E só é assim porque as pessoas amam aquele lugar. No Brasil não temos esse vínculo com nossas UCs.”

“A bancada ruralista quer reserva de mercado de terras”, diz Adriana Ramos

Por Juliana Tinoco e Bernardo Camara, 30 de maio de 2017

Vestidos com seus ternos e sentados confortavelmente em Brasília, deputados e senadores conseguiram estilizar mais de 600 mil hectares de áreas protegidas na Amazônia, reduzindo e flexibilizando a proteção de unidades de conservação como a Flona Jamanxim, no Pará, que já despontava na lista das mais desmatadas. Em entrevista a ((o))eco, a coordenadora do Programa de Políticas e Direitos Socioambientais do Instituto Sócioambiental (ISA), Adriana Ramos, diz que o episódio é apenas mais um. Direito do Congresso e com apenas algumas canetadas, a bancada ruralista está abrindo a porteira da Amazônia para a grilagem e o desmatamento.

“O principal embate político hoje com o setor rural diz respeito à destinação das terras públicas. Todo o esforço de evitar a destinação da terra, seja para unidades de conservação, para reconhecimento de terras indígenas ou de territórios quilombolas, tem sido a prioridade da bancada”, afirma Adriana. “Isso demonstra que a preocupação deles não é com o modelo de produção: é uma preocupação de reserva de mercado de terras.”

Não é coincidência, portanto, que quase todos os políticos que representam o setor rural no Congresso sejam donos de latifúndios, e não necessariamente produtores rurais. Quem cruzou os dados e fez as contas foi o jornalista Alceu Castilho, no livro *Partido da terra*,⁸ citado por Adriana. A publicação mostra claramente que as cadeiras da Câmara e do Senado têm sido ocupadas por uma classe política que está ali para fazer avançar os interesses privados.

Adriana ressalta que há uma parcela do agronegócio brasileiro que se esforça para melhorar a produtividade, reduzir seus impactos ambientais e ser reconhecido como moderno. Esses produtores, ela diz, precisam ser valorizados e incentivados a seguir por esse caminho. E devem ser tratados de forma diferente daqueles que estão no Congresso com outros objetivos. “A gente precisa investir no produtor que de fato vive na Amazônia, que depende daquela produção e que quer adequá-la”, afirma. “Quem não está vivendo lá, quem não está produzindo lá, quem está só especulando [terra] não tem esse compromisso.”

>> Com a palavra, Adriana Ramos

É importante a gente caracterizar um pouco o que é essa bancada ruralista. Acho que tem um trabalho muito interessante no livro escrito por Alceu Castilho, "O Partido da Terra". Ele dá pistas interessantes quando demonstra que essa composição dos políticos associados ao setor rural é uma composição mais de proprietários de terra do que de produtores rurais. Ele fez uma análise sobre todas as declarações de imposto de renda de todos os deputados, senadores, governadores e deputados estaduais, e demonstrou que há uma parcela grande desses representantes do agronegócio nas casas legislativas que é formada de profissionais liberais que são proprietários de terra. E isso tem uma relação muito forte com a questão da pecuária porque, sabemos, ela acontece em muitos casos nessa situação do arrendamento, da ocupação da terra dos outros. Então estamos falando de uma classe política que, ao definir as suas prioridades, as define pelo interesse na manutenção do patrimônio da terra e não numa preocupação com a qualidade da produção. E isso tem baseado uma série de mudanças na legislação.

Quando se discute com esse setor, não está se discutindo a qualidade de produção ou a maior produtividade em áreas. Estamos discutindo o interesse patrimonial que acaba se associando muito às iniciativas, digamos, mais insustentáveis de produção e, entre elas, a questão da pecuária: a utilização do território para os rebanhos, sem nenhum tipo de investimento nessas propriedades.

O principal embate político hoje com o setor rural diz respeito à destinação das terras públicas. Há todo um esforço em evitar a destinação de terras, seja para unidades de conservação, seja para o reconhecimento de terras indígenas ou territórios quilombolas, que tem sido a prioridade da bancada. Isso demonstra que a preocupação deles não é com um modelo de produção e sim uma preocupação em manter reserva de mercado de terras.

E é uma grande contradição porque a gente tem essa imagem do agronegócio moderno, que para poder acessar mercados externos, como os mercados europeus, depende de controle; de poder demonstrar que a cadeia é rastreável; que não tem desmatamento na cadeia; que você não tem o trabalho escravo. Mas, na hora de utilizar os mecanismos formais dados pela legislação e pela política para o controle, o esforço é para desconsiderá-los.

De fato, não é um setor que quer atuar na ilegalidade. Ele quer que a legalidade se adeque às suas práticas para que possa dizer que está dentro da legalidade.

A primeira vez que eu tive a oportunidade de encontrar o responsável pela área de sustentabilidade da JBS, ele se apresentou e falou para mim: 'Nós somos uma empresa de desmatamento zero. Assinamos esse compromisso'. E respondi: 'Pena que os deputados que vocês financiam não são. Não adianta nada vocês estarem aqui, assumindo esses compromissos, participando dessas discussões, tentando implementar mecanismos de controle e rastreabilidade, se, na oportunidade do financiamento de campanha, financiam políticos que vão na contramão de tudo isso'. É uma posição muito confortável para as empresas.

O governo vive essas duas situações: de um lado, um discurso do Ministério da Agricultura, e por outro, uma aliança estratégica dentro do Congresso, que faz com que a legislação ambiental não valha nada. Assim como a questão dos direitos, a própria discussão sobre as condições de trabalho no meio rural — que é uma das prioridades do setor do agronegócio.

Tem uma parcela do setor que tem um interesse positivo de que o agronegócio brasileiro seja reconhecido como moderno, que quer realmente melhorar a produtividade e as condições de produção. E tem algumas experiências que vão nesse sentido.

Acho que a gente precisa investir nesse produtor, que está lá, que vive na Amazônia, que depende daquela produção e que quer ter a sua produção mais adequada, sem medo da fiscalização. Acho que a gente tem um caminho grande a percorrer de investimento numa produção sustentável, em rastreabilidade e numa aplicação dos instrumentos de licenciamento para poder dar essa garantia. Isto não vai resolver a questão, mas vai mostrar que há uma parcela desse setor que não está disputando uma coisa séria, que não está discutindo um modelo de desenvolvimento e que não está interessada em melhorar a produção. São interesses realmente muito distintos e a gente precisaria separar eles, tanto na representação política dentro do Congresso quanto no diálogo com diferentes setores.

A pauta da bancada ruralista não é uma que, por exemplo, prioriza a busca por mais incentivos, por melhorias na condição de produção, faz questionamentos sobre a infraestrutura que falta. Não. Eles estão priorizando a redução de direitos de outros, prestando o interesse de apropriação daquelas terras públicas. Por que essa é a prioridade? Por que a prioridade é barrar a demarcação das terras indígenas, se elas representam só 13% do território? Esses 13% não deveriam ser prioridade do setor, ele deveria estar olhando para as terras que ele já têm à disposição, muitas vezes subutilizadas e com baixíssima produtividade. Há uma distorção forte e não dá pra dissociar isso. Não dá para achar que uma empresa assume certos compromissos e que ela não tem uma responsabilidade sobre os políticos que ela financia.

É como se o agronegócio, pela sua contribuição na balança comercial, não pudesse ser questionado pelas suas práticas. Então você acaba tendo um setor que é altamente subsidiado pelo governo; cujo volume de geração de empregos não condiz com o tamanho do subsídio de investimento que tem; que têm práticas muitas vezes totalmente equivocadas do ponto de vista de sustentabilidade e de direitos trabalhistas; e que tem uma capacidade de se proteger de questionamentos.

Não há resposta possível, do ponto de vista de sustentabilidade econômica, para um sistema que está baseada na ocupação ilegal, na apropriação indevida de terras públicas e da grilagem, principalmente na escala que essas denúncias e essas investigações têm demonstrado. É impossível pensar em uma atividade sustentável se o fundamento dela, que é a terra onde você vai produzir, está sendo apropriado dessa maneira.

A group of cows of various colors (black, white, brown) are standing in a wooden enclosure. The cows are looking towards the camera. The background shows wooden slats and some greenery.

5.

Crime...

Invasão de terras públicas. Falsificação de documentos. Burla a mecanismos de controle. Violência, intimidação e morte. Não bastasse uma estratégia de produção antiquada, esses também são expedientes que garantem o avanço da pata do boi Amazônia adentro. Na fronteira do desmatamento, a força bruta do poderio econômico e a conivência às vezes, nem tão silenciosa de quem governa são a lei.

Boi clandestino não morre de velho

Por Juliana Tinoco, 7 de dezembro de 2016

Apesar de vender uma imagem de confiança na origem, a cadeia da carne no Brasil ainda é incapaz de garantir um bife sem débitos ambientais na mesa do brasileiro. A reportagem de ((o))eco foi até o município de São Félix do Xingu, sul do Pará, detentor do maior rebanho bovino do Brasil, para conhecer os primeiros elos dessa cadeia que continuam fora do controle.

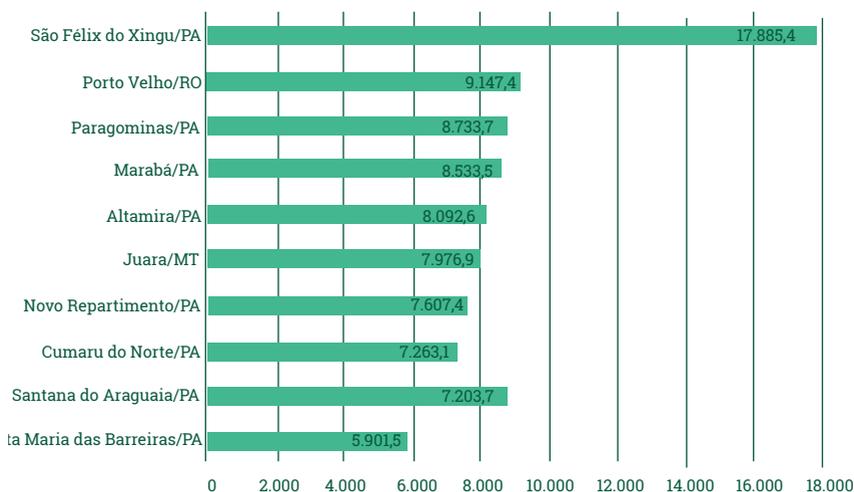
Na região, a taxa de desmatamento é alta, as leis valem pouco e a bagunça fundiária impera. Hoje, os pecuaristas que fazem a venda final aos grandes frigoríficos precisam provar que não desmataram, ou então ficam fora desse mercado. Mas o gado que eles engordaram para abate costuma vir de outras fazendas, em geral menores e sempre livres de monitoramento, que contornam restrições com o bom e velho “jeitinho” brasileiro. Atravessadores, troca-troca de documentação e a incompetência dos órgãos estaduais e federais permitem que gado de desmatamento chegue legalizado ao matadouro.

Carne com jeitinho

“Tem que matar em meu nome”, explica Neto, comerciante de boi na Tabocas, distrito de São Félix do Xingu. “Precisa estar em meu nome para poder receber o dinheiro”. Neto é o que se conhece na região como catireiro – que vem de catira, troca, negociação –, alcunha que os próprios não gostam. “O que a gente faz é comércio. É comprar e vender”, resume. O negociante atua na região dos assentamentos e pequenas vilas na Tabocas, zona rural do município de São Félix do Xingu. Ele dá mais detalhes sobre o dia a dia da profissão: “Por semana, a gente carrega geralmente de oito a 10 caminhão, o que dá em torno de 160 a 200 cabeças de gado gordo. De bezerro, geralmente são dois caminhão por semana, o que dá 70 bezerras.”

Os bezerros, Neto vende para as fazendas da região. Quando o que vai no caminhão é gado gordo, ou seja, pronto para o abate, o destino é o frigorífico. No caso de Neto, além do Frigorol, único abatedouro legal de São Félix, a venda se estende por municípios vizinhos como Tucumã, Água Azul, Xinguara e Redenção, atendidos por frigoríficos como JBS, Marfrig, Marfrifar e Rio Maria. Para realizar a venda para qualquer um deles, Neto precisa apresentar documentos do gado. Como nem todos aqueles que lhe venderam boi cumprem os requisitos impostos pelo setor, Neto já está acostumado a abater em seu nome, ou seja, como se os bois viessem da sua propriedade.

Evolução do desmatamento no município de São Félix do Xingu



Fonte: Prodes.

A Guia de Transporte Animal (GTA) tem o papel de verificação sanitária e é a principal exigência. Nos últimos anos, outras surgiram. Em 2009, o Ministério Público do Pará determinou um TAC com frigoríficos operando com carne da Amazônia. Conhecido como TAC da Carne,¹ o acordo prevê as condições sob as quais frigoríficos podem comprar sua matéria-prima, o boi. A principal regra do jogo é a garantia de que o animal não pastou sobre área desmatada após julho de 2008. Sem a licença de órgão oficial, derrubada de floresta após essa data é crime, diz a legislação florestal brasileira.

As exigências impostas pelos TACs da Carne recaem sobre as fazendas ou os comerciantes que vendem o boi gordo para os frigoríficos. Na aparência, tudo certo. Mas, para detectar os furos no sistema, é preciso voltar às etapas anteriores do caminho do boi até o matadouro.

Tudo começa com quem cria e vende bezerros, geralmente produtores de pequeno porte. As chamadas fazendas de cria vendem o animal para as de recria – que pegam o bezerro logo após o desmame. De lá, os animais seguem para as fazendas de engorda, que realizam a venda final para o abate. Há também os pequenos produtores que engordam o próprio boi para a venda, mas, por serem menores, naturalmente têm menos cabeças.

Como todo o ciclo depende de transporte para o animal – e em vastos territórios, como São Félix, as fazendas são longe e de difícil acesso –, um frigorífico não costuma comprar pequenos volumes de várias propriedades, preferindo adquirir o produto em lotes maiores. Surge aí o catireiro, que se encarrega de coletar dos pequenos, reunir e vender de uma só vez ao frigorífico ou a um fazendeiro de maior porte.

Além de intermediar a questão logística, o comerciante cuida também de outra pendência comum: a de produzir a documentação do gado. Como muitas propriedades não têm os papéis em dia, não é raro que os intermediários façam vista grossa a essa exigência, emitindo eles mesmos a papelada necessária para seguir em frente com a venda. Para todos é obrigatório portar Guia de Transporte Animal (GTA). Para ter direito a emitir uma GTA, o produtor precisa estar inscrito no sistema de controle sanitário do seu estado. No caso do Pará, a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ) faz o controle.

“Nós temos hoje 5.419 produtores cadastrados na ADEPARÁ de São Félix”, diz Paulo Henrique Silva Miranda, responsável pelo órgão no município. O número é cerca da metade das “10 mil pequenas propriedades e mil e poucas grandes e médias” na região, no cálculo de Wanderlei Silva Coelho, Secretário de Agricultura de São Félix. A divergência entre os dois números sugere que há problemas também na fiscalização sanitária, pois o comerciante que emite GTA em nome de produtores informais não vai exigir que esse gado tenha sido vacinado contra febre aftosa.

Para além da GTA, há também as barreiras impostas pelos frigoríficos que assinaram o TAC da Carne. Estes fecham as portas para produtores que têm áreas embargadas ou constam da lista de desmatamento do governo. São Félix é o município com maior área desmatada na Amazônia, com 17.885 km², seguido de longe por Porto Velho (RO), em 2º lugar, com 9.147 km².

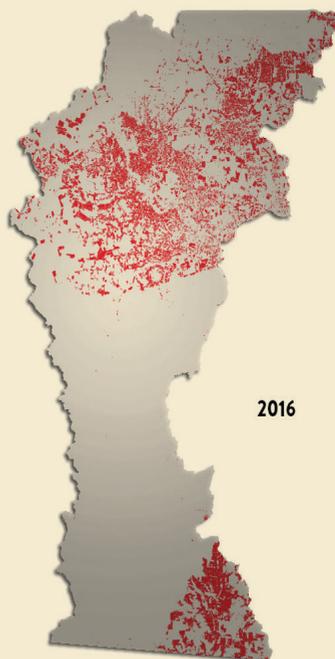
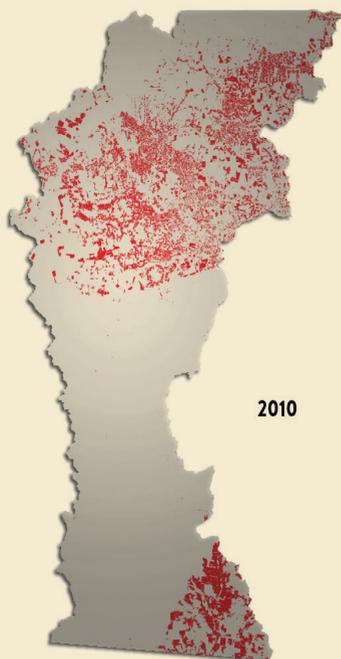
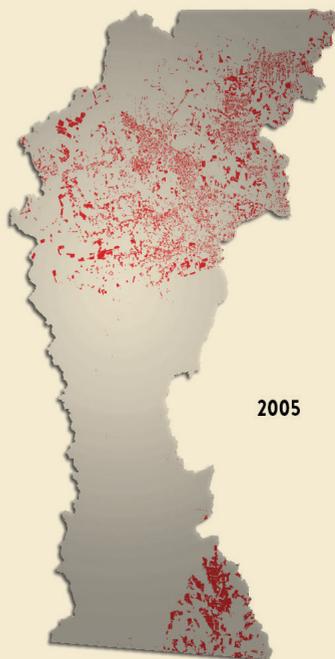
Os detalhes de como o negócio da carne prospera na Amazônia a despeito da aparente garantia de rastreabilidade são conhecidos pelo setor. Seus atores falam abertamente do problema dos “indiretos”, como são chamados os produtores de cria e recria. Durante um congresso sobre pecuária sustentável,² em outubro, no Canadá, um executivo da Marfrig, 2º maior frigorífico brasileiro, apresentou números mostrando que 50,8% do gado abatido pela empresa em 2015 veio de fornecedores indiretos, os quais, hoje, não são monitorados.

Boi tem morte certa

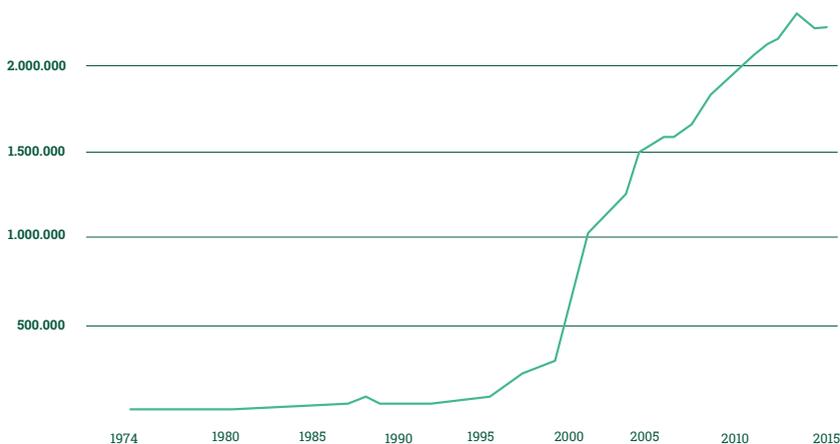
São Félix do Xingu já foi uma vila à beira do rio onde índios, pescadores e ribeirinhos conviviam. Até finais de 1970, sustentavam-se da pequena agricultura. A pecuária praticamente inexistia. A chegada da mineração e da extração de mogno, ainda naquela década, deu o pontapé no tradicional ciclo econômico de desenvolvimento de cidades na Amazônia, que inclui a abertura desenfreada da floresta e a especulação de terras – atividade que costuma vir acompanhada de boi.

O município tem 84 mil km², duas vezes o tamanho do estado do Rio de Janeiro. Em 1974, segundo o IBGE, São Félix tinha cerca de três mil habitantes e 200 cabeças de gado. Hoje, são 120 mil pessoas e 2,2 milhões de bois – o maior rebanho do Brasil. A população cresceu 40 vezes, enquanto o rebanho aumentou 11 mil vezes, chegando à curiosa marca de 18 cabeças de gado por habitante.

Evolução do desmatamento no município de São Félix do Xingu



Evolução do rebanho no município de São Félix do Xingu



São Félix do Xingu é o município com o maior rebanho do Brasil. Em 1974, a pecuária era incipiente, hoje são 2,2 milhões de cabeças de gado.

“Boi não morre de velho no pasto”, diz o ditado, popular entre pecuaristas. Todo animal em São Félix vai encontrar um abate, seja por vias legais ou clandestinas.

Mauro Lúcio Costa é pecuarista e dono de terras em São Félix, além de já ter sido presidente do Sindicato dos Produtores Rurais no município de Paragominas. Ele conta que sempre ouviu de seu pai, que veio do Sul, que tudo de melhor em São Félix começava com a letra C: “chuva, calor e crédito”. O clima confere à região o solo fértil e bons ingredientes para a formação de pastos. O crédito ficou por conta de incentivos do governo como os do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que começou a financiar projetos de pequenos agricultores e assentados a partir do final da década de 1990.

Viviane Pereira de Oliveira, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) de Marabá, município vizinho, critica a forma como o programa foi implementado na região: “O PRONAF, desde sua origem, sempre privilegiou impulsionar a pecuária de corte em São Félix”, conta Viviane. “Sai mais barato para a assistência técnica, porque para o boi você não precisa de nada, só jogar o capim e fazer uma

cerca". Como resultado, na zona rural do município poucos investem em agricultura, nem mesmo de subsistência, comprando de fora o alimento que consomem. Enquanto isso, a pecuária de baixa produtividade – que chega a alocar apenas um boi para cada três hectares – tornou-se a principal atividade de muitos.

Terra e carne fora da lei

A divisão territorial de São Félix foi determinada em 2005. O município é constituído por cinco distritos: São Félix do Xingu, Taboca, Vila Ladeira Vermelha, Vila Lindoeste e Vila Nereu. Ao todo, há dezenove projetos de assentamentos criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na região. Entre eles está o Pom-bal. Criado em 2006 no distrito de Tabocas, tem 90 mil hectares e abrigaria, em tese, 540 famílias. O que se encontra por lá, no entanto, é uma mistura de assentados – os chamados “colonos” – com pequenos produtores, e até mesmo fazendas maiores.

A zona rural de São Félix abriga uma boa mistura de sotaques e maneiras de falar o português, fruto da intensa migração de diversas partes do país. Há, no entanto, uma terminologia técnica que todos dominam e que se destaca no vocabulário mais rústico. Para um leigo em matéria de controle de desmatamento na Amazônia, ouvir que uma área “tem Prodes” não faz sentido algum. Mas, em São Félix, mesmo quem não sabe ler e escrever sabe o que isso significa. Ou, pelo menos, o que acarreta. “Embargo” é outra palavra bem conhecida.

Prodes é a sigla de Programa de Monitoramento da Amazônia por Satélites, sistema comandado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que realiza a vigilância por satélites da Amazônia e dá o alerta quando a floresta é desmatada. Ser “pego” pelo Prodes pode levar um proprietário a receber a temida visita do Ibama ou da secretaria de meio ambiente. Quem cai na fiscalização tem a área embargada e recebe multa. O embargo serve, por conceito, para garantir que a área fique impedida para produção. O objetivo é de, um dia, voltar-se a ver ali a floresta que foi derrubada.

Os produtores, no entanto, não encaram dessa forma. Para eles, a luta passa a ser para desembargar a área e voltar a ter o direito de usar aquela terra. Muitos argumentam

que foram injustamente multados por desmatamentos antigos – o que pode ser verdade. Há quem diga que, ao adquirir o terreno, não sabia do embargo, herança deixada pelo proprietário anterior. No contexto da região, o argumento faz sentido, pois a comercialização de terras entre famílias é frequente e não envolve qualquer tipo de documentação. O número de propriedades com títulos formais é próximo de zero.

O desembargo é viável, através de processos administrativos na Secretaria de Meio Ambiente ou até mesmo em instâncias judiciais. Quem consegue, em geral, é quem pode arcar com os custos de bons advogados e técnicos para justificar o uso consolidado da terra. Sem assistência, é improvável que os pequenos produtores consigam vencer a burocracia. “Você tenta por meios legais, você corre atrás, mas sempre depende de alguma outra coisa, sempre tem um novo problema”, diz Branco, produtor e comerciante de gado no distrito das Tabocas. “O Ibama só aparece para multar. A pessoa tem que correr atrás de todo o resto.”

Branco desabafa: “Eu fui multado em 2009 e nunca consegui desembargar a minha área. A gente não consegue nem pagar a multa. É um valor excessivo, maior que o da terra que é multada. Eles falam que existe um desconto de até 90%, mas a gente tenta correr atrás disso e nunca consegue”. Ele foi multado em 302 mil reais pela derrubada de 90 hectares de floresta.

Nesse cenário, a ilegalidade grassa. “Quem tem área embargada fica sem ter como comercializar. Aí tem que pegar a documentação de outra propriedade e passar a comercializar com ela”, conta Branco. Ele diz que já tentou de tudo para se regularizar. Adquiriu, inclusive, uma área de floresta que ele preserva, compensação aceita pela legislação. Enquanto não resolve, segue com seu negócio na base do jeitinho. “Eu tenho área em nome da minha esposa, né? É através disso que nós consegue matar o gado que está na outra área embargada”, conta.

“Teve um ano em que o secretário de Meio Ambiente veio com o Ibama, falou que não era para derrubar nem mais uma árvore aqui no Pombal, que iam mandar três tratores para gradear tudo que fosse pasto velho, para não mexer mais na mata”, lembra Marcos, pequeno produtor no Pombal. “Aí, nesse ano, o pessoal ficou parado, teve gente que

quase passou fome, esperou, esperou, mas o maquinário nunca apareceu aqui. Aí, no ano seguinte, o povo voltou a derrubar para fazer roça e formar pasto, porque, senão, como é que vai sobreviver?”, diz ele, que também revela ter área embargada em sua propriedade.

A desordem fundiária é citada como a raiz que alimenta o processo. O caso do Pombal é exemplar. Prestes a completar 10 anos de criação, só agora seus assentados passaram a ter direito à titularidade das terras, segundo as regras do INCRA. De lá para cá, foi feito um Cadastro Ambiental Rural (CAR) de toda a extensão do assentamento, mas não há CAR de cada propriedade separadamente. Os assentados do projeto dividem espaço com outros proprietários que chegaram ao longo dos últimos anos em busca de terra para desmatar.

“O melhor tipo de fiscalização que existe é a documentação”, defende Mauro Lúcio. Ele usa a metáfora do carro. “Imagina se, de uma hora pra outra, ninguém tivesse mais documento do carro. Quantos acidentes e infrações não iriam acontecer? Quem não é dono da terra, não se sente legalmente responsável por ela.”

Até pouco tempo, Pombal carecia de estradas e pontes, tornando árduo o acesso. Para se chegar até lá ainda é necessário atravessar duas vezes o rio de balsa e encarar bastante estrada de terra, que em época de chuva pode se tornar intransitável. E nessa toada Pombal segue em expansão. A mais recente conquista da comunidade foi a eletricidade. Apelidada de “Gato para Todos”, uma referência ao programa do governo “Luz para Todos”. A iniciativa de erguer postes e passar fios de energia coube aos moradores, que fizeram uma vaquinha para conseguir ter luz. “Aqui o governo não aparece para nada”, ressentem-se Marcos.

Derrota da formalidade

“Desde 2008, em São Félix, foram derrubados ilegalmente 250 mil hectares de floresta”, diz Mauro Lúcio. “Como nas áreas recém-abertas, com pasto novo, é possível colocar até duas cabeças de gado por hectare, é provável que abriguem $\frac{1}{4}$ do rebanho do município”. Por esse cálculo, mais de 500 mil cabeças de gado da região são ilegais, bois de desmatamento.

João Franco da Silveira Bueno, dono da Marfripar, um dos maiores frigoríficos do Sul do Pará, critica o funcionamento das regras do setor: "Um dos grandes problemas nossos é esse TAC que nós assinamos com o Ministério Público", diz. "Todos os frigoríficos de médio e grande porte cumprem o combinado. Todo boi que compramos é checado se não tem restrição nenhuma. O problema é que os frigoríficos de menor porte não obedecem esses critérios, não assinaram o TAC. Quem está na ilegalidade vai vender para esses frigoríficos. Então, o TAC, de uma maneira geral, não está funcionando", afirma João Bueno.

Para Mauro Lúcio, o aumento das restrições impostas ao mercado, sem a fiscalização adequada e os incentivos econômicos certos, levou ao crescimento da ilegalidade da cadeia como um todo. "A indústria clandestina de carne aumentou absurdamente nos últimos dois anos", diz. "Quem está legalizado enfrenta uma competição covarde". Bem ao lado do único frigorífico legal de São Félix, o Frigol, fica uma construção sem placas na porta. Ali, revelam os funcionários da própria Frigol, funciona um abatedouro clandestino, posicionado estrategicamente ao lado do concorrente para aproveitar os trabalhadores que saem de seus turnos e querem fazer um dinheiro extra.



As dificuldades de produzir dentro da lei e a falta de controle facilitam a ilegalidade nas fazendas de cria e recria.
Foto: Marcio Isensee

Círculo fechado: Desmatamento, criação de gado e abate pelas mesmas mãos

Por Fernanda Wenzel, 1º de novembro de 2018

Boca do Acre tem pouco mais de 30 mil habitantes. A cidade do Sul do Amazonas, como o próprio nome indica, faz fronteira com o estado vizinho. É um município pacato, onde predomina a cor do barro vermelho que ainda cobre a maioria das ruas. No final da tarde, quando o calor dá uma trégua, os moradores vão para a beira do Rio Purus, que naquele ponto recebe as águas do Rio Acre.

Apesar da precariedade das vias e da simplicidade da maioria das casas, Boca do Acre tem o 26º maior PIB per capita entre as 62 cidades do Amazonas: R\$ 8.543,42. A maior parte dessa riqueza vem da pecuária. Segundo o IBGE, Boca do Acre é dona do segundo maior rebanho bovino do estado, atrás apenas da vizinha Lábrea. Juntas, as cidades contam com 510 mil cabeças de gado, 38% do rebanho do Amazonas.

Uma produção que não pára de aumentar, e que catapultou esses municípios para o topo do ranking de desmatamento. Entre 2010 e 2017, a área desmatada cresceu 40% em Lábrea e 22% em Boca do Acre, segundo dados do Prodes.

Gabriel Carrero, pesquisador sênior-associado do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), afirma que o desmatamento no sul do Amazonas está diretamente associado à pecuária.

Ele coordenou um estudo sobre a cadeia da pecuária no Amazonas, e concluiu que cerca de 20% do gado criado em Lábrea e Boca do Acre é vendido para o abate em

Porto Velho, capital de Rondônia. Os outros 80% são vendidos para o Frizam/Agropam, o único frigorífico de Boca do Acre com autorização para vender para fora do estado. Segundo um levantamento do Idesam, de 2013, o Frizam/Agropam era o principal frigorífico do Amazonas, respondendo por 31,3% dos abates do estado.

Com uma capacidade de abate de 250 cabeças de gado por dia, a empresa vende toda a carne para Manaus.

Ibama estima que 50% do gado abatido venha de áreas embargadas

Quando ((o))eco chegou em Boca do Acre, no início de setembro, o Ibama conduzia mais uma operação de combate ao desmatamento. Ao constatar a criação de gado em áreas de preservação, os fiscais podem embargar aquela área na qual o fazendeiro fica proibido de colocar bois.

Segundo dados do Ibama, Boca do Acre tem 374 áreas embargadas, que somam mais de 4 mil hectares. Em Lábrea, os embargos atingem 716 propriedades e ultrapassam 27 mil hectares, o equivalente a 27 mil campos de futebol.

O Frizam/Agropam assinou o TAC da Carne com o MPF, que o obriga a verificar, para cada fazenda de onde compra gado, se lá ocorreu desmatamento ilegal. Estranhamente, as centenas de embargos do Ibama na região não afetaram a oferta de gado a esse frigorífico. Pelo contrário, até o 1º semestre de 2019, o Frizam/Agropam pretende aumentar a capacidade de abate para 400 animais por dia.

O frigorífico não pode, por exemplo, comprar gado de nove fazendas embargadas pelo Ibama e que pertencem ao próprio dono do Frizam/Agropam, José Lopes. Geovani Neves, gerente administrativo do abatedouro, recebeu ((o))eco na sede da empresa em Boca do Acre. Ele não quis gravar entrevista em vídeo, mas afirmou que o acordo com o MPF é cumprido à risca: "A gente não compra gado de áreas embargadas", afirma Geovani.

Entretanto, para José Alberto Rodrigues, analista ambiental do Ibama que coordenava a operação em Boca do Acre, a única explicação para que a pecuária continue se

expandindo na região é que os embargos não são cumpridos. Ele vai além, e afirma acreditar que 50% do gado comercializado na região venha de áreas embargadas.

Para Rodrigues, a triangulação ou lavagem do gado é a grande brecha do TAC firmado pelo MPF com frigoríficos que atuam na Amazônia Legal. Na hora de vender um lote ao matadouro, o produtor tem que apresentar a GTA, que mostra de qual fazenda aquele gado saiu. Como sabe que o frigorífico não pode aceitar animais de áreas embargadas, o pecuarista emite o GTA em nome de uma fazenda que esteja “limpa” com os órgãos ambientais.

A triangulação permite aos produtores com embargos e desmatamentos ilegais “lavar” e vender seu gado, como se estivessem dentro da lei. “Nós não temos como fiscalizar o pecuarista. Se ele traz um documento pra nós que o gado tá vindo da fazenda ‘A’, infelizmente o que vale é o documento que ele tá trazendo pra gente”, justifica o gerente Geovani Neves. “Como o frigorífico vai fiscalizar todos os pecuaristas de uma região? Não consegue..”

O Ibama também alega não conseguir fiscalizar o cumprimento dos embargos: “Não temos gente suficiente para fiscalizar nem as áreas que estão sendo desmatadas agora, imagina as que foram embargadas”, justifica Rodrigues. Sem concurso público desde 2012, o Ibama tem cerca de 900 fiscais para atuar em todos os biomas do país.

Dilermando Melo, presidente do Sindicato Rural de Boca do Acre, nega que os produtores da região desrespeitem os embargos do Ibama. Ao mesmo tempo, desconhece que o TAC firmado pelo Frizam/Agropam tenha criado qualquer obstáculo aos produtores que vendem para o frigorífico: “Não chegou nenhuma informação no Sindicato sobre isso.”

Dono do frigorífico é também fazendeiro com embargos

Bastam poucas horas peregrinando de carro pelos ramais que saem de Boca do Acre e avançam pelo território de Lábrea para flagrar situações de descumprimento dos embargos. Durante o trajeto, foi possível registrar três fazendas nessa situação. Uma delas em nome de José Lopes, dono do Frizam/Agropam. No total, existem nove áreas em nome do empresário embargadas pelo Ibama, em Lábrea e Boca do Acre.

A segunda fazenda pertence a Adamir Hosoda Monteiro, outro grande pecuarista da região. O terceiro caso é o de uma propriedade em nome de Emerson Nascimento Acosta, embargada em março deste ano.

Gabriel Carrero afirma que os grandes fazendeiros da região usam diversas estratégias para expandirem suas criações sem se responsabilizarem pelos danos ambientais. As práticas incluem arrendar ou meiar pastos de outros proprietários: quando o pecuarista cria gado em uma terra que não está no nome dele. Outro recurso é o uso de "laranjas", pessoas que fingem ser as donas da terra para livrar o nome do fazendeiro.

Para piorar, dificilmente os fiscais conseguem chegar de surpresa. "Os caras sabem com antecedência quando o Ibama vai chegar na região e o que vai fazer. É difícil alguém ser preso de surpresa, até porque, quando o fiscal chega na fazenda, normalmente só encontra peões", explica Carrero.

Frigorífico tem investimento do governo do Estado

José Lopes, o proprietário do Frizam/Agropam e de nove fazendas na região com embargos do Ibama, é um nome recorrente na Justiça Federal do Amazonas, onde responde a quatro processos por desmatamento ilegal. Foi condenado em três. Também é réu em uma ação penal por invasão de terras públicas e em outras duas por manter seus trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Além de criador de gado e empresário, José Lopes circula com discricção no meio político amazonense. Seu nome chegou a ser citado no ano passado na Lava Jato, na delação de Arnaldo Cumplido de Souza e Silva, ex-executivo da Odebrecht. Segundo essa delação, José Lopes intermediou o pagamento de propina de empreiteiras ao então governador do Estado Omar Aziz (PSD). O inquérito contra Aziz foi arquivado pelo Supremo Tribunal Federal. A Procuradoria-Geral da República tenta reabrir o caso.

José Lopes também foi tesoureiro das campanhas ao governo do Estado de Aziz, Eduardo Braga (MDB) e Amazonino Mendes (PDT), este último derrotado ao tentar um quarto mandato. Em 2000, durante uma das gestões de Amazonino Mendes, o governo

do Amazonas se tornou sócio do frigorífico de José Lopes. Em 2010, já sob o comando de Aziz, o estado investiu R\$ 9,9 milhões no abatedouro através da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Ciama).

O caso veio à tona em 2013 em reportagem de Kátia Brasil, do site Amazônia Real.³

Com o investimento, o governo do Estado acumulou 49% das ações do frigorífico. A Ciama não quis se manifestar sobre o assunto e tampouco informou se foram feitos novos aportes ao Frizam/Agropam.

Frigorífico só assinou TAC depois de denúncia do MPF

Não foi fácil para o MPF convencer o Frizam/Agropam a assinar o TAC, ferramenta jurídica que busca a regularização ambiental da cadeia da carne. O acordo só foi fechado depois que a Procuradoria da República no Amazonas pediu, em 11 de abril de 2013, a condenação do Frizam/Agropam ao pagamento de indenização de R\$ 262,5 milhões.

A denúncia teve como base uma Ação Civil Pública que conclui que a empresa contribuía com o desmatamento na região de Lábrea e Boca do Acre. A investigação revelou que, entre 2010 e 2011, o frigorífico havia abatido e comercializado 25.516 cabeças de gado provenientes de áreas embargadas. Destas, 20.027 pertenciam a José Lopes. O TAC com o Frizam/Agropam foi firmado em agosto de 2014, em troca da extinção do processo. O mesmo acordo já foi firmado com 10 dos 11 maiores frigoríficos do estado.

O Procurador da República, Rafael Rocha, admite a existência de mecanismos para burlar as regras do TAC. Entre eles, a retirada do gado de uma área embargada para outra sem embargo, para então vendê-lo ao frigorífico. Neste caso, o procurador destaca que o frigorífico não pode ser responsabilizado: "Ele não tem como checar. Quando consta na GTA que o gado veio da área "B", e nessa área não há nenhuma irregularidade, o frigorífico não está descumprindo nenhuma das obrigações do TAC."

Rafael Rocha afirma ter informações "extraoficiais" sobre produtores que simplesmente fraudam a GTA, colocando como origem outra fazenda que não a embargada. Nesse

caso, os produtores podem responder pelos crimes de falsidade ideológica e falsificação de documento público. “Em tese, é possível que isso aconteça, mas eu preciso de dados mais concretos para pelo menos provocar os órgãos a fazerem uma investigação”, diz o procurador.

No caso, os órgãos a serem provocados são os responsáveis pela sanidade animal e pela emissão do GTA. Em Boca do Acre, isso é feito pela Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (Adaf). Já no sudoeste de Lábrea, que também abastece o Frizam/Agropam, existe uma parceria com o estado de Rondônia, e esse trabalho é feito pela Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (Idaron).

O GTA é um documento autodeclaratório. Ou seja, o próprio produtor rural preenche o local de origem do gado, o que aumenta as chances de fraude. Mas para Rafael Rocha, a prioridade agora é resolver uma questão muito mais simples, que é a vinculação do GTA ao CAR, um documento que é uma espécie de CPF da propriedade rural. Segundo Rafael Rocha, isso agilizaria a fiscalização tanto dos órgãos públicos como dos frigoríficos: “Isso foi previsto em um acordo formal com o governo do Estado, mas não foi cumprido, e está sendo exigido judicialmente.”

Para o procurador, o MPF não pode ser o ator a coibir o desmatamento associado à cadeia da carnes: “O que será que a Prefeitura de Boca do Acre está fazendo para coibir o desmatamento? Não quero ser injusto, mas eu não tenho conhecimento de nenhuma medida concreta que tenha sido adotada por eles. A mesma coisa com o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), que é o órgão estadual.”

Respostas

Em nota, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) afirma que o sul do estado é uma das áreas prioritárias das ações de combate ao desmatamento, em especial os municípios de Humaitá, Apuí, Novo Aripuanã e Boca do Acre, que fazem parte do Arco do Desmatamento. Ainda segundo o Ipaam, entre agosto e outubro de 2018 foram aplicadas multas que somam mais de R\$ 9 milhões em ações de fiscalização ambiental na região. O órgão não se manifestou sobre o atraso na vinculação do CAR ao GTA.

A reportagem também questionou as prefeituras de Boca do Acre e de Lábrea sobre possíveis ações de combate ao desmatamento, mas não obteve resposta.

A reportagem procurou José Lopes em seu escritório em Boca do Acre, mas não o encontrou. ((o)eco também tentou, sem sucesso, contato com Adamir Hosoda Monteiro e Emerson Nascimento Acosta.

Sobre a possibilidade de fraudes no GTA, a Adaf afirma que “a utilização da Guia de Trânsito Animal no Estado do Amazonas segue estritamente a normatização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), vigente em todo o território nacional”, e que a implementação da GTA eletrônica está em execução e deve começar ainda neste ano.

Já a Idaron diz que a checagem dos dados das GTAs só é feita in loco, “quando, através de alguns indicadores nossos, há alguma divergência.”



Caminhão para transporte de bovinos na estrada que liga o município de Boca do Acre ao estado de Rondônia. Foto: Marcio Isensee

Sai extrativista, entra boi: a lei do mais forte em uma reserva extrativista de Rondônia

Por Fernanda Wenzel, 4 de dezembro de 2018

"Acabou tudo", diz Laudicéia, as mãos protegendo a vista do sol forte enquanto observa a pequena casa de madeira, invadida pela vegetação. O local, onde ela planejava instalar placas de energia solar, está abandonado desde que seu pai, seu marido e dois primos foram ameaçados por sete homens armados. Um ruído encerra abruptamente o relato feito dentro da Reserva Extrativista (Resex) Estadual Jaci-Paraná, no noroeste de Rondônia. Com o som de passos vindos da mata, ela pede que todos retornem à embarcação atracada no barranco.

Laudicéia Soares é filha e neta de seringueiros. Seu pai, Artur, divide-se entre a casinha simples, que construiu há 20 anos na reserva, e um sítio perto de Porto Velho, capital do estado. "Na cidade não é bom. Quem é acostumado, filho de seringueiro, gosta de estar no mato", diz Artur. Mas desde que foi ameaçado, as idas à unidade de conservação são cobertas de tensão.

As ameaças partiram de um dos pecuaristas que invadiram a reserva estadual. O governo de Rondônia estima que haja mais de 100 mil cabeças de gado sendo criadas ilegalmente dentro da Jaci-Paraná, que já perdeu 49% da floresta, derrubada para a abertura de fazendas. Trata-se de uma ilegalidade que subverte a função da reserva extrativista, área pública que, pela lei, deveria ser "utilizada por populações extrativistas tradicionais", e cuja intenção é "proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade."

Em uma Resex, cada família recebe o direito de utilizar um lote, chamado de “colocação”. No caso da Jaci-Paraná, a maioria dos moradores são ex-seringueiros, ou filhos e netos de seringueiros. Com a derrocada do mercado da seringa, a maioria deles se divide entre a cidade – onde têm acesso a serviços de saúde e educação – e a Resex, onde mantêm pequenos cultivos de subsistência.

Expulsão

((o))eco encontrou Vanderlei da Cunha trabalhando na colocação de um conhecido, à beira do Rio Jaci. Ele já teve o próprio lote na Resex, mas foi expulso em 2010 por um fazendeiro que se disse o dono da terra: “Ele tava acompanhado por um segurança, armado com um [revólver] 38. Tava com o cabo da arma de fora, pra intimidar mesmo”. Deterado, começou a prestar serviços aos outros moradores da região. Trabalhava em uma dessas propriedades, em 2015, quando sofreu a segunda ameaça. Desaa vez, eram quatro homens armados: “Um deles falou que eu tava dentro da terra dele”, lembra Vanderlei.

O casal Janderman de Farias e Maria das Graças também teve de abandonar às presas sua colocação. A intimidação começou no dia em que encontraram a porta de casa trancada com um cadeado que não era o deles. Semanas depois, a mesma situação: os cadeados originais haviam sido arrombados e substituídos. Na terceira vez, um vizinho alertou que homens haviam dado uma rajada de tiros em direção ao rio. Janderman decidiu esvaziar a casa: “Joguei as coisas tudo dentro da canoa. Levei fogão, botijão de gás, colchão, prato, panela”. Assustada, Maria não tem coragem de voltar: “A gente fica com medo né? Vê essas confusões de terra, e é só morte.”

Histórico de negligência

A Reserva Extrativista Jaci-Paraná foi criada em 1995, em uma área de 205 mil hectares que abrange os municípios de Porto Velho, Campo Novo de Rondônia e Nova Mamoré. O primeiro problema veio no ano seguinte, quando a Assembleia Legislativa reduziu em 6,7% a área da Resex, para 191.234 hectares.

Poucos anos depois – por volta de 2002 –, começaram as primeiras invasões. A princípio para retirada da madeira, depois para grilagem de terras e, por fim, para criação de gado. A paralisia do estado foi um convite a mais e mais invasores. Em 2014, provocada pelo Ministério Público Estadual, a Justiça determinou a retirada do gado da reserva. Mas nem os donos dos animais nem o governo do estado se mexeram para cumprir a decisão judicial.

Jorge Lourenço responde pela Coordenadoria de Unidades de Conservação de Rondônia, órgão da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) responsável pela administração das UCs estaduais. Ele alega que a operação de retirada exige grande estrutura e suporte de outros órgãos do governo, e afirma que quase metade da floresta da Resex já foi derrubada: “Você vê pela imagem [de satélite] que a unidade é toda pipocada. Somando pequenas ilhas de floresta, você tem 51% de floresta lá dentro. Mas, na verdade, não é uma floresta. Para a fauna, isso é terrível. Têm espécies que não atravessam dois metros de área aberta.”

Paulo Bonavigo hoje trabalha na ONG Ecoporé. Mas, entre 2011 e 2013 esteve à frente da mesma Coordenadoria de Unidades de Conservação. Nesse período, tentou retirar o gado da Jaci-Paraná. Organizou bloqueios com policiais armados nas estradas de acesso à UC, impedindo o ingresso de materiais de construção e de sal para alimentar o gado. Ao mesmo tempo, pediu que os pecuaristas retirassem os animais voluntariamente.

A reação foi imediata. Primeiro, as equipes de campo começaram a sofrer ameaças. Em seguida, teve início uma peregrinação de políticos ao seu escritório: “Recebíamos deputados, vereadores de Porto Velho e de outras cidades como Buritis, buscando uma solução para que essas pessoas ficassem lá dentro, mesmo que ilegais.”

A operação de retirada do gado implodiu quando passou a ser minada pelo próprio governo. O poder executivo, na época controlado pelo governador Confúcio Moura (MDB), alegou falta de recursos financeiros e de policiais para manter os bloqueios. Em uma ocasião, um integrante do governo estadual foi pessoalmente até uma barreira para liberar a entrada de sal de um invasor. Bonavigo cansou, e decidiu deixar o cargo: “É frustrante.”

O boi não é ilegal, ele “está” ilegal

Com seu motor de rabeta e casco comprido e raso, a voadeira é o melhor meio de transporte dentro da reserva, cortada pelos rios Branco e Jaci. As estradas são poucas, e a maioria das que existem foram abertas pelos invasores para acessar as fazendas e escoar o gado. Não é preciso circular muito pelos rios para observar as primeiras queimadas e pastagens. Em uma das margens, chama atenção um descampado. Quando a canoa encosta no barranco, o cheiro de estrume revela o tipo de uso da terra. No desembarque, os bois correm para os fundos da propriedade.

“Este gado não é ilegal. Ele está em uma área ilegal, é diferente” argumenta José Raimundo do Nascimento, diretor-executivo da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril (Idaron), que faz a vacinação contra febre aftosa em todo o gado de Rondônia. O órgão também é responsável pela emissão da GTA, documento que deve ser apresentado sempre que o produtor retira gado de uma área e o leva para outra, seja uma fazenda ou o frigorífico onde o animal será abatido.

Como é proibido criar gado de forma extensiva dentro de unidades de conservação, nenhum frigorífico deveria comprar animais cuja GTA fosse emitida para uma propriedade dentro da Resex Jaci-Paraná. Mas, como bem diz o ditado, boi não morre de velho no pasto. “Ninguém deixa 100 mil cabeças de gado à toa num canto. Esse gado tá rodando, né?”, diz Lourenço.

“Eles emitem a GTA em nome de uma propriedade fora da unidade de conservação, para que este gado seja comprado pelos frigoríficos”, diz Bonavigo. “A maioria são grandes proprietários, grandes áreas, com grandes rebanhos bovinos, que criam, recriam [engordam] e vendem esse rebanho sem custo nenhum. Eles não compram a terra, o gasto deles é financiar a invasão”, afirma Bonavigo.

Trata-se da lavagem de gado. Mas Nascimento, da Idaron, defende o esquema: “Existe uma determinação para a retirada desse gado. A partir do momento em que é retirado da área de reserva, acabou a ilegalidade. [...] O gado não está sendo comercializado a partir da área proibida, da área de reserva, está sendo comercializado a partir de uma área legal.”

A Agência de Defesa Sanitária não apenas aceita a venda do gado ilegal, como vai até a unidade de conservação para vacinar os animais contra febre aftosa. Lourenço, o coordenador de UCs do estado, lamenta: "Nós gostaríamos que eles não vacinassem. Ou, se vacinassem, que a carteirinha sanitária daquele gado fosse apreendida."

"Como o gado foi detectado dentro dessa área e compete à Idaron vacinar o gado, nós tivemos que tomar essas providências. Mas não há em momento algum a aquiescência da Idaron", rebate Nascimento, que garante que não há mais gado entrando na reserva, apenas saindo. Portanto, a quantidade de animais estaria diminuindo.

Para confirmar esta informação, ((o))eco pediu acesso à série histórica da quantidade de animais da área. Mas a única informação enviada pela Idaron refere-se a um levantamento do dia 17 de setembro de 2018, que apontou a existência de 73.310 bovinos dentro da unidade de conservação.

"Não está diminuindo. Ao contrário, está aumentando", diz Aidée Torquato, promotora do Ministério Público Estadual sobre o tamanho do rebanho dentro da Resex. Ela não tem dúvidas da conivência da Idaron com as invasões: "[A Idaron] vai lá e não comunica a ninguém que vacinou gado dentro da unidade. Custei muito para descobrir a quantidade de gado lá dentro". Aidée conta que precisa recorrer a suas próprias fontes para obter informações: "Com o Superintendente da Idaron, eu nem conversei."

Site da JBS acusou fornecedores dentro da Resex

Ao longo da apuração da reportagem, em novembro, ((o))eco localizou quatro fornecedores de gado da JBS dentro da Resex Jaci-Paraná: Sítio Olhos d'água, Fazenda Minas do Sul, Sítio Gabriela e Sítio Fortaleza. As informações constavam no sistema de rastreamento da própria empresa, que mostra diariamente as coordenadas geográficas das fazendas que venderam gado para cada frigorífico da JBS.⁴

Através desse sistema, a reportagem também encontrou seis fornecedores da empresa a menos de 10 km da Jaci-Paraná. Segundo a Sedam, a curta distância é um indicativo de que essas áreas podem ser utilizadas para esquentar o gado ilegal criado na Resex.

Por fim, quatro fornecedores estavam dentro da terra indígena (TI) Karipuna, que faz divisa com boa parte dos limites a oeste da Jaci-Paraná, e onde a pecuária também é proibida.

Por e-mail, a assessoria de imprensa da JBS afirmou que “uma falha nos dados disponíveis no site gerou informações imprecisas sobre a localização das propriedades”, e que as fazendas mencionadas pela reportagem “não estão em áreas de conservação ambiental ou em terras indígenas.”

Localização de fornecedores da JBS segundo consulta realizada na 2ª quinzena de novembro.



Conforme levantamento do Imazon, 17 frigoríficos têm áreas de compra de gado com potencial para se sobrepor à área da Resex. Como apenas a JBS tem um sistema público de fornecedores, não é possível afirmar quais outros abatedouros estão comprando o gado produzido ilegalmente na reserva.

Segundo o Ministério Público Federal de Rondônia, cinco frigoríficos do estado assinaram o TAC da Carne. Apenas duas – JBS e o frigorífico Tangará LTDA. – entregaram

relatórios de auditorias, que até agora não foram analisados. Ainda de acordo com Faria, “oito frigoríficos de maior relevância” de Rondônia não assinaram o TAC.

Já o Ibama afirma que seu foco de atuação é nas unidades de conservação federais, mas que lavrou autos de infração dentro da Resex e subsidiou as ações civis públicas do Ministério Público Estadual contra os invasores. O órgão também alega dificuldades para fiscalizar as vendas do gado em função da falta de acesso às GTAs. “O Ibama só obteve acesso às GTAs do estado do Pará, e via Ministério Público Federal”, afirma o coordenador-geral de Fiscalização Ambiental, Renê Luiz de Oliveira.

De acordo com Oliveira, os próprios frigoríficos poderiam denunciar esquemas de esquentamento de gado sempre que percebessem que uma quantidade muito grande de GTAs está sendo emitida de uma mesma área, algo suspeito em uma região onde a média de produtividade é de menos de um boi por hectare.

A ONG Imazon fez um levantamento sobre a distância máxima e a área total que as compras de cada planta de frigorífico influenciam. O trabalho contou com questionários respondidos por administradores dos próprios frigoríficos. Na região da Jaci-Paraná, concluiu-se que 17 frigoríficos têm áreas de compra de gado em potencial sobrepostas à Resex: Frigorífico Roma, Frigorífico Dallas, Frig S.A., Amazon Boi, Mafrico, Frigo Manaus, Distriboi, Irmãos Gonçalves, Frigorífico Tangará, Total S.A. (plantas de Rolim de Moura e Ariquemes), Frigorífico Nosso, Frigoari e JBS (plantas de Porto Velho, Ariquemes, Pimenta Bueno e São Miguel do Guaporé).

Mas há pouca transparência. Apenas a JBS tem um sistema público de fornecedores que permite o acesso e o monitoramento pela sociedade civil. A empresa assinou o chamado TAC da Carne com o MPF, no qual se compromete a não comprar gado oriundo de unidades de conservação, terras indígenas, áreas embargadas pelo Ibama ou que constam da lista suja do trabalho escravo do Ministério do Trabalho.

Daniela Faria, Procuradora da República do MPF de Rondônia e responsável pelos TACs da Carne no estado, não se manifestou sobre as práticas de lavagem de gado nem sobre os fornecedores da JBS localizados dentro da Resex. A procuradora não quis gravar entre-

vista, mas respondeu por e-mail à reportagem. Segundo ela, cinco empresas de Rondônia assinaram o TAC, todas em 2013. Apenas duas – JBS e o frigorífico Tangará Ltda. – entregaram relatórios de auditorias, que até agora não foram analisados. Ainda de acordo com Faria, “oito frigoríficos de maior relevância” de Rondônia não assinaram o TAC.

Já o Ibama afirma que seu foco de atuação é nas unidades de conservação federais, mas que lavrou autos de infração dentro da Resex e subsidiou as ações civis públicas do Ministério Público Estadual contra os invasores. Também alegou dificuldades em fiscalizar as vendas para abate de gado ilegal, criado dentro da Resex. Para isso, seria necessário que o órgão tivesse acesso às GTAs. “O Ibama só obteve acesso às GTAs do estado do Pará, e via Ministério Público Federal”, afirma o coordenador-Geral de Fiscalização Ambiental, Renê Luiz de Oliveira.

Entretanto, Oliveira afirma que os próprios frigoríficos poderiam identificar esquemas de esquentamento de gado. “Pode ser mais trabalhoso, isso sim”, diz. Uma das pistas de que uma fazenda está sendo usada para esquentar gado ilegal, por exemplo, é quando as GTAs indicam um grande número de animais mantidos em uma área pequena, algo incomum em uma região onde o normal é menos de um boi por hectare.

Terra na mão de laranjas

A pequena aeronave desponta no céu e faz um rasante sobre a vegetação, lançando sementes para formar uma nova pastagem – assim como outras culturas agrícolas, o pasto precisa ser plantado. “De ontem pra hoje tá cruzando direto aqui no meu barraco”, afirma Raimundo Leônidas de Lima Pereira, um dos moradores da Resex. Dada a ousadia cada vez maior dos pecuaristas, o filho de seringueiro já não sabe por quanto tempo vai poder continuar colhendo sua macaxeira, seu milho e sua melancia.

O flagrante do avião mostra o tipo de estrutura de que dispõem os invasores. “São grandes lagos artificiais, jet-skis, casas enormes, blindex”, diz Bonavigo. “[...] fazendas mantidas por pessoas que têm muito dinheiro.”

O Ministério Público de Rondônia já entrou com mais de 70 ações civis públicas contra os invasores da Jaci-Paraná. Os processos correm em nome daquelas pessoas que se identificam como os donos do gado. “Se é o invasor principal, se é o mantenedor econômico da invasão, a gente não sabe. [...] Como é uma invasão, o dono em si não aparece. Aparecem pessoas que visivelmente não são os proprietários”, afirma Lourenço.

Aidéé Torquato estima que metade dessas pessoas sejam laranjas. Ou seja, assumem o lugar dos verdadeiros fazendeiros em troca de algum benefício: “A gente desconfia que deve ter laranja de político. Ele vem para audiência, assume que é o dono do gado e responde [judicialmente]. Aí, nunca vou saber qual é o político.”

A promotora desistiu de investigar quem está por trás dos laranjas e centrou esforços na tentativa de retirada do gado. Para se proteger, ela se nega até mesmo a citar os nomes que constam nos processos: “Eu já tenho problema que chega com esse povo. Então, não vou ficar divulgando nome, não vou incitar mais a ira dessas pessoas contra mim”. Questionada se já sofreu ameaças, a Promotora diz: “Isso é comum, não é novidade.”

Pequenos, para os políticos

Segundo Bonavigo, as invasões de unidades de conservação viraram rotina em Rondônia, e seguem sempre um mesmo padrão: “Invade, tem uma ligação com grupos políticos que mantêm essas pessoas lá, com o discurso de que são pequenos produtores, enquanto os pequenos que realmente vivem lá são a minoria.”

A defesa dos pequenos produtores rurais faz parte do discurso de deputados estaduais. Entre eles está Ribamar Araújo (PR), que recebeu ((o))eco na Assembleia Legislativa de Rondônia. O deputado defende os pequenos agricultores que querem trabalhar e progredir. Confrontado pela reportagem com informações de que a maioria dos invasores da Resex são latifundiários, Araújo defende a divisão das propriedades: “A reforma agrária tá aí pra isso, ele [o governo] pode pegar essas grandes áreas que tão ocupadas pelos grandes fazendeiros e lotear para os pequenos, nada impede.”

Araújo foi um dos parlamentares que votou pela extinção da Resex Jaci-Paraná em 2014, logo depois que a Justiça determinou a retirada do gado da área. O deputado é contra a criação de unidades de conservação em áreas férteis, e diz que esse é o grande problema da Jaci-Paraná: “Se a terra não fosse tão fértil, eles não tinham adentrado lá”. O parlamentar também nega que a sua postura, favorável à extinção da unidade de conservação, estimule novas invasões e ameaças aos extrativistas: “Sou contra a violência, só existe isso por falta de autoridade do governo.”

Poucas semanas após a entrevista, a Assembleia Legislativa de Rondônia aprovou, por unanimidade, um projeto que anula a criação de 11 unidades de conservação estaduais. Por ora, a Resex Jaci-Paraná não entrou na lista.

O mau exemplo de Bom Futuro

“Já vi este filme antes”. Este é o sentimento descrito por quem trabalha com conservação ambiental em Rondônia e acompanha a paulatina invasão da Resex Jaci-Paraná. A sequência de invasões cada vez mais ostensivas e a pressão política em favor dos pecuaristas segue o mesmo roteiro da Floresta Nacional (Flona) do Bom Futuro.

Lá as invasões começaram na década de 1990. Em poucos anos, os invasores haviam criado uma vila dentro da unidade de conservação. Em 2010, a solução encontrada pelos governos federal e estadual foi acomodar os invasores, reduzindo em dois terços o tamanho da Bom Futuro. O resultado foi parte de um acordo entre o então presidente Lula (PT) e Ivo Cassol (PP), governador à época. Em troca da redução da Flona, o governo do estado cedeu para a União as terras necessárias para a construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira.

As áreas desafetadas – retiradas da Flona – foram transformadas na Área de Proteção Ambiental (APA) e na Floresta Estadual do Rio Pardo (FES), unidades de conservação com níveis de proteção mais baixos do que os da Floresta Nacional. Ao invés de acalmar, a medida incitou ainda mais invasões. Desde então, foram necessárias duas ações policiais para a retirada de pessoas de dentro da floresta. Em uma delas, em 2013, um policial militar morreu baleado.



Janderman e a esposa foram expulsos de sua casa pelos invasores. Foto: Marcio Isensee e Sá



Fumaça de queimada sinaliza derrubada de mata. Da floresta da Resex, metade já foi derrubada pelos invasores. Foto: Marcio Isensee e Sá

A lei do mais forte

Jorge Lourenço coordenador de Unidades de Conservação de Rondônia, No início da Resex, a busca era roubar a madeira, extrair madeira ilegalmente pela ação de 'toreiros'. Quando a madeira economicamente boa acaba, vem o processo de desmatamento. Eles tiram o resto da cobertura vegetal e vão vender como propriedade para criação de pasto e, conseqüentemente, estabelecer o gado ali.

Cem mil cabeças de gado são criadas ilegalmente na Reserva Extrativista. 49% da floresta já foi derrubada.

Paulo Bonavigo, ONG Ecoporé: Teoricamente esse gado não deveria ser comprado por frigoríficos. As pessoas lá dentro não tem título de terra, não tem título de posse, eles não têm CAR [Cadastro Ambiental Rural] dentro dessas áreas. Mas, de alguma forma, eles burlam a legislação. Possivelmente o que eles fazem é emitir a GTA, que é a guia de transporte animal, de fora da unidade de conservação para que esse gado seja comprado pelos frigoríficos.

A GTA é emitida pelo órgão de estado que cuida da sanidade animal, a agência Idaron. Para o Ministério Público Estadual, a Idaron é conivente com os invasores.

José Raimundo do Nascimento, (à época) diretor executivo da IDARON: O gado não é ilegal, ele está em uma área ilegal. É diferente. A partir do momento que esse gado é tirado dessa região de reserva, o produtor está livre para comercializar o gado, não há essa proibição. A única coisa que a gente faz é vacinar esse gado para manter uma informação desse quantitativo.

Jorge Lourenço, coordenador de Unidades de Conservação de Rondônia: "A gente gostaria que eles não vacinassem aquele gado ou, se vacinassem, que a carteirinha sanitária daquele gado fosse apreendida. Para que enquanto estivesse naquela localização geográfica, ele não pudesse ser comercializado. Eu aposto que o proprietário daquele gado que está ali ilegalmente não ia ficar ali engordando, emagrecendo, engordando, emagrecendo, ele iria retirá-lo. Porque ninguém deixa 100 mil cabeças de gado à toa num canto, e nem ele vai ficar ali só guardando o espaço. Esse gado está rodando."

Paulo Bonavigo, ONG Ecoporé: "A maioria são grandes proprietários, grandes áreas, com muito rebanho bovino, que criam, recriam e vendem esse rebanho bovino sem custo nenhum. Eles não compram a terra, o custo que têm é a financiar invasão."

Às margens do rio Branco e Jaci, é visível o desmatamento e a abertura de fazendas dentro da unidade de conservação.

Artur Soares de Almeida, extrativista da Resex Jaci-Paraná: "A minha história aqui é uma história longa. A gente está aqui 'pegando' uns 20 anos. De uns três anos pra cá já houve uma perseguição: invasores querem tomar o que é da gente."

Eu vim aqui ver o meu lugar. Quando vinha subindo, fomos abordados por sete ou oito homens armados. Nós subimos tudo com boas intenções, mas cercaram a saída da voadeira e ficamos ali coagidos. Falaram que aquilo ali era deles, que era para desocupar a casa porque eles iam fazer uma grande fazenda, fazer uma sede, fazer tudo. Ameaçaram com revólver. Cada um tava com uma arma na mão e os dedos cheios de cartucho. E nós estávamos desarmados, ninguém veio pra brigar. E, com isso, eu ainda estou por aqui, mas assustado.

Vanderlei da Cunha já foi ameaçado duas vezes dentro da reserva."

Vanderlei da Cunha, extrativista da Resex Jaci-Paraná: "Nós chegamos num dia, quando foi no outro, um camarada diz que era dono de lá e que tinha documento para comprovar que era dele. Esse camarada pertence ao Buriti. Disse que ele ia continuar tirando a madeira e eu tinha que desocupar, não tinha que ficar nada lá. Na última vez que eu estive lá, ele botô um tratorzão que ficou três dias, um trator de esteira."

A gente teve que largar mesmo, teve que largar."

Laudicéia Barbosa Soares, extrativista da Resex Jaci-Paraná: "Aqui era meu local, minha casa. A minha família foi ameaçada aqui nesse local pelos invasores. Meu pai, meu esposo, meus irmãos, dois primos meus"

A entrevista com Laudicéia termina de maneira abrupta, interrompida pelo barulho de passos pelo mato. Com medo, ela pede que todos retornem à voadeira.

Invasores têm amigos influentes

Paulo Bonavigo foi coordenador de unidades de conservação de Rondônia entre 2011 e 2013. Na época, tentou tirar o gado da Resex Jaci-Paraná.

Paulo Bonavigo, ONG Ecoporé: Nós mapeamos as principais entradas da unidade de conservação, por onde passava o grande fluxo de pessoas, e colocamos barreiras nesses pontos com polícia armada, fiscais e técnicos da coordenadoria. Nós notificamos as pessoas para retirarem o gado e, nas barreiras, nós não permitimos que as pessoas levassem materiais de construção, grandes quantidades de alimentação para gado, justamente com a intenção de que as pessoas começassem um processo inverso: de retirar esse rebanho bovino, por estarem de forma ilegal nessa área.

Como resposta da nossa estratégia de tentar retirar o gado dessa forma, talvez mais pacífica, para que as pessoas entendessem o contexto de que ali era uma unidade de conservação, muitas equipes de campo sofreram ameaças e muita resposta no campo político também. Então, muitas vezes na Secretaria, nós recebíamos vários deputados, vereadores de Porto Velho e de outras cidades como Buritis, pedindo uma solução, tentando negociar que essas pessoas ficassem lá dentro, mesmo que de forma ilegal.

Além das ameaças que a equipe sofreu em campo, também teve uma pressão do campo político para que a gente deixasse de fazer nosso trabalho.

Em 2014, os deputados de Rondônia tentaram acabar com a reserva Jaci-Paraná. Ribamar Araújo (PR) foi um dos deputados que votaram pela extinção da reserva.

Ribamar Araújo, deputado estadual de Rondônia (em 2018): Não podemos impedir o nosso povo de trabalhar. E não podemos criar reserva em cima de área já antropizada: esse negócio de criar, por exemplo, reserva extrativista. Se você olhar lá dentro, as pessoas com perfil para o extrativismo são uma minoria – mas mesmo assim tem que

ser respeitada. Então deixa a área de quem quer ser extrativista, mas respeite quem não aceita ser extrativista, respeite quem quer ser empreendedor. Quem quer viver da agricultura e de uma pecuária em maior escala.

E, principalmente, nós defendemos aqui os pequenos da agricultura familiar. Principalmente isso.

Paulo Bonavigo, ONG Ecoporé: Quando a gente ia campo, encontrávamos várias estruturas que não condiziam com pequenas propriedades: grandes lagos, jet-skis, casas muito grandes. Não era uma área totalmente produtiva de uma família de pequena renda, por exemplo. Eram casas e fazendas montadas por pessoas que tinham muito dinheiro. Que têm muito dinheiro.

Ribamar Araújo, deputado estadual de Rondônia (em 2018): Nunca vi um deputado aqui pregar que o fazendeiro tem que expandir a sua área dentro de reserva. Nunca vi isso. Sempre fomos a favor de quem está lá dentro, de haver uma solução para esse problema, para esse conflito.

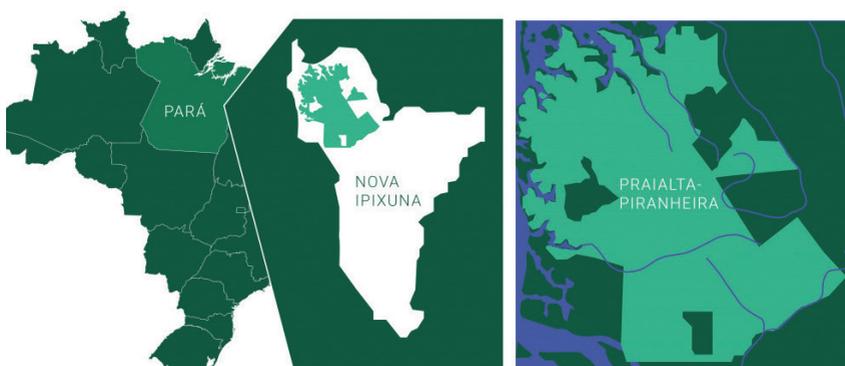
Semanas depois dessa entrevista, a Assembléia Estadual aprovou a extinção de 11 novas unidades de conservação em Rondônia.

Todos os caminhos levam ao boi: pasto domina assentamento onde ativistas foram mortos

Por Fernanda Wenzel, 25 de julho de 2019

Laisa Santos Sampaio já não tem a força física de antes. Os poucos passos necessários para ir soltar o cachorro, agoniado junto à corrente, são lentos e arrastados. O aneurisma e o AVC, que dificultam seus movimentos, ocorreram pouco depois do assassinato de Maria, sua irmã, e do marido Zé Cláudio, em 2011. Não longe dali, uma cruz marca o ponto da estrada onde o casal foi emboscado. Mas Laisa ainda tem fôlego para comprar pequenas e grandes brigas. Quando seu marido quis derrubar um pedaço de floresta no lote do casal, ela se impôs para impedir. Porém, sabe que as vizinhas nem sempre têm a mesma coragem: "Às vezes, as mulheres tentam, mas o homem é mais forte na região."

Localização do Assentamento Praiaalta Piranheira



Fonte: Territórios e alianças políticas do pós-ambientalismo. Disponível em: bit.ly/2SzrGwM.

No Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranha, no interior de Nova Ipixuna, no Pará, a luta para manter o que resta da floresta em pé começou há muito tempo, e continua dentro de cada casa. Enquanto os homens vislumbram lucros rápidos na criação de gado, as mulheres se agarram aos seus pés de andiroba, de cupuaçu, de acerola, às suas palmeiras de açaí. A paisagem desmatada mostra o lado que está ganhando.

O assentamento foi criado em 1997 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com 22 mil hectares e capacidade para assentar até 440 famílias. José Batista Afonso, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Marabá, participou das discussões que resultaram na criação do assentamento, o primeiro desse tipo na região. Segundo Batista, a ideia era implantar um modelo que respeitasse as especificidades daquela área, conhecida como polígono dos castanhais: "É uma floresta formada majoritariamente pela castanha-do-pará e por outras espécies que também produzem muito, e que o pessoal utiliza pro extrativismo, como o cupuaçu, o açaí, a andiroba e outros."

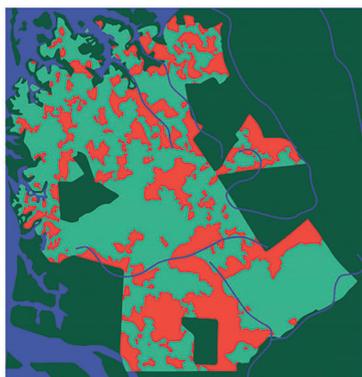
Quando Batista foi pela primeira vez ao assentamento, em 1997, havia poucas aberturas na mata. Em 2016, 71,6% da área já estava desmatada, segundo estudo que teve como base os dados do Inpe.⁶ Hoje, Batista estima que 85% da floresta já tenha sido derrubada, convertida principalmente em pastagens.

Foi nessa primeira visita à região que Batista conheceu o casal Maria do Espírito Santo da Silva e José Cláudio Ribeiro da Silva, irmã e cunhado de Laisa. Quatorze anos depois, em 24 de maio de 2011, eles seriam assassinados por dois pistoleiros, a mando de um fazendeiro. O casal foi eliminado porque denunciava a ação de madeireiros, guseiros (que usam a madeira como carvão para produção de ferro gusa) e pecuaristas dentro do assentamento. Hoje, a resistência é comandada por duas mulheres diretamente atingidas pela tragédia. Laisa, a mulher que confrontou o marido na defesa da floresta, tem a quem puxar. Ela lembra da coragem com que a irmã, Maria, enfrentava os madeireiros: "Ela enfrentava mesmo. E o Zé Cláudio também era assim. Por isso. Quando a pessoa é assim... pra morrer, né?"

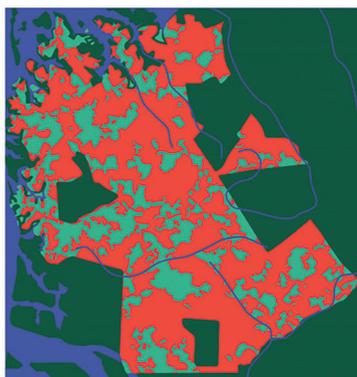
Apesar das ameaças de morte, Laisa segue morando no assentamento, onde coordena o grupo de mulheres extrativistas criado pela irmã. Já Claudelice Silva, irmã do Zé Cláudio, está prestes a se formar na faculdade de Direito da Terra e tornou-se ativista na proteção dos defensores da floresta. Mesmo morando em Marabá, e também tendo sido ameaçada de morte, vai com frequência à casa que foi de Zé Cláudio e Maria: “É uma luta diária. Todo dia eu tenho que acordar e pensar: é mais um dia, eu não posso me dar ao luxo de parar. Eles não pararam, então eu não vou parar.”

Desmatamento até 1997 (esq.) e até 2016 (dir.)

DESMATAMENTO <= 1997



DESMATAMENTO ATÉ 2016



Fonte: Territórios e alianças políticas do pós-ambientalismo (bit.ly/2SzrGwM)

Todo crédito para a pecuária

“Dona Maria tinha um prazer. Em todo relatório colocava ‘Agroextrativista Praia Alta Piranheira’. Porque floresta aqui era o que tinha”, lembra Maria Eldeni dos Santos da Silva, vizinha de Zé Cláudio e Maria. Junto com outras 12 mulheres, ela insiste no extrativismo tão estimulado pela falecida vizinha. Mas não se ilude. Para Maria Eldeni, hoje o agroextrativismo está apenas no nome do assentamento: “Eu cheguei a cozinhar até 50 latas, 54 latas de andiroba. E hoje, tudo que era mais, ficou menos, porque a floresta

foi embora. O cupuaçu, você juntava bastante cupuaçu. Daí, hoje não tem porque derrubaram junto com as castanheiras, [...] tocou fogo, foi pra mão de fazendeiro.”

A modalidade de Projeto de Assentamento Agroextrativista é definida pelo Incra como aquela destinada “à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis”. Segundo Batista, o objetivo era conciliar as diferentes atividades que já eram realizadas naquela região: pesca, colheita de frutas e da castanha, lavouras de subsistência, criação de pequenos e grandes animais. O extrativismo, no entanto, deveria ser o grande gerador de renda. “O esforço era sempre esse, conciliar o extrativismo com a agricultura. A agricultura mais para subsistência, e o extrativismo para ser um produto que possa gerar renda para as famílias. Para que eles entendam e valorizem a preservação [...] Isso acabou não funcionando”, lamenta o coordenador da CPT.

Segundo o Plano de Uso do Assentamento Praia Alta Piranha, de 1997, cada família poderia ter no máximo 20 cabeças de gado. Mas quando esteve no assentamento, ((o))eco verificou rebanhos quase 20 vezes maiores. O Plano de Recuperação do Projeto de Assentamento já identificava esse problema. O documento elaborado em 2009 pelo Incra e três entidades rurais diz: “A quantidade prevista de gado era de 20 cabeças por lote, a maioria aumentou esse número, ampliando também o desmatamento”. Em outro trecho, aponta mais impactos negativos da criação de gado: “Para tentar sanar as doenças e pragas, os agricultores acabam utilizando venenos e causando outros danos como a contaminação das lavouras e dos córregos, pois quando chove, a água acaba levando veneno para os cursos d’água. Isso provoca o desequilíbrio ecológico. [...] alguns reutilizam as embalagens para armazenar água e mantimentos, como foi constatado pela equipe técnica [...]”

Para todos os personagens ouvidos pelo ((o))eco, na base do fracasso da proposta agroextrativista estão incentivos econômicos que estimulam a derrubada da floresta. Na década de 1990, a área já era a única de Nova Ipixuna que ainda não havia sido convertida em pastagem, atraindo a cobiça de madeireiros e guseiros. Batista lembra que Nova Ipixuna chegou a ter sete serrarias e 12 guseiras. “Os madeireiros usavam da violência para poder expandir, ingressar na área, comprar as árvores. [...] Na época da criação do assentamento, o prefeito de Nova Ipixuna era dono de uma das serrarias, e

ele comprava madeira lá dentro. Os vereadores, boa parte deles, também tinham relações muito estreitas com as serrarias, que financiavam as campanhas deles”. Segundo Batista, esses políticos iam até a região para tentar convencer os moradores a se posicionarem contra a criação do assentamento.

Por isso, a homologação do Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranheira pelo Incra foi considerada uma grande vitória dos movimentos sociais. Mas essa estava longe de ser a solução dos problemas. A pressão continuou e culminou, em 2011, com o brutal assassinato de Zé Cláudio e Maria. A visibilidade que o crime trouxe para a região – associada ao fato de que boa parte da madeira de valor já havia sido derrubada – levou ao fechamento da maioria das madeiras e guseiras de Nova Ipixuna.

A pecuária, no entanto, seguiu se expandindo, estimulada pelas políticas públicas e pelo crédito rural. “O Pronaf-A era para compra de animais de grande porte, o gado, cerca e sementes para capim. Como tu cria um assentamento que tem uma perspectiva de preservar, sendo que você dá incentivo para outra coisa completamente contrária?”, questiona Claudelice, referindo-se à linha de crédito voltada para os assentados da reforma agrária. Além dos incentivos do governo, a pecuária tinha outro atrativo que aos poucos foi conquistando os moradores do assentamento: o dinheiro rápido. “Quer o imediatismo, quer ligeiro. Eles plantam o capim, em seis meses pode colocar gado dentro, aí a pessoa vive na expectativa de melhorar de vida da noite pro dia”, diz José Maria Gomes Sampaio, marido de Laisa.

Gilmar Oliveira, membro do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em Marabá, afirma que a região sempre foi alvo de interesses econômicos vindos de fora, que exploraram os recursos naturais para depois irem embora: “Se nós pegarmos, por exemplo, o ciclo da castanha, um dos projetos que veio, explorou, acabou. Nós temos depois o projeto da madeira, que também grupos de fora se instalaram na região [...] Nós temos os frigoríficos que dão esse suporte para que se desmate mais.”

Ao mesmo tempo em que sobravam incentivos para a pecuária, faltava um mínimo de estrutura para o extrativismo. Batista lembra que a CPT ajudou a montar uma cooperativa – a Correntão – com o objetivo de levar os produtos feitos no assentamento

até Nova Ipixuna, e a partir dali comercializá-los na região. Para isso, foi necessário instalar duas câmaras frias que armazenavam as polpas de fruta: “Quando o pessoal recebeu a primeira conta de energia das câmaras frias, percebeu que o sistema iria falir. O produto que estava sendo estocado ali daria para pagar pouco mais do que as contas de luz, que era um valor imenso, estratosférico.”

Assentados estranhos ao extrativismo

O crédito rural impulsionou o desmatamento em toda a Amazônia. Em 2008, uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) passou a exigir a comprovação da regularidade ambiental para a concessão de créditos neste bioma. Segundo estudo,⁶ essa restrição resultou em uma queda de 15% no desmatamento entre 2008 e 2011. Mas nos assentamentos essas regras foram menos duras, e a redução do desmatamento ocorreu de forma mais lenta.

Aos problemas externos, somaram-se as dificuldades nascidas dentro do assentamento. A primeira falha foi do Incra, que retirou apenas os grandes fazendeiros da área, mantendo os pecuaristas menores. Nenhum deles tinha o registro da terra, que pertencia à União. Segundo o Incra, por falta de recursos, das cinco fazendas que havia na região, somente as duas menores foram indenizadas. No caso dos outros três grandes proprietários de terra, foi fechado um acordo: metade da área foi destinada aos assentados e a outra metade foi regularizada em seus nomes.

O segundo erro foi dos próprios movimentos sociais que estavam à frente da criação do assentamento, e que trouxeram pessoas de outros estados para ocuparem as terras. “Eram agricultores familiares migrantes que tinham a prática da agricultura familiar, de produzir na terra, de derrubar, plantar [...] Ninguém se torna extrativista assim, da noite pro dia, você vive como extrativista. Aí teve um choque”, diz Batista. Mesmo assim, ao receber os lotes de terra, os assentados se comprometeram com a preservação da floresta. “Antes de pegar a terra, [diziam] ‘não dona Maria, é só para eu produzir, eu quero fazer um bananal grande aqui, fazer um mandiocal, um maracujazal, um aceroal’. Quando pegava aquela terra a conversa mudava. Era só gado”, lembra Maria Eldeni.

"A maioria é baiano, maranhense, capixaba, pernambucano, cearense, alagoano. Então cada um veio com uma ideia diferente. No início, para pegar o lote, todo mundo disse, 'sim senhor, amém'. Vamos fazer isso'. Mas depois que se viram com seu lote cortado...", diz Antônio Rios, que participou da luta pela criação do assentamento. Ele mesmo tem 31 cabeças de gado em seu lote, mas garante que se desfaz de alguns animais quando o rebanho cresce demais: "Muitos não vêem a situação de você ter o gado para ir se mantendo, querem ter muito gado para crescer financeiramente. Para mim, que nasci dentro do sertão da Bahia criando gado, sei que gado não dá esses lucros. Gado dá despesa."

Sem supervisão do Incra, logo o assentamento se descaracterizou e a floresta foi cedendo espaço às pastagens. Mas, como diz Antônio Rios, não é tão simples ganhar dinheiro com a pecuária. O Plano de Recuperação, em 2009, já dizia que "a queima da vegetação nativa", utilizada para renovar as pastagens, "já não oferece resposta para a necessidade de recomposição da fertilidade dos solos". O plano destaca que a maior parte do gado se destina ao consumo interno, e que o excedente é vendido "de forma desorganizada e individualizada", através de atravessadores, reduzindo o lucro dos assentados.

A degradação dos solos e o baixo retorno da pecuária trouxeram um segundo efeito, além do desmatamento a reconcentração de terras, algo proibido dentro do assentamento. "A troca da floresta pela pastagem não se sustenta. Então as pessoas acabam não se mantendo no lote, não conseguem tirar subsistência suficiente, daí ou acaba vendendo, ou acaba trocando por casa na cidade", afirma Claudelice. Um dos fazendeiros que expandiu irregularmente sua propriedade é Jenivaldo Oliveira Santos, conhecido como Jilzão. Nascido na Bahia, veio para a região bem antes da criação do assentamento, quando o entorno era mata virgem e não havia sequer estrada. Comprou, sem ver, 48 hectares de terra. Hoje afirma ter 249 hectares, onde cria 350 cabeças de gado. Jilzão participou das discussões sobre a criação do assentamento no final dos anos 1990. Segundo ele, desde aquela época deixou claro que não abriria mão da criação de gado: "Se eu não quisesse aderir ao extrativismo, eles indenizariam a minha área com outra área onde eu poderia criar gado. Só que um dia numa reunião, falei para eles que não existe ninguém que sobrevive de extrativismo. [...] Eu falei que eu crio meu gado e eu sobrevivo da terra. É um extrativismo também, só que tem que desmatar. Fazer o quê?"

O fazendeiro diz que, ao contrário dos assentados, nunca recebeu nenhuma ajuda do governo. Ele lembra que foram as madeiras que abriram as estradas dentro do assentamento. Em troca, exigiam as árvores da floresta. “A gente vendia a madeira, né. Todo mundo morto de pobre, como não vendia, me diz?” Se por um lado reclama da ausência do poder público, por outro ele se beneficia dela. Apesar de estar descumprindo duas normas do assentamento, ao promover a reconcentração de terras e a pecuária extensiva, Jilzão diz que nunca foi incomodado pelo Incra.

Outro que está em desconformidade com as regras do assentamento é José Alves de Lima, que cria 200 cabeças de gado dentro de uma fazenda de 168 hectares. Trabalha mais com produção de leite do que com gado de corte. Assim como Jilzão, diz que chegou à região antes da criação do assentamento e que pagou pelas terras. Para ele, a área não é mais um assentamento e nem é agroextrativista: “Você vê aí, não tem nada hoje mais de área agroextrativista. É mais criatório de gado.”

Ibama e Incra jogaram contra o assentamento

A partir dos anos 1990, o número de assentamentos explodiu na Amazônia. Apesar de os movimentos sociais reivindicarem áreas em outros estados, 67% dos lotes da reforma agrária estavam na Amazônia Legal em 2008.⁷ A floresta foi a solução encontrada pelos governos para atender às pressões sociais sem mexer nos interesses dos fazendeiros, já estabelecidos em outras regiões do país. Uma das consequências foi a migração para a Amazônia de pessoas sem tradição extrativista.

A negligência de dois órgãos federais é apontada por lideranças e moradores como a principal causa tanto do avanço do desmatamento como da morte de José Cláudio e Maria. De um lado, o Ibama nunca conseguiu conter os diferentes setores que invadiram a floresta. “Quantas vezes a dona Maria e o José Cláudio foram até o Ibama, mandaram carta para o Ministério do Meio Ambiente ou para o Incra mesmo, pedindo que a fiscalização fosse até lá para coibir a extração ilegal de madeira, a derrubada das castanheiras, o ingresso das atividades de carvão ... Inúmeras vezes. Muitos fiscais chegavam lá e diziam assim, ‘a gente está aqui porque foi denúncia do Zé Cláudio mais a Maria’. Ou seja, além de não fazerem o trabalho deles, ainda expunham as

lideranças que tinham feito as denúncias”, lembra Batista. ((o))eco procurou o Ibama para comentar as acusações, mas não obteve resposta.

Por outro lado, o Incra nunca assumiu o papel de fiscalizar a distribuição e o uso da terra. Os servidores do órgão não participaram nem mesmo da divisão dos lotes entre os assentados, tarefa que ficou à cargo das lideranças locais. Essa falta de fiscalização permitiu que alguns fazendeiros, para não serem retirados do assentamento, simulassem uma redistribuição das terras entre laranjas. Segundo Batista, esses laranjas não apenas foram assentados como receberam financiamento do Incra: “Em vez de ser o órgão que ajudava a moralizar, o Incra era o órgão que ajudava a desmoralizar a situação lá dentro”, diz o coordenador da CPT.

Foi essa desmoralização que permitiu que José Rodrigues comprasse um lote ilegalmente dentro do assentamento. Anos depois, ele seria condenado como o mandante do assassinato de Zé Cláudio e Maria. Rodrigues está foragido desde 2014, assim como seu irmão Lindonjonson, um dos executores do crime. Apenas Alberto do Nascimento, o segundo pistoleiro, segue preso. Até hoje, a família dos ativistas está convencida de que existem mais envolvidos no assassinato pessoas que se sentiam incomodadas com a defesa que Zé Cláudio e Maria faziam da floresta. “Essas três pessoas tiveram auxílio tanto financeiro quanto de estratégia [...]. E essas pessoas ainda estão por aqui, até hoje”, diz Claudelice.

Por e-mail, o Incra informou que a seccional Sul do Pará não tem servidores suficientes para controlar o que acontece em seus 514 projetos de assentamento.

José Cláudio e Maria passaram oito anos sendo ameaçados de morte antes daquele 24 de maio de 2011 em que foram emboscados no meio da estrada. Mas nem as tocaias no pátio nem o tiro que matou o cachorro na frente da casa os convenceram a deixar o assentamento. “A gente se inspira muito neles. Eles foram fortes, foram guerreiros, então a gente tem que ser também. Por isso que eu digo que não tenho mais medo”, diz a irmã de Zé Cláudio.

Laisa, que reaprendeu a ler e a escrever depois do aneurisma e do AVC, está reerguendo pela segunda vez o grupo de mulheres extrativistas. A iniciativa quase sucumbiu após a morte de Maria, e depois novamente, com a doença de Laisa. No segundo semestre do ano passado, ela conseguiu reunir doações de amigos de dentro e fora do Brasil para construir uma casa onde as mulheres pudessem trabalhar. Cada uma leva o óleo de andiroba produzido em sua propriedade, e ali o transformam em sabonete e cosméticos. "Não pode parar, porque a história deles não é só deles, é para a futura geração. Não pode desmotivar, nunca", diz Laisa.

Vidas perdidas por defender a floresta

"Eles saíram pela manhã, bem cedo, e seguiram pela estrada. O vaqueiro que trabalhava no curral viu os assassinos passarem antes deles, viu quando passaram e depois o ato consumado."

O casal de ativistas Zé Cláudio e Maria foi assassinado no assentamento que ajudaram a criar na década de 90. Foram eliminados porque denunciavam a ação de madeireiros, guseiros e pecuaristas dentro do Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranhiera, em Nova Ipixuna, Pará.

Mais de oito anos depois do assassinato, o avanço das pastagens torna o sonho do extrativismo mais distante.

Claudelize Silva, ativista e irmã de Zé Claudio: "O assentamento foi homologado em 97, resultado das lutas dos movimentos sociais. A ideologia do assentamento era uma ideologia preservacionista: que se produzisse a partir da agricultura familiar e que se extraísse da floresta sustentavelmente os frutos.

Os primeiros incentivos do governo, que a gente chama de fomento, foram direcionados para o gado. Era basicamente para a compra de animais, cerca e semente para o capim. Como é que você cria um assentamento que tem uma perspectiva de preservar, sendo que você dá incentivo para uma outra coisa completamente contrária? O assentamento foi um dos condicionantes para recuperar a parte que está desmatada aqui hoje."

Maria Eldeni dos Santos, assentada: “O projeto continuou como agroextrativista no nome. Agora, eu não continuo agroextrativista como quando cheguei. Porque as nascentes das grotas estão todas soterradas de capim. As grotas estão todas secando, os frutos de primeira necessidade foram embora. Eu já cheguei a cozinhar até 50 latas de andiroba e hoje o tudo que era mais ficou menos porque a floresta foi embora. Tudo isso é devastação. Então o modo agroextrativista é onde há floresta de preservação.”

José Batista Afonso, coordenador da Comissão Pastoral da Terra/Marabá: “A criação de gado não combina com a modalidade de assentamento extrativista ou agroextrativista. A prioridade para se comercializar é o extrativismo, inclusive para gerar renda para a família, para ela ter condições de sobreviver dentro dessa área. Infelizmente, com a descharacterização do assentamento e com a destruição da floresta, essa fonte principal de renda acabou sendo destruída. Então poucas pessoas, a não ser aquelas que resistiram por conta própria, conseguem viver e tirar a sua principal renda do extrativismo.”

Embora a lei só permita 20 cabeças por lote, fazendeiros concentram renda e têm rebanhos quase 20 vezes maiores.”

Jenivaldo Oliveira dos Santos, fazendeiro: “Era mata virgem aqui. Nem estrada tinha. Hoje eles chamam isso aqui de assentamento, mas aqui não é assentamento não. Assentamento é lá na terras que eles deram para os sem terra. Aqui nós compramos. Quando o governo veio explorar, aqui já tinha até estrada, porque nós vendemos madeira para os madeireiros e eles fizeram a estrada para nós.”

Eu crio meu gado e eu sobrevivo da terra. É o extrativismo também, mas tem que desmatar. Fazer o quê?”

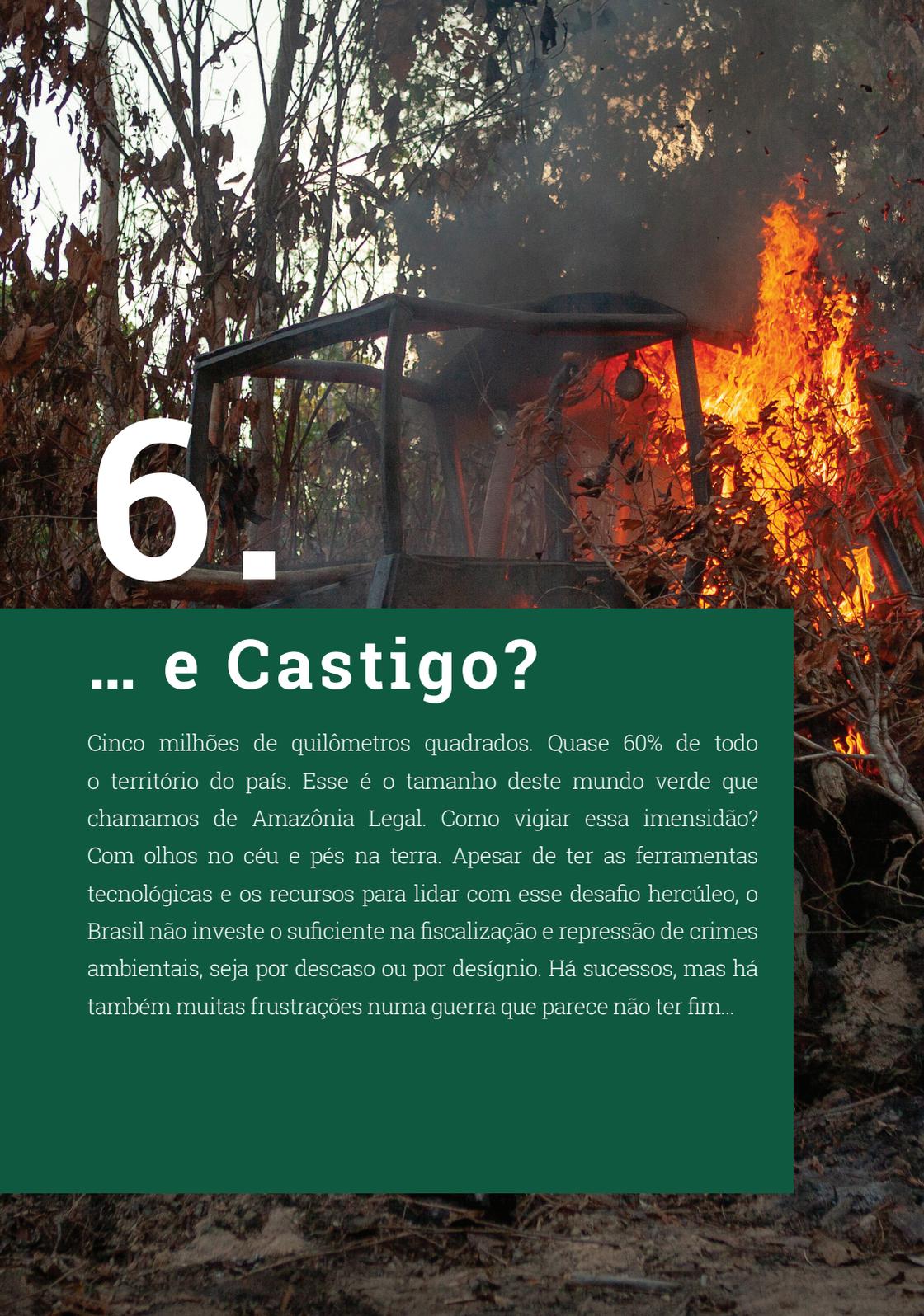
José Alves de Lima, fazendeiro: “Aqui tem um problema: eles não deixam derrubar. O pessoal do Ibama ataca muito. Como é uma região de agroextrativismo, eles não querem derrubada. Mas hoje não é mais um assentamento, nem é área de agroextrativismo, porque ali não tem mais nada. Hoje é criação de gado.”

JJosé Batista Afonso, coordenador da Comissão Pastoral da Terra/Marabá: “Essa região foi escolhida para ser o pólo de criação extensiva do gado. Então, qualquer experiência contrariando esse modelo econômico pensado para cá iria sempre encontrar uma resistência muito grande.

Laísa Santos Sampaio, irmã da Maria: O Zé Cláudio era um líder ativo. Ele falava mesmo, não tinha medo de falar para todos: ‘não é para desmatar’. Ele e a Maria eram ativos. Por isso, quando a pessoa é assim, está para morrer, né?”

Claudelize Silva, ativista e irmã de Zé Claudio: “Ameaça de morte não tem prazo de validade. Zé Cláudio dizia ‘hoje eu posso estar aqui, amanhã posso não estar’. Quatro meses depois que falou isso, ele foi assassinado com a companheira dele, de vida, de luta. Eu digo que mataram a gente também. Mas a gente usou toda a nossa dor — essa ferida que eu acredito que nunca vai fechar —, pegou tudo isso, para lutar por eles, por justiça e para dizer: Zé Cláudia e Maria vivem e sempre vão viver nas nossas lutas.

A gente se inspira muito neles. Eles foram fortes, foram guerreiros, então a gente tem que ser também. Por isso que eu digo que não tenho mais medo.”

A large fire is burning in a forest, with a wooden structure partially visible in the background. The fire is intense, with bright orange and yellow flames rising from a pile of branches and leaves. The structure appears to be a simple wooden frame, possibly a shed or a small building, which is partially obscured by the fire and smoke. The background shows a dense forest with many trees, some of which are bare, suggesting a dry season or a fire in a dry forest. The overall scene is one of destruction and environmental damage.

6.

... e Castigo?

Cinco milhões de quilômetros quadrados. Quase 60% de todo o território do país. Esse é o tamanho deste mundo verde que chamamos de Amazônia Legal. Como vigiar essa imensidão? Com olhos no céu e pés na terra. Apesar de ter as ferramentas tecnológicas e os recursos para lidar com esse desafio hercúleo, o Brasil não investe o suficiente na fiscalização e repressão de crimes ambientais, seja por descaso ou por desígnio. Há sucessos, mas há também muitas frustrações numa guerra que parece não ter fim...

Marcelândia: dividindo frustrações com o Ibama

Por Juliana Tinoco, 6 de julho de 2016

O Mato Grosso, até agora, é o maior desmatador de 2016, de acordo com dados do Sistema de Alerta do Desmatamento (SAD), da ONG Imazon. Dentro do estado, ao norte, o 2º lugar em alertas é ocupado pelo município de Marcelândia, localidade de 12 mil habitantes próxima ao Parque indígena do Xingu. ((o)eco esteve em Marcelândia em maio, acompanhando a rotina de um dia de fiscalização de campo do Ibama na região, parte do 5º período da Onda Verde, operação que, ao longo dos 365 dias do ano, percorre a Amazônia com o intuito de conter o desmatamento.

O time do Ibama escalado para a missão em Marcelândia tinha oito membros, a maioria paulista. Muitos eram biólogos; outros, gestores. Alguns da velha guarda, oriundos de instituições ambientais anteriores à existência do próprio Ibama. Havia também recém-chegados, que pela primeira vez pisavam em solo amazônico. Traço comum a quase todos é o cigarro – fumam um atrás do outro. “O trabalho é estressante”, justificam o que parece ser um ritual de campo. Boa parte estava há semanas em Marcelândia, e havia quem tivesse chegado meses antes para a missão na Amazônia. Ao dar entrada no hotel que servia de residência temporária para a turma, me perguntam no balcão se eu estou com o pessoal do Ibama. Fico sem saber ao certo se dizer que sim é bom ou mau sinal.

“Antes o povo ficava nervoso quando eles chegavam. Hoje já não se preocupam tanto”, diz Denise, funcionária do bar onde o grupo se reúne para assistir ao futebol naquela noite. Tendo ou não medo, a chegada da fiscalização em cidade de desmatador é percebida e comentada. No dia seguinte, abastecendo o tanque das caminhonetes para sair em missão, um carro desconhecido é visto rondando novamente a equipe. “Esse cara está todo dia atrás da gente”, comenta João Brito, um dos fiscais em ação,

ao ver o automóvel junto ao posto. “Eles ficam de olho para ver a direção que vamos seguir, e avisam aos outros.”

Em campo

A caravana parte. Na mão do coordenador da operação, Thiago Bianconi, um mapa impresso do Google identifica os pontos a serem vistoriados naquele dia. São as coordenadas extraídas de imagens de satélite, origem dos alertas de desmatamento. Sinal de tempos modernos. Em um passado não tão distante, os fiscais em campo contavam com recursos bem menos tecnológicos. “Hoje a geolocalização nos diz onde estão desmatando. Antes era o dono da padaria, o seu Barriga da birosca, o povo do lugar mesmo que denunciava”, relembra Brito, testemunha de um tempo sem GPS, em que o fiscal praticamente ‘farejava’ o desmatamento.

Apesar das facilidades tecnológicas, o trabalho em campo é de formiguinha. Primeiro, é bom um pouco de sorte, para chegar aos pontos identificados pelo satélite sem se deparar com um tronco bloqueando o caminho ou armadilha pior, usados para sabotar a operação. “Conhece jacaré?”, pergunta Brito, mostrando a foto de uma objeto em formato de boca dentada, similar a do animal, escondido estrategicamente sob troncos e pronto para estraçalhar o pneu dos carros. Depois, é preciso identificar e atualizar as coordenadas geográficas, pois é comum imagens de satélite antigas. “Muitas vezes chegamos no local e a situação já está bem diferente”, conta Thiago. Cada vistoria inclui um levantamento minucioso da realidade no campo, com fotos e descrição do estágio de degradação de cada área.

Thiago exemplifica o ciclo mais comum. “Tiram as árvores maiores, jogam o primeiro fogo. Depois vem o capim e soltam o gado para pisotear. Aí vem outro fogo”, explica. O processo, lento, acontece sucessivas vezes até que a mata desapareça. Nem sempre o satélite capta o desmatamento acontecendo. Espertos, os criminosos começam retirando as árvores maiores e mais valiosas, sem deixar o campo aberto o suficiente para ser detectado do alto. É o caso do primeiro ponto que visitamos. Apesar da imagem que indica o desmatamento ser de março de 2016, o fiscal olha em volta e atesta: “Aqui deve ter levado uns 10 anos para chegar na situação que está hoje. Ou não tínhamos

imagem, ou ela estava ruim, com nuvem”, diz. Como é início da época da seca, Thiago conclui que o provavelmente quem estava degradando aquela área está só esperando o tempo firmar para atear mais fogo. “Esta já é quase a última etapa.”

Sozinha, fiscalização não dá conta

“Nós temos dificuldade em encontrar servidores dispostos a pegar a chefia em áreas de conflito”, conta Lívia Martins, Superintendente do Ibama no Mato Grosso. “É o tipo de tarefa em que o cara se expõe, briga com a comunidade inteira, briga com a mulher, pois nunca tem horário para chegar em casa. Temos colegas com nível de estresse bem alto, chegamos a remover gente de áreas onde sofriam ameaças”, diz. Em operação, o trabalho dos fiscais vai de domingo a domingo, sem pausa para almoço. Para apreender maquinário, o jeito é sair de noite e passar a madrugada de tocaia. Lívia orgulha-se não só do trabalho das equipes, mas da eficiência da instituição em termos de inteligência ambiental. “O Ibama melhorou muito em efetividade para julgar processos e direcionar a fiscalização. Nosso esforço em conter o desmatamento só aumentou”, garante. No Mato Grosso, no entanto, fiscalização sozinha não dá conta de refrear o problema. “Chegamos no limite possível para operar em campo. São necessárias outras medidas do governo do estado para compor conosco”, diz.

Entre elas, Lívia ressalta a necessidade de políticas que diferenciem efetivamente o proprietário regularizado daquele que produz soja e gado sem estar em dia com a documentação exigida, ou mesmo envolvido em crime ambiental, e que ainda assim consegue vender a mercadoria. “O Mato Grosso é hoje o maior produtor de soja do Brasil porque parte dessa soja é oriunda de área embargada”, garante Lívia. “Se você vai a campo, detecta isto claramente”. Apesar de não conseguir financiamento rural com sua propriedade em lista de embargo do Ibama, muitos fazendeiros descumprem a lei e seguem produzindo. “E essa soja não se perde no campo, não. Ela inclusive é exportada. Em algum momento, há falta de controle”, completa.

Na pecuária, existe o TAC da Carne, firmado em 2010 entre frigoríficos operando na Amazônia e o MPF. Esse acordo exige que os frigoríficos monitorem a origem do animal que estão adquirindo sob aspectos ambientais e sociais. Isso abrange rastrear seus

fornecedores e excluir de seu cadastro de compras aqueles que figurem em listas de embargo do Ibama, de trabalho escravo do Ministério do Trabalho e que estejam de alguma forma ligados a desmatamento ilegal, invasão de Terras Indígenas e Unidades de Conservação. No Pará, onde o TAC da Carne começou, 64% dos frigoríficos já aderiram ao pacto. No Mato Grosso, a adesão ainda não passa de 26%, com o agravante de o estado ser o detentor do maior rebanho bovino do país.

Perdido para sempre

Em Marcelândia, o dia de fiscalização que acompanhamos percorreu sete pontos identificados por satélite. Em quase todos, a realidade confirmou se tratarem de áreas degradadas com dinâmicas similares: corte seletivo de árvores e fogo. Em alguns casos, a vegetação demonstrava potencial de um dia voltar a se regenerar, caso a agressão cesse. Em outros, nem tanto. A multa pela ilegalidade é contabilizada em hectares – são R\$ 5 mil reais para cada hectare. Mas a média de pagamento é baixíssima: entre 1% e 3%.

Distante de onde se possa ver da estrada, clareiras são estrategicamente abertas. Mas o fiscal determinado encontra até o que não está procurando. Foi assim, de surpresa, que topamos com a cena mais desoladora, em um local que não aparecia na rota do dia: uma área aberta, cercada por densa floresta ao fundo e pasto ao redor, a visão triste de uma recente devastação. A fumaça ainda saindo do resto de troncos queimados, o solo cinza, revirado e coberto por marcas do pneu de tratores, uma cabana improvisada, abandonada às pressas.

Thiago dá o veredito: “Solo exposto, sinal de máquinas, indícios de que houve movimentação recente por conta das queimadas ainda com fumaça. O procedimento agora é identificar o proprietário, fazer a autuação e o embargo da área”, sentencia. “Este é o estágio final. Daqui já iriam preparar a área para o gado ou plantação de alguma cultura agrícola. Se não tiver nenhum projeto de recuperação desta área, dificilmente ela vai regenerar”, conta com certo desânimo. A cena parece baixar por instantes o bom humor da equipe. O grupo forma uma pequena roda para confabular e seguir para o próximo local suspeito de desmatamento. Antes, fumam um cigarro.



Fiscal do Ibama observa área recém-desmatada durante operação no município de Marcelândia.

Foto: Marcio Isensee



Ramal madeireiro corta a floresta amazônica. Este é um dos primeiros estágios de degradação e exploração posto em prática pelas quadrilhas que agiam na região. Foto: Marcio Isensee

Na BR-163, kayapó é detetive

Por Juliana Tinoco, 1º de novembro de 2016

Entre o final de 2014 e o início de 2016, operações do Ibama em parceria com a Polícia Federal conseguiram capturar duas grandes quadrilhas de criminosos ambientais operando em regiões próximas à BR-163, rodovia que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), na Amazônia. As autoridades, no entanto, sabem que há muitas outras espalhadas nestas áreas. Contando com a sofisticação de monitoramento por satélite, a amizade e as redes sociais, fiscais do Ibama e índios kayapós querem ser projeto-piloto de parceria na defesa dos territórios de floresta pública que ainda resistem no Pará.

Curuá Livre

“Preparem-se para ver o inferno”, avisa Luciano Evaristo, diretor de Proteção Ambiental do Ibama, no caminho para o garimpo Esperança IV. De um sobrevoo de helicóptero é possível ver uma língua de tonalidade marrom entrando pelo rio Curuá, consequência da contaminação por mercúrio. Do alto, avista-se o corpo de um boi morto à beira d’água, que provavelmente bebeu água contaminada. Capivaras nadam em piscinas azul turquesa – as bacias de rejeito típicas de garimpo. “Vão ficar radioativas”, ironiza Evaristo em tom triste. Até o ar exala devastação.

O uso do mercúrio em garimpos na separação do ouro é controlado pelo Ibama. O metal é tóxico. Na lista do que pode causar em seres humanos está paralisia cerebral, surdez, cegueira, danos motores, ataques cardíacos e problemas renais. No Esperança IV, que tinha licença de operação expedida pelo município de Altamira, foi apreendido mercúrio. O garimpo foi embargado e multado em R\$ 50 milhões.

Era fim de agosto e terminava a operação Curuá Livre, do Ibama, que havia sido motivada por uma denúncia certa dos índios kayapós, da Terra Indígena (TI) Mekrãgnoti.

O nome da operação vem do rio Curuá, contaminado pelo garimpo e que banha a Mekrãnoti. Outro objetivo da Curuá Livre foi revisitar as áreas que haviam sido griladas por Antônio Junqueira Vilela Filho, vulgo Jotinha, chefe de recém-desbaratada quadrilha, e homem a sofrer o maior valor em multa ambiental por desmatamento ilegal na Amazônia, um total de R\$ 119,8 milhões. Ele está preso em São Paulo, mas o Ibama desconfiava que as suas fazendas, mesmo embargadas, continuavam em funcionamento.

Os garimpeiros do Esperança IV e o grileiro paulista têm algo em comum: seus crimes foram descobertos pelos vigilantes kayapós.

Amizade, satélite e WhatsApp

Foi graças à Curuá Livre que Luciano Evaristo fez seu primeiro retorno à terra dos índios que o haviam ajudado a capturar Jotinha um mês antes. A recepção foi calorosa, pois os kayapós se tornaram próximos do diretor do Ibama. A ligação teve início em 2014, no escritório de Brasília, quando chegaram com pintura de guerra e munidos de arcs e flechas para denunciar o grileiro. Evaristo confiou nos índios, e deu certo. Começou ali uma bem-sucedida parceria.

Dototakakyre Kayapó, conhecido como Dotô, liderava os kayapós durante a ida deles a Brasília. Ele relembra o sentimento que os movia: “Tinha invasão dos grileiros ao redor da terra indígena. A gente estava preservando, não queria que os grileiros passassem para o nosso lado”, conta. “Foi nesse momento que a gente chegou na parceria com o Luciano Evaristo, para ajudar a defender a floresta.”

Entre 2013 e 2016 foram mais de 180 autos de infração lavrados pelo Ibama em um raio de até 10 km do entorno de Mekrãnoti, 27 dos quais dentro da terra indígena. A partir de 2014, grande parte dessas ações foram oriundas de denúncias dos próprios índios. Luciano diz que não sabe ao certo quantas foram porque nada disso é, digamos, protocolado no Ibama por meios formais. O alerta do crime chega ao diretor por um grupo mantido com os indígenas no aplicativo Whatsapp. “São tantas mensagens que eu já tive até que pedir para sair do grupo”, confessa Evaristo.

Embargadas, mas nem tanto

Durante a Curuá Livre, os fiscais do Ibama vistoriaram quatro áreas atribuídas a Jotinha, que já estavam embargadas. Em todas, encontraram algo fora da lei: pasto em formação, sinais de incêndio criminoso, cercas, ramal de estrada adentrando área desmatada ilegalmente, gado e... gente. Em uma das fazendas, encontraram Leandro, que se disse funcionário do lugar e apontou o dedo para uma suposta proprietária, que teria arrendado a terra de fazendeiros de Santa Catarina. Com Leandro foram encontradas motosserras, espingarda e munição. Nada tinha documentação. O próprio assumiu que colocou fogo na área. No total, 800 bois se alimentavam nos pastos da fazenda embargada.

Leandro deveria ter sido levado para a delegacia localizada em Castelo dos Sonhos, mas ele ficou por lá mesmo, por falta de lugar no helicóptero, tempo ou combustível suficiente para levar o homem até a cidade e voltar para resgatar os fiscais. A equipe do Ibama também cogitou pernoitar no lugar, mas essa opção os expunha ao risco de serem atacados.

O resultado é que fiscais vão embora, mas grileiros e seus agentes ficam.

Com as vistorias em terras griladas por Jotinha, o Ibama percorre um trâmite de ações e de burocracia legal que permitirão aos agentes do órgão seguir a recomendação do Ministério Público para o caso: destruir cercas, casas e todo tipo de construções e equipamentos encontrados nessas terras.

Daqui pra frente

Dotô herdou o nome do avô, que por sua vez achou bonita a alcunha de um certo Doutor Bruno, médico do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que frequentava a aldeia quando era mais jovem, e resolveu incorporar o Dotô ao próprio nome. Dotô, o neto, saiu da TI Mekrãgnoti para o município de Novo Progresso quando tinha cinco anos de idade, por incentivo desse mesmo avô. Lá aprendeu português e se envolveu com a cultura do branco. Aos dezoito anos, foi oficialmente contratado pela Funai para atuar na interlocação com os kayapós, onde trabalhou por 20 anos.

Em parte, os kayapós vigiam suas terras circulando no entorno regularmente, indo e voltando de cidades mais próximas como Novo Progresso e Castelo dos Sonhos, onde moram alguns. Mas há um reforço extra, o Instituto Kabu, uma organização dirigida pelos indígenas para representar as 10 aldeias que compõem a TI Mekrãgnoti. Na sede do Instituto, em Novo Progresso, fica a “central de inteligência kayapó”, como brinca Evaristo. O Kabu conta com equipamentos comprados com recursos do Plano Básico Ambiental (PBA) da BR-163. De lá, profissionais de geoprocessamento monitoram, com imagens de satélites, o que acontece dentro e também próximo às terras indígenas.

“Só em 2014 eu tomei conhecimento do sistema que eles tinham e vi o potencial deste trabalho ganhar a parceria do Ibama”, conta Evaristo. Os kayapós não são os únicos índios a fazerem esse tipo de monitoramento. O que chama a atenção, no caso deles, é o quão bem preservadas mantêm suas terras. “São seis milhões e meio de hectares totalmente intactos”, diz Evaristo, em referência ao tamanho da soma das duas TIs kayapós quase contíguas – Mekrãgnoti e Baú. “Se você olha em volta das reservas, tudo destruído. Dentro, tudo inteiro. Por que será? Os kayapós defendem a sua área.”

Em parceria com o Instituto Kabu, Evaristo propõe agora um projeto-piloto de pagamento aos kayapós por serviços de monitoramento e vigilância da região no entorno das TIs Mekrãgnoti e Baú: “minha ideia é que, assim como os vigilantes são remunerados no Ibama, eles também sejam. É pagá-los por um serviço de proteção de terra pública federal.”

A proposta está sendo redigida. Quando a tiver em mãos, Evaristo diz que irá buscar o apoio do Ministério do Meio Ambiente. O dinheiro, segundo ele, poderia vir do Fundo Amazônia. “O tempo do ‘toma aqui um dinheirinho’ acabou. Hoje um jovem kayapó tem smartphone e está no Facebook se comunicando com a sociedade”. Acima de tudo, Evaristo defende que é preciso unir forças com os indígenas. “Como proteger a floresta com um ‘exército de Brancaleone’ de agentes ambientais do Ibama, que têm que cuidar de todos os ecossistemas do Brasil e, heroicamente, se revezam o ano inteiro para defender a Amazônia?”, indaga.

Fartura de crime ambiental

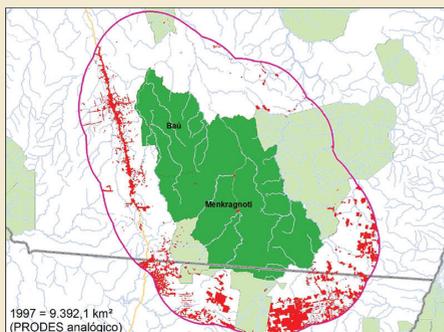
Nem mesmo os recentes casos de prisão parecem assustar quem vive de ilegalidade na Amazônia. Jotinha, preso em agosto de 2016, superou Castanha no quesito ‘maior desmatador da região’. Castanha, grileiro paraense pego em fevereiro de 2015, era famoso por exercer influência em todas as esferas da vida de Novo Progresso — da rede de supermercados local à polícia. Neste recorte da BR-163 há todo tipo de atividade ilegal: garimpo, pesca e caça em território protegido, exploração de madeira e incêndios compõem uma lista extensa.

Em comum, o cenário dessas atividades econômicas revela pobreza, ignorância e medo. Quando flagrados em áreas desmatadas, quem está no campo economiza nas explicações. Em geral, todos alegam que qualquer área aberta recentemente não passa de resquício de desmatamento antigo. Garantem que não sabem de boi ou venda ilegal de madeira em áreas proibidas. Nunca conhecem seus vizinhos e pouco ou nada sabem de seus patrões. Jamais citam nomes.

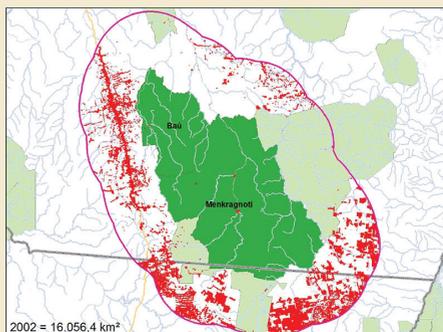
Todas essas cenas se repetiram durante os quatro dias da Operação Curuá. Nesse período, homens passaram pelo acampamento do Ibama para prestar depoimentos, depois de pegos em flagrante desmatamento ou portando armas sem documentação. Ao menos um foi levado para a delegacia de Novo Progresso, onde não havia delegado. “A BR-163 é terra sem lei. Lá o Estado só aparece ou com o Ibama na fiscalização ou com a Polícia Federal para prender”, diz Evaristo. O diretor do instituto não sabe dizer ainda se os rastros que investiga no momento são de outras quadrilhas, tão grandes quanto as de Jotinha, mas tem certeza de que há muitas operando na região da BR-163. Animado pelos sucessos recentes, mas contra o cenário que ele próprio descreve, garante: “Nós vamos pegar uma por uma.”

Avanço do desmatamento em torno da Terra Indígena Mekrãgnoti

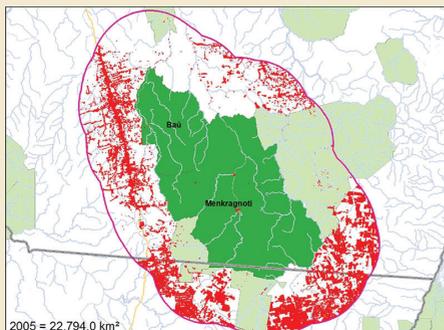
1997



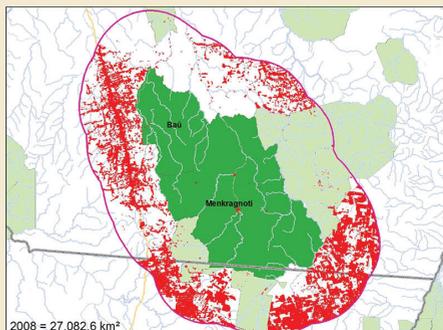
2002



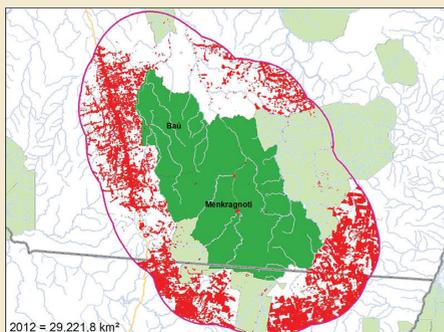
2005



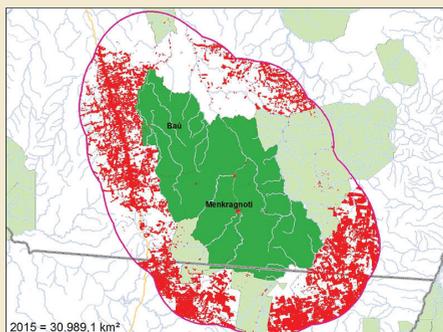
2008



2012



2015



Fonte: Instituto Kabu.



A liderança indígena Dototakakyre Kayapó (conhecido como Dotô) utilizando o rádio. Foi através da comunicação entre aldeias que os indígenas mapearam as áreas onde a quadrilha de grilagem atuava. Foto: Marcio Isensee



Luciano Evaristo, do Ibama, conversa com lideranças Kayapó na Terra Indígena Mekrãgnoti. Foto: Marcio Isensee



Servidores do Ibama e indígenas observam o mapa dos arredores da Terra Indígena Mekrãgnoti.
Foto: Marcio Isensee



Luciano Evaristo, do Ibama, analisa documentos durante a operação Curuá Livre, no sul do Pará.
Foto: Marcio Isensee

O drible do gado: a parte invisível da cadeia da pecuária

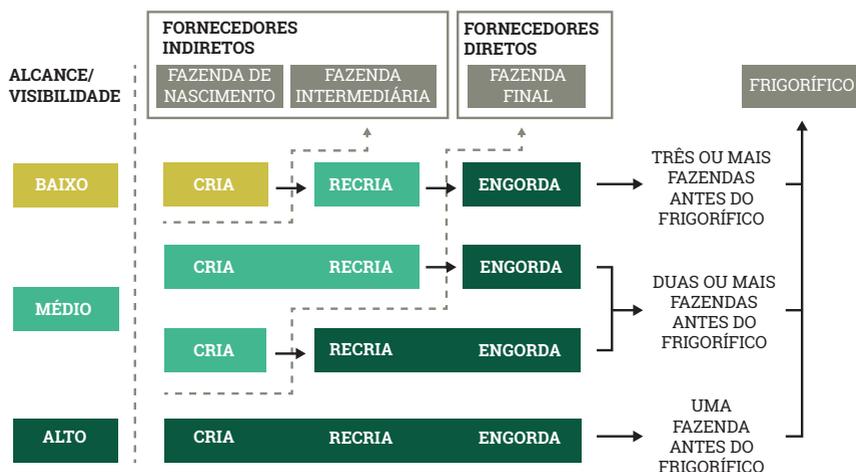
Por Bernardo Camara, 25 de julho de 2017

“Não se pode culpar a empresa por aquilo que ela não consegue enxergar”, queixou-se o representante da JBS diante de um salão apinhado de gente em Brasília. O clima não era dos melhores. Na enorme mesa em formato de meia-lua, o ministro do Meio Ambiente e o mais alto escalão do Ibama encaravam uma audiência indignada: cinco dias antes da reunião convocada às pressas, o órgão de fiscalização do MMA havia distribuído 172 autos de infração, quase R\$ 300 milhões em multas e interditado 15 frigoríficos acusados de comprar, direta ou indiretamente, 59 mil cabeças de gado de fazendas no Pará embargadas por desmatamento ilegal.

Deflagrada no dia 22 de março de 2017, a Operação Carne Fria enfrentou uma reação imediata do setor que move 35% do PIB paraense. A caravana de pecuaristas, parlamentares, governos, prefeituras e representantes da indústria da carne rapidamente se mobilizou para tirar satisfações com o MMA. Em meio a notas de repúdio, a operação foi apontada como truculenta, arbitrária e inadequada. E um dos motivos da indignação era o fato de o Ibama ter responsabilizado as empresas pela compra de bois que em algum momento da sua criação passaram por fazendas irregulares – o problema dos fornecedores indiretos, justamente aquilo que o representante da JBS alegou não ser possível enxergar.

Fornecedores indiretos são fazendas que trabalham com os sistemas de cria – quando o bezerro ainda é amamentado pela mãe – e recria – fase iniciada logo após o desmame, por volta dos sete meses de idade. Na última etapa da complexa cadeia produtiva da pecuária de corte estão as fazendas de engorda, quando o gado que já atingiu cerca de três anos de idade ganha peso e é vendido para abate nos frigoríficos.

Por serem elas que comercializam a boiada com a indústria, as fazendas de engorda são chamadas de fornecedoras diretas. Estas três fases – cria, recria e engorda – podem ser realizadas em uma mesma propriedade ou em locais diferentes que vendem e revendem gado entre si. Quanto mais fazendas por onde o gado passa antes do abate, mais difícil rastrear a sua origem. E o problema não é pequeno. Segundo dados do IBGE, em média 30% dos rebanhos no Brasil são de fazendas de cria e recria. Ou seja: aproximadamente um terço da cadeia permanece invisível para os sistemas de monitoramento.



Fonte: Proforest.

Ponto cego

Em 2009, uma série de ações civis movidas pelo MPF e uma campanha internacional iniciada pelo Greenpeace jogaram no ventilador o protagonismo da pecuária no desmatamento da Amazônia, atividade que na época respondia por cerca de 80% das áreas derrubadas. E deram nome aos bois: supermercados, como Walmart e Carrefour, e multinacionais, como Nike e Adidas, estavam comprando carne e couro às custas da maior floresta tropical do planeta.

Por pressão do mercado, os grandes frigoríficos que abatiam gado na região – como

JBS, Marfrig e Minerva – assinaram um compromisso público com o Greenpeace e um termo de ajustamento de conduta com o MPF, que ficou conhecido como TAC da Carne. Inaugurado no Pará, o TAC aos poucos foi se espalhando por outros estados da Amazônia Legal, e hoje já tem mais de 340 frigoríficos signatários.

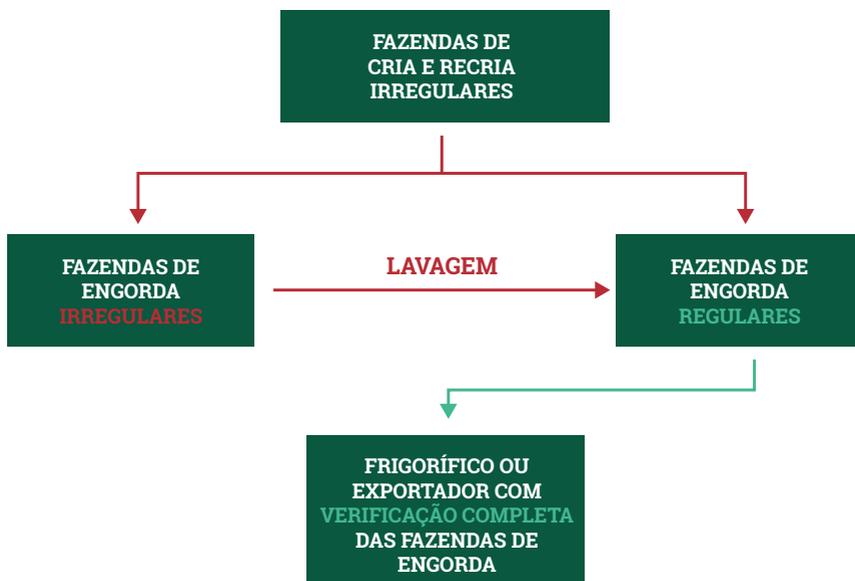
Num movimento inédito, os frigoríficos passaram a exigir dos pecuaristas que lhes vendiam gado – os fornecedores diretos – uma série de critérios socioambientais. Para fazer essa checagem, foram criados sistemas de monitoramento que vasculham bancos de dados dos órgãos públicos para cruzar com as informações do Cadastro Ambiental Rural (CAR) da fazenda fornecedora – o CAR traz dados ambientais e espaciais da propriedade. Se a fazenda não cumprir algum dos critérios estabelecidos, ela fica impedida de comercializar com os frigoríficos que assinaram o TAC.

Em 2015, a ONG Imazon fez um estudo de caso,¹ baseado em frigoríficos da JBS, para avaliar se os acordos firmados pela indústria estavam funcionando. Concluiu, em parte, que sim: o percentual de fazendas que abasteciam a empresa e que tinham desmatamentos recentes caiu de 36% (antes do TAC) para 4% (depois dele). Indícios de que o monitoramento dos fornecedores diretos caminhava bem.

O mesmo estudo, porém, já antevia que nem tudo eram flores: “As fazendas que fornecem bezerros e novilhos para as fazendas de engorda ainda não são rastreadas”, alertava o documento, ressaltando que o rastreamento de fornecedores indiretos já era uma demanda prevista no compromisso público assinado com o Greenpeace em 2009. A partir de 2013, os TACs acordados entre o MPF e a indústria passaram a fazer a mesma exigência.

Baixada a poeira da indignação pós-Operação Carne Fria, o setor reconhece que a investigação não estava tão equivocada. “O Ibama entrou de maneira dura, e até inadequada, pois desde 2009 estamos ralando para diminuir o desmatamento e eles só assistindo. Aí descem do camarote para embargar justamente as empresas que mais estão contribuindo”, critica Francisco Victor, fundador e ex-presidente da União Nacional da Indústria da Carne (Uniec), que representa os frigoríficos. Em seguida, ele dá o braço a torcer: “Mas, de fato, a operação mostrou que o rastreamento dos indiretos é um ponto frágil na cadeia da pecuária.”

Como ocorre a “lavagem” do boi



A roda começa a girar

Pouco discutido pelo setor, o rastreamento dos fornecedores indiretos começou a sair do banho-maria em 2015, quando as taxas de desmatamento na Amazônia voltaram a subir depois de 10 anos numa tendência de queda. Apesar de já celebrados internacionalmente e apontados como importantes fatores para a redução do desmatamento, os acordos da carne passaram a ter sua eficácia posta em dúvida.

O estudo do Imazon já antecipava furos nos sistemas de monitoramento. Um deles ocorria por meio da “lavagem” de gado: como a checagem só alcançava a fazenda que comercializava diretamente com o frigorífico, propriedades irregulares vendiam seus animais para os pecuaristas que estavam em dia com os órgãos públicos, de maneira que o gado chegava “limpo” para o abate. Com a Operação Carne Fria, esses dribles no sistema foram escancarados.

“Eu já escutava sobre rastreamento de fornecedores indiretos porque estou sempre nas reuniões do varejo, das ONGs. Mas a enorme maioria dos pecuaristas nunca ouviu falar disso. A primeira pressão, o primeiro baque de fato veio com a Carne Fria”, diz Mauricio Fraga, que desde a década de 1990 cria boi no Pará e hoje é presidente da recém-criada Acripará, a Associação dos Criadores do Estado.

A turbulência, porém, não se restringiu ao território nacional. E nem tinha como, já que o Brasil encabeça a lista dos maiores exportadores de carne do mundo. Ressabiados, os mercados compradores do produto brasileiro logo acionaram os fóruns internacionais de que fazem parte para saber o que se passava por aqui.

A *Tropical Forest Alliance* (TFA) é uma dessas plataformas que reúnem governos, ONGs e grandes empresas globais para discutir os caminhos que podem levar ao fim do desmatamento nas cadeias produtivas. Membro da TFA e diretora no Brasil da ONG *Proforest*, que trabalha justamente com este foco, Isabela Vitalli acompanhou o alvoroço que se seguiu à Carne Fria. “Alguma empresa membro da TFA viu a notícia e compartilhou com todo mundo. Surgiram muitas perguntas: ‘Peraí, eu sempre ouvi coisas boas sobre rastreabilidade no Brasil, e de repente o país virou um vilão de novo?’”, conta Isabela.

Foi então que a TFA resolveu organizar uma conferência virtual para colocar todo mundo na mesma página. Dezenas de governos, empresas, ONGs e acadêmicos de várias partes do mundo se logaram ao mesmo tempo para acompanhar as discussões pela tela do computador. Foram quase duas horas de apresentações que abordaram as iniciativas que estão sendo testadas para resolver o rastreamento dos fornecedores indiretos de gado na Amazônia.

Ali, pelo menos duas coisas ficaram claras: ainda não existe um consenso, tampouco um mecanismo que dê conta de resolver o problema de forma definitiva. E o rastreamento de indiretos virou a bola da vez. “Nos surpreendemos com a quantidade e a qualidade de estudos e ações que estão sendo desenvolvidos sobre o tema”, afirma Fabíola Zerbini, coordenadora regional da TFA na América Latina. “Apesar de já se falar sobre isso há algum tempo, parece que chegou a hora de arregaçar as mangas.”

Gerente do Programa de Cadeias Agropecuárias da ONG Amigos da Terra, Pedro Burnier já arregaçou as suas há algum tempo. Mas nem sempre teve plateia. Desde 2009 trabalhando de perto com a cadeia da pecuária, a Amigos da Terra vem discutindo com o setor quais as prioridades dele, e a partir daí, como pode colaborar. “O problema do monitoramento da pecuária sempre caía na questão dos fornecedores indiretos. A gente levantava essa bandeira com os frigoríficos, com o varejo, mas na época ninguém queria tocar no assunto. Diziam que era difícil, que era inviável, que o boi anda etc. etc.”, diz Pedro.

Em 2015, viu no aumento do desmatamento um novo gancho para puxar o tema novamente. Meio desacreditado, chamou os diferentes elos da cadeia produtiva para um workshop sobre indiretos. Achou que não iria tanta gente. Enganou-se: de produtores a supermercados e indústria, todo mundo apareceu. E o encontro foi frutífero: de workshop, virou o Grupo de Trabalho Fornecedores Indiretos (GTFI), que desde então vem colocando na mesma roda todos que já vinham quebrando a cabeça sozinhos sobre o assunto. E eles não são poucos.

A assediada GTA e o malfadado “Boi Guardião”

“A Guia de Trânsito Animal (GTA) é um documento emitido pelos órgãos estaduais de defesa animal toda vez que um boi se desloca. O objetivo é facilitar o controle de doenças. No documento, estão informações como quantidade e finalidade dos animais transportados, por exemplo, cria, engorda ou abate, e, do outro lado, idade, nome e CNPJ ou CPF do vendedor e do comprador de cada lote. Além dos negociantes, apenas os órgãos emissores e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) têm acesso ao documento, que é sigiloso.

Apesar de ter sido criada para fins sanitários, a GTA virou ferramenta potencial de quem precisa rastrear rebanhos para fins ambientais. Por conter dados sobre o deslocamento dos animais, o documento vem sendo apontado como uma das soluções mais rápidas e baratas para se enxergar as fazendas por onde o boi passou ao longo de seu ciclo de vida. Mesmo com a resistência dos órgãos de defesa agropecuária, a caravana ambiental ambiciona uma série de propostas envolvendo o uso da GTA para

evitar que os animais de fazendas irregulares cheguem às prateleiras dos supermercados. Mas boa parte das iniciativas morreu na praia.

Uma das primeiras tentativas nesse sentido veio no fim de 2009. Na esteira das denúncias do MPF e do Greenpeace que sacudiram a cadeia da pecuária na Amazônia, o então ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, foi ao sul do Pará anunciar com pompa o início do programa Boi Guardião. O nome era uma resposta provocativa ao termo "boi pirata" que o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, gostava de usar à época. A proposta era simples: a GTA seria negada aos pecuaristas que desmatassem ilegalmente. Na prática, isso significa que eles não poderiam vender gado, já que o documento é obrigatório para qualquer movimentação de rebanho.

Anúncio feito, entre 2009 e 2011, o Ministério da Agricultura chegou a mapear quase 350 mil hectares de novos desmatamentos no sudeste paraense. No entanto, a promessa de usar essas informações para negar a emissão de GTAs a fazendas com desmatamento ilegal não foi cumprida: o MAPA parou este monitoramento e nunca mais tocou no assunto.

No entanto, a JBS, maior empresa de frigorífico do país, pegou carona na ideia, e encampou a proposta como solução para evitar que gado manchado por desmatamento ilegal entrasse em seus abatedouros. Nos planos de trabalho apresentados publicamente para cumprir o acordo assinado com o Greenpeace, a empresa rebatizou a iniciativa de GTA-Verde. A proposta era praticamente a mesma: "Desenvolver em parceria com o Ministério da Agricultura um novo procedimento para emissão das GTAs que leve em consideração a lista de áreas embargadas do Ibama", diz o documento.

Pelo plano de trabalho, a iniciativa deveria estar de pé até dezembro de 2013. Dois anos depois do prazo estipulado, a empresa alegava que, apesar de haver um consenso entre os principais frigoríficos que operam na Amazônia, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) ainda não havia comprado a ideia.

Quatro anos mais tarde, a companhia ainda insiste que a GTA-Verde é o pulo do gato, conforme nota enviada por e-mail a ((o))eco: "A JBS reitera sua crença na GTA-Verde como a melhor solução para o setor, mas lembra que a participação dos órgãos gover-

namentais é fundamental para sua implementação. A GTA-Verde é uma solução de baixo custo de implementação e de alto impacto na cadeia produtiva da carne bovina (...), abrangendo tanto fornecedores diretos como indiretos associados ao desmatamento.”

Como o sucesso da empreitada não veio, a empresa afirma estar desenvolvendo atualmente outra proposta para enfrentar o problema. Mas não dá detalhes: “Em função da indecisão dos órgãos governamentais sobre a implementação da GTA-Verde (...), a JBS vem trabalhando, desde 2016, em um projeto com uma consultoria especializada em agronegócio para entender melhor e ter condições de endereçar a questão dos fornecedores indiretos.”

Resistência

Desde que o ex-ministro Stephanes pisou no Pará para lançar o Boi Guardião, em 2009, a ideia do uso da GTA para fins ambientais permaneceu reverberando no estado. E virou dois decretos publicados pelo governo estadual. O primeiro deles é de setembro de 2013,² e segue a mesma proposta anunciada lá atrás pelo MAPA: fica vedada a emissão da Guia de Trânsito Animal para fazendas com desmatamento ilegal. “A emissão está condicionada à regularização ambiental da propriedade”, resume Jefferson Oliveira, diretor de Defesa e Inspeção Animal da Adepará, órgão responsável pela emissão do documento naquele estado.

O segundo decreto veio em maio de 2014,³ e aperta ainda mais o cerco: a GTA só poderá ser emitida para os produtores que tenham registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – documento que traz as informações ambientais e espaciais da propriedade, e que é retirado junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas). Na prática, o decreto determina a integração dos sistemas da Adepará e da Semas. Caso o pecuarista não tenha o CAR ou seja identificado algum embargo em sua fazenda, ele fica automaticamente impossibilitado de vender seus animais.

Enquanto as organizações ambientais aplaudem de pé os decretos, uma parte dos setores produtivo e sanitário acha a iniciativa um desatino. Segundo eles, os órgãos ambientais deveriam criar seus próprios mecanismos, em vez de se apossar de uma

ferramenta que foi criada para outros fins. “Nossa competência é a sanidade agropecuária, não a fiscalização ambiental. Estamos prontos para apoiar, mas não queremos assumir essa responsabilidade. É a gente que está na lida com o produtor, e a cobrança pela não emissão da GTA é a gente que sofre”, diz Jefferson, da Adepará.

Para Mauricio Fraga, da Associação dos Criadores do Pará (Acripará), fechar o cerco ambiental por meio de uma ferramenta voltada para a saúde animal vai acabar desaguando em fraudes num sistema confiável e consolidado, podendo causar até um desastre sanitário. “Quando o sujeito não conseguir emitir a GTA, ele vai dar um jeito de tirar o gado, pois vive daquilo. Então podemos esperar fraudes e muita comunicação falsa. Ou ele vai ser obrigado a vender sem GTA. E isso pode causar um enorme transtorno sanitário”, afirma.

Outro problema apontado pelos produtores é a parcialidade do embargo: se um pecuarista tem uma propriedade de 100 hectares e teve uma área de 10 hectares embargada, o sistema, por ser automatizado, imediatamente o impediria de emitir a GTA – apesar de, legalmente, ele ter o direito de continuar produzindo nas áreas não embargadas da fazenda. Para evitar que isso aconteça, a Adepará ou a Semas precisariam fazer validações em campo para confirmar se o local onde o gado é criado está dentro ou fora do embargo. “Já pensou o estado fazer isso em 80 mil fazendas? Não tem Semas, não tem Adepará que dê conta”, diz o pecuarista e empresário Jordan Timo, ex-presidente do Sindicato Rural de Redenção.

“Antes de apertar a fiscalização, o governo tem que dar oportunidade para o produtor se regularizar. Mas a dificuldade é enorme: o estado é ineficiente demais para promover a regularização ambiental, e ninguém consegue se legalizar”, diz Mauricio. E Jordan completa: “Esses decretos são um jeito fácil de resolver um problema extremamente complexo. Eles vão criminalizar uma cadeia produtiva inteira.”

Críticas à parte, o cronograma para o cumprimento dos decretos já foi estabelecido numa instrução normativa publicada em outubro de 2016.⁴ Desde essa data, os imóveis com rebanhos acima de mil cabeças de gado já deveriam passar pela peneira da Adepará e da Semas para a emissão da GTA. Aqueles com mais de 500 animais estariam no

sistema a partir do primeiro dia de 2017. Em agosto do mesmo ano, rebanhos entre 100 e 500 bois também entrariam na roda. E por fim, as propriedades com rebanhos menores ganham um prazo mais longo: até outubro de 2018, todas as fazendas do estado devem passar pelo pente fino.

Quem está no campo, porém, diz que os decretos nunca foram colocados em prática. "Tentaram vincular os sistemas da Adepará e da Semas, mas não funcionou. Está tudo parado", diz o pecuarista Mauricio Fraga. Na Adepará, Jefferson afirma que o sistema integrado chegou a funcionar, mas que foi suspenso com a saída do ex-diretor do órgão, Luciano Guedes, em maio deste ano. "Houve uma mudança de gestão, e o projeto meio que ficou parado", diz. Ele alega que antes de deixar a direção do órgão, Guedes resolveu abrir licitação para contratar um novo sistema, pois o antigo estava "com problemas."

Questionados por ((o))eco, a Adepará e a Semas não responderam por quanto tempo o sistema funcionou e quantos casos de bloqueio de GTA ocorreram. Também não foi informado quando o processo de licitação será concluído.

Experiências no campo

Apesar das desavenças, a Guia de Trânsito Animal continua sendo apontada como carro-chefe para o rastreamento de fornecedores indiretos. Uma das maiores vantagens de se cruzar os dados da GTA e do CAR com dados de desmatamento e de áreas embargadas é que todas essas ferramentas já existem e estão consolidadas. Isso significa menos custos para o produtor. O principal entrave é o fato de o documento ser sigiloso, por conter uma série de informações privadas sobre o rebanho.

"Você gostaria que o banco revelasse quanto tem no seu extrato? Ninguém aceitaria isso, pois são seus bens, seu patrimônio. E é a mesma coisa com o produtor: ele confia à Adepará as informações sobre seu rebanho, e a gente não pode passar isso para todo mundo", justifica Jefferson, um dos diretores do órgão.

A saída, então, tem sido convencer o próprio produtor a abrir esses dados. "Até pouco tempo atrás, os frigoríficos não achavam que era dever deles obter informações sobre

os fornecedores de quem compravam o gado. E hoje eles estão aí monitorando. Agora estamos em um momento de dar um passo atrás e tentar transferir essa responsabilidade para o produtor da fazenda de engorda”, diz Isabela Vitalli, da *Proforest*.

É o que vem fazendo a Marfrig desde 2012, com o sistema batizado *Request For Information* (“Solicitação por Informações”, em português). Um dos maiores frigoríficos do país, a companhia calcula que 50,8% de seus fornecedores de gado compram bois de outras fazendas para engordá-los e revendê-los à empresa. “Toda vez que um animal de um fornecedor direto é adquirido, um documento cita a origem prévia do gado”, afirma Leonel Almeida, gerente de Sustentabilidade da Marfrig.

Leonel se refere às GTAs que o fazendeiro recebe no momento que compra o lote de outra propriedade: o documento traz os dados do pecuarista que fez aquela venda. Assim, o monitoramento que a empresa já fazia para checar se o seu fornecedor direto atende aos requisitos socioambientais passa a ser feito também para esse fornecedor indireto, cruzando os dados da fazenda com as listas de embargo, de trabalho escravo e com os dados de desmatamento e de áreas protegidas. “É um trabalho em conjunto com o segmento produtivo para coletar e avaliar o ‘stepback’ dos animais que chegam para o abate nas unidades Marfrig”, completa

A iniciativa vem sendo tocada em parceria com a ONG *The Nature Conservancy* (TNC), no projeto Do Campo à Mesa. “Normalmente, os frigoríficos só exigem a GTA da propriedade da qual elas compram a carne diretamente. Mas no projeto, caso o produtor declare ter comprado animais de outras fazendas, ele precisa mostrar a GTA correspondente ao transporte dessa outra propriedade para a sua”, diz Francisco Fonseca, coordenador de Produção Sustentável da TNC.

“Isso só foi possível porque houve um diálogo entre as empresas e os fazendeiros, levando a uma adesão voluntária dos produtores ao sistema”, afirma. Segundo Fonseca, a experiência feita com 15 fazendas que vendem gado para a Marfrig no município paraense de São Félix do Xingu fez alcançar 200 fornecedores indiretos da região. No entanto, ele ressalta que é preciso oferecer benefícios para que o produtor queira aderir ao protocolo.

No caso do projeto Do Campo à Mesa, o incentivo vem em forma de assistência técnica para a intensificação da produção e aumento da produtividade. Além disso, em maio de 2016 a carne produzida por esse grupo de fazendeiros ganhou as prateleiras dos supermercados Walmart com um selo próprio: Rebanho Xingu. “No início, é normal que haja uma resistência: ‘Por que eu vou te dar minha GTA?’ Mas depois eles entenderam que poderíamos usar aquilo para separar o produtor bom do ruim. E que participar desse tipo de iniciativa é se diferenciar e se manter no mercado”, diz.

Fonseca admite que, apesar da diferenciação do produto enquanto marca, isso ainda não se transformou em uma maior remuneração do mercado, reclamação recorrente dos produtores. Francisco Victer, fundador da União Nacional da Indústria e Empresas da Carne, afirma que isso não tem como acontecer de uma hora para outra: é um processo. Nessa etapa inicial, diz, o pecuarista tem de entender que já está ganhando financeiramente com o processo de intensificação da sua produção: ele tem mais boi em menos área.

“Toda vez que alguém sugere ao produtor fazer uma melhoria, ele pergunta: você vai me pagar quanto? Não é bem assim. Tem que trabalhar primeiro, não dá para receber o salário adiantado. A indústria não pode estabelecer um padrão de preço em cima de uma experiência, de um lote que está rastreado. Ela precisa de quantidade e de regularidade para seu fornecimento”, explica Victer.

No município de Alta Floresta, no Mato Grosso, uma proposta semelhante à da TNC foi iniciada em 2012 pelo Instituto Centro de Vida (ICV), e atualmente é tocada pela empresa Pecsá (Pecuária Sustentável da Amazônia). No projeto Novo Campo, os produtores passaram a receber orientações técnicas para inserir sua produção bovina no modelo de Boas Práticas Agropecuárias (BPA), uma metodologia desenvolvida pelo Ministério da Agricultura por meio da Embrapa. Em troca, eles se comprometem a recuperar o passivo ambiental e estancar o desmatamento da porteira para dentro, além de informar o extrato das GTAs referentes ao gado que comprou de outras fazendas.

Apesar de as experiências de adesão voluntária para o acesso às GTAs serem avaliadas como bem-sucedidas, o modelo não dá conta de rastrear a totalidade dos fornecedores indiretos. O sistema consegue enxergar apenas um passo atrás na cadeia produtiva –

a GTA informada pelo fornecedor direto traz os dados somente da última fazenda por onde passou o gado. Caso o animal tenha pastado por outras propriedades durante seu ciclo de vida – o que é bastante comum acontecer –, essa informação não estará disponível. Além disso, em algumas regiões da Amazônia é corriqueira a comercialização de gado por meio de leilões ou pela figura do catireiro. Esta é apenas mais uma das formas de lavagem para burlar os sistemas de monitoramento e rastreamento.

A TNC e o ICV reconhecem que ainda não há soluções prontas para esses gargalos, e estão estudando formas de reduzir as brechas. Criar um “cadastro positivo” dos produtores de cria e recria, que já passaram pelo monitoramento dos critérios socioambientais, ou mapear áreas de risco seriam algumas das saídas para se ter mais garantias de uma cadeia produtiva livre de desmatamento.

“Com o cadastro positivo de fazendas de cria e recria, eu consigo apontar aos fornecedores diretos de quem eles podem comprar sem preocupação. Ao mesmo tempo, construir um mapa de risco nos possibilita indicar municípios e áreas de atenção onde há mais chances de se ter a cadeia contaminada por desmatamento, trabalho escravo etc.”, explica Francisco Beduschi, coordenador da Iniciativa de Pecuária Sustentável do ICV.

Dados para qualificar o debate

O mapeamento de risco ao qual Beduschi se refere, na verdade, está quase saindo do forno pelas mãos da Agroicone, uma empresa de consultoria e pesquisa focada especialmente na análise de cenários para o agronegócio. Recentemente, eles conseguiram financiamento para trabalhar num projeto que tinha como tema central a redução do desmatamento na cadeia da pecuária bovina. Após várias rodadas de conversa com os atores da cadeia, inevitavelmente se depararam com o problema dos indiretos. A empresa, então, percebeu que poderia qualificar o debate com informações que não estavam postas na mesa.

“Precisávamos entender o tamanho do problema: de qual percentual do rebanho estamos falando? Qual a relação com o desmatamento? Existe concentração de fornecedores indiretos em assentamentos? De onde está vindo esse gado? Todas essas per-

guntas nós tratamos num estudo que vamos publicar em breve”, diz a economista Leila Harfuch, que antecipou alguns dados para ((o))eco.

O recorte escolhido pela empresa foi o estado do Mato Grosso, que guarda em suas fronteiras o maior rebanho bovino do Brasil. Cruzando as informações do Censo Agropecuário de 2006 com dados mais recentes do Instituto de Defesa Agropecuária do Mato Grosso (Indea), as primeiras conclusões do estudo trazem um retrato mais apurado dos fornecedores indiretos: 24% do rebanho do estado era de bezerras em 2014. Metade disso está em propriedades maiores que 500 hectares. A outra metade, em fazendas menores que 500 hectares. “Há uma heterogeneidade produtiva entre grandes e pequenos. Ou seja, no Mato Grosso todos os perfis de pecuaristas trabalham com cria e recria”, diz Leila.

O segundo passo foi fazer aquilo que Francisco Beduschi, do ICV, está buscando: os pesquisadores identificaram as regiões onde estão concentrados os fornecedores indiretos e cruzaram essa informação com as taxas locais de desmatamento, de vegetação remanescente e de assentamentos rurais. A análise mostra que 1/3 do abate no estado tem risco de origem. “São áreas que podem ter uma relação de desmatamento vindo de fornecedores indiretos”, explica a pesquisadora.

A partir dos cruzamentos, o estudo traz recomendações para cada cenário apresentado. O uso de dados seria justamente para que as ações do poder público e da cadeia produtiva sejam mais estratégicas: “Em vez de monitorar tudo, é mais efetivo trabalhar as localidades de forma específica. A partir desse zoneamento de risco, o mais importante é olhar para cada município e sua realidade, sua dinâmica de ocupação e de uso da terra”, afirma.

Os municípios com grande concentração de cria e recria, altos índices de desmatamento e com considerável vegetação remanescente, por exemplo, deveriam ser priorizados, já que a reunião desses fatores significa mais riscos de um fornecedor indireto estar associado à derrubada da floresta. Em Mato Grosso, os municípios de Colniza, Aripuanã e Juara estão nessa lista. A maioria dessas áreas está no norte do estado, no chamado Arco do Desmatamento.

Aqueles municípios em que o número de indiretos é alto mas as taxas de vegetação

suprimida não são alarmantes poderiam ficar em segundo plano nos esforços de monitoramento – é o caso de Cáceres, Cocalinho e Porto Esperidião, que ficam mais ao sul.

Já os municípios que têm muitos fornecedores indiretos, vastas extensões de assentamentos e altas taxas de desmatamento – como Peixoto de Azevedo, São Félix do Araguaia e Vila Rica –, Leila recomenda uma agenda positiva para a região, levando assistência técnica e legalizando o produtor. A proposta faz ainda mais sentido quando se olha para os dados da Associação de Criadores de Mato Grosso (Acrimat): cerca de 60% do gado engordado e entregue aos abatedouros no estado tem origem em pequenas e médias propriedades. Segundo a economista, se os frigoríficos simplesmente excluírem os pequenos fornecedores que forem identificados descumprindo os critérios socioambientais na sua produção, isso vai causar um impacto social e não vai resolver o problema num nível macro.

“O que vai acontecer é o efeito de lavagem ou de vazamento – aquele bezerro vai acabar indo para uma fazenda legal que irá revendê-lo ao frigorífico. Ou será vendido para outro abatedouro que não tenha critérios socioambientais como política de compra”, diz Leila. “É mais efetivo, como saída de longo prazo, trazer esse produtor para a legalidade, fazendo sua regularização ambiental. Somente assim haverá um ambiente legal nessas regiões com problemas de desmatamento”, afirma, e ressalta ser fundamental o estado se envolver neste processo.

“Uma nova era para a carne”

Pelo menos no Pará e no Mato Grosso, que lideram de longe os números de produção bovina na Amazônia, os governos já entenderam que não têm mais como se abster das discussões sobre rastreamento da cadeia produtiva. A briga, claro, é por mercado. E pela fama de melhor carne do país. “Estamos construindo uma nova era, uma nova vida para a carne do Mato Grosso”, anima-se Wagner Bacchi, em tom de profecia.

Bacchi assumiu em fevereiro a presidência do Instituto Mato Grossense da Carne (Imac). O Imac nasceu depois de uma viagem que o governador Pedro Taques fez ao Uruguai. Lá, ficou sabendo da existência do Instituto Nacional de Carnes, uma institui-

ção que há mais de 40 anos promove a valorização do produto no país, em uma parceria bem-sucedida que envolve produtores, indústria e governo. Voltou para o Mato Grosso determinado a criar algo semelhante por aqui. Mal desembarcou, chamou para uma conversa a Associação dos Criadores do Mato Grosso (Acrimat) e o Sindicato das Indústrias de Frigoríficos do Estado (Sindifrigo).

Em fevereiro de 2016, o Imac estava criado. E, no próximo mês de agosto, já chegam aos supermercados do país os primeiros lotes de carne com o selo do instituto, que promete atestar a qualidade, a sanidade e a rastreabilidade do produto desde o nascimento dos animais. A adesão da indústria e dos produtores ao Imac é voluntária. “Mas nas mesas redondas, já está todo mundo otimista e querendo fazer parte o quanto antes”, afirma Wagner. “Queremos deixar de vender a carne como um produto comum no mercado e agregar valor a ela.”

Para fazer parte da iniciativa, o produtor precisa ter sua propriedade registrada no CAR e estar em dia com os mesmos critérios socioambientais do TAC da Carne. Nos próximos meses, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso (Sema-MT) promete fazer uma força-tarefa para regularizar os produtores que tenham alguma pendência com os órgãos ambientais e queiram entrar no Imac. “A Sema vai liberar 20 mil processos de produtores que estavam parados na secretaria. Como nosso sistema é todo integrado dentro do governo, fica muito mais fácil a resolução desses problemas”, diz Wagner.

É justamente por essa integração de sistemas do governo que a iniciativa do Imac está sendo aguardada com entusiasmo pelo Grupo de Trabalho Fornecedores Indiretos (GTFI). Numa primeira fase de rastreabilidade, o Imac também pretende usar as Guias de Trânsito Animal para enxergar as fazendas de cria e recria que comercializam com os fornecedores diretos. A diferença é que ninguém vai precisar convencer o produtor a abrir os dados: o extrato das GTAs já está com o próprio governo.

“O Imac vai pegar essas informações com o Instituto de Defesa Agropecuária, fazer o cruzamento de dados e a checagem para saber se os fornecedores indiretos atendem os critérios socioambientais”, explica Pedro Burnier, do GTFI. “Se você depende da voluntariedade do produtor para chegar às GTAs, é muito mais demorado isso ganhar

escala. No caso do Imac, como eles já têm acesso à documentação, a expansão disso pode ser bem mais rápida”, aposta.

Atento às demandas de mercados externos, porém, o instituto não pretende parar nas GTAs. A ideia é que numa segunda etapa os animais sejam rastreados individualmente. Apesar de ser considerada a forma mais eficaz de controlar o rebanho, o rastreamento individual não costuma ser aplicado por ser um processo mais caro. O que é relativo: segundo cálculos do pecuarista Jordan Timo, o custo seria de apenas R\$ 0,10 por quilo de carne. Wagner diz que o desenho da proposta ainda está em discussão, mas possivelmente serão colocados brincos com chips de identificação nos animais, até que, pouco a pouco, todo o rebanho esteja dentro do Sisbov, o Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos.

Sob o guarda-chuva do Ministério da Agricultura, o Sisbov tem o objetivo de identificar, registrar e monitorar individualmente os animais ao longo de sua vida, por meio de um chip que traz informações como origem, deslocamentos, estado sanitário, produção e produtividade de cada boi. O uso do sistema é obrigatório para quem exporta o boi à União Europeia. “Pretendemos fazer isso para agregar valor. Lá fora, eles querem saber a origem dos animais. O mercado vem pedindo isso há anos”, diz Wagner.

De baixo para cima

O rastreamento individual pelo Sisbov também é a aposta de Jordan Timo, ex-presidente do Sindicato Rural de Redenção, no Pará, e dono da Apoio Consultoria, uma das primeiras empresas a desenvolver um sistema para monitorar os fornecedores diretos de frigoríficos que assinaram o TAC da Carne.

Antenado e influente na região, desde que as discussões sobre indiretos começaram a ganhar força, Jordan se apressou em sentar com governo, produtores e frigoríficos para pensar numa solução que viesse de baixo para cima. Seu receio era que as propostas “feitas no ar-condicionado”, longe da realidade do campo – como ele enxerga, por exemplo, o decreto que vincula o CAR à GTA – fossem impostas sobre o setor produtivo sem conversa.

"Não podemos enfiar a cabeça no buraco e ficar esperando acontecer", diz Mauricio Fraga, da Acripará, que está junto com Jordan na empreitada. "Não estamos nos antecipando a nada: estamos no meio de um processo que já começou com a primeira operação Carne Fria. Por isso, estamos desenvolvendo um projeto que atenda aos produtores. Senão, inventam um 'Frankenstein' qualquer e a gente pode sair prejudicado". Francisco Victor, da União Nacional da Indústria e Empresas da Carne (Uniec), que também está no jogo, faz coro: "Antes que sejamos obrigados a fazer, vamos fazer. Porque não vamos permitir que essas situações fiquem atropelando a atividade, gerando transtornos e traumas."

Contradizendo a maioria das ONGs que afirmam não adotar o rastreamento individual por ser uma opção mais cara para o produtor – um brinco com chip custa cerca de três dólares – é o próprio Jordan quem defende o mecanismo como saída. "Não existe outro caminho prático. Todas as outras alternativas podem ser burladas", diz, evocando o conhecimento de quem há décadas lida cara a cara com os pecuaristas.

E prossegue: "O brinco com o chip do Sisbov é o que garante que o animal nasceu numa determinada propriedade. A partir dali, todas as suas transferências entre fazendas são registradas na plataforma do Ministério da Agricultura. Assim, o frigorífico tem a certeza absoluta de onde o boi nasceu e por onde ele passou."

Jordan explica que o que vai fazer o produtor aderir ao projeto obviamente não é o fato de ele ser monitorado. O brinco com chip espetado na orelha do animal carrega uma série de informações sobre os processos produtivos – como peso, vacinação e alimentação –, que podem melhorar o planejamento, a gestão e o manejo de seu rebanho. Em parceria com a ONG Amigos da Terra e o apoio da Uniec, já estão sendo desenvolvidos vídeos e cartilhas para comunicar aos produtores sobre as vantagens de abraçar esse processo.

"Os workshops que vamos fazer com os produtores já vão começar assim: 'O uso da rastreabilidade para melhoramento e controle da produtividade'. Aí, já se justifica pôr um brinco no boi. E pagar três dólares para aumentar a gestão do meu rebanho acaba sendo barato."

A ideia é começar o projeto em pequena escala, com alguns fazendeiros parceiros, e ir testando, aperfeiçoando, enxergando as brechas e crescendo aos poucos. Para tornar a iniciativa viável, Jordan ressalta que todos os elos da cadeia vão ter de levantar da cadeia e botar a mão no bolso – seja com redução de tributos, celeridade nos processos de regularização ambiental, facilitação de crédito etc.

“Os bancos não devem financiar qualquer pecuária. Projetos como este que estamos desenvolvendo, que pretendem monitorar a origem do animal, devem ter apoio total das fontes de financiamento. Se conseguirmos recursos para dar a arrancada nesse processo, a partir de um ponto ganhamos escala, e ele se sustenta sozinho”, diz Victor, da Uniec.

“O que queremos do governo é que ele faça os processos e protocolos de forma prática, respeitando os prazos e atendendo o produtor, que não pode estar sozinho. Se a licença ambiental demora para todo mundo, que ele dê prioridade para quem está enquadrado nesse processo, tentando se regularizar e colocando brinco nos animais para criar uma cadeia de sustentabilidade de fato”, afirma Jordan. “Precisamos basicamente que o governo funcione da forma como deveria funcionar. É só isso.”

Jordan sabe que ainda não tem resposta para tudo. O projeto – como quase todos os outros que estão saindo do papel – ainda está em fase de desenho, articulação e testes. “Alguns falam que é loucura, que vai encarecer, que não é possível. Outros acham que a solução é mesmo por esse caminho que estamos seguindo. Mas o que sobrou de bom da Operação Carne Fria foi que o setor entendeu que precisa tomar alguma atitude, que precisa ter algum projeto com relação ao controle dos fornecedores indiretos. Porque se a gente não começar a fazer, não tomar uma providência, o Ibama vai vir de novo. E aí vão acabar com a cadeia da pecuária”, diz.

Quando a conferência online organizada pela *Tropical Forest Alliance* terminou, a organizadora do encontro, Fabíola Zerbini, ficou satisfeita de ver tantos projetos tentando resolver o rastreamento da cadeia da pecuária. E confirmou o que já desconfiava: “É uma das cadeias produtivas mais complexas que já vi na vida”, diz.

Jordan Timo, que há 25 anos mexe com boi na Amazônia, sabe disso como ninguém. Ele ri da pergunta: “Quanto tempo vai levar para que 100% da carne da Amazônia chegue nas prateleiras dos supermercados com garantia de estar livre de desmatamento?” Ajeita seu chapéu de boiadeiro e responde meio brincando, meio sério: “Rapaz, isso vai levar uns 200 anos.”



Fazenda do projeto Novo Campo, que faz rastreamento do gado e intensifica o número de animais por hectare.
Foto: Marcio Isensee

Operação sem fim: ICMBio contra o crime ambiental na BR-163

Por Bernardo Camara, 19 de setembro de 2017

Já faz um ano. Mas aquela noite no Parque Nacional do Jamanxim continua viva na memória de Diego Rodrigues. Acampamento montado, ele preparava o jantar quando o primeiro disparo rompeu o silêncio da floresta. Logo veio outro. E mais um. Os policiais militares responderam, e a troca de tiros começou sob a copa das árvores. "Ficamos até 3 horas da manhã deitados no chão da mata, enquanto o tiro comia solto", conta ele, com um carregado sotaque cearense.

Diego tem 29 anos de idade. Três de Amazônia. Com formação de técnico agrícola, desde 2014 ele trocou o semiárido nordestino pela quente e úmida Itaituba, no interior do Pará. Chegou acompanhado de outras 35 pessoas aprovadas num concurso feito especialmente para a região. "Eu tinha algum conhecimento dos conflitos daqui, mas não sabia que as disputas por terra eram tão acirradas", afirma Diego. "Foi um impacto".

A nova turma iniciava sua saga no ICMBio, órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente e responsável por fazer a gestão das unidades de conservação federais. O Parque Nacional do Jamanxim, onde Diego se viu em meio a um tiroteio, fica na beira da BR-163, rodovia que começa em Cuiabá, no Mato Grosso, e termina em Santarém, depois de cruzar boa parte do território paraense.

A região concentra as maiores taxas de desmatamento do Brasil, e a enxurrada de crimes ambientais tem sido um entrave direto na implementação das unidades. Por ali, a atuação do ICMBio é quase um estado de exceção dentro do órgão: um decreto de janeiro de 2017 transformou a sede de Itaituba na primeira Unidade Especial Avançada (UNA) do instituto.

Com a medida, a figura dos chefes de unidades de conservação foi extinta: os servidores deixaram de trabalhar para unidades específicas e passaram a se dedicar em conjunto a um imenso mosaico de 12 UCs, que totalizam 9,2 milhões de hectares. A área é duas vezes o estado do Rio de Janeiro. "Mais de 60% do desmatamento da Amazônia hoje acontece ali", resume André Alamino, que coordena de Brasília as ações de fiscalização do ICMBio no país inteiro. "A região da BR-163 é prioritária."

Não à toa, metade da enxuta equipe de Itaituba é absolutamente sugada pelas ações de fiscalização, comandadas localmente por Diego Rodrigues. Além deles, dezenas de servidores do país todo são permanentemente recrutados para ajudar nas atividades. E para fechar o time, o Batalhão de Polícia Ambiental do Pará acompanha as incursões dos fiscais nas áreas protegidas.

A Operação Nacional da BR-163 roda quase o ano inteiro. Não existe fim de semana ou feriado. A cada 21 dias, equipes se revezam para passar cerca de 12 horas diárias sacolejando em estradas irregulares atrás de infratores. As distâncias são tão longas que volta e meia é preciso acampar na mata para alcançar o destino no dia seguinte. O único período de pausa das atividades é entre dezembro e março, quando a estação da chuva deixa as vias intransitáveis e as nuvens cegam os satélites que denunciam os desmatamentos. Para cada etapa de 21 dias, cerca de R\$ 300 mil são desembolsados na logística.

Escudo perfurado

Construída durante a ditadura militar, até os anos 2000 a BR-163 permanecia relativamente adormecida. A gigante acordou de susto em 2003, quando o então presidente Lula anunciou seu asfaltamento. Promessa feita, terminais portuários se multiplicaram, e a estrada se tornou o principal corredor para exportação de commodities como soja, milho e algodão produzidos em larga escala no Mato Grosso.

A corrida para a região explodiu, e com ela a derrubada da floresta. Enquanto os índices de devastação caíam na Amazônia inteira, por ali continuavam nas alturas. Estradas sempre foram porta de entrada para o desmatamento. Na época do anúncio,

Lula sabia disso: ao mesmo tempo em que oferecia uma nova rota de escoamento para os produtores, montou o Plano BR-163 Sustentável para não sair mal na foto com os ambientalistas.

Dentre as medidas do plano que ganhou vida em 2006, foi criado um imenso mosaico de áreas protegidas ao longo da rodovia. O Parque Nacional do Jamanxim, a Floresta Nacional do Jamanxim e a Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo são algumas delas. A ideia era formar um escudo para a floresta.

Dez anos mais tarde, quem circula pela BR-163 facilmente ouve trocadilhos com os nomes das áreas protegidas criadas por ali. As alcunhas “Imobiliária Jamanxim” e “Complexo Agropecuário Nascentes da Serra do Cachimbo” sugerem que o tal do escudo florestal anda mal das pernas. E um dos motivos pode estar em outra sigla apelidada: o Incra, que na boca do povo virou sigla para “Nada Conseguimos Resolver Ainda.”

“O Plano BR-163 Sustentável era um acordo interministerial. Vários órgãos deveriam ter vindo para garantir que a exploração sustentável funcionasse na região. Porém, só o ICMBio e o Ibama vieram. O resultado é que ninguém conseguiu se legalizar”, afirma Diego Rodrigues, dando uma dimensão de sua rotina: “Hoje, o que movimenta a economia dessas cidades são os crimes ambientais.”

(Des)ordenamento territorial

Nas incontáveis discussões governamentais que vieram com a proposta de ressuscitar a BR-163, o ordenamento territorial sempre foi item chave. Mas ficou na promessa. Os títulos de terra parecem lenda amazônica: todos falam, ninguém prova. “Uma vez apareceu um cara aqui com um título. A gente queria botar numa moldura. Não sabemos até hoje como ele conseguiu aquilo”, diz Rodrigo Cambará, com uma voz serena interrompida por um gole e outro de chimarrão.

Gaúcho de 45 anos, Cambará foi um dos mais velhos servidores ingressou no ICMBio pelo concurso de 2014 e chegou a Itaituba carregando uma longa experiência acadêmica e prática em gestão de conflitos e unidades de conservação. Sua história parecia

sob medida para o novo destino. O que não lhe impediu de sofrer ameaças de fazendeiros insatisfeitos com a atuação do órgão ambiental.

“O problema da conservação da Amazônia aqui é principalmente fundiário”, diz o gaúcho, que está à frente de uma equipe de cinco pessoas cuja principal tarefa é resolver os problemas territoriais dentro do mosaico de UCs da BR-163. Ele não passa um dia sem receber novas demandas.

Como o Estado nunca deu as caras, ao longo de toda a rodovia quem ditou o ordenamento territorial foi a própria população, além dos grileiros que continuam se apropriando de largas extensões de terras públicas. O processo de ocupação é velho conhecido na Amazônia: as madeiras de maior valor comercial são as primeiras que vão ao chão. Depois, o fogo dá conta do que restou. E por fim, vem a pata do boi para consolidar a área.

“Quando colocam o gado em cima é como se dissessem: ‘agora é uma terra produtiva’. E vão atrás de legalizá-la. Eles dizem que a primeira multa que recebem é o primeiro passo para regularizar a terra”, conta Diego Rodrigues.

Se vira nos 30

“Para fazer a gestão deste território de forma efetiva, precisamos de mais gente, mais recursos e mais bases ao longo da região”, diz Rodrigo Cambará. “Mas tudo isso vai contra a tendência do governo federal, que é de não fazer concurso, diminuir orçamento e fechar escritórios”. Por diversas vezes o órgão já formalizou, junto ao Ministério do Planejamento, o pedido de novos concursos. Enquanto a resposta não vem, mil vagas permanecem ociosas por conta de aposentadorias ou abandonos de cargo.

Vida que segue. A equipe diminuta vai se virando como pode. O esvaziamento de recursos humanos é coisa comum por ali. Dos 35 novos servidores que entraram no concurso de 2014, 10 já abandonaram o barco. Quando essa turma chegou, restava apenas um dos 35 que entraram em 2009. Era Assor Fucks, um gaúcho de 56 anos que trabalhava como gerente de uma empresa da área madeireira em Sinop, no Mato

Grosso. Uma operação da Polícia Federal interditou as serrarias da cidade e deu um golpe no setor. Assor acabou demitido. Foi atrás de concursos públicos e passou no do ICMBio. “Eu sabia identificar espécies, conhecia o modus operandi dos madeireiros”, conta. “Aproveitei tudo para usar no ICMBio.”

Foi ele quem coordenou uma operação de fiscalização que ((o))eco acompanhou na Flona Jamanxim, a unidade de conservação que lidera os índices de desmatamento no Brasil. Quando a equipe voltava de uma fazenda embargada, Assor avistou um rastro de trator no chão de terra. Seguiu a pista e o instinto. Minutos depois, as viaturas davam de cara com imensas toras de madeira nobre derrubadas no chão. Os infratores fugiram, mas o trator foi destruído na hora.

O caso foi desvio de rota, pois um flagrante não se ignora. Mas os fiscais do ICMBio já saem do escritório com os alvos pré-determinados. São prioridade os alertas de desmatamento em tempo real (Deter) emitidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), com base na análise de imagens de satélite. “Por semana, a gente recebe de 15 a 30 alertas”, afirma Diego. As investidas em campo também incluem denúncias, demandas do Ministério Público e vistorias em áreas embargadas – para garantir que o dano ambiental foi, de fato, contido.

Jeitinho

“Hoje passei o dia inteiro olhando para áreas embargadas”, diz Bruno Kuhn Neto, enquanto devora uma pizza em Novo Progresso, a 400 km de Itaituba, num dos poucos momentos de descanso. O ICMBio tem um escritório de apoio na cidade, para facilitar as operações nas unidades que ficam mais ao sul do Pará, como a Flona Jamanxim e a Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo. O baiano de 35 anos é um dos ‘ponto geo’, como são chamados os servidores que se debruçam sobre a tela do computador para levantar o máximo de informações sobre os infratores. “A gente fica no escritório sistematizando esses dados, para que a equipe chegue em campo sabendo tudo sobre o alvo”, explica.

Kuhn consegue desfiar de cabeça vários casos que acompanha. Como o do prefeito de Novo Progresso, Ubiraci Soares Silva, que tem uma fazenda dentro da Flona Jaman-

xim. Só este ano, ele já recebeu mais de R\$ 1 milhão em multas do ICMBio e do Ibama, fruto de seis autuações por desmatamento e descumprimento de embargo.

O prefeito nega, e diz que tudo não passa de perseguição. “Me autuaram numa área que não é minha, é do vizinho. Mas qual o nome que ia dar mais ibope? O do prefeito”, diz Ubiraci. Por ali, ele é o sexto gestor municipal a ser autuado por crimes ambientais.

Na região, tão comum quanto ver boi no pasto é encontrar fazendeiros em altos cargos públicos. Assim como o prefeito, seu vice Gelson Dill também é proprietário de “duas fazendinhas”, uma delas fica dentro do Parque Nacional do Jamanxim, aquele do tiroteio.

Dill é outro que reclama das ações dos órgãos ambientais. Conta que depois da fundação do parque, a venda do gado que cria lá dentro ficou ainda mais difícil. Desde 2009, os frigoríficos da região se comprometeram com o Ministério Público a não comprar mais boi com origem em unidades de conservação.

“Quem está impondo essa ilegalidade é o Ministério Público, porque aquela carne não poderia ser ilegal de forma alguma”, diz. E dá seu jeito para que o rebanho não fique estagnado: com naturalidade, ele explica como dribla o monitoramento dos frigoríficos. “Ou eu vendo os bezerros para outros produtores ou tiro o boi de dentro do parque e trago para minha outra propriedade que está do lado de fora”. A prática é caracterizada como lavagem de gado, conforme ((o))eco já noticiou.

Os donos do poder

O vice-prefeito aproveita seu cargo no executivo para levar as demandas dos produtores a outras esferas. Dias antes de receber ((o))eco em Novo Progresso, Dill estava em Brasília, onde se reuniu com deputados e senadores para criticar a atuação dos órgãos ambientais no município. Voltou satisfeito. “Os parlamentares são muito sensíveis à nossa causa”, diz.

Dill é apenas um entre vários representantes do agronegócio local que costumam viajar a Brasília para reivindicar mudanças na legislação em favor do setor.

Das demandas que levam ao Congresso Nacional, a redução de unidades de conservação quase sempre está em pauta.

“Aqui na região, o poder econômico e o poder político estão completamente interligados. E não tem como separar isso dos danos ambientais dentro das UCs”, diz Diego Rodrigues, do ICMBio. “Então é bem difícil, pois em vez de ter parceiros nos órgãos públicos, a gente tem ali pessoas que precisam ser monitoradas.”

O prefeito critica o jogo duro: “Se o governo não olhar com bons olhos para nós, essa região toda vai quebrar. Hoje, quase todas as fazendas do município estão embargadas”, diz Ubiraci. Sua preocupação, porém, parece exagerada diante do cotidiano de impunidade dos crimes ambientais. “As sanções que aplicamos são ignoradas por mais de 90% dos infratores. Eles não pagam as multas e, mesmo com as áreas embargadas, não cessam o dano ambiental”, diz Diego.

Dois anos atrás, a equipe do ICMBio fazia uma incursão na Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo quando se deparou com várias pessoas armadas retirando um caminhão entupido de madeira ilegal. O veículo foi apreendido, e todos encaminhados à polícia. No caminho da delegacia, um dos detidos dava risada. Era riso de impunidade: “Amanhã mesmo o delegado vai estar num churrasquinho lá em casa.”



Área em chamas na Floresta Nacional de Jamanxim. O fogo é usado para destruir a floresta.
Bernardo Camara



Área de desmatamento recente dentro da Floresta Nacional do Jamanxim. Foto: Bernardo Camara



7.

Siga o dinheiro

Negócio algum sobrevive, ou cresce, sem investimento. Para atrair investimentos, empresas têm que se provar lucrativas; afinal, quem investe espera um retorno. E o negócio da carne garante isso. Seguindo uma das regras de ouro do jornalismo, os repórteres que assinam as matérias deste capítulo se debruçaram sobre planilhas e informes financeiros para entender de onde vêm os investimentos que sustentam o desmatamento da Amazônia. E descobriram que esse dinheiro tem as mais diversas origens: de bancos de investimento “verdes”, passando por quem quer um belo “pé de meia” para se aposentar até políticas para alavancar empresas brasileiras internacionalmente.

Amazônia: BNDES não cumpriu seu compromisso contra o desmatamento

Por Piero Locatelli, 18 de dezembro de 2018

Durante mais de uma década, o BNDES concedeu crédito, comprou títulos e participou no capital das grandes empresas abatedoras de gado na Amazônia. Segundo dados do banco, entre 2005 e 2016 foram desembolsados R\$ 31,2 bilhões para o setor de proteína animal. Fortes na Amazônia, os grupos JBS, Bertin e Marfrig receberam R\$ 16,2 bilhões, ou 52% desses recursos. Tal volume e concentração de crédito seguiram a política do BNDES de formar campeões nacionais da indústria. Nesse período, por exemplo, o JBS comprou o Bertin e se expandiu pelo mundo, enquanto sua receita anual subia de R\$ 4 bilhões para R\$ 170 bilhões.

A partir de 2009, investigações do Greenpeace e do MPF mostraram a ligação entre a pecuária e o desmatamento na Amazônia. Ali ficou demonstrado que pastos ocupavam 65% da área total de floresta perdida e que a carne de desmatamento passava por grandes empresas frigoríficas e chegava a supermercados nos maiores centros do país. A partir da prova dessa ligação, Greenpeace e MPF obtiveram, de grandes frigoríficos, acordos para não comprar gado de desmatamento. Em paralelo, o BNDES ensaiou exigir de fazendas e frigoríficos regras ambientais ainda mais duras para fechar operações financeiras. Entretanto, não cumpriu o que prometeu.

“O investimento do banco concentrou o setor para, supostamente, melhorar a qualidade. Esse poder da concentração deveria também ser usado para estimular a sustentabilidade de toda a cadeia, inclusive da fazenda. Como banco público, o BNDES poderia ter liderado o setor bancário para coordenar a solução,” diz Paulo Barreto, pesquisador sênior da ONG Imazon.

Sem rastro

Em 2009, saíram as normas internas do BNDES para evitar fazer operações financeiras com quem derruba a floresta. A principal delas era que, em 2016, todos os animais abatidos deveriam ser rastreados do nascimento até o abate. Cada um receberia um código de identificação, na forma de brinco ou chip, que permitiria o acompanhamento das propriedades pelas quais o animal passou durante toda a sua vida. Caso fosse detectado que parte de sua criação aconteceu em fazendas com desmatamento ilegal, sua comercialização seria impedida.

Em 2018, dois anos após o prazo final, a regra do rastreamento não foi cumprida ou sequer começou a ser implementada.

O BNDES admite que falhou na implementação do rastreamento do gado, mas afirma que foi bem sucedido em aplicar uma segunda norma: não conceder crédito a frigoríficos que comprem gado de fornecedores inclusos na lista de áreas embargadas do Ibama. A regra permite controlar o último elo da cadeia: as fazendas de engorda que vendem diretamente aos frigoríficos.

Ocorre que, por não exigir o rastreamento do gado, não há controle sobre as fazendas indiretas; aquelas onde o gado nasce e faz parte da engorda, e que não vendem para frigoríficos, mas para outras fazendas.

"Na época, a gente tinha um sonho de que isso fosse implementado até 2016. Foi uma aposta, e não aconteceu conforme imaginávamos", relembra Daniela Baccas, chefe do Departamento de Meio Ambiente do BNDES. Ela diz que os problemas não se devem a uma falha do banco, mas a fatores externos. "Não foi uma coisa do banco, ou dos frigoríficos. Em 10 anos, o país não conseguiu chegar a uma conclusão sobre como fazer isso."

O procurador do MPF Daniel Azeredo discorda, e afirma que o banco poderia ter liderado esse processo: "O BNDES não só pode, como deve puxar [o combate ao desmatamento]. Como agente financeiro, o banco tem o poder de estabelecer requisitos."

Para Barreto, não se pode atribuir a responsabilidade de falta de controle ao país: “Os brasileiros não decidiram que queriam financiar a pecuária ou os frigoríficos. Foi uma decisão do governo em parceria com os empresários, e, portanto, eles deveriam ter agido para garantir a sustentabilidade.”

Bancos como vigilantes do desmatamento

Em fevereiro de 2008, a Polícia Federal e o Ibama realizaram as operações Arco de Fogo e a Guardiões da Floresta, ações sem precedentes contra o desmatamento na Amazônia. Entre março e agosto daquele ano, mais de 300 serrarias foram fiscalizadas e 59 pessoas foram presas em municípios críticos da fronteira agropecuária.

Também no início de 2008, para reprimir o desmatamento ilegal pelo lado financeiro, o governo criou a primeira norma para restringir crédito a desmatadores, a Resolução 3.545 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que vale para todos os bancos do país e exige a comprovação da regularidade ambiental de qualquer pecuarista que toma empréstimos na Amazônia. Para conseguir o crédito, o fazendeiro passou a ser obrigado a apresentar documentos como o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) e uma declaração de que não existem embargos de áreas desmatadas ilegalmente na propriedade.

A legislação, porém, limitava-se ao licenciamento ambiental das fazendas. Não havia restrições aos frigoríficos que comprassem gado de áreas desmatadas.

O BNDES cumpriu a Resolução 3.545, mas ela não foi eficiente para coibir o desmatamento. Segundo relatório do Tribunal de Contas da União,¹ “apesar de não terem sido identificadas ilegalidades na concessão de crédito rural, constataram-se incoerências entre políticas de fomento ao setor agropecuário e os programas de combate ao desmatamento da Amazônia”. O documento acrescenta: “Mesmo respeitando as normas ambientais em vigor, investimentos de grande volume com financiamento público a atividades que são vetores de desmatamento, como é o caso da pecuária, podem estimular o avanço da fronteira agropecuária em direção à floresta.”

BNDES só agiu após Greenpeace e MPF

Em 2009, o Greenpeace publicou o relatório “A Farra do Boi na Amazônia”,² mostrando que os frigoríficos mantidos com dinheiro público compravam de fazendas onde havia desmatamento. Com base no documento, o Greenpeace pressionou, e obteve compromissos públicos com, grandes frigoríficos, como JBS, Marfrig e Minerva.

Em paralelo ao relatório do Greenpeace, também em 2009 o MPF do Pará fez suas próprias investigações, e descobriu que os grandes frigoríficos da região compravam gado de áreas desmatadas. Entre eles, estava o JBS, financiado pelo BNDES. A investigação do MPF resultou numa ameaça de processo e da cobrança de multas que somavam dois bilhões de reais. Houve uma negociação e o MPF impôs, primeiro a grandes frigoríficos do Pará, o TAC da Carne, um termo de ajuste de conduta que obrigava os frigoríficos signatários a não comprarem carne de desmatamento. Quase 10 anos depois, os acordos se espalharam pelos estados da Amazônia, e hoje englobam 44 empresas e 84 plantas frigoríficas.

“Em 2009, houve um contexto muito grande da questão de desmatamento associada à cadeia de pecuária bovina amazônica”, lembra Baccas, citando as ações do Greenpeace e do MPF. Assim, não por iniciativa própria, mas para se adequar às mudanças que ocorriam no combate ao desmatamento, o BNDES criou suas normas.

O movimento era inovador, pois era a primeira vez que o BNDES tentava controlar fornecedores dos frigoríficos, seus clientes. Segundo Baccas, no primeiro momento aconteceu uma melhora no monitoramento, com “resultados impressionantes”. Para ela, o controle dos fornecedores diretos dos frigoríficos teve êxito, já que foram excluídos aqueles que constavam da lista de autuações ambientais do Ibama.

O banco, porém, admite que nunca conseguiu chegar ao ponto central desse problema, o gado fornecido de maneira indireta. Para isso, seria necessário exigir o rastreamento do gado.

Segundo Baccas, existe um esforço de frigoríficos, como JBS e Marfrig, e do BNDES para que isso aconteça, mas é impossível sem a criação de bases oficiais que permi-

tam implementar o rastreamento do gado de forma prática. “O que você precisa para a norma pegar? Você precisa ter dado centralizado e de fácil aferição,” diz.

Baccas usa como exemplos a lista suja de empregadores flagrados com trabalho escravo, mantida pelo Ministério do Trabalho, e a de áreas embargadas, do Ibama. “Se você tem uma lista centralizada, eu consigo exigir e fazer cumprir as regras, porque tenho material para isso. Agora, há coisas que não tem como centralizar em uma lista, em um dado oficial. De onde você vai pegar o dado? A auditoria vai auditar de onde?”, questiona.

Principais exigências do BNDES para empréstimos ao setor da pecuária

- Não estar na lista de autuados por crimes ambientais do Ibama;
- Não estar na ‘lista suja’ do trabalho escravo;
- Não ter condenação por invasão de terras indígenas, conflitos agrários e grilagem;
- Rastrear todos os seus animais do nascimento ao abate, a partir de janeiro de 2016.

Estagnado

A mais ambiciosa norma do BNDES não foi aplicada, mas Baccas acredita que a regra de monitoramento dos fornecedores pode ser atualizada. Ela diz que o TAC da Carne, que funciona por princípio similar, foi atualizado diversas vezes desde a sua criação, enquanto a norma do banco ficou estagnada. Entre as atualizações, ela cita incorporar a exigência do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os dados de satélite do Prodes. Entretanto, os primeiros TACs da Carne de 2009, no Pará, assinados entre MPF e frigoríficos, já exigiam o CAR e os dados do Prodes.

No começo de 2017, o Greenpeace apresentou sugestões de melhoria aos padrões do BNDES. A principal delas é incorporar a análise da produtividade de cada fazenda, verificando a quantidade de cabeças de gado produzida por hectare. Isso inibiria a lavagem de gado, pois uma quantidade de cabeça de gado por hectare superior ao normal indicaria que aquela propriedade estaria sendo usada como meio para tornar legal um boi de área embargada. A organização também pediu mais transparência, ao reivindi-

car que o BNDES exija dos frigoríficos tornar públicos os dados de monitoramento das suas fazendas fornecedoras.

Essas melhorias seriam bem-vindas, porém, não incluem a rastreabilidade de cada animal. O próprio Greenpeace estima que 50% do gado abatido passe por fazendas intermediárias, que escapam do monitoramento.

“Você tem outras medidas que podem ser tomadas para monitorar o gado, mas a mais efetiva é, sem dúvida, a rastreabilidade. As outras são paliativas”, diz Azeredo.

“O principal ponto é a rastreabilidade, ela é a medida que seria transformadora e não aconteceu. Teria todo um efeito de mudança na cadeia produtiva”, concorda Barreto.

Baccas aponta que a falta de rastreabilidade não foi um problema do banco, mas uma falha de exigência de todo o mercado. “Será que o BNDES é o único ator para isso? Se ele fizer essa exigência, o cara não vai se financiar em outros lugares?”, diz. “Você tem várias frentes para atuar no desmatamento. Quando você pensa no financiamento, é uma pontinha aqui, uma pontinha de quem procurar o financiamento, de quem se financia com outras coisas.”

Barreto, porém, reforça o potencial de liderança do banco: “Existe uma resistência do setor, do lado dos fazendeiros, para fazer o rastreamento. Mas eles são pragmáticos. Se exigir, fazem.”

Entre 2006 e 2017, anos dos dois últimos censos agropecuários, a área de pasto na Amazônia Legal subiu de 42,4 milhões para 50,6 milhões de hectares. Esse aumento de 8,2 milhões de hectares significa, em média, um acréscimo anual de 747 mil campos de futebol – um hectare equivale a um campo de futebol – de pasto na região. O BNDES foi um ator essencial nessa expansão, ao prover recursos na ordem de bilhões de reais à pecuária, principalmente através dos grandes frigoríficos. Mas se liderou o fomento ao setor, não se pode dizer que o BNDES assumiu o mesmo papel na liderança de exigências para conter o desmatamento, cuja principal causa é justamente a pecuária.

Labirinto de papéis e falta de transparência ocultam investimento em desmatadores

Por Fernanda Wenzel, Naira Hofmeister, Pedro Papini e Juliana Lopes, 26 de abril de 2020

Aos 31 anos, a jornalista Débora Gastal decidiu fazer um pé de meia para ter uma velhice mais confortável. Em 2019, ela se somou aos 13,5 milhões de brasileiros³ que têm uma previdência privada ou complementar – modalidade de investimento em que o banco usa o dinheiro do cliente para apostar no mercado financeiro em busca de lucro. Como trabalha em uma ONG com foco em mudanças climáticas, Gastal não queria financiar empresas de combustíveis fósseis ou outras companhias não comprometidas com o meio ambiente. Mas, sem saber, estava ajudando a capitalizar a indústria petroquímica, fabricantes de celulose e de agrotóxicos.

Ela tentou descobrir onde o Banco do Brasil estava colocando seu dinheiro, mas na agência, o gerente não soube dizer. Procurou, então, essa informação no relatório de investimentos que recebe todos os meses por e-mail. Mas ali também não há menção às empresas nas quais estão aplicadas suas economias, apenas uma lista de fundos com nomes pomposos que as administram – Premium IV, Multi Dividendos I, Estratégia 2035 III, e assim por diante – e o quanto aquela aplicação está rendendo ao cliente.

“Eu queria poder selecionar as empresas em que estou investindo, para apoiar propósitos nos quais acredito. Mas tive que investir no escuro, apostando apenas na rentabilidade”, lamenta a jornalista.

Como Gastal, milhões de brasileiros que aplicam seus rendimentos em fundos podem estar apoiando empresas envolvidas em graves problemas ambientais. “Os fundos, se-

jam de previdência ou de ações, são estruturas intermediárias de investimento. Você está confiando seu dinheiro para um gestor, ou seja, está terceirizando essas decisões. E tradicionalmente os investidores sempre estiveram mais preocupados com o lucro das suas carteiras do que com riscos socioambientais de suas aplicações”, explica Gustavo Pimentel, diretor da SITAWI, uma organização que trabalha para estimular os investimentos em iniciativas com impacto socioambiental positivo.

Se o objetivo do cliente for depositar suas economias em negócios benéficos para o planeta, é bom abrir o olho ao procurar alguma das 67 corretoras de ações e 94 distribuidoras listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). São empresas que apostam em plataformas online amigáveis e pouca burocracia para conquistar o cliente não especializado. Uma de suas missões é orientar quem não entende direito o funcionamento do mercado sobre os melhores ativos nos quais investir – o que incluiria apontar riscos de papéis contaminados com práticas prejudiciais à natureza, conforme determina uma norma do Banco Central do Brasil: “Instituições financeiras nacionais devem estabelecer critérios e mecanismos de avaliação de risco em operações relacionadas a atividades econômicas com maior potencial de causar danos socioambientais.”⁴

Mas, se isso está sendo feito, não chega até a ponta da cadeia onde estão a jornalista Débora Gastal e outros clientes. Exemplo: em dezembro do ano passado, a XP Investimentos, uma das principais corretoras do país, que gerencia R\$ 409 bilhões investidos por 1,7 milhão de pessoas, recomendava aos clientes que comprassem ações da JBS.⁵ “Os resultados da empresa devem continuar fortes com uma demanda pujante nos Estados Unidos [...], crescimento das exportações do Brasil e ambiente favorável para o setor de proteínas devido à peste suína africana na China”. No mesmo mês, o BTG Pactual também colocou a JBS como um “produto destaque” em sua prateleira de investimentos.

Parecem recomendações adequadas para a maior produtora de carne do planeta, que recentemente anunciou o melhor resultado de sua história, obtido no ano de 2019: um lucro recorde de R\$ 6 bilhões.⁶ Mas a JBS é também a empresa mais exposta ao desmatamento no Brasil, segundo um estudo do Imazon.⁷ Com 32 frigoríficos na Amazônia, 21 deles ativos, a área onde estão seus potenciais fornecedores inclui 1,75 milhão de hectares embargados pelo Ibama em razão de crimes ambientais, 1,65 milhão de

hectares de área desmatada entre 2010 e 2015 e outro 1,24 milhão de hectares de floresta com risco preocupante de sofrer derrubadas a partir de 2016, ano em que o trabalho dos pesquisadores se encerrou. No total, a atuação da JBS cobre 4,6 milhões de hectares desmatados ou sob risco de desmatamento, o que representa 1% de toda a extensão da floresta em território brasileiro.

Grupos internacionais cobram responsabilidade

Informações como essa não constam no relatório da XP aos seus clientes, embora sejam relevantes para investidores internacionais. Em setembro de 2019, no auge das queimadas na Amazônia, um grupo de 254 gestores de capital de todo o mundo, cujas carteiras incluem ativos que superam em valor o PIB da China (um total de US\$ 18 trilhões), publicou uma carta na qual manifestou preocupação com “o impacto financeiro que o desmatamento pode ter sobre as empresas investidas, pelo aumento dos riscos reputacionais, operacionais e regulatórios.”

Outro manifesto,⁸ esse assinado por 46 investidores donos de US\$ 6,8 trilhões, endereçava-se especificamente ao setor da carne, e também cobrava a eliminação do desmatamento das cadeias de fornecimento. Ocorre que dois terços de tudo o que é desmatado na Amazônia e no cerrado brasileiros são áreas depois transformadas em pasto.⁹ A cada ano, a Amazônia perde até 580 mil hectares de floresta para a pecuária – quase quatro vezes a cidade de São Paulo –, ainda que já se saiba que não é necessário derrubar nenhuma árvore a mais para manter os ganhos econômicos do setor.¹⁰

Conscientes de que a savanização da Amazônia,¹¹ que virá na esteira de derrubadas descontroladas, afetará o clima planetário – o que “prejudicaria gravemente o setor agrícola e outras atividades econômicas, reduzindo as chuvas e aumentando a temperatura a longo prazo” –, os gestores que assinam a primeira carta alertam que companhias cuja reputação esteja contaminada pelo desmatamento vão “encontrar crescentes dificuldades para acessar os mercados internacionais”, impondo perdas econômicas aos negócios e, em consequência, ao bolso de quem injeta recursos neles.

“O movimento de investidores para incluir fatores socioambientais no processo de decisão começou por questões éticas. Mas com o passar do tempo, eles perceberam que isso reduzia os riscos dos investimentos e, eventualmente, poderia levar a ganhos superiores”, observa Pimentel, que clama por “mais massa crítica no Brasil”: “Precisamos de gente como a Débora Gastal, que questiona os porquês de o dinheiro estar indo para determinada empresa. O que mais se escuta dos gestores é que o investidor não quer saber disso”, lamenta o consultor.

Rastreamento dos grandes financiadores é impossível

O mesmo mecanismo que impede Débora Gastal de acompanhar a trajetória de seu dinheiro até a indústria petroquímica – que ela não apoiaria, se fosse consultada –, funciona para ocultar o apoio de grandes investidores a companhias comprometidas por práticas que agridem o meio ambiente. Mas enquanto a jornalista luta por mais informação, os peixes grandes nessa cadeia se beneficiam da falta de transparência, assegurando lucros sem mostrar a cara.

É verdade que há informação pública disponível no site da CVM. Dois exemplos: a carteira de investimentos dos fundos nos quais o dinheiro de Gastal foi aplicado, e a composição societária das empresas que operam na bolsa de valores. Assim, qualquer cidadão pode constatar que o BNDES detém 21% da JBS.

Mas além de vender ações, as empresas que operam no mercado financeiro têm outras formas de levantar dinheiro, menos rastreáveis, porque não configuram uma participação direta na sociedade. Elas podem emitir títulos da dívida, obter empréstimos corporativos, e vender uma série de outros produtos aos quais o mercado financeiro dá nomes difíceis: debts, bonds, debêntures etc.

Em busca desses investidores ocultos, a organização internacional *Global Witness* publicou um levantamento em setembro de 2019, revelando os principais investidores das três empresas de carne que mais compram gado da Amazônia.¹² O estudo tem nome sugestivo, “Money to Burn” (“Dinheiro para queimar”), e sua pretensão é indicar “como bancos e investidores financiam a destruição das maiores florestas tropicais do mun-

do", incluindo a Amazônia. O documento mostra que, além do BNDES, a JBS conta com aportes financeiros do *American Capital Group*, da gestora de capitais *BlackRock* e do *Deutsche Bank*, o maior banco da Alemanha.

A Marfrig (a 5ª mais exposta ao desmatamento, segundo o estudo do Imazon) tem entre seus maiores investidores o Santander e a empresa norte-americana *Brandes Investment Partners*.

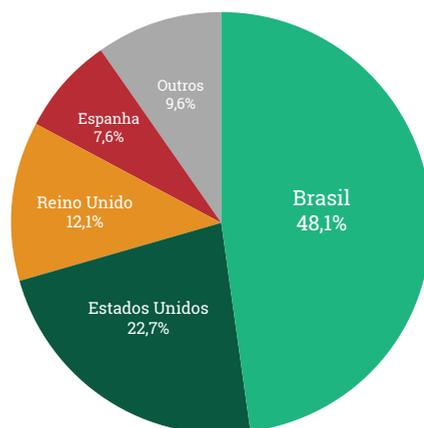
A Minerva, por sua vez, recebeu quase meio bilhão de dólares em crédito do *Bank of America* entre 2013 e 2019. E embora publicamente se proponha a combater a pobreza no mundo e a fomentar soluções sustentáveis, o Banco Mundial concedeu um empréstimo de US\$ 62,5 milhões para a companhia, que é a 10ª no ranking de risco de desmatamento na Amazônia.

Ao todo, os três frigoríficos que operam na floresta receberam mais de US\$ 18 bilhões em financiamentos entre 2013 e 2019 através de produtos financeiros, conforme análise dos dados brutos da *Global Witness*. O valor foi levantado junto a 255 investidores, provenientes de 26 países. A maioria absoluta desse dinheiro é nacional (48,1%), mas os Estados Unidos têm 22,7% de participação na bolada e o Reino Unido, 12,1%. A Espanha, representada unicamente pelo Santander, ocupa a quarta posição, com 7,6% do total de investimentos.

Investimentos por país

País de origem das empresas que investiram na JBS, Minerva e Marfrig entre 2013 e 2019

Fonte: *Global Witness*.



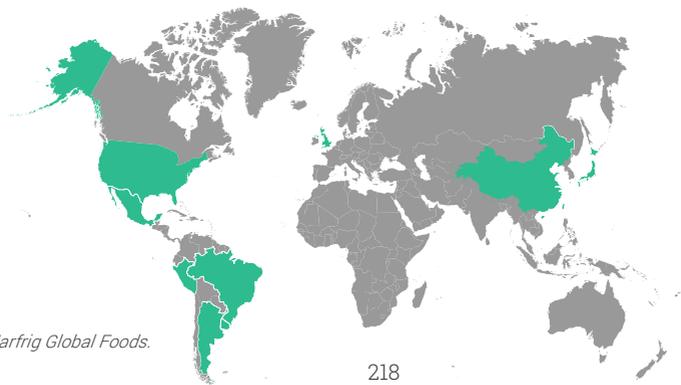
Apesar de revelador, o levantamento da *Global Witness* não conseguiu ir tão a fundo quanto gostaria. Mais uma vez, o problema é a falta de transparência. Chris Moye, investigador florestal da organização, explica que só é possível rastrear os recursos das empresas de capital aberto, que negociam suas ações na bolsa de valores brasileira. É esse o caso da JBS, Marfrig e Minerva.

Mas cada uma dessas companhias possui subsidiárias tanto no Brasil como no exterior – são empresas que elas controlam direta ou indiretamente, e que contribuem para seu negócio, mas que têm um CNPJ diferente. O problema é que muitas delas não vendem ações na bolsa, e portanto, não estão sujeitas aos controles de transparência sobre suas movimentações financeiras, como acontece com os CNPJs principais. “Os dados das subsidiárias são impossíveis de achar, é um mundo escuro que ninguém está conseguindo investigar. Sem falar que todas estas empresas usam paraísos fiscais, o que dificulta ainda mais a investigação. Só o fato de terem contas em paraísos fiscais indica que eles estão tentando esconder algo”, salienta Moye.

A Minerva, por exemplo, tem cinco controladas no Brasil e 27 no exterior: três servem unicamente para captação de recursos financeiros e estão localizadas em paraísos fiscais – países onde os bancos não precisam identificar as pessoas e empresas por trás das transações financeiras. No total, são 32 empresas que fazem parte do negócio principal, mas nenhuma delas está sujeita aos controles do mercado de ações, pois todas têm capital fechado.

Marfrig ao redor do mundo

Mapa com a localização das subsidiárias da Marfrig no planeta. Há também uma empresa registrada nas Ilhas Cayman, que não aparece no mapa.



Fonte: *Marfrig Global Foods*.

A situação é ainda mais complexa no setor de varejo, que compra e vende essa carne para os consumidores. O Grupo Pão de Açúcar, por exemplo, possui nada menos do que 67 controladas e 27 empresas associadas – desse total, apenas duas são de capital aberto e, portanto, podem ser examinadas a fundo.

Tanto as grandes indústrias da carne – JBS, Marfrig, Minerva –, como as maiores redes de varejo – Pão de Açúcar, Walmart e Carrefour – vêm assinando pactos para assegurar a venda ao consumidor de carne livre de desmatamento ilegal. No caso dos frigoríficos, os principais são o Compromisso Público da Pecuária na Amazônia (uma iniciativa do Greenpeace, que depois abandonou o acordo) e o Termo de Ajustamento de Conduta formulado pelo Ministério Público Federal (MPF), que ficou conhecido como TAC da Carne. Mas em novembro do ano passado, quando o acordo completou 10 anos, o Procurador da República Daniel Azeredo foi categórico ao divulgar as novas auditorias do TAC: “Nenhuma empresa hoje que compra da Amazônia pode dizer que não tem gado vindo de desmatamento em sua atividade produtiva (...) Nenhuma empresa frigorífica e nenhum supermercado também.”

Cultura do lucro se sobrepõe ao cuidado com meio ambiente

Pequenos poupadores são facilmente ignorados pelos gestores dos bancos. Mas os grandes investidores têm o poder de mudar as práticas do mercado financeiro. Bancos e corretoras de ações têm por hábito desenvolver produtos e políticas específicos para atender aos propósitos daqueles que possuem mais de R\$ 10 milhões para aplicar – no Brasil, apenas 0,23% de quem declara Imposto de Renda tem patrimônio próximo ou superior a essa faixa de valor.¹³ “Este é o número mágico, a partir do qual o investidor ganha um atendimento diferenciado”, anota Gustavo Pimentel, diretor da SITAWI.

Mas na prática, a maioria dos pesos pesados está topando, por enquanto, financiar o desmatamento em troca de uma boa taxa de rendimentos.

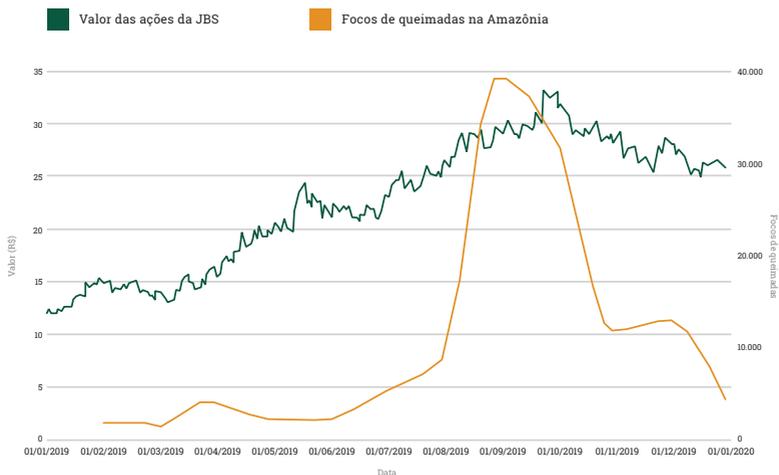
Entre julho e setembro de 2019, as queimadas na Amazônia Legal bateram recordes, chegando a 39.176 focos de incêndio em agosto, segundo dados do Inpe. Em dezembro, jornalistas investigativos mostraram, com base em dados do Imazon, que 70% dos

alertas de incêndio emitidos pela Nasa nesse período estavam nas áreas de compra dos frigoríficos¹⁴ – apesar de essa área cobrir menos da metade do território.

Dos 554 mil alertas, 250 mil (45%) ocorreram nas áreas de compra da JBS, 80 mil (14%) nas áreas de compra da Marfrig e 66 mil (12%) nas áreas de compra da Minerva. Mesmo assim, as ações da JBS seguiram em alta, chegando a R\$ 33,2, o valor mais alto desde setembro de 2015.¹⁵

“A maioria das empresas de carne se valorizou durante a crise das queimadas, porque com a gripe suína na China e a guerra comercial entre China e EUA, os investidores sabiam que a demanda pela carne brasileira iria crescer”, aponta Cole Martin, analista da *Fitch Solutions*. A empresa produz relatórios e previsões sobre diversos setores da economia, que auxiliam na tomada de decisão de clientes como empresários, investidores, bancos e governos.

Valor das ações da JBS x Focos de queimadas na Amazônia



Fonte: B3, INPE.

“No mercado financeiro existe uma palavra mágica que é materialidade. Não adianta eu falar para o gestor do investimento sobre a floresta, o meio ambiente. Ele quer saber quantos bilhões vai perder com isso”, complementa Paulo Barreto, pesquisador-sênior do Imazon e observador atento do perfil de investimentos na cadeia da pecuária.

Já há notícias de instituições internacionais deixando de investir nas empresas de carne brasileiras.¹⁶ Mas isso não ocorre porque elas estejam envolvidas com o desmatamento, e sim, com a corrupção. No caso da JBS, a materialidade do prejuízo em função da corrupção é clara. Em 2017, a empresa se comprometeu a pagar R\$ 10,3 bilhões em um acordo de leniência na operação Lava Jato.¹⁷ Isso levou um grupo de acionistas da empresa a entrar na justiça contra a companhia, reclamando danos de R\$ 1,4 bilhão em função dos escândalos envolvendo a classe política brasileira.¹⁸

Esse movimento leva Barreto a crer que, caso o MPF tivesse multado a JBS em 2018, quando a empresa teve 19% de irregularidades na auditoria do TAC da Carne, o desmatamento geraria um prejuízo palpável, e poderia espantar investidores. Na época, o órgão preferiu não aplicar as sanções previstas no acordo judicial.

Um cenário mais favorável à penalização dos desmatadores começou a se desenhar também a partir da crise das queimadas de 2019, que foi usada por países europeus como argumento para um eventual boicote ao acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. Fechado pelos poderes executivos dos países em junho do ano passado, o tratado ainda tem que ser aprovado pelos parlamentares dos países envolvidos. “Se o governo não conseguir lutar contra o desmatamento ilegal e reduzi-lo às taxas de 2017, acho que não tem nenhuma chance de ratificar [o acordo] na Alemanha”, disse, em março de 2020, o então embaixador da Alemanha no Brasil, Georg Witschel.¹⁹

Além disso, diversos veículos de imprensa – inclusive internacionais – começaram a fazer a conexão entre o desmatamento e a indústria da carne, apontando seus financiadores. “Um dos elementos da materialidade é a reputação, que é relevante porque pode fazer as pessoas pararem de comprar daquela empresa e os agentes financeiros pararem de investir, ou ao menos emprestarem dinheiro a juros mais altos. Mas este movimento ainda está muito atrasado. As coisas não estão andando como deveriam”, conclui Barreto.

Por aposentadoria, médicos e professores estrangeiros alimentam destruição da Amazônia

Por Fernanda Wenzel, Naira Hofmeister e Pedro Papini, 8 de dezembro de 2020

O sonho de uma aposentadoria confortável na Holanda ou no Japão está colocando em risco a Amazônia. Três fundos de pensão desses países investem R\$ 3 bilhões nos maiores frigoríficos brasileiros que operam na região. O valor é superior ao orçamento do Ministério do Meio Ambiente previsto para 2021, que sofreu cortes e ficou em R\$ 2,9 bilhões.²⁰

A conta, na verdade, é muito maior, mas é impossível de ser calculada porque são muito poucos os fundos de pensão que abrem suas carteiras de investimento ao escrutínio público. “É um setor em que há um grande buraco negro. Na maior parte do mundo, você não sabe onde o dinheiro da sua aposentadoria está sendo investido”, explica Ward Warmerdam, pesquisador-sênior da Profundo, uma ONG holandesa dedicada à sustentabilidade.

Instituições que poupam para que servidores públicos e profissionais liberais possam envelhecer com dignidade, os fundos de pensão são considerados os pesos-pesados do mercado financeiro porque controlam e determinam o destino de recursos de uma grande quantidade de pessoas. “Entre os investidores institucionais [que administram recursos de terceiros], eles são os maiores”, diz Cole Martin, analista da *Fitch Solutions*, empresa que oferece consultoria econômica para empresas, governos e investidores.

De fato, a soma dos aportes dos três fundos verificados pelo ((o))eco à JBS, Marfrig e Minerva é superior ao volume destinado aos frigoríficos pela maior gestora de ativos do mundo, a *BlackRock*, que aplica R\$ 2,2 bilhões em papéis das empresas²¹ – res-

pectivamente a 1ª, a 5ª e a 10ª indústrias da carne com maior risco de desmatamento segundo um estudo do Imazon.²²

O levantamento do ((o))eco tem como base os fundos de pensão analisados pela *Forests and Finance*, uma coalizão de ONGs que investiga financiamentos associados à destruição de florestas tropicais. Enquanto as ONGs contabilizaram apenas a parte dos recursos proporcional à produção de carne bovina, ((o))eco atualizou os dados considerando o volume total de investimentos dos três fundos de pensão que mais aportam recursos na indústria da carne no Brasil. Grande parte desse dinheiro é aplicado na compra de ações ou de títulos de dívida da JBS, Marfrig e Minerva – papéis que valorizam quando há maior procura, o que contribuiu para o lucro geral das companhias.

Fundos de pensão que mais investem em JBS, Marfrig e Minerva

Dois dos três campeões de financiamentos aos frigoríficos são dos Países Baixos (Holanda)

Algemeen Burgerlijk Pensioenfonds (ABP) - Países Baixos

R\$ 1.187.436.250,00

Pensioenfonds Zorg en Welzijn (PFZW) - Países Baixos

R\$ 1.007.610.275,21

Government Pension Investment Fund (GPIF) - Japão

R\$ 880.248.357,28

Fontes: ABP, GPIF, PFZW. Valores convertidos pela cotação de 27 de novembro de 2020. Baseado em dados da *Forests and Finance* atualizados pelo ((o))eco.

Os maiores investidores em frigoríficos através de fundos de pensão (países)

Quase 80% do valor financiado vem dos Países Baixos (Holanda)

Países Baixos

R\$ 1.357.437.603,20

Japão

R\$ 194.530.507,20

Brasil

R\$ 82.558.728,00

EUA

R\$ 47.080.137,60

Canadá

R\$ 30.776.995,20

Fonte: *Forests and Finance*. Lista de fundos de pensão considerados. Valores convertidos pela cotação de 27 de novembro de 2020. Os dados do Canadá incluem o investimento de R\$ 25,3 milhões na JBS pelo CDPQ, pois tem por base o levantamento da F&F. Em novembro, o CDPQ afirmou ao ((o))eco que não possui mais investimentos na JBS.

O campeão entre os fundos de pensão é o *Algemeen Burgerlijk Pensioenfonds* (ABP), que garante a aposentadoria de servidores públicos e de professores da Holanda, do ensino básico ao superior. “Uma em cada seis pessoas nos Países Baixos (nome oficial da Holanda) vai receber uma aposentadoria da ABP agora ou no futuro”, informa a organização em seu site.²³ O montante dos aportes alcança R\$ 1,2 bilhão (US\$ 220 milhões), valor totalmente destinado à JBS, mas também alocado em papéis da Marfrig e da Minerva. Todas as conversões monetárias desta reportagem foram feitas com base nas cotações do dia 27 de novembro de 2020.

Os japoneses aparecem na segunda colocação: são R\$ 1 bilhão (US\$ 188 milhões) aplicados pelo *Government Pension Investment Fund* (GPIF), que administra aposentadorias de trabalhadores dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Bem-Estar japoneses. A maior parte do valor, novamente, vai para a JBS: R\$ 936 milhões.

O top-3 dos fundos que mais investem na indústria da carne brasileira se completa com outro holandês: o *Pensioenfonds Zorg en Welzijn* (PFZW), que paga as aposentadorias dos trabalhadores das áreas social e da saúde, aporta R\$ 880 milhões (US\$ 163 milhões) divididos entre JBS, Marfrig e Minerva.

Os Países Baixos são uma das nações que mais criticam a escalada do desmatamento na Amazônia brasileira, a ponto de seu parlamento ter aprovado uma moção contra o acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul – que está em risco justamente pela desastrosa política ambiental do governo Bolsonaro.²⁴

Contraditoriamente, esse é o país cujos fundos de pensão investem o maior volume rastreável de recursos no setor responsável por cerca de 80% do desmatamento da floresta.²⁵ De acordo com a *Forests and Finance*, 79% do valor dirigido à JBS, Marfrig e Minerva pelos fundos de pensão vem dos Países Baixos. O Japão aparece na segunda colocação, e os fundos de pensão brasileiros, na terceira.

Um problema que bate na porta dos brasileiros

No Brasil, 300 fundos de pensão administram um total de R\$ 981 bilhões – o equivalente a 13% do PIB do país em 2019.²⁶ Os maiores são ligados às grandes estatais brasi-

leiras: Banco do Brasil (Previ), Petrobras (Petros) e Caixa Econômica Federal (Funcef).

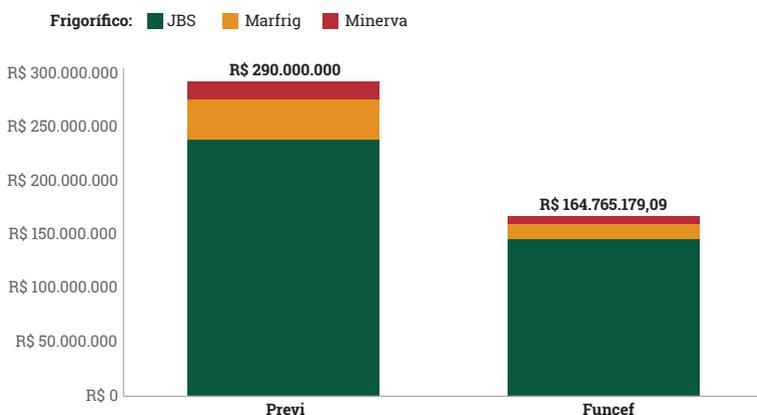
Apenas uma pequena parte desse recurso é utilizado na compra de papéis dos frigoríficos que abatem gado proveniente de áreas desmatadas na Amazônia. Isso não se deve à atenção ou consciência dos gestores nacionais, mas à conjuntura econômica brasileira.

Segundo a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que dá as cartas nesse mercado, mais de 60% dos recursos dos fundos de pensão brasileiros estão alocados em títulos da dívida pública federal. É uma operação de baixo risco, com pouca possibilidade de calote. “O governo sempre vai poder emitir moeda para pagar as suas obrigações”, explica o economista Norberto Montani Martins, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A Previ informou à reportagem que possui aportes de R\$ 290 milhões distribuídos entre JBS, Marfrig e Minerva. Depois vem a Funcef, com R\$ 165 milhões. Quase a totalidade desse valor – R\$ 145 milhões – está em ações da JBS.²⁷

Investimento direto de fundos de pensão brasileiros

Previ é o maior fundo de pensão brasileiro. Petros, o segundo maior, não investe diretamente em frigoríficos.



Fontes: Funcef, Previ.

A Petros possui apenas investimentos indiretos nos frigoríficos – quando o recurso das aposentadorias é entregue a outro fundo, que por sua vez investe em um conjunto de empresas.

Mas a situação pode mudar em breve. A redução progressiva da taxa de juros no Brasil desde 2017 está empurrando as instituições para investimentos de maior risco.

“Os juros internacionais sempre foram mais baixos e por isso os fundos de pensão de outros países investiram muito mais em ações e em ativos reais da economia do que em títulos de renda fixa, soberanos ou do poder público. Quando a taxa de juros cai no Brasil, começa a ficar mais difícil para os fundos nacionais baterem suas metas só investindo em renda fixa. E eles começam a se movimentar, investir mais em ações, imóveis, fundos imobiliários, fundos de participação, private equity”, explica Gustavo Pimentel, diretor da Sitawi, entidade que promove o investimento responsável no Brasil.

A Previ já se movimentou. Segundo Marcelo Wagner, diretor de Investimentos da instituição, embora a entidade tenha um perfil mais diversificado de seus investimentos “há décadas” – sendo o único dos três grandes fundos de pensão que investe mais em renda variável do que fixa – a mudança no perfil dos juros brasileiros trará impacto. “Haverá um movimento natural de substituição de títulos de renda fixa para outras classes de ativos, como ações, imóveis e aplicações no exterior. Mesmo para nós, essa diversificação se intensificará”, admite, acrescentando que é um processo que pode levar anos.

A mudança no perfil de operações dos fundos de pensão brasileiros aumenta o risco ambiental destes investimentos, que tendem cada vez mais a alimentar a indústria da carne. Isso porque estas indústrias estão incluídas em diversos índices, que são os guias formulados pelo mercado de capitais para orientar investimentos. JBS, Marfrig e Minerva fazem parte do Ibovespa, índice que é a principal referência para os investidores. Nem os índices “verdes” escapam da indústria da carne: os três frigoríficos recebem milhões em investimento por estarem listados em índices de Carbono Eficiente e de Sustentabilidade da B3, a bolsa de valores brasileira.²⁸

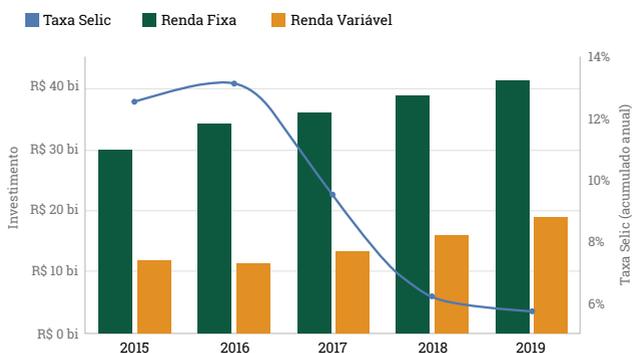
A legislação brasileira, por sua vez, não é suficientemente clara ao exigir que os fundos de pensão considerem aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) nas

suas decisões de investimento. Formulada em 2018, a resolução nº 4.661 determina que entidades devem considerar esses riscos “sempre que possível”.²⁹ Até houve uma tentativa de consertar a lei poucos meses depois com a instrução nº 6, mas ainda há brechas para que critérios ASG sejam ignorados.³⁰

“A lei está um pouco mais explícita e tem empurrado os fundos para essa análise de risco ASG. Alguns já despertaram para esse novo cenário, mas outros vão ficar justificando que não era possível”, acredita Pimentel.

Funcef - evolução do investimento em renda fixa e variável

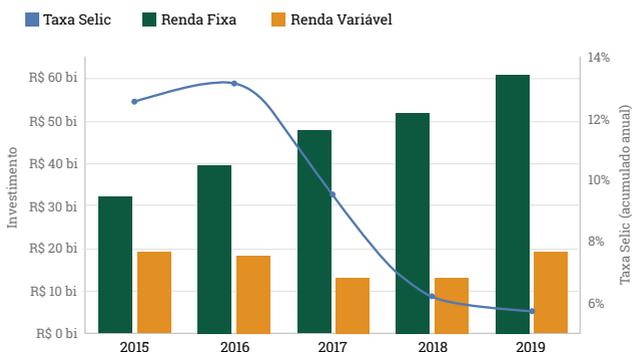
Acumulado anual da taxa Selic caiu de 12,54% em 2015 para 5,79% em 2019



Fontes: Relatórios anuais da Previ, Receita Federal.

Petros - evolução do investimento em renda fixa e variável

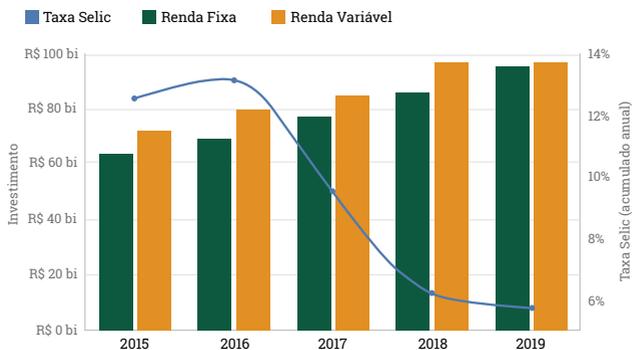
Acumulado anual da taxa Selic caiu de 12,54% em 2015 para 5,79% em 2019



Fontes: Relatórios anuais da Previ, Receita Federal.

Previ - evolução do investimento em renda fixa e variável

Acumulado anual da taxa Selic caiu de 12,54% em 2015 para 5,79% em 2019



Fontes: Relatórios anuais da Previ, Receita Federal.

Holandeses não incluem desmatamento entre preocupações

Diferentemente do Brasil, o mercado de capitais da Holanda possui critérios bastante avançados de medição dos impactos socioambientais de seus investimentos. “Os fundos de pensão líderes em ASG mais destacados do mundo são da Holanda, da França, dos países nórdicos, da Califórnia”, observa Gustavo Pimentel, diretor da Sitawi, entidade que promove o investimento responsável no Brasil.

A consciência ambiental dos holandeses também é mundialmente conhecida: a nação é referência pelo uso de bicicletas para o transporte individual, e está em segundo lugar no ranking *The Good Country*,³¹ que mede o quanto um país contribui para o resto do mundo.

Entretanto, mesmo na Holanda, o desmatamento fica em segundo plano quando o assunto é aquecimento global.

O ABP, por exemplo, reduziu a pegada de carbono de seu portfólio em 37% desde 2015. “A sustentabilidade não é opcional para o ABP: realmente queremos contribuir para um mundo onde é prazeroso viver”, afirma a entidade, que paga a aposentadoria de servidores públicos e de professores da Holanda. Ao mesmo tempo, o fundo é o campeão de investimentos na JBS, Marfrig e Minerva – um contrassenso diante da contribuição do setor para a emissão de gases do efeito estufa.

Em todo o mundo, a pecuária responde por cerca de 9% das emissões de gases do efeito estufa.³² No Brasil, esse número sobe para 19%³³ – e pode chegar a 45% se forem incluídas na conta as emissões decorrentes do desmatamento. A ABP reconhece que “o desmatamento acarreta riscos financeiros para as empresas de alimento nas quais investimos”, mas não faz referência à indústria da carne ou à pecuária – o maior perigo para a Amazônia – em seu último relatório de investimento responsável.³⁴

Situação semelhante é observada na política de investimentos do PFZW³⁵ – terceiro no ranking dos fundos de pensão que investem na indústria da carne. O consultor sênior de Investimento Responsável da instituição, Piet Klop, explica que o fundo prioriza a redução de CO² nos três setores com maior exposição no seu portfólio – e nenhum deles inclui a pecuária brasileira.

“Ainda não está muito claro o link entre desmatamento e risco climático. Quando a gente fala aos investidores que eles vão perder dinheiro no médio prazo com petróleo e combustíveis fósseis, porque esses ativos vão se tornar encalháveis, eles sabem exatamente de qual ativo financeiro estamos falando. Com o desmatamento, é muito mais difuso”, avaliou Natalie Unterstell em entrevista ao ((o))eco em junho deste ano.³⁶ Unterstell é administradora pública e diretora da Talanoa, organização que produz estudos e projetos para mitigação de riscos climáticos.

Estratégia é pressionar sem retirar aportes

O ABP reconhece que a indústria da carne não está explicitada em sua política de investimentos, mas revela que faz “contatos regulares com a JBS e outras empresas para pressionar por políticas antidesmatamento, incluindo o mapeamento da cadeia de fornecedores”. “Isso nos permite exercer pressão e realmente mudar alguma coisa. Se vendemos as ações, outro investidor, talvez menos sustentável, poderá comprar esses ativos e tudo vai ficar igual”, explica a organização.

A estratégia, chamada de “engajamento” pelos investidores, também é utilizada pelo PFZW. “O progresso é lento, mas ao menos está indo na direção correta. Não vemos uma alternativa efetiva para influenciar as empresas a fazer melhor. A ex-

clusão apenas acabará com o pequeno poder de influência que possamos ter”, complementa Piet Klop.

Foi graças a pressões semelhantes que JBS e Marfrig anunciaram o compromisso de rastrear toda a sua cadeia de fornecedores até 2025.³⁷ A Minerva começou um projeto-piloto de avaliação de riscos relacionados aos fornecedores indiretos. Eles são o maior gargalo ambiental dos frigoríficos, que garantem a conformidade apenas da última fazenda por onde o gado passou antes de ser abatido. Porém, para cada fornecedor direto existem de cinco a 10 indiretos – que são pontos cegos nos sistemas de fiscalização ambiental. As três multinacionais já haviam prometido o rastreamento completo da cadeia em 2009. Onze anos depois, além de admitirem que não cumpriram a promessa, JBS e Marfrig estão concedendo a si próprias mais cinco anos de prazo para resolver o problema, e a Minerva sequer estabeleceu um prazo.

A convicção de que vender as ações das empresas problemáticas não é a solução é compartilhada por Marcelo Seraphim, chefe do *Principles for Responsible Investment* (PRI)³⁸ no Brasil, uma iniciativa de investidores comprometidos com a sustentabilidade socioambiental. “O investidor responsável pode comprar produtos que agridem o meio ambiente, contanto que ele faça o engajamento com a empresa para diminuir a externalidade negativa. E os investidores holandeses são muito ativos no sentido de pressionar as empresas para melhorar a sua performance.”

Mas há exceções a esta conduta. A gestora de investimentos norueguesa Nordea decidiu vender R\$ 240 milhões em ações da JBS por causa da associação da empresa como desmatamento.³⁹ Em 2018, o fundo de pensão do governo da Noruega já havia excluído as ações da JBS devido aos riscos relacionados à corrupção.⁴⁰ Em agosto de 2020, a mesma organização excluiu os ativos da Eletrobras e da Vale, em função dos impactos sociais e ambientais provocados pela Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e pelos desastres de Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais.⁴¹

Entre os fundos de pensão, quem também seguiu esse caminho foi o *Caisse de dépôt et placement du Québec* (CDPQ),⁴² que paga a aposentadoria de mais de dois milhões de moradores de Québec. Em dezembro de 2018, a instituição tinha R\$ 25,3 milhões

em ações da JBS, segundo o levantamento da *Forest and Finance*. Hoje, o fundo diz que não tem mais nenhum centavo investido na empresa brasileira. A explicação do CDPQ, enviada ao ((o))eco, é sucinta: "As mudanças climáticas estão integradas em todo o processo de decisão do CDPQ. Após uma análise cuidadosa, concluímos que a JBS não é uma companhia da qual queremos ser acionistas."

Mudanças climáticas são perigo a longo prazo

Além de questões éticas ou reputacionais, investir em empresas que comprometem o meio ambiente traz riscos financeiros reais. A crise climática já está alterando os ciclos da natureza e terá impacto concreto em áreas como o agronegócio – justamente onde estão JBS, Marfrig e Minerva. Se as empresas não souberem se adaptar com agilidade, terão prejuízos.⁴³

O transtorno não deveria ser ignorado por fundos de pensão, cujos planejamentos miram 20, 30 ou 40 anos adiante. "O fundo de pensão seria o maior interessado em considerar questões ASG na sua gestão, porque quando falamos de ASG estamos falando de longo prazo", lembra Seraphim.

Para o analista Cole Martin, os fundos de pensão – especialmente os europeus – estão atentos a esse risco, mas são muito lentos para colocá-los em prática. Ele cita uma pesquisa que analisou 927 investidores institucionais em 12 países e mostrou que 88% dos fundos de pensão fazem menção a questões ASG em suas políticas de investimento.⁴⁴ Menos de um em cada 10 fundos, no entanto, criou um setor específico para atuar com investimento responsável.

Para o analista, um dos motivos para esse descompasso entre o discurso e a prática é o perfil conservador dos clientes dos fundos de pensão. "Se um jovem perder seu dinheiro em um investimento, tem o resto da vida para recuperá-lo. Suas despesas fixas também são muito mais baixas do que as dos beneficiários dos fundos de pensão, que costumam ser pessoas mais velhas, aposentadas, que têm obrigações com a família, financiamento de imóveis e, possivelmente, gastos médicos. Por isso, estes investidores são menos receptivos a grandes mudanças nas estratégias de investimentos de seus fundos de pensão."

Além da pressão para não dar passos em falso, a própria estrutura dos fundos de pensão dificulta o processo de incorporação de critérios ambientais. “São estruturas grandes, muito burocráticas, que levam muito tempo para fazerem qualquer mudança”, resume Martin.

Essa postura pragmática fica evidente na resposta de Piet Klop, do holandês PFZW. “Trabalhamos para que o fundo de pensão atinja seu objetivo primário: pagar aposentadorias. Apesar de tentarmos entregar estas aposentadorias com o mínimo impacto negativo (ASG), não podemos administrar nossos ativos apenas para resolver os problemas do mundo (ou do Brasil).”

Paradoxalmente, essa baixa tolerância a risco pode custar caro aos pensionistas – não só pelo perfil de longo prazo, mas também pelo tamanho dos investimentos. “Se você é grande e encontra em seu portfólio algum ativo com risco ASG e quer se desfazer dele, demora. Você não faz isso de um dia para o outro. Quanto maior você é, mais exposto você fica a riscos de mercado em geral, incluindo os riscos ASG”, explica Pimentel.

Muito discurso, pouca prática: empresas “verdes” financiam indústria da carne na Amazônia

Por Fernanda Wenzel, Naira Hofmeister, Pedro Papini e Juliana Lopes, 17 de maio de 2020

Em dezembro de 2015, após quatro anos de negociação, 195 países decidiram se unir para frear o aquecimento global. Eles assinaram o Acordo de Paris, em que se comprometeram a tomar medidas para conter o aumento da temperatura do planeta em até 2°C acima dos níveis pré-industriais. Cada nação definiu as próprias metas para atingir esse objetivo. A União Europeia (UE) se prontificou a diminuir em 40% a contaminação da atmosfera com gás carbônico, enquanto o Brasil prometeu chegar a 43% de redução nas emissões de gases de efeito estufa até 2030. Para isso, será preciso zerar o desmatamento ilegal e ainda recuperar 12 milhões de hectares de florestas já derrubadas.

Mas enquanto o governo do presidente Jair Bolsonaro ameaçou sair do Acordo⁴⁵ e a Amazônia registrou em 2019 a maior taxa de desmatamento em 10 anos,⁴⁶ a Europa já começou a se mexer – tendo como uma das principais linhas de ação o mercado financeiro. “O setor financeiro tem um papel-chave para atingir estes objetivos, já que grandes quantidades de capital privado terão de ser direcionados aos investimentos sustentáveis”, afirmou o bloco europeu.⁴⁷

A certeza vem da compreensão, cada vez mais consensual, de que nenhum esforço será suficiente para conter as mudanças climáticas se os donos do dinheiro continuarem alimentando setores que emitem toneladas de CO². É o caso das empresas de carne bovina que atuam na Amazônia e que são financiadas por grandes instituições europeias como *Deutsche Bank*, HSBC, Santander e *Credit Suisse*. Em 2018, a pecuária foi responsável por 19% das emissões de CO² do Brasil.⁴⁸ Se a conta incluir o desmatamento na Amazônia, onde dois terços das derrubadas são para abertura

de pasto, o setor se torna responsável por até 45% da contaminação atmosférica nacional no período.

Para orientar os investidores na transição para uma economia de baixo carbono, a Comissão Europeia lançou, em março de 2020, o *EU Taxonomy*, um guia que classifica os setores econômicos segundo seu impacto ambiental e cria uma régua padrão para comparar a sustentabilidade de cada um. "Ao classificar as empresas, a taxonomia vai permitir que o investidor saiba o quanto aquele negócio está contribuindo para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. É uma ferramenta sofisticada, que vai muito além do que qualquer outro país já fez. É absolutamente poderoso", elogia Natalie Unterstell, administradora pública e diretora da Talanoa, organização que produz estudos e projetos para mitigação de riscos climáticos.

A partir de dezembro de 2021, as instituições financeiras e grandes corporações europeias terão que incluir esse indicador verde ao divulgarem onde estão investindo seus recursos. Desde 2018, já há obrigatoriedade para as empresas de informar nos relatórios anuais sua conduta em relação à proteção ambiental, responsabilidade social, diversidade de seus conselhos de administração, respeito aos direitos humanos e medidas anticorrupção.

Para o Brasil, o cerco europeu sobre quem desrespeita o meio ambiente pode ter consequências práticas: o acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, debatido por mais de duas décadas e finalmente fechado em 2019, pode vir abaixo pela omissão do governo Bolsonaro no combate ao desmatamento. Neste tratado, há um capítulo inteiro dedicado ao desenvolvimento sustentável, que obriga os signatários a cumprirem o Acordo de Paris e os proíbe de enfraquecer seus níveis de proteção ambiental, revogar leis ambientais ou deixar de aplicá-las de forma reiterada. Um sinal de que o Brasil deveria levar a sério as advertências de autoridades europeias é um pacto semelhante firmado entre o bloco e o pequeno Vietnã: o texto só foi aprovado pela assembleia da UE depois que o governo vietnamita se comprometeu a fortalecer os direitos trabalhistas no país.

Terra com lei, mas sem penalização

Do lado de cá do oceano Atlântico, o compromisso com negócios e investimentos socioambientalmente corretos ainda é uma quimera. “O Brasil está a reboque do resto do mundo. Infelizmente, não estamos criando regras aqui”, lamenta Unterstell, que, antes de fundar a Talanoa, coordenou o mais ambicioso estudo de cenários e alternativas de adaptação à mudança climática no país – o Brasil 2040, lançado em 2015 pela presidência da República.⁴⁹

Desde 2014, empresas que operam na bolsa de valores brasileira são obrigadas a incluir informações ASG (compromissos ambientais, sociais e de governança) no formulário de referência que entregam anualmente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e que auxilia os investidores nas suas tomadas de decisão.⁵⁰ Mas na prática, os dados são vagos.

Em 2019, por exemplo, a JBS dedicou dois parágrafos em 650 páginas para informar que as mudanças climáticas podem “ter um efeito material adverso sobre resultados operacionais, situação financeira e de liquidez”.⁵¹ Apesar disso, o documento não relaciona a atividade principal da empresa, que em 2017 tinha 32 frigoríficos na Amazônia, com o risco de desmatamento e suas consequências para o controle da temperatura do planeta. A única referência ao problema aparece no capítulo “ações judiciais”, quando dá notícia do TAC da Carne, um acordo firmado com o MPF em que a empresa se compromete a não comprar gado de desmatamento ilegal. A empresa anota que “não há chance de perdas” financeiras em decorrência do TAC, embora o procurador da República Daniel Azeredo afirme que o expediente não tem sido suficiente para impedir que os grandes frigoríficos abatam animais provenientes de áreas desmatadas.

O Banco Central do Brasil (BC), que regulamenta o sistema financeiro nacional, também publicou resoluções que obrigam bancos e instituições financeiras a considerarem aspectos ambientais em suas operações. A mais antiga, de 2008,⁵² condiciona a concessão de empréstimos a fazendeiros na Amazônia à entrega de documentação que comprove a regularidade ambiental das propriedades.

Mas a norma não pegou. Segundo a assessoria de imprensa do BC, jamais uma instituição financeira foi sancionada por descumprir a resolução. A única vez que um banco foi responsabilizado no Brasil por financiar o desmatamento foi em 2016, quando o Ibama multou em R\$ 47,5 milhões o Santander por financiar o plantio de grãos em área de proteção ambiental – terra sobre a qual vigorava um embargo, ignorado na hora de analisar o pedido de crédito. O MPF cobrou mais R\$ 7,3 milhões do banco,⁵³ a título de indenização por danos ambientais.⁵⁴ O Santander recorreu e, três anos depois, ainda não teve que pagar um tostão. Na lista do Ibama, há 19 bancos multados por irregularidades ambientais, mas o do Santander é o único caso de autuação por financiamento de produção em área embargada.

Além de exigir regularidade ambiental para quem solicitar crédito, em 2014 o Banco Central determinou que as instituições financeiras considerassem os riscos socioambientais antes de decidir apostar suas fichas em um determinado investimento – o que foi reafirmado em 2017.⁵⁵ Em 2018, a imposição passou a valer também para as aplicações financeiras de entidades fechadas de previdência complementar.

Mais uma vez, as regras parecem não funcionar bem. Segundo uma análise com base em levantamento da *Global Witness*, os três frigoríficos que mais compram bois na Amazônia receberam 18 bilhões de dólares em investimentos entre 2013 e 2019. Oito bilhões de dólares vieram de instituições financeiras brasileiras, embora JBS, Marfrig e Minerva sejam apontadas pelo Imazon como a primeira, a quinta e a décima processadoras de carne do país com maior chance de promoverem o desmatamento.

“Todos os bancos que a gente identificou que financiam estas empresas têm políticas socioambientais, então, em teoria não poderiam investir em frigoríficos com exposição ao desmatamento”, assinala Chris Moye, investigador florestal e um dos autores do relatório da *Global Witness*, “Money to burn.”

Estados Unidos freiam avanços

Mesmo na Europa, onde as regras mais rígidas estão sendo implantadas, os investidores seguem apostando suas fichas na indústria de carne brasileira. Um quarto do dinheiro estrangeiro que alimenta a JBS, Marfrig e Minerva vem de países europeus.

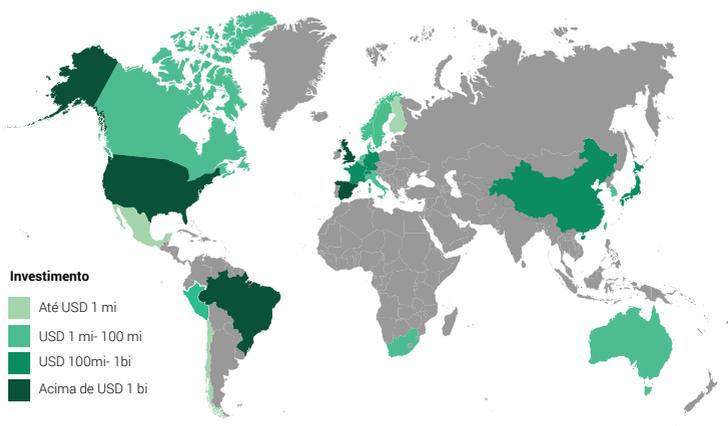
Depois dos brasileiros, os norte-americanos são os que mais investem nos frigoríficos contaminados com desmatamento – uma dificuldade extra na transição nacional para uma economia de baixo carbono. O ex-presidente norte-americano, Donald Trump, chegou a abandonar o Acordo de Paris e, nos EUA, as diretrizes para investidores são cristalinas: administradores de fundos de aposentadoria, por exemplo, “não devem tratar os fatores ASG como economicamente relevantes” nas suas escolhas de investimento, e sim “colocar sempre em primeiro lugar os interesses econômicos.”

“Os Estados Unidos não estão assumindo posições tão duras quanto a Europa”, afirma o analista Cole Martin, da *Fitch Solutions*, empresa que faz análises de diversos setores da economia. “As empresas norte-americanas não estão sob grande pressão para aumentar suas credenciais de sustentabilidade ou sua transparência nesta área. As que estão fazendo isso, fazem por vontade própria”, complementa.

Unterstell, por sua vez, não é tão pessimista em relação aos norte-americanos. Para a diretora da Talanoa, as mudanças estão sendo cada vez mais conduzidas pelo próprio mercado financeiro, independente da inércia do governo Trump. “É menos uma questão de estado ou regulação e mais de postura de mercado. Desde 2013 o que se vê são os maiores players – como *Bloomberg BlackRock* – trabalhando com riscos climáticos e dando muita atenção aos títulos verdes. São eles que estão criando os padrões e as regras”, conclui.

Origem dos investimentos nos frigoríficos

Países onde estão as empresas que financiaram JBS, Marfrig e Minerva entre 2013 e 2019.



Autorregulação falha no mundo inteiro

A preocupação com a economia de um mundo superaquecido vem originando inúmeras iniciativas dentro do próprio mercado financeiro para estimular investimentos ambientalmente responsáveis, criadas sobretudo nas últimas duas décadas. O pioneiro dos defensores dos investimentos verdes foi o *Carbon Disclosure Project* (CDP), ou Projeto de Divulgação de Carbono, uma ONG fundada no ano 2000 que se tornou a mais completa base de dados ambientais autodeclarados do mundo.

A mais recente entre as iniciativas do mercado é a TCFD (*Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* ou Grupo de Trabalho sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima), criada em 2015 pelo *Financial Stability Board*, órgão que monitora o sistema financeiro de todo o planeta. São mais de mil empresas associadas, apenas vinte no Brasil e nenhuma no setor da carne. Despontam entre os signatários as companhias japonesas (265 participantes), país que tem seis empresas entre as financiadoras internacionais da JBS, Marfrig e Minerva, contribuindo com mais de meio bilhão de dólares para seus negócios.

O maior acordo desse tipo foi firmado em 2006, na bolsa de Nova York, quando apareceu a iniciativa PRIs – sigla para *principles for responsible investment*, ou, em português, “princípios para o investimento responsável”. Seus mais de três mil signatários se comprometem a incorporar questões socioambientais e de governança nas suas decisões de investimento, embora entre eles haja financiadores dos frigoríficos que operam na Amazônia.

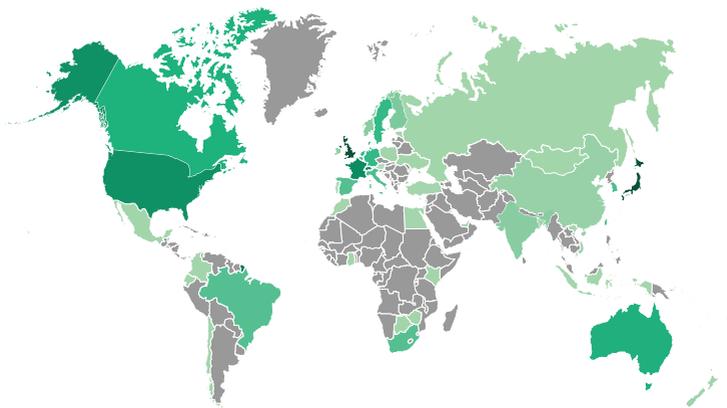
A *BlackRock* é um caso emblemático: em janeiro deste ano, o CEO da gestora de ativos, Larry Fink, anunciou a seus agentes, por carta, a decisão corporativa de “posicionar a sustentabilidade no coração da nossa estratégia de investimento”.⁵⁶ Mas até o ano passado a *BlackRock* era um dos 15 maiores investidores mundiais na cadeia da carne brasileira que opera na floresta. Entre 2013 e 2019, realizou 36 operações de compra de títulos de dívida e ações nos três frigoríficos, num valor total de 236 milhões de dólares.

Outro exemplo – desta vez brasileiro – é o Bradesco, banco que se orgulha de ostentar os selos de signatário do PRI, do TCFD, do CDP e de outros sete acordos voluntários. O que não im-

pede que a instituição seja a segunda maior financiadora nacional dos frigoríficos que operam na Amazônia, segundo a análise feita pelo ((o))eco a partir dos dados da *Global Witness*.

Sede das empresas que integram o TCFD

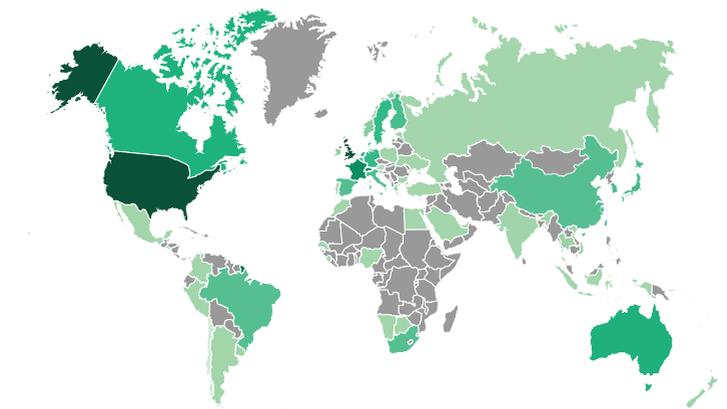
Distribuição por país das mais de mil companhias participantes do grupo de trabalho. Cores mais escuras indicam maior concentração de signatários.



Fontes: TCFD.

Sede das empresas signatárias dos PRIs

Distribuição por país das mais de três mil companhias que firmaram os “princípios para o investimento responsável”. Cores mais escuras indicam maior concentração de signatários.



Fontes: PRI.

No Brasil, 83 instituições são signatárias do PRI – e a lista não inclui nenhuma indústria de carne.

Por aqui, entidades ligadas ao mercado financeiro também têm buscado se conectar com o discurso dos bons propósitos e do investimento verde, mas na prática ainda há muitas incoerências. A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) criou uma categoria de fundos de investimento chamada “sustentabilidade e governança”, mas entre os 2.610 fundos de ações ativos no Brasil em 2020, apenas 21 são desse tipo – destes, dois possuem ações de, ao menos, um dos três frigoríficos que mais atuam na Amazônia. Outros cinco desses fundos – que deveriam valorizar as boas práticas de governança, entre elas a transparência – omitem sua carteira de investimentos ao público. A CVM disse que não se responsabiliza pela fiscalização desses fundos e a Anbima não respondeu qual é a garantia de que os produtos realmente financiam apenas empresas ambientalmente comprometidas.

A Associação de investidores no Mercado de Capitais (AMEC) publicou, em 2016, um código com os princípios e deveres de empresas que administram investimentos.⁵⁷ Um dos fatores “determinantes finais da decisão de investimento” são informações ASG.

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) lançou um manual de autorregulação⁵⁸ e um “Guia Prático para Integração ASG na Avaliação de Gestores”.⁵⁹ A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) criou uma Régua de “Sensibilidade ao Risco Climático”, que mostra a pecuária como um dos investimentos de alto risco.

Mas um estudo da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), de 2018, mostra que a preocupação com a sustentabilidade ainda está longe das planilhas dos gestores financeiros.⁶⁰ Para começar, apenas 110 das 520 gestoras de recursos consultadas responderam ao questionário. Embora a maioria (85%) afirme considerar o potencial impacto de questões ambientais, sociais e de governança em suas decisões, apenas 11% têm equipe específica para análise desses aspectos. Entre as empresas que responderam, 20% usa um banco de dados específico para essa finalidade e 21,36% contam com uma política de investimento responsável. Apesar da baixa adesão, o estudo revela a falta de interesse para aprimorar esses mé-

todos: 67% das gestoras de recursos não têm metas ou objetivos para integração desses aspectos nas suas análises de risco.

Pressão do consumidor fará cada vez mais a diferença

A pesquisa da Anbima revela por que, apesar de tantos guias, manuais e recomendações, as ações das empresas que compram e vendem a carne produzida na Amazônia seguem imunes à destruição da floresta.

“Aderir a acordos ou iniciativas ‘verdes’ é uma estratégia comum do setor empresarial, mas no Brasil se tornou uma forma de adiar ou evitar a imposição de uma regulação oficial sobre o tema”, denuncia Paulo Barreto, pesquisador sênior do Imazon que acompanha há muitos anos as negociações em torno da indústria da carne.

Na prática, o resultado é ínfimo: “Se não tiver prazos vinculados a metas, desempenho e sanções claras, tem pouca oportunidade de avanço”, afirma Barreto.

A baixa efetividade dos esforços regulatórios mostra que o interesse em mudar o jogo do desmatamento terá de partir dos próprios investidores, cujas decisões são movidas por basicamente duas palavras: risco e lucro.

É aí que entra o papel do consumidor, especialmente para fazer pressão à indústria da carne. Empresas como a JBS interagem diretamente com o público, porque suas marcas estão expostas nas prateleiras dos supermercados. “Estas empresas estão sob risco de retaliação do consumidor”, avalia Cole Martin, analista da *Fitch Solutions*, que acredita que o desmatamento será um problema crescente para os frigoríficos da Amazônia daqui para frente.

“O governo também pode mudar regras, criar impostos sobre a carne em função do dano ambiental, ou aprovar novas leis sobre bem-estar animal que vão aumentar os custos da empresa e diminuir seus rendimentos. Para mim, é nisso que os investidores vão estar atentos”, afirma.

Um bom balanço desse ponto, segundo Martin, é a própria crise das queimadas da Amazônia no ano passado, quando as atenções de todo o mundo se voltaram para o Brasil. Embora tenha havido uma onda sem precedentes de solidariedade com a floresta, em 11 dos últimos 20 anos o estrago foi maior que o de 2019, segundo os dados do Inpe.

“Mas se você for ao Google Trends e procurar por ‘Floresta Amazônica’, desde 2004 você vê a linha achatada, e em 2019 você vê um boom. Houve uma enorme atenção da mídia, com a União Europeia se recusando a ratificar o acordo com o Mercosul. Os riscos para o mercado estão crescendo”, avalia.

Queimadas x Interesse de pesquisa



Focos de queimadas na Amazônia Legal comparados com o interesse de pesquisa pelo termo “Floresta Amazônica” no Google.

Fontes: INPE, Google Trends.

Bancos injetaram R\$ 235 bilhões em frigoríficos desmatadores desde o Acordo de Paris

Por Pedro Papini, Fernanda Wenzel e Naira Hofmeister, 1º de setembro de 2020

Ao mesmo tempo em que cobram medidas do governo federal contra o desmatamento da Amazônia,⁶¹ instituições financeiras no Brasil e no exterior seguem investindo bilhões de dólares em atividades associadas à destruição da floresta. Levantamento da *Forests and Finance* (F&F), uma coalizão de ONGs que investiga financiamentos associados à destruição das principais florestas tropicais do mundo, revela que os frigoríficos recebem mais recursos de bancos do que outras commodities no país.

A F&F rastreou R\$ 990 bilhões investidos entre 2016 e 2020 na produção de carne bovina, óleo de palma, papel e celulose, borracha, soja e madeira em três regiões do mundo. O valor é referente a operações de crédito e de compra de ações e títulos de dívida e foi convertido em reais pela cotação do dia 28 de agosto de 2020.

Mais da metade do total, R\$ 560 bilhões, veio para o Brasil, sendo 42%, ou R\$ 235 bilhões, destinados à criação e abate de gado em áreas onde o boi suplanta a mata nativa. Na Amazônia, onde dois terços de tudo o que é desmatado anualmente vira pasto, os três frigoríficos com maior capacidade de abate (JBS, Marfrig e Minerva), receberam investimentos de R\$ 59,5 bilhões entre 2016 e abril de 2020.

Uma das descobertas mais preocupantes da F&F é que, ao invés de diminuir, o financiamento de commodities associadas ao desmatamento aumentou 40% desde dezembro de 2015, quando foi assinado o Acordo de Paris. Um fluxo financeiro que vai na contramão do pacto assumido por 195 países para conter o aumento da temperatura do planeta em até 2°C acima dos níveis pré-industriais.

“Apesar dos compromissos do setor financeiro com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris, sua busca por lucros está nos levando a um desastre climático e de saúde pública”, afirma Merel van der Mark, coordenadora da Coalizão Florestas e Finanças.

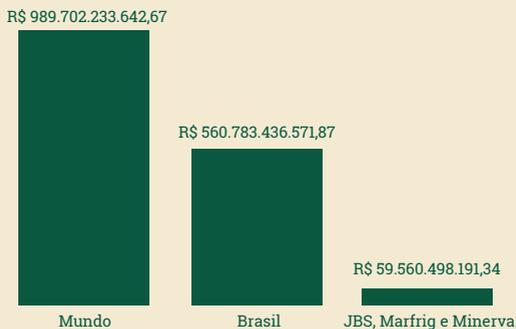
Nos seus cálculos, o grupo de ONGs considera apenas a fatia dos valores que está diretamente relacionada com as atividades associadas ao desmatamento. Se uma empresa de proteína animal industrializa tanto carne de frango como a bovina, como é o caso das gigantes que operam na Amazônia, a coalizão contabiliza apenas a parte diretamente relacionada à compra, abate e processamento de gado.

Com base nos dados da F&F, ((o))eco apurou que, dos R\$ 235 bilhões investidos na indústria da carne, 25% foram investidos nas empresas JBS, Marfrig e Minerva – respectivamente, a primeira, quinta e a décima mais expostas ao desmatamento na Amazônia, segundo levantamento do Imazon.⁶² A JBS abocanha quase metade desse valor – R\$ 25,5 bilhões – do qual quase R\$ 11 bilhões dizem respeito à participação acionária do BNDES. O banco público de desenvolvimento é o segundo maior acionista da companhia, com 21,3% de participação, atrás apenas da família Batista, fundadora da companhia. O dinheiro investido em ações não vai diretamente para o caixa da JBS, mas ajuda a aumentar o valor de mercado da companhia.

Além do investimento direto através da compra de ações, ((o))eco apurou, com base nos dados divulgados, que o BNDES injeta recursos indiretamente nessas empresas através de empréstimos feitos com dinheiro público mas operados por bancos comerciais. Dos R\$ 105,3 milhões destinados à JBS, Marfrig e Minerva nessa modalidade, 12% vieram através de linhas de crédito financiadas pelo banco de desenvolvimento, porém executadas por outras duas instituições financeiras, a *Volkswagen Financial Services* e a *Mercedes Finance*, que aparecem na lista da F&F, mas, na verdade, não estão repassando recursos próprios.

Os outros 88%, entretanto, têm origem em um único contrato, um empréstimo de R\$ 93,3 milhões do *Bank of America* para a Marfrig, realizado em 2017.

Destino dos recursos que financiam o desmatamento

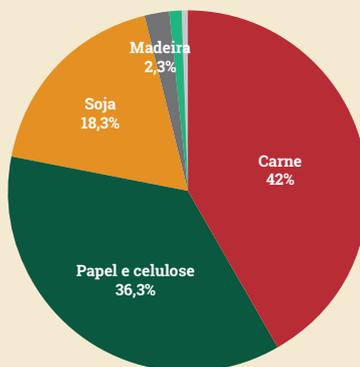


Fonte: Forests and finance.

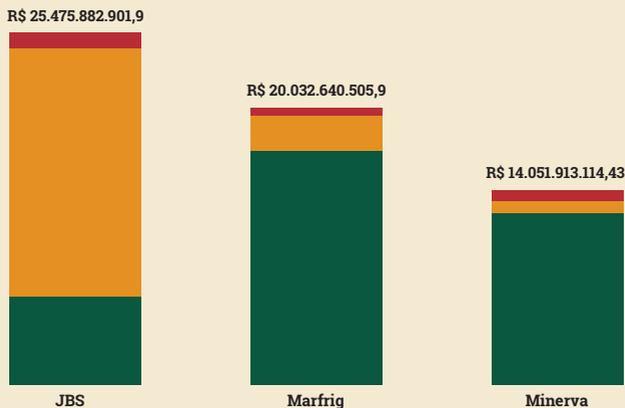
Data da cotação do dólar: 28 de agosto de 2020

Valores por commodity no Brasil

Mais de dois mil investidores financiaram R\$ 560 bilhões em atividades com alto risco de desmatamento no país



Investimentos nos frigoríficos que mais abatem bois na Amazônia



Fonte: Forest and finance. Data da cotação do dólar: 28 de agosto de 2020

Principais financiadores dos frigoríficos que mais operam na Amazônia

JBS

BNDES

R\$ 10.990.992.592,50

Santander

R\$ 1.349.546.316,30

BTG Pactual

R\$ 1.297.461.354,30

Barclays

R\$ 1.252.934.429,70

Bradesco

R\$ 1.129.282.026,90

Marfrig

Banco do Brasil

R\$ 3.126.698.734,80

Bradesco

R\$ 3.085.810.480,20

Santander

R\$ 2.892.040.906,50

HSBC

R\$ 2.543.617.461,60

Morgan Stanley

R\$ 1.486.038.026,10

Minerva

Itaú Unibanco

R\$ 2.473.526.281,20

Bradesco

R\$ 2.376.888.404,10

HSBC

R\$ 2.279.522.793,00

Bank of America

R\$ 2.279.522.793,00

JPMorgan Chase

R\$ 1.813.913.381,70

Operação “apaga” participação nos negócios desmatadores

A partir dos dados da F&F, ((o))eco verificou que a maior parte do dinheiro chega aos frigoríficos por uma operação financeira chamada “subscrição”, que acontece quando a empresa contrata um banco para intermediar uma nova investida sua no mercado de capitais. Ward Warmerdam é pesquisador sênior da Profundo, empresa responsável pela obtenção dos dados na F&F, e explica que a subscrição pode acontecer em duas situações: quando uma empresa quer lançar novas ações na bolsa de valores ou quando quer pedir dinheiro emprestado no mercado financeiro, através da emissão de títulos de dívida.

“A maioria das empresas não pode emitir títulos no mercado de capitais por conta própria. Eles precisam contratar os serviços de bancos como subscritores de emissão. O banco compra todos os títulos emitidos pela empresa, garantindo que a empresa receba o financiamento que precisa. Então o banco vende esses títulos a compradores que previamente assumiram o compromisso de comprá-los, além de outros potenciais compradores”, explica.

Para os bancos, esse é um ótimo negócio por vários motivos. Eles são pagos pela empresa por esse serviço e, possivelmente, vão vender as ações ou títulos a um preço mais elevado do que pagaram, obtendo lucro nessa operação. Além disso, por ser temporária, essa operação não fica registrada no balanço financeiro dos bancos – ou seja, a partir do momento em que todos os títulos foram vendidos, é como se a operação nunca tivesse acontecido.

“Este último fator é importante porque significa que a subscrição de títulos não deixa o banco exposto a riscos da mesma forma que a concessão de um empréstimo”, resume Warmerdam.

Através dessa modalidade de financiamento – temporária, lucrativa e de baixo risco – os bancos injetaram R\$ 35,9 bilhões na JBS, Marfrig e Minerva entre 2016 e 2020.

Bancos brasileiros precisam fazer o dever de casa

Se quiser mesmo conter o desmatamento, o Brasil vai precisar fazer o dever de casa. Segundo os dados analisados pelo ((o))eco, 55% do dinheiro investido em empresas associadas ao desmatamento no Brasil é ofertado por instituições brasileiras. O campeão é o Banco do Brasil, com R\$ 156 bilhões, seguido pelo Bradesco, com R\$ 39 bilhões – cujo presidente foi ao encontro do vice-presidente Hamilton Mourão, em 2020, apresentar um plano integrado para contribuir com a conservação da floresta.⁶³ Octavio de Lazari Júnior estava acompanhado de executivos do Itaú e do Santander, respectivamente o 6º e o 7º maiores credores das empresas associadas ao desmatamento no Brasil.

No caso de JBS, Marfrig e Minerva, os R\$ 59,5 bilhões vieram de 365 instituições de 27 países. Ainda assim, mais da metade desse valor, R\$ 32 bilhões, teve origem no Brasil. Em seguida, vem os Estados Unidos (R\$ 11,3 bilhões), o Reino Unido (R\$ 6,3 bilhões) e a Espanha (R\$ 4,2 bilhões). Juntos, esses quatro países somaram 91% do total investido.

Para Merel van der Mark, da F&F, é impossível dissociar o fogo que se alastra nos biomas brasileiros desses valores vultosos. Apesar de ter registrado uma queda de 6% na Amazônia e 12% no cerrado, os focos de incêndio aumentaram 220% no Pantanal desde o início do ano, segundo dados do Inpe.

Merel também lembra que a queimada é só a parte final do processo de destruição da floresta. No caso da Amazônia, em dois terços das áreas o fogo serve para queimar as árvores derrubadas e preparar o solo para a criação de gado. Mesmo as queimadas tendo diminuído – talvez em função do decreto do governo federal que proibiu o uso do fogo na região por 120 dias⁶⁴ –, o desmatamento na Amazônia registrou um leve aumento de janeiro a julho de 2020 na comparação com o mesmo período de 2019, passando de 4.701 km² para 4.739 km², segundo dados do Inpe.

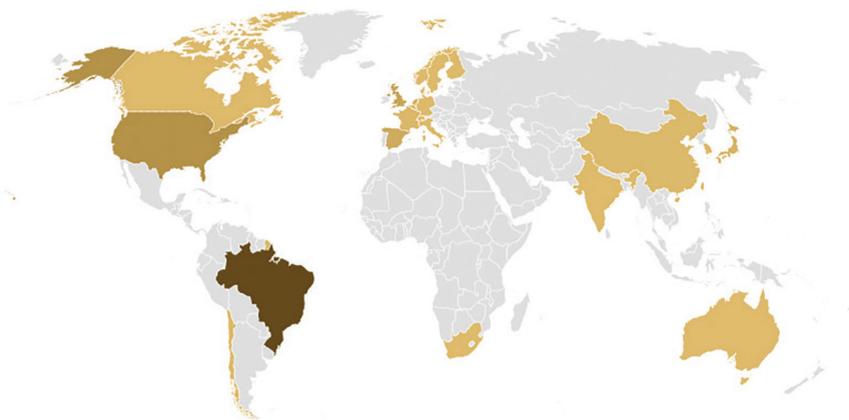
“Neste momento, incêndios provocados intencionalmente estão queimando as últimas florestas tropicais remanescentes do mundo. Trata-se de uma ação ‘barata’ para

limpar territórios já desmatados para a produção de commodities. Bancos globais e investidores estão conscientemente financiando as gigantes do agronegócio, produtoras desses commodities, que estão justamente alimentando os fogos”, acusa van der Mark.

A coalizão *Forests and Finance* surgiu em 2016, quando as organizações RAN, Profundo e TuK Indonesia se uniram para rastrear quem financiava setores de alto risco de desmatamento no Sudeste Asiático. Agora, o grupo somou esforços com o time de jornalistas investigativos da *Repórter Brasil* e com as ONGs *Amazon Watch* e *Bank Track* para expandir seu escopo para todo o Brasil e para a África Central e Ocidental.

Origem do dinheiro que financia os três maiores frigoríficos da Amazônia

R\$ 0  R\$ 33.000.000.000



Maior parte dos recursos vem de bancos brasileiros

Fonte: *Forests and Finance*. Data da cotação do dólar: 28 de agosto de 2020

BNDES poderia ter mudado o curso do desmatamento na Amazônia, mas lavou as mãos

Por Naira Hofmeister, Pedro Papini e Fernanda Wenzel, 18 de novembro de 2020

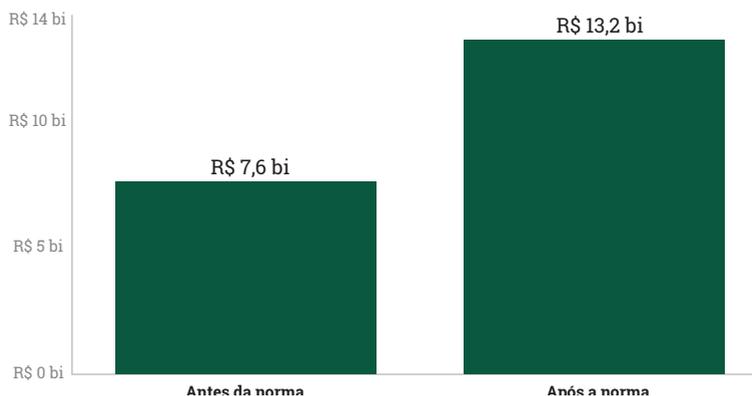
Com R\$ 21 bilhões⁶⁵ em empréstimos e participação acionária nos maiores frigoríficos que operam na Amazônia, o BNDES poderia ter mudado o curso da destruição na floresta. Mas o banco de desenvolvimento do Brasil abriu mão de assumir o papel decisivo que lhe competia na agenda preservacionista, deixando livre o caminho para o descontrole ambiental que, sob Jair Bolsonaro, coloca em risco as aspirações econômicas⁶⁶ do país e compromete a imagem pública nacional.⁶⁷

Editada em 2009, a resolução nº 1.854 do BNDES impõe exigências a frigoríficos bovinos que busquem financiamento, garantindo que o dinheiro público não seja usado em atividades associadas ao desmatamento, grilagem e invasão de terras indígenas e unidades de conservação. Desde que passou a valer, R\$ 13,2 bilhões foram injetados pelo banco nos três maiores frigoríficos da Amazônia – JBS, Marfrig e Minerva –, cujas operações na floresta envolvem 1,8 milhão de hectares sob risco de desmatamento, uma área quase do tamanho do Sergipe.

A quase totalidade do recurso, R\$ 11,2 bilhões, foi destinada às três companhias em modalidades de contrato que exigem como contrapartida a rastreabilidade completa da cadeia de fornecimento, desde o nascimento até o abate do boi. É a única forma de garantir que o produto vendido nas prateleiras do supermercado não é proveniente de uma área desmatada irregularmente, porque cada animal costuma passar por duas, três ou mais fazendas antes de virar bife no nosso prato.⁶⁸

Investimento do BNDES em JBS, Marfrig e Minerva

Banco investiu quase R\$ 21 bilhões nos frigoríficos entre 2002 e 2017, mais da metade após a aprovação da norma de financiamento para a pecuária.



Mas essa contrapartida nunca foi executada. Tanto que, em julho de 2020, pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais mostraram que as relações indiretas entre pecuaristas e frigoríficos são responsáveis por contaminar com desmatamento 17% de toda a carne que o Brasil exporta para a União Europeia.⁶⁹ Isso ameaça o acordo de livre comércio entre o bloco comunitário e o Mercosul, que depois de 20 anos de negociações pode ser agora derrubado pelo voto de desconfiança emitido pelo Parlamento Europeu.⁷⁰

A falha é admitida até pelos frigoríficos. Em 2020, Marfrig⁷¹ e JBS⁷² voltaram a prometer esse avanço, pedindo mais prazo para atingir a meta. Já a Minerva começou recentemente um projeto-piloto de avaliação de riscos relacionados aos fornecedores indiretos.

Mas na visão do BNDES, não houve motivos para repreensão. Em resposta a um pedido feito pela reportagem através da Lei de Acesso à Informação (LAI), o banco afirma que as exigências dos contratos com os frigoríficos “foram cumpridas de forma satisfatória, não tendo havido, até o momento, nenhum evento de descumprimento que ensejasse aplicação de medidas punitivas ou corretivas por inadimplemento contratual”. Instado a apresentar os relatórios semestrais nos quais esses resultados eram expostos, o BNDES alegou que “são privados, protegidos por sigilo empresarial.”

“É uma postura muito ruim, ainda mais diante de um cenário de emergência climática. Esse investimento deveria ser revisto ou, no mínimo, deveria haver uma cobrança muito mais aguda. Mas nunca houve transparência para a sociedade em relação ao acompanhamento dessas metas”, lamenta Adriana Charoux, porta-voz do Greenpeace para questões da Amazônia. O próprio documento da resolução não está disponível para consulta no portal do banco, onde há apenas uma apresentação genérica de sua aplicação. A reportagem de ((o))eco precisou insistir durante três semanas para obtê-lo.

Em dezembro de 2018, a então chefe do Departamento de Meio Ambiente do BNDES, Daniela Baccas, reconheceu em entrevista ao ((o))eco que a exigência de rastreabilidade não havia sido alcançada: “A gente tinha um sonho de que fosse implementada até 2016. Foi uma aposta, e não aconteceu conforme imaginávamos.”

Esperando que o descumprimento da própria regra tivesse sido debatido dentro da instituição, ((o))eco solicitou através da LAI o acesso a atas de reuniões, memorandos e relatórios internos do banco que tratassem da implementação do compromisso contra o desmatamento. A resposta que obtivemos foi que “o BNDES não produziu documentos com o teor e no período em questão.”

Questionado novamente agora, através da assessoria de imprensa, o banco não respondeu de maneira objetiva à reportagem. Sobre o monitoramento dos indiretos, se limitou a dizer que “busca atuar de maneira articulada com as autoridades competentes para implementar melhorias nos seus procedimentos no que diz respeito aos aspectos ambientais dos projetos”. Salientou também “que os critérios e diretrizes estabelecidos resultaram em impactos positivos nas práticas de sustentabilidade das empresas.”

Os frigoríficos não tomam dinheiro público do BNDES desde 2017, mas JBS e Minerva ainda estão sujeitas a essa obrigação em razão de operações anteriores ainda não quitadas, enquanto a Marfrig tem apenas contratos com condições menos rigorosas em vigor – que não exigem o monitoramento de fornecedores indiretos.

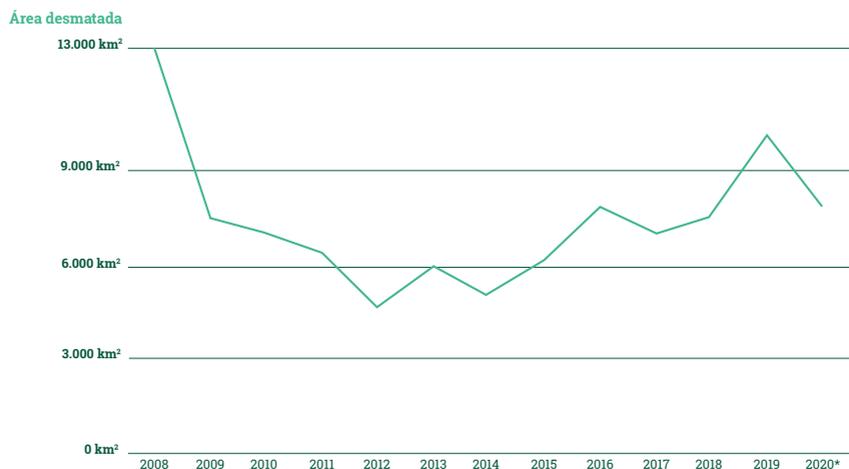
A Marfrig enviou mensagem à reportagem dizendo que não comentaria o assunto. A Minerva informou que “sempre cumpriu com a resolução 1854/2009” e a JBS assegurou

que “cumpriu com todas as condições contratuais, saldando integralmente suas obrigações nos prazos devidos.”

Cobrança da dívida seria forma de pressão

As diretrizes do BNDES para a pecuária foram criadas na esteira de um grande movimento para conter o desmatamento, que em 2008 chegou a quase 13 mil km² – foi a última vez na década que a taxa teve dois dígitos, o que só voltou a acontecer em 2019. Em 2020, até outubro, a floresta tinha perdido 7,9 mil km² para o fogo e as motosserras – uma área quase do tamanho de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, a quarta maior capital do Brasil em extensão territorial.⁷³

Taxa de desmatamento da Amazonia



Último grande pico foi em 2008, um ano antes da publicação da norma da pecuária do BNDES

*Dados de 2020 são alertas de desmatamento do DETER até outubro.

Fonte: PRODES/INPE.

Investigações do Greenpeace e do MPF demonstraram, na época, que a indústria frigorífica estava no centro do problema do desmatamento porque comprava animais sem cobrar regularidade ambiental de fornecedores. O MPF impôs multas de mais de R\$ 2 bilhões por danos ambientais causados pela atividade irregular dos pecuaristas

que forneciam aos frigoríficos. A repercussão negativa levou o setor a uma crise de confiança e – além da resolução nº 1.854 do BNDES – o ano de 2009 viu nascer também o Compromisso Público da Pecuária,⁷⁴ assinado por JBS, Marfrig e Minerva, e os TACs instituídos pelo MPF, primeiro no Pará e depois em outros estados da Amazônia Legal. Nos três casos, havia previsão de rastreamento completo da cadeia de fornecimento.

Mas enquanto ONGs e MPF pressionavam as companhias a cumprirem essa meta tornando públicos os deslizos com os compromissos assumidos, o BNDES tinha um meio muito mais efetivo para alcançar o objetivo: ele poderia romper contratos e cobrar as dívidas de forma antecipada – um poder que ganha enorme dimensão quando esse banco é o maior financiador da indústria frigorífica nacional.

“Nunca ficou claro quem cobraria o compromisso do BNDES, mas o banco fez uma regra e não cumpriu. Ficou uma lacuna”, observa Paulo Barreto, pesquisador sênior do Imazon.

Por outro lado, o banco revelou, através de um pedido via LAI feito pela reportagem, que desde 2009 apenas sete pedidos de financiamento vinculados à atividade pecuária foram recusados pela instituição: dois não atendiam a todos os critérios exigidos, dois tinham documentação incompleta e outros três foram barrados por deliberação do Comitê de Enquadramento e Crédito do BNDES. O mais comum foi ter havido desistência das empresas, o que aconteceu seis vezes no período.

Mesmo assim, o banco defende o sucesso de sua política, atribuindo às regras da resolução nº 1.854 a implantação de sistemas de bloqueio de fornecedores diretos cujas áreas estejam embargadas pelo Ibama ou que figurem em listas de trabalho escravo.

De fato, pressionadas pelo BNDES e pelos outros instrumentos de controle, as companhias desenvolveram sistemas rigorosos que fiscalizam seus fornecedores diretos, garantindo que os pecuaristas que vendem animais para o abate não desmatam, protagonizam conflitos agrários nem utilizam mão de obra escrava em suas fazendas. Mas esse controle nunca foi ampliado para além da última porteira de fazenda, de onde o gado sai direto para o frigorífico.

Uma estimativa feita pelo diretor de Sustentabilidade da Marfrig, Paulo Pianez, em um evento virtual recente, calculava que, por trás de cada fornecedor direto da empresa, haja de cinco a 10 indiretos: “Então, se forem 16 mil fornecedores no bioma Amazônia, como é o caso da Marfrig, são na verdade mais de 100 mil propriedades para monitorar”, exemplificou.

Adesão gradual ajudaria produtor

A justificativa dada pelo BNDES ao ((o)eco em 2018 para o fracasso da meta de controle completo da origem do rebanho é a mesma utilizada pelos próprios frigoríficos: não foi possível avançar porque os sistemas não dão conta da complexidade da cadeia, que inclui muitas etapas de fornecimento e é descentralizada, o que dificulta a cobrança de um padrão.

“Não foi uma coisa do banco, ou dos frigoríficos. Em 10 anos, o país não conseguiu chegar a uma conclusão sobre como fazer isso”, argumentou Daniela Baccas, na ocasião. Se é verdade que o Brasil não implantou um sistema completo de rastreamento nesse período, também é fato que as ferramentas que poderiam viabilizar esse controle já existem e estão em uso, embora de forma desconexa e nem sempre voltadas a esta finalidade.

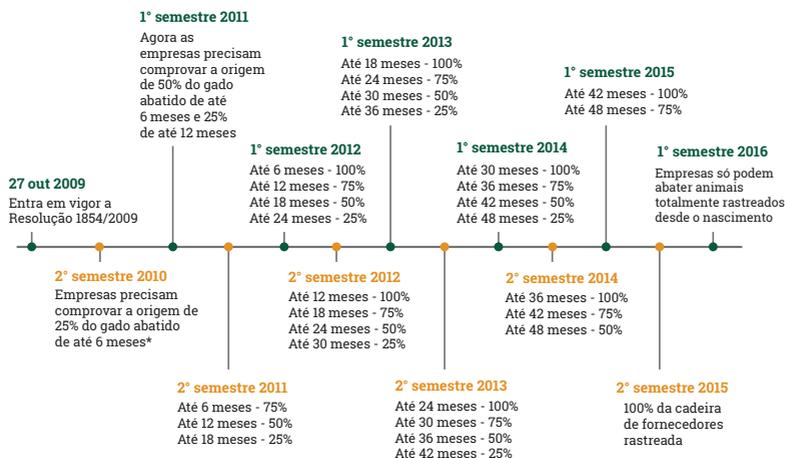
Mas o BNDES previu em sua norma um mecanismo que facilitava a adesão à rastreabilidade: as diretrizes para a pecuária previam que o monitoramento fosse implementado de forma progressiva. Enquanto o CPP passaria a cobrar essa meta a partir de outubro de 2011, e o TAC contaria dois anos a partir da data de assinatura para fazer a exigência, o banco público criou uma tabela que permitia a incorporação gradual dessa etapa na rotina dos frigoríficos ao longo de seis anos.

Essa régua partia de uma rastreabilidade mínima – as fazendas nas quais o boi tivesse passado seis meses antes de ser morto – que deveria ser implementada em 25% dos animais em 2010. O ápice se daria em 2016, quando seria exigido o monitoramento integral de todas as propriedades nas quais o rebanho adquirido pelos frigoríficos tivesse passado nos 48 meses anteriores ao abate – tempo máximo que vive um exemplar criado para a indústria frigorífica.

Mas isso também não ajudou a impulsionar o compromisso. Pelo contrário, o banco seguiu distribuindo recursos para as mesmas empresas que não o cumpriam. A JBS, por exemplo, recebeu aportes em dezembro de 2009, já com a resolução nº 1.854 em vigor, e depois em junho de 2010. A Marfrig assinou contratos de financiamento que exigiam a rastreabilidade completa em 2010 e depois em 2012.

“Essa meta é perfeitamente possível e tecnicamente factível. As próprias empresas dizem que o nível de cobrança de alguns players, particularmente dos bancos e investidores, é o que determina o nível de ambição e celeridade com os compromissos que essas companhias assumiram. Então o papel do BNDES seria induzir negócios sustentáveis, mas o banco continuou dando recursos a empresas que não estão cumprindo com o que se comprometeram a fazer em 2009”, lamenta Charoux, do Greenpeace.

Diretrizes socioambientais do BNDES para a pecuária



Banco é sócio e tem influência interna

O banco de desenvolvimento do Brasil também teve a oportunidade de influenciar a condução dos frigoríficos desde dentro, uma vez que investiu, entre 2007 e 2012, mais de R\$ 16 bilhões na compra de ações da JBS e Marfrig. Como sócio dos frigoríficos, o BNDES ganhou direito a voto na condução das políticas socioambientais das empresas. O BNDES possui 21% do

capital social da JBS e chegou a concentrar 34% do da Marfrig – em ambos os casos, o banco só perdeu em influência para as famílias fundadoras das companhias.

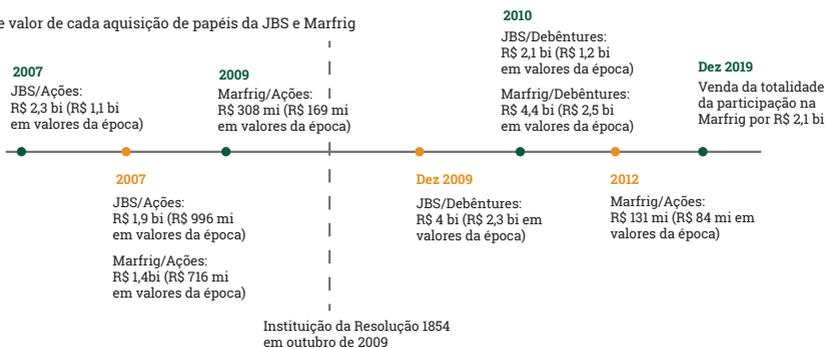
Essa posição não é trivial. A gestora de capitais norte-americana *BlackRock* – outro importante financiador da indústria mais associada ao desmatamento da Amazônia – justifica que, com 2% de participação na JBS, sua voz não é ouvida nas reuniões de acionistas, embora desejasse influenciar a política socioambiental da empresa: “Devido à estrutura societária das empresas desse ramo, que possuem um pequeno grupo que detém a maioria das ações, o impacto dos votos de acionistas minoritários como a *BlackRock* é limitado”, disse a gestora ao ((o))eco em agosto.

Em dezembro de 2019, o BNDES vendeu sua participação na Marfrig por R\$ 2,1 bilhões. Segundo os dados do Portal de Transparência da instituição, os lucros obtidos enquanto o banco era sócio da empresa chegaram a R\$ 1,5 bilhão.⁷⁵

Havia planos de também se desfazer da participação acionária na JBS, mas isso não se concretizou. “A BNDESPar contratou um consórcio de bancos para assessorá-lo na operação de venda das ações da JBS. O banco aguarda o momento oportuno do mercado financeiro também para realizar o desinvestimento”, informou a assessoria de imprensa da instituição.

Evolução da participação acionária do BNDES em frigoríficos

Ano e valor de cada aquisição de papéis da JBS e Marfrig



*A linha do tempo não está em escala cronológica

A política dos campeões nacionais

As diretrizes da pecuária foram formuladas dentro da lógica de impor exigências mais pesadas a operações que expusessem o BNDES a um risco maior. Nessa escala, enquanto os empréstimos tradicionais estão na ponta menos preocupante, as participações acionárias estão no outro extremo porque, tornando-se sócio da companhia investida, o banco pode ser impactado em caso de desestabilização do mercado – e problemas ambientais são, cada vez mais, levados em consideração nesse cálculo.

A decisão do banco de comprar ações dos grandes frigoríficos, entretanto, não era apenas financeira, mas política.⁷⁶ Era a época do governo Lula, que desenhou a partir de 2004 uma estratégia para alavancar empresas brasileiras internacionalmente. O projeto ganhou fôlego em 2008, quando passou a ser conhecido como a “política dos campeões nacionais”.⁷⁷ O agronegócio era uma das prioridades.

Com o apoio do BNDES, a JBS comprou nos Estados Unidos o frigorífico Swift, em 2007; a *National Beef Packing Company* e a *Smithfield Beef Group*, em 2008; além do aviário *Pilgrim's*, em 2009. Em 2010, concluiu a aquisição da concorrente brasileira Bertin – na época, uma das grandes da pecuária. A Marfrig também se expandiu sob os auspícios do banco público de desenvolvimento: além de receber aportes para ampliação da capacidade produtiva e “consolidação empresarial”, segundo o portal de transparência do BNDES, a empresa também incorporou a *Keystone Foods* (2010) e ampliou sua presença internacional.

Quando a resolução nº 1.854 entrou em vigor, esse apoio era realizado através da compra direta de ações das empresas. Mas justamente em 2009, o BNDES abriu um novo flanco de operações financeiras, passando a atuar também no mercado de debêntures. É um instrumento “híbrido” segundo o vocabulário financeiro, porque mistura um empréstimo tradicional com mercado acionário – os dois extremos do gradiente de risco.

Funciona assim: o banco dá dinheiro para a empresa em troca desse título de debênture e, ao final do prazo da dívida, ele pode escolher se recebe de volta o investimento com juros ou troca o valor por ações. Logo, evita um risco de maior exposição durante o tempo

em que é apenas credor da empresa e, caso a conjuntura seja favorável, pode optar por tornar-se sócio ou ampliar sua participação quando a dívida vencer.

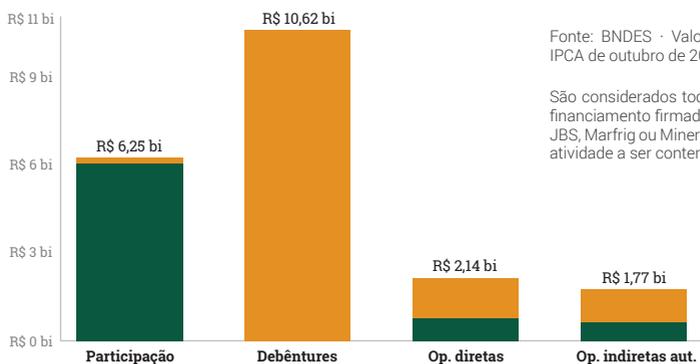
Mas no caso das debêntures dos frigoríficos brasileiros compradas pelo BNDES, os contratos assinados determinavam que ao fim do prazo não havia escolha: elas seriam obrigatoriamente convertidas em ações. Por isso, surpreende que esse instrumento financeiro não seja citado no texto das diretrizes para a pecuária – ainda mais porque elas representam o maior valor investido pelo banco nas empresas processadoras de carne que atuam na Amazônia.

Foram R\$ 10,6 bilhões de um total de R\$ 20,8 bilhões destinados à indústria desde 2002, em contratos assinados integralmente após a publicação da norma, em outubro de 2009. Em compensação, operações de participação acionária foram praticamente abandonadas.

Embora não esteja explícita na regra, o BNDES assegura que as operações com debêntures também deveriam cobrar a rastreabilidade completa da cadeia de fornecimento dos frigoríficos. “Sim, tanto as operações de debêntures JBS quanto a operação de Marfrig geraram Acordos de Investimentos que regulavam as obrigações socioambientais no âmbito da Resolução 1.854/2009”, informou o banco via LAI. Várias fontes consultadas pela reportagem endossam a posição do banco, argumentando que não haveria sentido em impor exigências distintas a operações que resultam, ambas, no mesmo grau de comprometimento do banco com o negócio apoiado.

Investimentos BNDES em frigoríficos por modalidade de contrato

Total investido desde 2002 chega a R\$ 20,8 bi, mais da metade devido a contratos de debêntures



Fonte: BNDES - Valores corrigidos pela IPCA de outubro de 2020.

São considerados todos os contratos de financiamento firmados entre o BNDES e JBS, Marfrig ou Minerva, independente da atividade a ser contemplada.

Contratos podem ter ignorado a norma

Nem todos os financiamentos dados pelo BNDES aos frigoríficos que atuam na Amazônia foram enquadrados na resolução nº 1.854. Ao contrário das operações que envolvem aquisição de papéis das empresas (participação acionária ou debêntures), os empréstimos que o banco concedeu para JBS, Marfrig e Minerva só levaram em consideração as exigências naquelas ocasiões em que o recurso era destinado ao abate de bovinos ou fabricação de produtos de carne.

“Em cada projeto de financiamento, é necessário que o solicitante apresente o detalhamento do uso do dinheiro. Com base neste projeto, ele será enquadrado nas normas do setor específico. Durante a execução e ao fim, é necessário comprovar o uso correto do recurso”, explica o BNDES através da assessoria de imprensa.

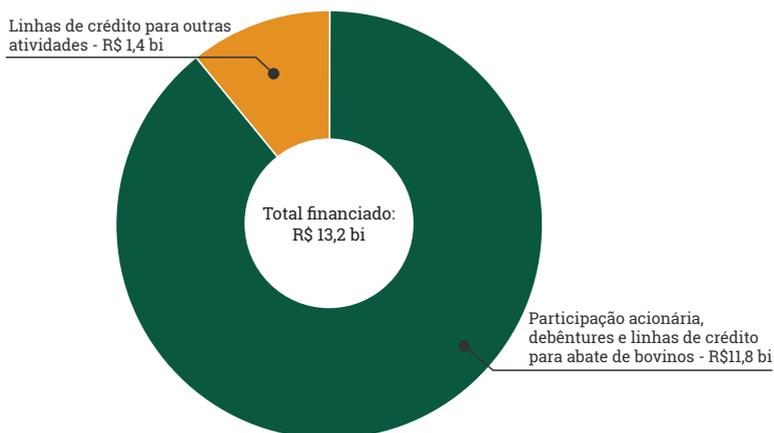
Essa interpretação permite que um frigorífico tome empréstimos que reforcem seus negócios passando ao largo da política para a pecuária, desde que o recurso não seja aplicado na finalidade específica.

Mas a cadeia da carne inclui muitas outras atividades além do abate propriamente dito, como compra de insumos, cria e engorda de rebanhos, maquinário agrícola e logística de transporte para venda de produtos no varejo brasileiro ou exportação de gado vivo.⁷⁸ Assim, é possível que apenas R\$ 1 bilhão de quase R\$ 2,4 bilhões em empréstimos para JBS, Marfrig e Minerva tenham sido feitos respeitando as diretrizes socioambientais estabelecidas pelo documento.

Além disso, os maiores frigoríficos que operam na Amazônia possuem operações tão diversas quanto valiosas, e o bom desempenho de um negócio impacta nos demais. A JBS, por exemplo, é líder mundial no processamento de aves – e operações que ela, porventura, tenha feito para esse segmento de negócio podem não estar sujeitas à aplicação da regra. Por outro lado, o próprio BNDES soma como parte das operações feitas com todo o grupo J&F – proprietário da JBS – o crédito oferecido nas modalidades de empréstimo para a JBS. Considerando todo o conglomerado, o valor total investido pelo banco público ascende a R\$ 32,1 bilhões (corrigidos pela inflação até outubro de 2019, pelo banco).

Distribuição do financiamento aos frigoríficos após a norma da pecuária

Financiamento: ■ Englobado pela norma ■ Incerteza quanto à aplicação da norma



Fonte: **BNDES** - Valores corrigidos pelo IPCA de outubro de 2020.

Contratos terceirizados deram problema

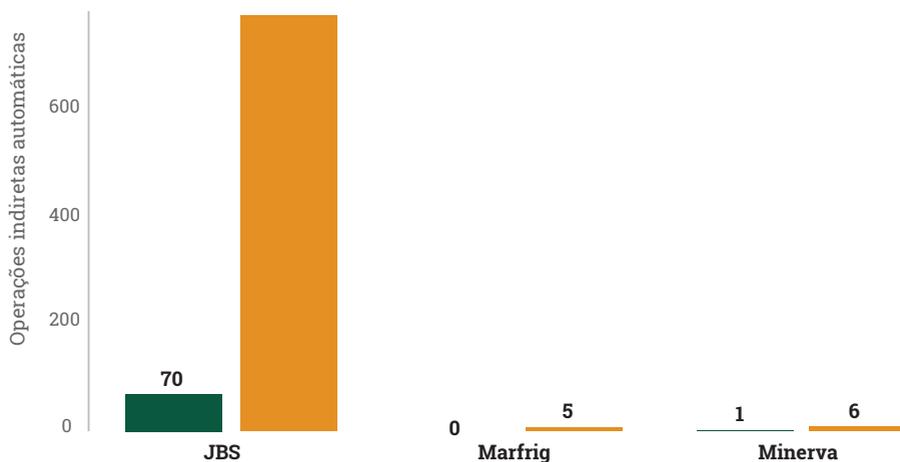
Uma parte dos empréstimos que entram na conta do BNDES com os frigoríficos é, na verdade, operada por bancos comerciais, como Banco do Brasil, Santander ou Itaú. É outra maneira que o banco público de desenvolvimento encontrou para reduzir sua exposição a eventuais instabilidades do setor, porque, embora seja o seu dinheiro que esteja entrando no caixa das empresas, os riscos são assumidos pelo banco da ponta, que assina e precisa fiscalizar o cumprimento das diretrizes socioambientais em cada contrato.

Comparados ao valor total investido nos frigoríficos, o volume de dinheiro é muito menor. Mas o número de contratos é imenso e cresceu substancialmente após a edição da resolução nº 1.854. A JBS, que tinha 70 empréstimos para abate de bovinos nessa modalidade até 2009, assinou 789 financiamentos desse tipo depois das diretrizes para a pecuária começarem a valer. No final do primeiro semestre, 82 desses contratos seguiam ativos no portal do BNDES.

O BNDES cobra dos bancos parceiros que façam uma análise socioambiental a partir de declarações das empresas. Se apresentarem documentos falsos, o BNDES penaliza. Foi o que aconteceu em 10 casos em que o banco auditou a documentação apresentada – o que levou a aplicação de multas de R\$ 18,7 milhões, além de “comunicação ao Ministério Público Federal para averiguação de eventual ilícito penal.”

Mas a lupa do BNDES não corre sobre todos os contratos indiretos automáticos, apenas sobre uma pequena parcela. Entre 2009 e 2020, o banco “acompanhou” 81 operações entre os 2.905 contratos que foram assinados no período para financiar abate de bovinos (a conta vai até maio). Se o mesmo percentual de irregularidades encontradas (12%) fosse aplicado ao total de financiamentos indiretos automáticos, seriam quase 350 empréstimos com falhas no cumprimento das diretrizes.

Operações de financiamento indireto automático por frigorífico



Fonte: BNDES · São consideradas apenas as operações de financiamento para a atividade de abate de bovinos

JBS concentrou quase 99% dos contratos para investir no abate de bovinos entre 2002 e 2017

8.

Rumo ao “Desmatamento Zero”

Até agora, navegamos por todos os obstáculos que se apresentaram (e se apresentam) no caminho para uma Amazônia preservada e sustentavelmente produtiva. São muitos e parecem intransponíveis; mas isso não é verdade. A guerra contra o desmatamento será vencida em várias frentes: regulação, fiscalização, conscientização, inovação e responsabilização. São caminhos que se complementam e que, sim, funcionam. O país está armado com os dados, as ferramentas, o conhecimento técnico, e já desenhou as iniciativas que o impulsionarão nesta jornada. Ao lado dos esforços de um procurador mineiro, as próximas páginas trazem soluções que deixam claro que o desmatamento zero está mais próximo do que se imagina.

Onde cabe um boi, ôpa, cabem três ou quatro

Por Juliana Tinoco, 28 de junho de 2016

A pecuária no Mato Grosso funciona com uma ocupação de menos de um boi por hectare, uma fração do que é possível. Isso incentiva o desmatamento de novas áreas e é resultado da baixa capacitação do produtor e de uma cultura de investir apenas no aumento do rebanho, ao invés da melhoria das pastagens. O projeto Novo Campo criou um modelo de investimento que aumenta até quatro vezes a produtividade, sem risco financeiro para o produtor. Trata-se de um projeto-piloto de pecuária intensiva, que, se replicado em grande escala, será uma das chaves para o desmatamento zero na Amazônia.

Volta por cima

Por oito anos, o pecuarista Francisco Militão assistiu à degradação de suas pastagens, que perdiam a capacidade de manter o tamanho de rebanho. A única saída era alugar pasto em outras propriedades para acomodar o seu gado. O negócio ia mal: o número de cabeças de gado estagnou, enquanto a extensão de terra exigida para mantê-lo subia. "Minha propriedade caminhava para se tornar toda degradada, e crescia a despesa com aluguel de outros pastos. Sem dinheiro na mão, ou eu vendia a fazenda ou investia em melhorias", diz Militão. Foi quando, há quatro anos, o pecuarista entrou para o projeto Novo Campo, e com ele virou o jogo. Acabou com a necessidade de arrendamentos nos vizinhos e colocou a sua fazenda, a São Matheus, de 544 hectares e 800 cabeças, no caminho de quadruplicar a capacidade de gado que comporta. Se todos os pecuaristas seguissem esse exemplo, por tabela, acabaria a pressão da pecuária por novos desmatamentos. E essa pressão é a maior de todas.

A São Matheus fica no município de Alta Floresta, norte do Mato Grosso, porta de entrada da Amazônia e polo de expansão agropecuária, onde boa parte dos 83 mil habitantes é loira de olhos azuis. São paranaenses, catarinenses ou seus descendentes, gente do sul do Brasil que migrou em busca de terra. Militão, 55, há 30 anos no Mato Grosso, tem avós espanhóis e migrou do Paraná.

A cidade de Alta Floresta completou 40 anos, contabilizados a partir da chegada de Ariosto da Riva, chamado de “o último bandeirante”. Quando aportou por lá, incentivado pelo governo, montou fazenda onde plantava cacau, milho, guaraná, entre outros. De um avião, hoje exibido no centro da cidade, levava os recém-chegados para, do alto, escolherem os lotes de floresta que iriam adquirir. Viveu em uma casa azul situada na rua que agora leva seu nome. Hoje, ela é sede do Instituto Centro e Vida (ICV), ONG há 15 anos ativista no combate ao desmatamento na região.

Alta Floresta, ou “Falta Floresta”, como é ironicamente apelidada, já perdeu 55% de sua área verde. O estado do Mato Grosso, por sua vez, privou-se de 38%, que foram ocupados principalmente pela pecuária.

Morte súbita

Os problemas de sempre aparecem na região: especulação fundiária e expansão ilegal da soja e do gado. Pelo potencial de conflito, o ICV, única ONG atuando no norte, prefere apostar na parceria. Há quatro anos, iniciou o projeto Novo Campo, baseado em uma metodologia desenvolvida pelo Ministério da Agricultura, através da Embrapa Gado de Corte, chamada de Boas Práticas Agropecuárias (BPA). O Novo Campo almeja revolucionar a prática pecuária na região.

No início, o maior problema era convencer os fazendeiros a adotarem o projeto de uma ONG, vista como velha inimiga de guerra. O truque foi uma fatalidade que fez cruzar o caminho dos fazendeiros e do ICV. Trata-se do fenômeno da morte súbita – degradação repentina e veloz do capim no pasto, tornando-o imprestável para o boi. O problema é comum ao norte do Mato Grosso, onde o regime intenso de chuvas e solos de baixa permeabilidade deixam a espécie de capim braquiária, originária da África,

suscetível à infestação por fungos. O efeito foi devastador e pôs em risco o negócio de pecuaristas como Militão. A necessidade, então, falou mais alto, e as porteiras começaram a se abrir.

Grandes retornos, técnicas simples

A inovação do BPA é usar um pacote de práticas acessíveis, mas que, juntas, multiplicam a produtividade. "No Mato Grosso, a média de cabeças de gado por hectare é menor que um boi", diz Vando Telles, 35, diretor da empresa Pecuária Sustentável na Amazônia (PECSA), braço de consultoria privada criado a partir do Novo Campo. "Em Alta Floresta, uma região boa, essa taxa sobe para 1,1 boi por hectare", continua. "Na média, as fazendas-piloto vão a 1,9, mas as áreas de alta intensidade alcançam 2,8, um ganho de quatro vezes sobre o resultado típico no Estado."

	Mato Grosso	Alta Floresta	Fazendas-piloto	Áreas Intensivas
Cabeças/hectare	0,76	1,12	1,92	2,80
Arrobas/hectare	3,36	22	10,98	22,00
Lucro/hectare	Até R\$ 100	Até R\$ 100		Até R\$ 680

Fonte: PECSA.

Outra medida é a quantidade de arrobas por ha (uma arroba é o equivalente a 15 kg de carcaça de carne). Telles conta que esse indicador é de 3,36 arrobas/ha na média mato-grossense e atinge 22 arrobas nas áreas intensivas do Novo Campo, um crescimento de 6,5 vezes. O efeito na lucratividade é semelhante. Ela salta de algo entre zero e R\$ 100 por ha/ano para incríveis R\$ 680 reais nas áreas de pecuária intensiva.

Nada depende de tecnologias sofisticadas. Um dos princípios é a adoção de ferramentas de controle de custos, para permitir ao pecuarista saber quanto valem seus bois. "Na prática, muitos dos que estão no campo não têm ideia de como ler números. Não sabem avaliar receitas e despesas", diz Telles. A capacitação da mão de obra é outro

ponto crítico. Para além do cumprimento da legislação trabalhista, o que já é um avanço para uma atividade que ainda figura como adepta do trabalho escravo, a ideia é gerar comprometimento dos funcionários em adotar melhores práticas.

Na sequência, começam os trabalhos de reforma da pastagem degradada, que trata o capim como uma plantaço tradicional. A diferença é quem colhe: o boi. Entram em cena a análise de solo e a preparação do terreno para receber nutrientes e plantio. O cálculo de alimentação suplementar com raço para os animais leva em consideração a época do ano e as características da propriedade e dos animais. Outras práticas são a implantaço de sistema interligado de canalizaço de água para melhor aproveitamento por parte do animal, proteço aos cursos de rio e recuperaço de margens degradadas, além de planejamento do território para garantir a rotaço das áreas de pastagens.

Gargalo no crédito

Reformar a pastagem, no entanto, não é barato. Sai a uns R\$ 3 mil por hectare: um terço do valor de aquisiço da terra, em torno de R\$ 9 mil o hectare (à época desta reportagem). Para que esse investimento aconteça, é preciso vencer a resisténcia da cultura de negócios do pecuarista e mostrar que vale a pena. Além disso, é crucial o acesso ao crédito. Só assim projetos como o Novo Campo podem vingar e se disseminar.

“É fácil falar para um agricultor captar um milhão de reais no banco para lavoura. Mas não adianta falar para o pecuarista pegar empréstimo para comprar calcário para o solo, ou semente de capim. Aquilo não faz parte da vivéncia dele. O pecuarista só tem um conceito de investimento: gado. É só para comprar gado que ele aceita pedir empréstimo”, diz Telles. O problema é que o boi é abatido, mas a terra fica. Com o solo degradado e o capim morrendo, o gado emagrece, o produtor se descapitaliza. Acaba cedendo o seu espaço para a agricultura, saindo em busca de outro canto para desmatar; ou abrindo mais floresta ali mesmo onde está.

Segundo Telles, o investimento feito em um projeto Novo Campo se paga entre 3,5 e 4 anos. Para financiá-lo, a PECSA tem uma parceria com o fundo francês Althelia, que disponibilizou 11,5 milhões de euros (R\$ 43 milhões) com o intuito de beneficiar 10 mil hectares.

“O produtor entra com a terra e nós com o investimento, assumindo o risco. Não é um modelo de financiamento, é parceria rural”, diz Telles.

O caminho para a grande escala, no entanto, ainda é longo. Em Alta Floresta, a capacidade de abate é de 860 mil cabeças por ano. Já a das fazendas incluídas no projeto Novo Campo não chega nem a 2% do abate do município – cerca de 15 mil cabeças/ano. Só a rede de fast food McDonald's compra, do Brasil, 1 milhão de cabeças/ano.

Vigilância

Os critérios ambientais para se entrar no projeto Novo Campo são severos. A primeira exigência é comprovar a legalidade das fazendas por onde passam os bois. Em geral, eles nascem em fazendas de cria, que os repassam para fazendas de engorda, as quais, por sua vez, os vendem para o abate. Rastrear o bezerro desde a sua origem é essencial para limpar a cadeia da pecuária do desmatamento ilegal. Isso pois, as fazendas de engorda com frequência crescente precisam comprovar a sua legalidade aos frigoríficos compradores, enquanto o fazendeiro da cria costuma passar incógnito e ainda tem facilidade para desmatar e sair impune.

Existe um pulo do gato para melhorar o monitoramento: o boi só circula entre fazendas com o porte de um documento obrigatório, o GTA, usado para fins de vigilância sanitária, como garantir a vacinação contra a febre aftosa. Hoje, o GTA é a única fonte que revela a origem do animal; mas, como registra dados comerciais, por lei, é um papel sigiloso. Nem o Ministério Público ou os frigoríficos podem requisitá-lo. Contudo, se o pecuarista quiser figurar entre os atuais 23 produtores inscritos no Novo Campo, vai precisar convencer seus fornecedores a liberarem essas informações, para garantir que nenhuma fazenda da cadeia desmatou ilegalmente. Além disso, a meta é limpar também o circuito que produz a ração do animal. O programa trabalha hoje somente com fornecedores de milho que estejam em conformidade com as leis ambientais e zerados em desmatamento ilegal.

O objetivo final é controlar a cadeia da pecuária de ponta a ponta e rastrear o animal do nascimento ao abate.

Os brincos de identificação são um reforço tecnológico adotado pelo Novo Campo para atingir esse objetivo. Cada animal recebe o dispositivo que contém um número individual. O uso não é obrigatório no Brasil, mas há mercados externos que o exigem.

Cultura de desmatar

O pecuarista na Amazônia é, antes de tudo, um tradicionalista, como ele próprio se define. A atividade tem como características empregar mão de obra não qualificada e pouca tecnologia. A paixão pelo ofício e altas doses de teimosia figuram também no rol de peculiaridades. “O pecuarista geralmente absorveu o sistema antigo dos pais e avós”, conta Francisco Militão. “Se estava degradando a natureza, comprava novas áreas ou derrubava mais floresta.”

Militão fala de um tempo em que tudo era permitido. Tempo de ocupação desenfreada da Amazônia, quando o produtor era incentivado pelo próprio governo a derrubar florestas a qualquer custo, até em margens de rios. Trinta anos depois, recuperar as matas que protegem os cursos d’água é lei. E Militão a cumprir à risca.

Ganhos da porteira para dentro

“Dá para colocar todo o rebanho do Mato Grosso em metade da área. Não precisaria de desmatamento nenhum por pelo menos uns 30 anos. Até lá, novas tecnologias terão surgido”, diz Vando Telles.

As projeções do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) confirmam: a previsão até 2022 para o Mato Grosso é de redução de 20% da área de pastagem para abrigar um rebanho que se estabilizará em 29 milhões de cabeças. O segredo estará em aumentos de produtividade como o que propicia o Novo Campo. Já para a agricultura, o cenário é reverso: por já empregar altos níveis de tecnologia, a expectativa é de que sua expansão se dê em terras hoje usadas para gado. Telles garante que é possível reduzir a área de pastagem para cedê-las à agricultura.

A principal crítica do lado de quem está pensando em investir é de que o mercado não vê valor agregado em carne temperada a boas práticas. “Eu invisto em toda esta qualida-

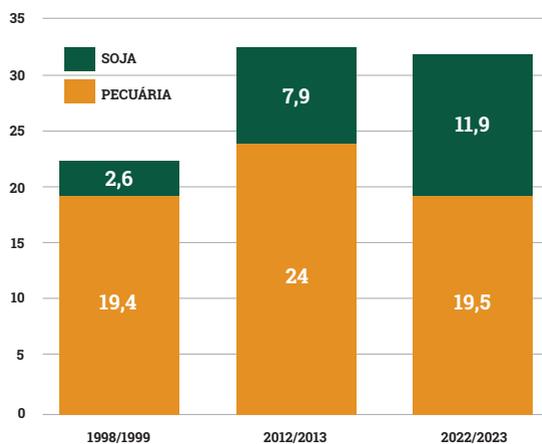
de, mas chego no frigorífico e ele paga o mesmo preço da carne das vacas velhas do Seu João”, reclamam os fazendeiros. Vando retruca: “O grande poder do produtor é da sua porteira para dentro. Sobre o mercado ele não tem domínio, mas sobre a sua fazenda, sim”. As exigências dos grandes compradores também crescem. Fruto de pressões do Greenpeace, desde 2013 a rede de supermercados Walmart criou um sistema próprio de monitoramento da carne oriunda da Amazônia. A rede garante que seus clientes não encontrarão carne de procedência desconhecida em suas gôndolas e promete desenvolver parcerias com fornecedores que busquem garantir a qualidade dos produtos.

“Nós somos apaixonados por pecuária. Crescemos vendo nossos pais formar a propriedade. Fomos criados com este olhar rural”, diz Francisco Militão. Ele se orgulha dos resultados que obteve e mostra detalhes em sua fazenda pensados para melhorar a sustentabilidade da produção. Cercou as áreas próximas a cursos de água e criou uma rede para sua captação, distribuída em bebedouros artificiais – “áreas de lazer” dos bois –, mantidos limpos com o uso de peixes. Fez reflorestamento com espécies nativas, cujo sombreado é abrigo dos animais contra o sol quente.

Tudo o que fez, considera investimento, não gasto. Orgulha-se em especial de ter mudado a própria mentalidade: “Agora sinto que estou trabalhando de forma empresarial. Sei qual a previsão do meu gado, quantos animais vou matar e quando. Há um planejamento financeiro. Isso trouxe de novo a esperança para a nossa atividade.”

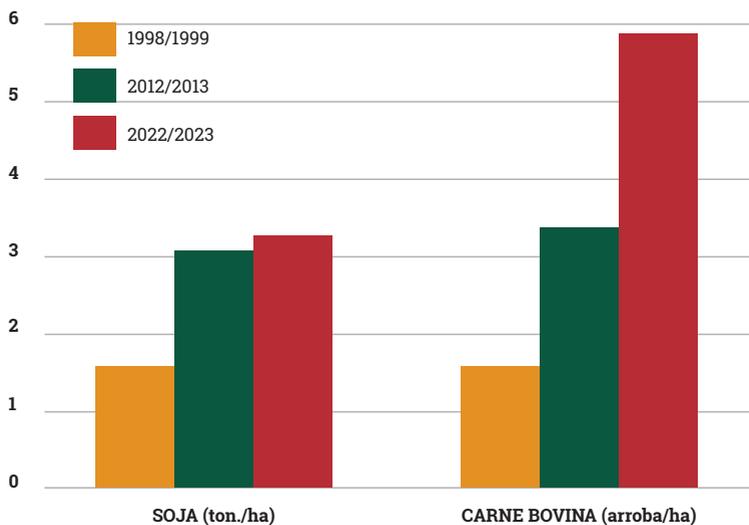
Se todo pecuarista seguir o caminho de Militão, o problema do desmatamento no Mato Grosso – e na Amazônia – pode estar com os dias contados. Mas Militão ainda representa uma pequena fração do esforço necessário.

Projeções de expansão agropecuária em Mato Grosso



(em milhões de hectares). Fonte: IMEA/2012

Projeções de produtividade agropecuária em Mato Grosso



(soja: toneladas/hectare; e gado: arroba/hectare). Fonte: IMEA/Outlook MT 2023

Militando por um Novo Campo

Militão é pecuarista em Alta Floresta, em Mato Grosso, há 30 anos. De lá pra cá, sem uso de tecnologia, viu a terra se degradar, os custos de produção subirem e a margem de lucro cair.

Após adesão ao programa Novo Campo, de boas práticas na pecuária, Militão implementou ações de recuperação ambiental, manejo responsável e melhorias sociais para os empregados. Com tudo isso, viu a produtividade aumentar.

Francisco Militão, pecuarista: “Nós queremos produzir carne. Mas queremos produzir uma carne que o consumidor tenha a certeza de que ela vem de uma área onde não está tendo degradação ambiental; que vem de uma área onde pessoas que estão envolvidas no processo estão socialmente corretas, de acordo com as leis trabalhistas; que boas práticas da pecuária sejam implementadas: e isso a gente tem feito. A pecuária intensificada e com [o uso de] tecnologia é tão lucrativa quanto a própria agricultura e com menos risco.

Em 9% de toda a nossa área, nós conseguimos manter 25% do nosso rebanho. Hoje, talvez, uma atividade pecuária extensiva produza três ou quatro arrobas em um hectare. Nessa área, nós chegamos a produzir 29 arrobas em um hectare.”

Embora o ganho de produtividade seja alto, a adesão dos produtores ao Novo Campo não representa nem 1% da produção de gado de Alta Floresta. Para Militão, falta visão dos pecuaristas, além de recursos financeiros.

“Como a pecuária é uma atividade rural de longo prazo, muitas vezes vinda de pais e avós, enfim, de família, ele [o pecuarista] naturalmente, culturalmente, absorveu aquele sistema antigo, que é o sistema tradicional extensivo, onde o espaço ficava degradado, mas a natureza se recuperava. Onde se derrubavam novas áreas, ou compravam novas áreas, ou arrendavam novas áreas.

A primeira é a questão cultural e tradicional: o pecuarista é muito teimoso. E para ele mudar, ele tem que acreditar. Mesmo que ele veja, ele tem a sua resistência; e isso é na-

tural. A segunda é a questão financeira: gastar três mil reais num hectare. Não é qualquer pecuarista que tem essa condição. Além da própria infraestrutura que é o trator, o maquinário. Ou seja, tem uma questão financeira. Então, se as agências financeiras governamentais dessem condições para que isso fosse feito, acredito que muitas mudanças ocorreriam. Não é por questões culturais ou por questões financeiras apenas, mas são os dois pontos principais de resistência.”



Vando Telles, diretor da PECSA. Foto: Marcio Isensee e Sá



Francisco Militão, na fazenda São Matheus. Foto: Marcio Isensee e Sá

Intensificação da pecuária no Mato Grosso pode liberar 16 milhões de hectares

Por Aldem Bourscheit, 26 de agosto de 2016

Criar mais gado em áreas menores ou já abertas é uma das alternativas para se liberar grandes extensões de terra e reduzir a pressão por mais desmatamento na Amazônia. Por sua vez, intensificar a pecuária depende de medidas como restaurar e manter a qualidade dos pastos, alternar o rebanho entre as áreas de pastagem e oferecer apoio técnico aos produtores.

A conclusão é de pesquisadores ligados às universidades Estadual de Santa Catarina (UDESC) e de Chicago (EUA) que se debruçaram sobre estudos científicos e práticas em fazendas no Mato Grosso, um dos líderes em perdas de floresta nativa entre os estados amazônicos, e responsável por boa parte da produção agropecuária nacional.

Essa e outras análises foram apresentadas esta semana em Brasília durante encontro promovido por entidades como o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), *Woods Hole Research Center* Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID, sigla em Inglês). Os pesquisadores também compilaram uma lista de sugestões para a redução do desmatamento na Amazônia (quadro abaixo), como a destinação de terras a indígenas.

Multiplicar por três a quantidade de animais no pasto pode fazer a produtividade saltar de 65 kg para 330 kg anuais de carne por hectare e dobrar os lucros dos produtores. Além disso, uma área com quase 16 milhões de hectares, maior do que a do Acre, seria liberada para recuperação da mata nativa, reflorestamento, agricultura e outras atividades produtivas no Mato Grosso.

Outros efeitos da concentração da pecuária são os cortes pela metade do tempo de abate dos animais e das emissões de gases, que ampliam o efeito estufa e provocam o aquecimento global.

O modelo dribla o confinamento de gado e a usual pecuária extensiva, cuja média nacional de lotação é de apenas um boi por hectare de pastagem. Os investimentos feitos pelos produtores na intensificação da bovinocultura retornam em até seis anos e podem ser feitos com linhas de crédito que já existem.

Crédito do jeito certo

O Fundo Constitucional do Centro Oeste e o Programa para Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC) são algumas das fontes de recursos elencadas pelo economista e consultor da Associação dos Criadores de Gato de Mato Grosso, Amado de Oliveira Filho, para a intensificação da pecuária.

“Cuidar das pastagens é uma demanda constante dos produtores, tanto que este ano oferecemos palestras sobre intensificação nos 30 municípios que concentram a pecuária no estado. O mercado quer carne de bovinos criados no pasto e com práticas sustentáveis”, disse.

De acordo com o economista Daniel Silva, do Instituto Internacional para Sustentabilidade, linhas de crédito e de financiamento atuais, como os Planos Safra do governo federal, poderiam apoiar mais efetivamente a intensificação da pecuária se tiverem sua concessão vinculada a critérios para aumento da produtividade, e oferecer assistência para melhorar a produção e a aplicação de recursos pelos pecuaristas.

“Não são necessárias novas linhas de crédito, mas um casamento dos mecanismos atuais com apoio para aumento da produtividade nas fazendas. O Programa ABC, por exemplo, tem recebido recursos anuais inferiores a 3% daqueles direcionados aos Planos Safra, e uma quantia ainda mínima é usada para reforma de pastagens”, ressaltou.

Ampliar os critérios para concessão de recursos à pecuária também é apoiado pelo diretor executivo da Amigos da Terra - Amazônia, Mauro Armelin. Para ele, seguir dando sinal verde para novas pastagens de forma pontual, sem avaliar os impactos regionais e cumulativos da produção, apenas alimenta a expansão da fronteira produtiva.

“O mercado poderia ser abastecido com carnes de melhor procedência com uma moratória para a abertura de novas pastagens na Amazônia e no cerrado, além de uma lista pública de fazendas embargadas por irregularidades ambientais, sociais ou trabalhistas”, disse.

Aplicar e monitorar rigorosamente o atendimento à legislação é outra providência indispensável para a queda do desmatamento. O chamado Novo Código Florestal, por exemplo, pode ajudar a conter a expansão das áreas produtivas nas fazendas.

“Essa lei é importante para delimitar onde se produz e onde se preserva nos imóveis rurais. Sem isso, os produtores podem seguir expandindo as áreas de produção, mesmo com aumento da produtividade”, avalia Jonas Inkotte, mestre em manejo do solo pela UDESC e um dos autores do estudo quanto à intensificação da pecuária no Mato Grosso.

Ordenar o território

Para conter ímpetos expansionistas da agropecuária, um outro caminho é dar um uso para os cerca de 60 milhões de hectares em terras devolutas na Amazônia, seja para conservação ou uso sustentável da floresta. Medidas como essa são essenciais para frear o ritmo das derrubadas e reduzir conflitos fundiários.

Uma investigação conduzida por especialistas das universidades de Brasília e de Chicago, do *Woods Hole Research Center* e do Ipam mostrou que criar territórios indígenas ajuda a manter o regime de chuvas e a vida de animais e plantas, e até no cumprimento de metas que o Brasil apresentou às Nações Unidas, como zerar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030.

Conforme o trabalho, 44 terras indígenas estão na fila regional de homologação e, caso isso não aconteça, o desmatamento nessas áreas nas próximas duas décadas pode chegar a 15 mil quilômetros quadrados – quase três vezes a área do Distrito Federal. Isso também reduziria a emissão de umidade pelo solo e pela floresta, que provoca chuvas pelo país, em uma quantidade suficiente para irrigar três mil km² de soja.

“Se essas áreas forem desmatadas, serão prejudicadas funções vitais da floresta, como regular o clima e manter o regime de chuvas, essencial para a produção no campo. Os fazendeiros têm que olhar a floresta em pé como um investimento”, alertou o doutor em Ecologia pela Universidade de Campinas (SP) e pesquisador sênior do Ipam, Paulo Moutinho.

As taxas oficiais de perdas de floresta tropical caíram desde 2004 no Brasil, passando de quase 28 mil km² naquele ano para 4.500 km² em 2012. Nos anos seguintes, o ritmo do desmatamento na Amazônia voltou a crescer.

Para a redução do desmatamento na Amazônia

- Definir e/ou executar políticas públicas que incentivem a intensificação da pecuária;
- Aplicar integralmente a legislação socioambiental, especialmente o Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012);
- Desenvolver um amplo planejamento do desenvolvimento regional, incluindo populações tradicionais e indígenas e governos locais;
- Qualificar o monitoramento do desmate e do avanço da fronteira produtiva e reforçar o combate à grilagem de terras;
- Promover usos sustentáveis de terras devolutas, de áreas abertas e da floresta nativa com assistência técnica, mecanismos financeiros, manejo florestal e assentamentos verdes;
- Encerrar a tramitação da PEC 215/2000 e de propostas semelhantes, destinadas a frear a destinação de terras a indígenas, quilombolas e à conservação da natureza;
- Estimular parcerias entre indígenas e produtores rurais para manutenção de serviços que as florestas prestam à produção rural;
- Reconhecer e providenciar o Pagamento por Serviços Ambientais oferecido por Terras Indígenas;
- Prosseguir com a destinação de territórios a populações indígenas e ampliar o financiamento para sistemas de terras indígenas e unidades de conservação como parte das estratégias climáticas brasileiras;
- Investir em geração de energia com fontes alternativas, como solar e eólica, e não em modelos geradores de maior desmatamento, como as hidrelétricas;
- Reduzir custos para restauração e manutenção de florestas e de outros ecossistemas, inclusive inserindo-os em projetos governamentais;
- Aumentar a governança sobre a terra na Amazônia, destinando as terras devolutas para proteção legal, assentamentos e atividades produtivas sustentáveis;
- Conter o assentamento de populações em áreas remotas da Amazônia.

Guerra e paz por trás de um bife

Por Juliana Tinoco, 13 de setembro de 2016

Grandes frigoríficos e corporações internacionais do setor de alimentos, uma vez acusados de comprar carne de bois criados em áreas desmatadas ilegalmente, hoje garantem que não adquirem nem vendem carne de origem desconhecida. Esse compromisso público, assinado por pressão do Greenpeace, é considerado um sucesso na batalha contra crimes ambientais na Amazônia, mas não garante o monitoramento de toda a cadeia de produção de carne.

“O Greenpeace não tem inimigos nem amigos permanentes”. O lema, velho conhecido dos membros da ONG, cai bem para a história da campanha que trouxe uma revolução no modo de operação do setor da carne no Brasil. Lançada pela organização em 2009 e citada pelos principais atores da cadeia como divisora de águas, “A Farra do Boi na Amazônia” apontava o dedo para os grandes frigoríficos, acusando-os de compactuar com o desmatamento na Amazônia, e pressionava o governo (do então presidente Lula) de ser “sócio” de frigoríficos criminosos, em referência aos principais beneficiários de empréstimos com juros subsidiados do BNDES: JBS, Marfrig e Bertin, esta posteriormente vendida à JBS.¹ Tratava-se de um setor que até pouco tempo desconhecia restrições ambientais ao seu crescimento. De lá para cá, entre brigas e reconciliações, precisou se reinventar.

Fome de carne

“A pecuária é a variável central da equação de sustentabilidade do agronegócio brasileiro”, diz Márcio Nappo. Ele é o diretor de Sustentabilidade da JBS, a maior empresa de proteína animal do mundo, nascida no Brasil. Dos 38,7% do território brasileiro ocupado pelo setor agrícola, metade são para pastos, segundo dados da Embrapa. A pecuária usa mais de 200 milhões de hectares de terras, dos quais 48 milhões na Amazônia. Para fins de comparação, apesar de ser o maior produtor de soja do mundo, o grão

ocupa 30 milhões de hectares de solo brasileiro, seguido da cana-de-açúcar, com oito a 10 milhões de hectares.

Em 2004, o Brasil chegou a ser líder mundial em exportação de carne bovina e, segundo os dados da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), em 2014 estávamos na segunda posição. O governo brasileiro viu oportunidades de crescimento mundial no setor de carnes, especialmente a partir do início da década de 2000, graças a fatores econômicos, entre eles a fase de desvalorização do Real, entre 1999 e 2003. A crise do mal da vaca louca, que preocupou a Europa em 2003, também fez bem ao nosso boi. Logo passamos a deter parcela expressiva do mercado europeu e, na sequência, do russo e dos países do Oriente Médio.

A partir de 2005 começa uma fase de intensa internacionalização das nossas empresas de carne, graças à política de desenvolvimento de “campeões nacionais”, ou empresas brasileiras eleitas pelo governo para serem transformadas em grandes multinacionais. Dois terços dos recursos do BNDES destinados ao programa foram para fomentar o crescimento de frigoríficos. É o exemplo da JBS e da Marfrig. A primeira, corruptela do nome de seu fundador, José Batista Sobrinho, vulgo Zé Mineiro, começou com um pequeno açougue em Anápolis/Goiás, e hoje é a maior processadora de proteína animal do mundo, líder também em capacidade de abate. Já a Marfrig *Global Foods*, fundada por Marcos Molina, que aos 16 anos já tinha a própria distribuidora de carnes, orgulha-se de estar presente com seus produtos em mais de 110 países.

Em 2007, os frigoríficos JBS, Marfrig e Bertin figuravam entre os três maiores beneficiários de empréstimos a juros baixos do BNDES. Com o avanço da exportação da matéria-prima, cresciam também os índices de devastação da Amazônia. Em 2008, 80% de suas áreas desmatadas deviam-se à pecuária, diz o relatório do Greenpeace. Foi com esse dado estampado em manchetes que, em 2009, os frigoríficos levaram o susto.

Chicotada de couro

A investigação que deu origem ao relatório “Farra do Boi na Amazônia” seguiu o rastro da carne dos grandes frigoríficos até as fazendas de onde se originavam, na Amazô-

nia. Lá, o Greenpeace achou todo tipo de crime – de desmatamento ilegal a trabalho escravo. Atestado o problema de um lado, fez então o caminho inverso e rastreou a produção dos frigoríficos até o seu consumidor final. E foi no couro que a ONG achou matéria-prima para o seu chicote. Como a indústria da carne, especialmente à época, não investia em marcas de varejo, era preciso encontrar um alvo cuja imagem ficasse marcada na cabeça do povo – no melhor estilo Greenpeace de ser. Foi assim que o selo de “desmatador da Amazônia brasileira” cruzou os mares e alcançou as sedes internacionais de nomes como Gucci, Nike e Adidas. Para essas marcas, que compravam o couro dos frigoríficos brasileiros investigados, doeu ver sua imagem associada a um crime ambiental contra a mais importante floresta tropical do mundo.

“A aposta que o Greenpeace fez naquele momento, e continua fazendo, foi de entender as empresas como um ator fundamental do ponto de vista de impulsionar a produção e o consumo de commodities de uma forma mais responsável”, explica Adriana Charoux, da campanha de Amazônia do Greenpeace. A briga foi parar nos jornais, empresas como a Nike cancelaram contratos e, em questão de meses, os frigoríficos Marfrig e Minerva e, por fim, JBS, assinavam um compromisso público, proposto pelo Greenpeace, de rastrear suas cadeias e garantir que estariam livres das ilegalidades.

Pelo acordo, os frigoríficos ficaram obrigados a garantir que seus fornecedores não estão envolvidos em desmatamento após 2008 – ano limite estipulado pelo Código Florestal para que uma área seja considerada consolidada como agrícola. Os critérios incluem observar a lista de embargos do Ibama, de trabalho escravo do Ministério do Trabalho, e garantir que nenhuma fazenda ocupe áreas legitimamente delimitadas como Terras Indígenas e Unidades de Conservação. “Foi um processo até, de fato, a gente conseguir sentar na mesa de negociação. Não foi lançar o compromisso e de repente todo mundo disse “tá bom, onde eu assino?”, lembra Adriana. “Houve pressão, e também diálogo”. De lá para cá, a máxima de que inimigos e amigos podem ser transitórios se aplica. Hoje, o Greenpeace e os três frigoríficos tratam-se cordialmente, saudando uns aos outros a cada resultado positivo das auditorias externas que acompanham o compromisso.

Nó de terras

“O Brasil criou o maior sistema de monitoramento geográfico de matéria-prima do mundo”, afirma Fernando Sampaio, diretor da ABIEC e que também preside o Grupo de Trabalho pela Pecuária Sustentável (GTPS), iniciativa que reúne os principais atores da cadeia em torno de agendas de sustentabilidade para o setor. Um dos grandes responsáveis por isso é Breno Félix, sócio-fundador e Diretor Comercial e de Inovação da *AgroTools*. Criada em 2008, ela se coloca como uma empresa hiperbólica. Para começar, descreve a si mesma como “a maior empresa de big data do país”, e é líder mundial em gestão e monitoramento de riscos para o agronegócio tropical. É ela que hoje atende às necessidades de monitoramento da cadeia de fornecedores dos grandes frigoríficos, redes de supermercado, boa parte do mercado financeiro e os maiores produtores de agronegócio brasileiro. Na cartela de clientes da *Agrotools* estão McDonald’s, Walmart, Carrefour, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além dos maiores frigoríficos do país, e do mundo: JBS e Marfrig. Entre os parceiros de trabalho, estão nomes como Google e ONG WWF. A empresa se diz a guardiã de 25 milhões de hectares de Amazônia, o equivalente ao tamanho do Reino Unido.

Na prática, o que a *Agrotools* faz é reunir e cruzar dados – muitos deles públicos, como a lista de embargo do Ibama – para dar uma cara e um endereço às propriedades rurais da Amazônia. A ideia é a de produzir um grande mapeamento, a partir do qual é possível saber se fazendas ocupam áreas ilegais como Unidades de Conservação e Terras Indígenas, se possuem permissão para exercer sua atividade ou se estão envolvidas em crimes de desmatamento, por exemplo. A partir dessa análise, a *Agrotools* é capaz de estabelecer o grau de risco ambiental associado a cada fornecedor.

“A JBS teve entre 2009 e 2010 para tirar do papel uma política de desmatamento zero na sua compra de gado”, relembra Márcio Nappo, diretor de Sustentabilidade da JBS. Para fazer cumprir o acordo, era preciso rastrear os fornecedores. Descobrir onde estavam, de onde vinham seus bois e saber se eram legalizados. À época, os frigoríficos não estavam organizados para fazer isto. “Eles tinham o cadastro comercial das fazendas. O comprador de boi era o cara que tinha um relacionamento com o pessoal no campo e só quem sabia onde estava a fazenda era o caminhoneiro que ia até ela. E nem

sempre o caminhoneiro era da empresa, então esse conhecimento estava completamente disperso na cadeia”, conta Breno Félix.

A demanda alta por serviço de monitoramento, segundo revela a *Agrotools*, é um indicativo de que a gestão de risco chegou ao agronegócio brasileiro. Breno conta que a empresa recebe diariamente cerca de 100 pedidos para identificação de imóveis. “A realidade fundiária do Brasil é que a gente não conhece as peças do quebra-cabeça. Nós aqui temos uma visão muito clara desta desordem territorial”, diz. Por isso, quando questionado, Breno não titubeia em dizer que a empresa sabe hoje mais do território amazônico do que o próprio governo.

O valor de um bife verde

Para Márcio Nappo, o principal desafio de tornar o negócio sustentável está nas próprias características da cadeia da pecuária. “É, de todas, a mais complexa, sob o ponto de vista comercial e de outras agendas importantes, como questões sanitárias, bem-estar animal e sustentabilidade”, diz. “A gente tem cerca de 70 mil fornecedores de gado na nossa carteira, dos quais 40 mil estão na região amazônica. Todo dia temos que comprar milhares de cabeças de gado no mercado de commodity pura, guiado por preço”. Como a compra é diária, a checagem também precisa ser. “A gente atualiza o estado socioambiental de todos os nossos 70 mil fornecedores brasileiros diariamente. Aqueles que tiverem alguma não conformidade, a área de sustentabilidade da JBS bloqueia o cadastro comercial”, diz Nappo.

Todo esse esforço não se converte em lucratividade para a empresa. “A gente não vê uma sinalização do mercado de pagar mais pela sustentabilidade. Eu brinco: um bife com trabalho escravo tem o mesmo sabor de um bife sustentável. Esses atributos – desmatamento e trabalho escravo – são do sistema de produção, e não do gado em si. Carne de valor se dá pelo que é tangível ao consumidor”, diz Nappo. Em comum, Marfrig e JBS criticam também o efeito de concorrência desleal que o acordo lhes rendeu. Como nem todos os frigoríficos atuando na Amazônia assinaram compromissos de monitoramento, a compra de gado de fazendas ilegais não foi interrompida. “A gente tem que ter uma regra comum. Quer dizer, se nós não podemos comprar o gado, então

que ninguém compre, porque senão fica uma guerra”, critica Mathias Almeida, diretor de Sustentabilidade da Marfrig. Queixa recorrente também diz respeito aos outros elos da cadeia. “A ilegalidade só se viabiliza porque tem um supermercado que compra a carne dos frigoríficos sem fazer qualquer tipo de questionamento ou verificação sobre a origem e procedência do produto”, lembra Nappo.

“Carne ao molho madeira”

Até o final de 2017 nós vamos garantir que 100% da carne brasileira vendida pelo Wal-Mart será monitorada”, diz Tatiana Trevisan, gerente de Sustentabilidade do Walmart Brasil. O supermercado figura hoje na lista dos bons amigos do Greenpeace. Mas essa história, claro, nem sempre foi assim. Desde final de 2015 as grandes cadeias de supermercados entraram na mira da ONG. O segundo relatório da saga, “Carne ao Molho Madeira”, denuncia os grandes do varejo por compactuarem com o crime de comprar carne sem saber dar nome aos bois.²

No que diz respeito à Amazônia, o Walmart garante confiabilidade no seu monitoramento. A empresa também precisou reconfigurar seu negócio para atender aos requisitos impostos pelo Greenpeace. Entrou em cena, de novo, a *Agrotools*, que hoje monitora mais de 75 mil fazendas para o banco de dados do supermercado. “Temos recebido demandas do Walmart Internacional, nos Estados Unidos, para entender melhor como implantamos esse sistema e como podemos levar isso para outras commodities”, diz Trevisan. Além do Walmart, Pão de Açúcar e, mais recentemente, o Carrefour também aderiram ao compromisso de monitorar e excluir fornecedores com problemas de sua lista. Novamente, lá estava ela, a *Agrotools*.

O lançamento da Plataforma de Pecuária Sustentável, do Grupo Carrefour, deu o tom da importância estratégica do monitoramento e da rastreabilidade da cadeia.³ O evento aconteceu no final de agosto, na sede do governo de Mato Grosso, o Palácio Paiaçuás, em Cuiabá, e teve a presença do governador de Mato Grosso, Pedro Taques, e do ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho. A mensagem era de total alinhamento entre a nova política de compras do segundo maior varejista de alimentos do Brasil e o governo do Estado do Mato Grosso, maior produtor de carne bovina do país. Recen-

temente, em evento nos Estados Unidos, o ministro da Agricultura e Pecuária, Blairo Maggi, também citou a rastreabilidade da produção como um dos grandes atrativos para investimentos estrangeiros na pecuária brasileira.

Boi de piranha

A trajetória da carne – de vilã a exemplo internacional de sustentabilidade – é controversa e permeada por conflitos no campo e nas ideias. “A gente sabe que a pecuária é usada como um mecanismo de especulação fundiária na Amazônia”, diz Adriana Charoux. Do lado da indústria, Fernando Sampaio concorda: “A pecuária não é a causa do desmatamento, mas sim uma desculpa. A especulação que existe na fronteira agrícola é imobiliária: o boi está ali para ocupar aquele espaço.”

Adriana, no entanto, lembra que há ainda muita falta de controle na cadeia que hoje se anuncia verde. “Rebanhos são autodeclarados. Então, como os bois andam, os bois também voam e desaparecem. É isto que acontece no campo”, diz. Há dificuldades ainda sem solução para se rastrear com sucesso todos os elos da cadeia.⁴ Entre eles está o monitoramento de fornecedores indiretos – fazendas de criação de bezerros, por exemplo. Estas vendem para as propriedades de engorda, que por sua vez chegam aos frigoríficos.

Adriana Charoux também acredita que é o caos fundiário do país e a ilegalidade de muitos que contribui para fazer da pecuária uma vilã. “É por isso que as políticas públicas são fundamentais. Não há acordo de mercado que vá substituir o papel do governo. Ele precisa fazer muito mais”, cobra a representante do Greenpeace.

Indústria da carne está num “exercício de sobrevivência”, diz Paulo Adario

Por Juliana Tinoco e Bernardo Camara, 18 de maio de 2017

Quando o século XXI apontou no calendário, já havia muito mais boi do que gente espalhado pela Amazônia. Cerca de quatro cabeças de gado por ser humano. E as lentes dos satélites não deixavam dúvida: depois que a floresta tombava, era a boiada que avançava sobre a terra arrasada. “Quando o Greenpeace chegou à Amazônia, no final da década de 1990, a gente estava muito preocupado com a questão do desmatamento, e o gado bovino era o principal personagem da história”, diz Paulo Adario, que abriu as portas da ONG na região.

Os órgãos de fiscalização sabiam bem disso. Entrava ano, saía ano, e lá estavam eles de prontidão no campo, embargando fazendas, apreendendo rebanhos e distribuindo multas milionárias. O problema, porém, só crescia, na mesma proporção que os rebanhos. A virada do jogo começou a partir de 2007, quando o procurador Daniel Azeredo assumiu a cadeira de meio ambiente do MPF em Belém, no Pará, estado da Amazônia que mais trocava floresta por gado.

Azeredo percebeu rapidamente que as ações de comando e controle não eram suficientes para mudar aquele enredo. “Não adiantava ir ao campo, multar fazendeiro. Isso não causava efeito prático nem fazia medo”, afirma. Mergulhou a fundo na complexa cadeia produtiva da pecuária e vasculhou documentos de fazendas, transações comerciais, imagens de satélite e tudo mais que encontrava pela frente sobre o assunto. Foi quando o Greenpeace bateu à porta do MPF para dizer que estava fazendo o mesmo. As forças se somaram.

"O consumidor não conseguia associar um pedaço de filé mignon a uma árvore caída. A não ser que a gente trouxesse para ele uma narrativa que ligasse a carne que ele comprava à destruição da floresta amazônica", diz Adario. E foi o que fizeram: após dois anos de investigação, o Greenpeace publicou, em 2009, o relatório "Farra do Boi na Amazônia". De ponta a ponta, ele trazia uma radiografia da cadeia produtiva do gado. Pela primeira vez, ficava evidente que a carne exposta nas prateleiras de grandes redes de supermercados e o couro que virava sapatos e bolsas de marcas famosas na Europa vinham de boi criado em áreas desmatadas da Amazônia.

No lançamento do "Farra do Boi", os ativistas do Greenpeace já estavam preparados para fazer barulho na porta das empresas envolvidas nessa complexa cadeia produtiva. Mas nem precisaram se mexer. "Só a notícia de que ia sair o relatório deixou os grandes frigoríficos tensos, e a indústria rapidamente quis conversar com a gente", diz Adario. E, de fato, deu-se ali um passo inédito: os maiores frigoríficos que operavam no bioma se comprometeram publicamente a não comprar mais gado criado em áreas recém-desmatadas. Além disso, prometeram desenvolver um sistema de monitoramento de seus fornecedores. Foi naquele momento, também, que a indústria firmou com o MPF um TAC com objetivos semelhantes.

Para Paulo Adario, essa movimentação é sinal de novos tempos em que o mercado não irá mais aceitar produtos que tenham altos impactos ambientais. "O custo, para uma indústria, de ter a imagem dela prejudicada é enorme. E esse é o grande aprendizado dos acordos de mercado: eles não são um exercício de maquiagem verde do que a indústria está fazendo. São um exercício de sobrevivência."

>> Com a palavra, Paulo Adario

“Quando o Greenpeace chegou na Amazônia, no final da década de 90, a gente estava muito preocupado com a questão do desmatamento. E o boi era o principal personagem do desmatamento.

A madeira abre a floresta, atrás da madeira vem o gado e atrás do gado vem a soja: essa é, basicamente, a história clássica. O consumidor não consegue associar aquele pedaço de filé ou de fígado a uma árvore caída, a não que a gente trouxesse para ele a narrativa.

A gente pensou: ‘como é que fazemos isso?’ Começamos a trabalhar numa região do Pará, na região de Marabá, em São Félix do Xingu, que é o município que tem a maior produção brasileira de pecuária, e que foi uma área muito rica em mogno. Era uma floresta riquíssima, que teve o azar de ter mogno e por isso foi devastada enormemente. E depois houve a expansão da pecuária.

Ali a gente começou a mapear o processo de quem produzia o quê, como essa carne era vendida, como ela era controlada, trabalhando em parceria com o Ministério Público. Isso nos permitiu ter uma enorme quantidade de informação e passar essa informação para o próprio Ministério Público, que utilizou o que nós fizemos. Não só o levantamento da produção e o deslocamento e processamento da carne na Amazônia, mas também quem comprava nossa carne no mercado internacional, quais empresas reprocessavam essa carne e etc.

Então, quando ele [o Greenpeace] lançou esse relatório em 2009, a idéia era lançar um relatório – como foi o relatório da soja, ‘Comendo a Amazônia’ – que tenha os dados e dê base para mobilizar a opinião pública e governo; que tenha evidências do problema e tenha dados suficientes para a indústria poder se posicionar em relação àquele relatório e ver o que ela faz. Se ela não faz nada, a gente tem o método tradicional do Greenpeace – tenho minha correntinha de estimacão até hoje: você vai lá, se acorrenta à fonte do problema e fala ‘só saio daqui se você se comprometer a encontrar uma solução’.

No caso do relatório da pecuária, no dia que ele foi lançado, só a notícia de que ele sairia deixou os grandes frigoríficos extremamente tensos. Rapidamente as empresas se

mobilizaram, os consumidores lá fora exigiram não estar envolvidos com essa história da destruição da floresta. 'Queremos seu couro para produzir bolsas e sapatos mas não queremos junto com isso o desmatamento.'

Ainda há problemas. A indústria tem que resolver muitos problemas, mas tem um caminho que passa por uma mobilização social, pelo aumento da capacidade de monitoramento e fiscalização do governo. E por uma imensa dificuldade que governo, indústria e fazendeiros têm com relação à transparência dos dados, principalmente dados sobre fazendas: quem é o dono; qual a legalidade da cadeia de custódia; se [o dono] está envolvido com desmatamento ou não; a questão das condições de trabalho; se [o dono] obedece ou não o Código Florestal. Essa é uma área ainda muito complicada porque há uma resistência grande à transparência. E ela é fundamental para a população. Com essa informação, você vai tomar a decisão 'compro ou não compro'. 'Eu gosto tanto que não posso evitar comprar a carne que vem da Amazônia. Então, como é que eu sei que essa carne não está desmatando?'

O custo para uma indústria, quando a imagem dela é prejudicada, é enorme, e isso é o grande aprendizado dos acordos de mercado. Eles não são esses exercícios de 'maquiagem verde' que a indústria está fazendo. É um exercício de sobrevivência. Eles dizem, ao fazer um acordo com a sociedade civil: 'Olha, tem coisas que eu não vou mais fazer, como, por exemplo: não vou comprar e vou provar para você que não comprei carne ou soja vinda de desmatamento, que não está envolvida com terra indígena, que não está envolvida com trabalho escravo. E vou montar um sistema para comprovar pra você que eu estou falando a verdade'. Se essa confiança é rompida o consumidor volta a ser seu inimigo. Se ele volta a se sentir em dúvida, vai levar muito mais tempo acreditar de novo que aquele fornecedor é responsável.

E é aí que está a força da sociedade civil: independente para onde o governo aponte; independente de se ter um governo a favor da expansão da indústria da pecuária para transformar o Brasil num maior produtor do mundo; independente se o governo está preocupado que expor os problemas do setor, da soja, da pecuária ou o desmatamento vai contra os interesses nacionais. Independente disso tudo, o consumidor vai saber que ele tem um papel a cumprir, e a indústria vai saber que o consumidor tem um peso enorme".

Governança distribuída para combater o desmatamento

Por Bernardo Camara, 26 de março de 2017

Era mais um dia normal para o McDonald's. Até o momento em que galinhas de dois metros de altura invadiram as lojas da rede na Europa e se acorrentaram aos pés das mesas. Os clientes ficaram atônitos. E não foram os únicos. "O presidente do McDonald's nos ligou e deu o ultimato: 'Resolvam este problema'", recorda Mark Murphy, diretor global para sustentabilidade da Cargill. Sob a fantasia de galinhas, ativistas do Greenpeace denunciavam naquele abril de 2006: o gado e o frango usados nos sanduíches da rede de fast food eram alimentados com soja, e esta última estava deixando um rastro de desmatamento na Amazônia brasileira. A principal fornecedora era a Cargill, multinacional de alimentos e uma das gigantes na comercialização e distribuição de commodities agrícolas, como soja e óleo de palma, com 150 mil funcionários em 70 países, oito mil só no Brasil.

A ação do Greenpeace estampou jornais no mundo todo. E a denúncia resultou num acordo que ficou conhecido como Moratória da Soja: a partir dali, a indústria se comprometeu voluntariamente a excluir o desmatamento de sua cadeia produtiva. Murphy relembrou a história na sua fala no painel de abertura da Segunda Assembleia Geral da *Tropical Forest Alliance 2020* (TFA), uma iniciativa global que reúne governos, empresas e sociedade civil com o objetivo de acabar com o desmatamento na produção de commodities como soja, carne, madeira e óleo de palma. A reunião ocorreu em Brasília, entre os dias 20 e 22 de março de 2017.

"Não parece muito tempo, faz 10 anos. Mas no quesito comportamento sustentável, o agronegócio brasileiro não tinha nada a ver com o que temos hoje", afirma Carlo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove), que tem entre seus associados multinacionais como a Cargill, a Bunge e a Amaggi. Não foi

apenas o agronegócio que mudou. De lá para cá, as estratégias para enfrentar o desmatamento de florestas tropicais passaram a incluir cada vez mais outros atores além de governos. Se as leis e repressão a infrações, o chamado “comando e controle”, eram as principais ferramentas usadas nessa luta, hoje é quase impossível falar de combate ao desmatamento sem olhar para o setor privado e sua produção de commodities.

A cada ano, o número de empresas e governos comprometendo-se com o fim do desmatamento em suas cadeias produtivas aumenta. De acordo com o projeto *Supply Change*, da ONG *Forest Trends*, hoje já são mais de 400 companhias assumindo globalmente quase 700 compromissos desse tipo. Um aumento de 43% em relação ao ano anterior. Quase sempre, essas empresas produzem ou compram commodities de países com vasta cobertura florestal, como Brasil e Indonésia. “Cerca de 12% dos compromissos que monitoramos envolvendo soja e 28% dos relacionados à pecuária estão focados no bioma Amazônia”, afirma Stephen Donofrio, um dos coordenadores do *Supply Change*.

Comando e acordos

“As ações de comando e controle chegaram até onde poderiam. A partir de um ponto, elas não conseguem mais avançar muito sem a cooperação de outros setores. É neste momento que começam a surgir as parcerias público-privadas e os mecanismos de mercado para segurar o desmatamento”, diz Isabella Vitali, diretora no Brasil da *Proforest*, organização que apoia empresas e governos na implementação de compromissos para a produção e compra de commodities livres de desmatamento. Segundo ela, a Moratória da Soja traz um pioneirismo em seu arranjo, ao envolver indústria, governo e sociedade civil. Para além das fronteiras nacionais, até hoje a experiência é encarada como exemplo. “Depois dela surgiu uma moratória semelhante para a Mata Atlântica no Paraguai, e estão tentando fazer algo parecido na Indonésia, para óleo de palma.”

O caminho é sem volta, como mostra a *Tropical Forest Alliance 2020*. Com cinco anos de estrada, a TFA 2020 veio ao mundo por uma demanda do próprio setor privado. Sinal dos tempos. Em 2010, o *Consumer Goods Forum* (CGF) – uma rede de grandes empresas globais como McDonald’s, Unilever e Nestlé – aprovou uma resolução em que seus membros assumiram o compromisso voluntário de, até 2020, atingir o desmatamento zero líquido em suas cadeias de suprimento.

Como a tarefa é hercúlea, as mesmas empresas concluíram que sozinhas não chegariam a lugar algum. “Elas, então, demandaram uma plataforma em que pudessem dialogar com outros setores, em especial os governos e as organizações da sociedade civil. E daí nasce a TFA 2020”, explica Fabíola Zerbini, coordenadora regional da rede na América Latina.

Na última semana, o clima era de intercâmbio no evento da TFA 2020. Mark Murphy, da Cargill, lembrou a história das galinhas no McDonald’s sentado lado a lado com o ex-diretor do Greenpeace, Marcelo Furtado. Outros tempos: “Numa sociedade global, você tem que entender que um objetivo tão ambicioso como acabar com o desmatamento só pode ser alcançado em parceria”, diz Furtado.

Foi o que aconteceu no caso da Moratória da Soja. E é o que está acontecendo no Acordo da Pecuária: desde 2009, frigoríficos, supermercados e empresas multinacionais que compram carne ou couro de gado criado na Amazônia vêm se comprometendo a eliminar o desmatamento de suas cadeias produtivas.

Funciona

Os dados mostram que a estratégia dá certo. Em um levantamento publicado pela revista *Science*, pesquisadores americanos e brasileiros chegaram à conclusão: antes da moratória, 30% da expansão da soja na Amazônia foi em áreas desmatadas. Depois do acordo, esse número caiu para quase 1%.

Num outro estudo, da ONG Imazon, as mudanças também aparecem no setor da pecuária. Segundo os dados, a JBS, maior frigorífico que atua na Amazônia brasileira, reduziu as compras de gado de áreas desmatadas ilegalmente. Numa amostragem, os pesquisadores analisaram as plantas frigoríficas da empresa que respondiam por 30% do abate no estado do Pará. O trabalho concluiu que o percentual de fazendas fornecedoras da JBS que haviam desmatado entre 2009 e 2013 caiu de 36%, antes do acordo, para 4% depois dele.⁵

Para Fabíola Zerbini, a mudança no comportamento do setor privado veio com um amadurecimento e uma nova noção de responsabilidade compartilhada: “Há um mar-

co recente que chama para a corresponsabilidade, que pode ser movimentada por um pioneirismo de marketing – quando uma empresa quer agregar valor social e ambiental à sua marca – ou por uma pressão de reputação – quando elas começam a ver seus produtos associados a problemas sociais e ambientais.”

Quando o *Greenpeace* colocou ativistas vestidos de galinhas nas lojas do McDonald’s, ele sabia bem que estava mexendo com a reputação de todo um setor. As empresas começaram a trazer para si a responsabilidade sobre o desmatamento da Amazônia. E, nesse caso, resolveram se mexer pelo risco de ter sua história associada à destruição das florestas.

Nessa construção, o Estado deixa de ter um papel preponderante, abrindo espaço para caminhos alternativos de solução. “Começam a nascer mecanismos de governança privada, trazendo respostas que o governo, enquanto Estado, não consegue mais trazer, porque as coisas estão mais complexas”, afirma Fabíola. “Criam-se, então, estruturas de governança quase paralelas. São acordos voluntários, mas que estão ali. E a partir deles, acaba-se regulando, legislando sem ser governo.”

Métricas

Com o aumento de atores e compromissos assumidos, crescem também as plataformas de dados que ajudam no monitoramento e na implementação destes acordos. O próprio *Supply Change*, da *Forest Trends*, é uma delas. Anualmente, o projeto publica um relatório com um panorama das empresas envolvidas em acordos contra o desmatamento e o desempenho delas neste caminho.

No evento da TFA 2020 em Brasília, também foi apresentada pela primeira vez no Brasil a plataforma de transparência Trase, que pretende mapear as cadeias produtivas de commodities em uma escala sem precedentes. Com apenas alguns cliques, a Trase levanta detalhes sobre desmatamento, dados de comercialização, uso de trabalho escravo e outros riscos associados à produção dessas commodities. Assim como aponta oportunidades de investimento em locais onde estão sendo implementadas práticas sustentáveis.

A ferramenta foi lançada oficialmente no fim de 2016, durante a Conferência do Cli-

ma, no Marrocos. Por meio dela é possível, por exemplo, observar as taxas de desmatamento num município onde a soja é exportada por empresas que já assumiram compromissos pelo desmatamento zero, comparando com outros municípios onde a commodity é exportada por empresas que não assumiram compromissos. Enxergar a dinâmica da supressão de floresta entre esses dois cenários pode dizer muito sobre a eficácia dos compromissos.

Por enquanto, a Trase traz um mapa da soja brasileira e paraguaia, além da carne bovina exportada por Brasil, Paraguai e Argentina. Nos próximos cinco anos, a plataforma pretende oferecer informações sobre mais de 70% da produção total de commodities que representam riscos à floresta. Todas as informações disponíveis ali podem ser baixadas gratuitamente.

“Se os dados não existem ou não estão disponíveis, é impossível dizer se um acordo pelo desmatamento zero está tendo sucesso ou não. A Trase é uma ferramenta quase única para ajudar a responder esta pergunta”, diz o pesquisador Toby Gardner, do Instituto Ambiental de Estocolmo e um dos criadores da Trase.

O cenário, portanto, é fértil: com um intenso intercâmbio global, proporcionado por iniciativas como a *Tropical Forest Alliance 2020*, as ferramentas e mecanismos contra o desmatamento estão cada vez mais sólidos e poderosos. Mesmo assim, a luta está longe do fim: nos últimos anos, os índices de devastação da floresta voltaram a subir na Amazônia.

“Em todas as discussões internacionais que participo, o Brasil sempre aparece como herói e como vilão ao mesmo tempo. Todo mundo reconhece os avanços e as muitas soluções inovadoras feitas aqui”, diz Isabella Vitali, do *Proforest*. “Mas quando olham a notícia de que o desmatamento continua crescendo, os países olham para cá com bastante receio. No linguajar do setor privado, o Brasil continua sendo uma origem de risco”.



Mark Murphy, diretor de sustentabilidade da Cargill, fala no evento TFA2020, em Brasília.
Foto: Marcio Isensee e Sá



Ativistas fantasiados do Greenpeace. Foto: Jiri Rezac/Greenpeace

>> Com a palavra, Isabel Vitalli

Nos últimos anos, mais de 400 empresas ao redor do mundo já assumiram compromissos para eliminar o desmatamento das cadeias produtivas de commodities como carne e soja.

A Moratória da Soja e o Acordo do Gado colocam o Brasil numa posição de referência para outros países.

Mas a ampliação do desmatamento na Amazônia mostra que o problema ainda está longe de ser resolvido.

Isabella Freire Vitali, diretora da *Proforest América Latina*: 2010 foi um ano importante porque foi o ano em que o setor privado começou a chamar para si um pouco da responsabilidade com relação ao desmatamento. Até então, a questão do desmatamento não era um problema do setor privado, era um problema do governo. As empresas começaram a ser responsabilizadas, em público, por questões que aconteciam diretamente na sua cadeia.

Em 2005, 2006, começou uma série de campanhas no Brasil com relação à pecuária e à soja, e também no Sudeste Asiático, com relação à palma. Isso foi gerando um movimento internacional de reconhecimento, por parte do setor privado, de que isso era um risco que precisava ser gerenciado. Então, em 2010 surgiram os primeiros compromissos com relação a isso. De lá pra cá, a gente viu um número crescente de empresas com o compromisso de eliminar o desmatamento das suas cadeias.

Até 2014, houve alguns picos. 2010 é um deles, 2012 (quando o TFA foi realmente criado), 2014 e 2015. E muitos dos compromissos feitos vencem em 2020. Alguns um pouco antes, alguns um pouco depois, mas a maior parte desses compromissos acaba em 2020. A última grande contribuição nesse movimento foi a Declaração de Nova York sobre Florestas,⁶ assinada em 2015, que era, basicamente, mais uma forma de governos e empresas se juntarem para traçar um plano de trabalho para eliminar o desmatamento das cadeias produtivas, até 2020, e como um todo, até 2030.⁷ Então, de lá pra cá

a gente passa a ver muitas empresas começando a implementar esses compromissos e também a esbarrar no desafio que é, de fato, fazer isso.

Vejo uma atenção enorme da comunidade internacional sobre o que acontece no Brasil com relação à pecuária, tanto do ponto de vista de entender se o problema está sendo sanado, mas também entender quais são as soluções, porque existem outros países que ainda estão onde a gente estava 20 anos atrás.

As soluções encontradas no setor da pecuária são inovadoras e interessantes, e são uma combinação das ferramentas que já existem no Brasil de monitoramento do desmatamento com a capacidade que os atores no Brasil têm. O que acontece hoje, em termos do sistema dos principais frigoríficos – [a capacidade] de bloquear fornecedores (diretos, pelo menos, que são os que eles conhecem) envolvidos com algum tipo de desmatamento; de sobreposição com terras indígenas; de sobreposição com área protegida; de envolvimento com trabalho escravo; enfim, ter um sistema que verifica todas as compras e que bloqueia o fornecedor com relação a isso –, eu ainda não encontrei noutro setor. No setor da palma no Sudeste Asiático, eles estão começando chegar no nível de rastreabilidade da plantação: chegaram até a planta extratora e estão tentando ‘enxergar’ a plantação. Mas não existe um controle imediato de todo tipo de produto que entra na usina. Acho que a gente não reconhece com tanta frequência, mas isso é um avanço tremendo. O problema é que ainda são poucos os frigoríficos que fazem isso.

O que os atores internacionais hoje precisam cada vez mais é de transparência ao longo da cadeia produtiva. Essa transparência pode vir dos sistemas do governo de transporte de animais, de registros das fazendas, de regularidade dessas fazendas, mas ela também tem a ver com a transparência da cadeia: de uma empresa conseguir identificar de onde está comprando e qual é o risco envolvido nisso. E o que a empresa que está comprando naquela área está fazendo para gerenciar este risco.

Satélites, mapas e trajeto do boi: saída para reduzir desmatamento já opera no Brasil

Por Naira Hofmeister, Fernanda Wenzel, Pedro Papini e Júlia Lima, 29 de setembro de 2020

Um conjunto de ferramentas já disponível, e inclusive em uso, no Brasil, embora de forma desconexa, é a chave para que o país consiga controlar o desmatamento na Amazônia proveniente da atividade pecuária. Segundo dados da plataforma Trase,⁸ que investiga as relações entre commodities e desmatamento, em 2018, 80% das áreas onde ocorreram derrubadas na região viraram pasto – e o gado irregular criado nesse sistema acabou nas bandejas de carne vendidas pelas principais marcas do país, apesar dos acordos públicos que o setor assinou para se comprometer a varrer a prática nociva de suas cadeias produtivas.

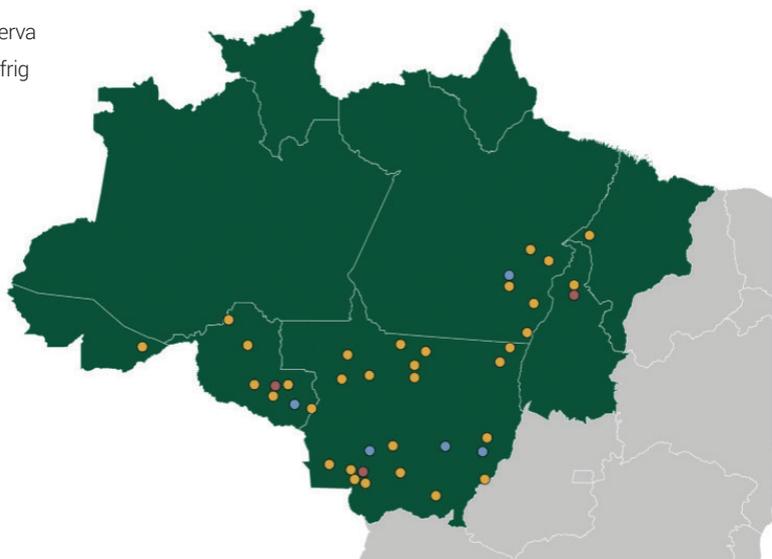
Reduzir o problema substancialmente não exige nenhuma grande invenção tecnológica ou altas somas de dinheiro – e os frigoríficos parecem ter colocado essa perspectiva em seu horizonte. Em setembro, a JBS revelou a decisão de ampliar o controle de sua cadeia de fornecimento conectando dados públicos já disponíveis.⁹ A Marfrig também havia feito um anúncio parecido em julho,¹⁰ e a Minerva confirmou à reportagem que desde agosto está conduzindo análises de risco a partir dessas bases comuns de informação.

As empresas decidiram agir para acalmar investidores estrangeiros, que estudam retirar aportes feitos em frigoríficos porque consideram a exposição ao desmatamento demasiado negativa para a imagem de seus negócios.¹¹ “O problema é a compra de gado de fornecedores sobre os quais você não necessariamente tem controle. Pode ser que a pessoa de quem você compra esteja ok, mas se ela compra de outro fornecedor, você realmente não sabe (se o animal é regular)”, justificou Eric Pedersen, chefe de in-

vestimentos responsáveis do Nordea, depois que o banco europeu se desfez de R\$ 240 milhões em ações da JBS, no final de julho.¹² Ainda em 2019, a norueguesa Storebrands Asset Management vendeu sua participação na Marfrig pelo mesmo motivo.¹³

Localização das plantas dos três maiores frigoríficos da Amazônia

- JBS
- Minerva
- Marfrig



JBS, Marfrig e Minerva possuem 40 abatedouros na região, nem todos ativos.

Mas enquanto as gigantes da carne prometem cumprir metas para combater o desmatamento até 2025, os sistemas que podem fazer com que o país dê um grande salto no controle de seus rebanhos já existem há algum tempo, embora sejam utilizados para outras finalidades.

São as informações públicas sobre desmatamento geradas pelos satélites do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe), a “lista suja” de trabalho escravo do governo federal e o registro de multas e embargos do Ibama, além dos perímetros e obrigações de conservação das propriedades que constam no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os registros de movimentação de gado entre fazendas documentados pelas Guias de Trânsito Animal (GTA).

São sistemas distintos, mas que unificados em um mecanismo dirigido para garantir a regularidade ambiental, podem significar um diferencial competitivo para a indústria nacional, ajudando a conciliar as agendas de ambientalistas e empresários na Amazônia.

Elos invisíveis concentram 60% do problema

Atualmente, os frigoríficos controlam a origem dos animais que abatem verificando a regularidade social e ambiental das fazendas que vendem gado diretamente para suas unidades. Mas apenas uma parcela muito pequena dessas propriedades rurais cria os bezerros desde o nascimento. A maioria dos pecuaristas se especializa em uma determinada fase da vida do bicho, ou, no máximo, duas: reprodução, desmame, crescimento, engorda – e algumas delas podem ser subdivididas. Por isso, antes de ser morto para virar bife, o boi provavelmente terá passado por mais de uma fazenda fora do raio de controle dos fabricantes de carne.

“Para cada produtor direto eu tenho de cinco a 10 outros vinculados. Então, se forem 16 mil fornecedores no bioma Amazônia, como é o caso da Marfrig, são na verdade mais de 100 mil propriedades para monitorar. Há uma complexidade enorme nessa concertação, que não é só tecnológica”, advertiu o diretor de Sustentabilidade da Marfrig, Paulo Pianez, em um evento virtual no qual anunciou um plano de conformidade ambiental que deve abarcar toda a cadeia de valor da empresa.

Registrar e acompanhar as sucessivas movimentações de bois e vacas, verificando a conformidade socioambiental de cada uma das propriedades pelas quais passaram antes do abate, é a única forma de garantir que o produto vendido ao consumidor esteja livre de desmatamento. “É impossível acabar com o desmatamento da Amazônia, ou ao menos chegar a um nível mínimo de crimes ambientais, sem chegar à rastreabilidade completa do que ali é produzido”, sentencia o procurador da República Daniel Azeredo.

Para Azeredo, a falta de monitoramento dos rebanhos do nascimento ao abate é o principal motivo pelo qual o setor segue contaminado pelo desmatamento, apesar de todos os avanços obtidos desde 2009. Naquele ano foram assinados o TAC do MPF e o Compromisso Público com a Pecuária (CPP), que obrigaram as empresas a monitorar seus fornecedores para garantir que seus produtos estejam livres de desmatamento e de trabalho escravo.

Apesar dos controles impostos, os flagrantes de irregularidades ainda são frequentes. Em julho, por exemplo, a Anistia Internacional revelou que a JBS estava abatendo gado criado em terras indígenas, o que é ilegal. Nos meses anteriores, investigações do Greenpeace¹⁴ e da *Repórter Brasil* denunciaram operações semelhantes que comprometiam Marfrig e Minerva.¹⁵ Juntos, os três frigoríficos concentram 42% da capacidade de abate das plantas situadas na Amazônia.¹⁶

Isso acontece porque, embora eficiente, o monitoramento executado atualmente consegue evitar apenas 40% do problema, enquanto a maior parte do desmatamento ocorre nas fazendas onde os bezerros nascem e desmamam, chamadas de fases de “cria” e “recria”.¹⁷ E esses elos são invisíveis no sistema atual, que cobre apenas os fornecedores diretos – ou seja, o controle dos frigoríficos não chega até os locais onde as ONGs flagraram as irregularidades, embora eles também se abasteçam delas.

Comparativo entre acordos setoriais da pecuária (CPP e TAC)

Critérios e prazos para adequação das empresas signatárias.

Critérios	Greenpeace	TAC
Nenhum fornecedor direto com desmatamento na Amazônia	6 meses após assinatura*	Data de assinatura
Nenhum fornecedor indireto com desmatamento na Amazônia	2 anos após assinatura*	Data de assinatura
Rejeição à invasão de terras indígenas e áreas protegidas	Data de assinatura	Data de assinatura
Exclusão de fornecedores com áreas embargadas	Data de assinatura	Data de assinatura
Rejeição ao trabalho escravo	Data de assinatura	Data de assinatura
Rejeição à grilagem e confitos agrários	Data de assinatura	Data de assinatura
Rastreabilidade: fornecedores diretos	6 meses após assinatura	2 anos após assinatura**
Rastreabilidade: fornecedores indiretos	2 anos após assinatura	2 anos após assinatura**
Fornecedores diretos com CAR	6 meses após assinatura	6 meses após assinatura
Fornecedores diretos com licença ambiental	2 anos após assinatura	2 anos após assinatura
Aceitar fornecedores que possam comprovar a posse das terras	5 anos após assinatura	5 anos após assinatura
Implementação dos compromissos na cadeia produtiva e fornecedores	Data de assinatura	-

* Válido inclusive para atividade de desmatamento com autorização legal

** Não é feita distinção entre fornecedores diretos e indiretos

Rastreabilidade sanitária oferece saída

O modelo ideal para garantir a rastreabilidade completa da cadeia da carne seria o monitoramento individual dos animais, no qual cada boi ou vaca recebe uma identificação que permite acompanhar sua vida. Normalmente é um brinco com chip que guarda informações a respeito de sua origem e trânsito – e que pode até se conectar a um sistema de GPS. Mas também são aceitas marcas de fogo ou tatuagens, que funcionam como um carimbo que identifica cada fazenda pela qual o animal passa.

Uruguai e Austrália estendem a todo o rebanho essa metodologia de controle. No Brasil, entretanto, a solução gera muita resistência entre os pecuaristas que a consideram cara, burocrática e complexa, segundo um relatório da ONG *Proforest*, publicado, feito em 2017 para consumo interno da WWF: “Ainda que os custos possam não ser tão expressivos, qualquer aumento sem que haja uma compensação por parte dos frigoríficos é normalmente rechaçada. Além disso, a imagem que produtores historicamente possuem do processo dificulta sua adesão a sistemas de identificação individual”. Por isso, segundo a Confederação Nacional da Agricultura, menos de 10% do plantel bovino brasileiro está identificado de forma individual no Sisbov (Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos).¹⁸

E mesmo o Sisbov tem suas deficiências, como mostra um estudo divulgado em setembro pela Coalizão Brasil – Clima Florestas Agricultura.¹⁹ Segundo o trabalho, há casos em que a brincagem de animais é feita apenas 90 dias antes do abate ou embarque para o exterior. “O sistema não foi concebido para garantir a legalidade das áreas de origem dos animais. Para fazê-lo, seria necessário registrar o animal logo após o seu nascimento ou, pelo menos, antes da sua saída da fazenda onde nasceu. Isso não ocorre”, anotam os técnicos.

Mas o Brasil opera a rastreabilidade de rebanhos de forma eficiente e em todo o território nacional através de um sistema que serve aos propósitos da sanidade animal, que é capaz de identificar com agilidade fazendas que oferecem risco de difusão de uma doença contagiosa quando um foco aparece.²⁰ Embora não funcione no nível individual, e sim para identificar lotes de animais, esse mecanismo tem a confiança do mercado

internacional de que a carne exportada não está contaminada com vírus que podem prejudicar a saúde dos animais de outras partes do planeta.

Uma credibilidade que, transposta para a área ambiental, pode ser a chave para que o país garanta ao consumidor produtos livres de desmatamento. Segundo uma estimativa do Serviço Brasileiro de Certificação, mencionado no estudo da Coalizão Brasil, esse sistema tem cobre corretamente 97% do rebanho nacional: “O dado mostra uma excelente implantação que se traduz, em primeiro lugar, no fato de que a rastreabilidade pode ser implementada imediatamente”, anota a organização.

“Seria viável utilizar a base de dados da rastreabilidade sanitária e colocar camadas de dados para checar o desmatamento ou questões sociais. Acrescentar outros níveis de complexidade a essas informações”, complementa Luiz Henrique de Almeida, que é o responsável pela estratégia de pecuária sustentável na América Latina da organização *Partnerships for Forests* (P4F), que está trabalhando em uma solução para o problema.

Por outro lado, alguns pecuaristas têm receio de que usar o sistema de rastreabilidade sanitária também para a finalidade ambiental bagunce um controle de pragas que funciona bem. Há temor de que os produtores deixem de registrar as trocas entre fazendas por medo de serem bloqueados como fornecedores de frigoríficos – o que pode colocar em risco a cadeia toda, em caso de surgimento de uma doença contagiosa de grande difusão, como a febre aftosa.

Desafio é conectar sistemas públicos

O coração do sistema de rastreabilidade sanitária é a Guia de Trânsito Animal (GTA), um documento emitido sempre que um lote de animais é transportado de uma fazenda para outra, identificando quantidade, origem e destino do gado – é obrigatório até para transações feitas entre propriedades do mesmo dono. Na hipótese de aparecimento de uma doença contagiosa, as autoridades sanitárias conseguem recompor o caminho dos animais afetados e alertar as fazendas por onde eles passaram que estão suscetíveis ao problema, ou chegar à origem do foco para debelá-lo.

Essa mesma lógica poderia ser aplicada ao controle ambiental, recompondo o caminho do gado até o frigorífico e verificando se alguma das fazendas por onde ele passou teve desmatamento ilegal. “A GTA possui um enorme potencial para ampliar o alcance a fornecedores indiretos”, conclui em seu estudo a *Proforest*. Mas para isso ocorrer, é preciso uniformizar o uso da versão digital desse documento – já que alguns estados ainda utilizam papel para registrar a transação – e, mais importante, que haja um esforço para conectar o histórico desses documentos a cada lote de animais levados aos matadouros. Hoje, a única GTA que chega aos frigoríficos é a da última fazenda por onde o gado passou.

Uma vez dado esse primeiro passo, outros sistemas públicos podem oferecer as informações complementares para identificar desmatamento ou trabalho escravo associado às fazendas mencionadas nas GTAs, assim como verificar se suas áreas se sobrepõem a unidades de conservação ou terras indígenas.

“O Brasil dispõe de todas as ferramentas necessárias para fazer o trabalho de combate ao desmatamento ilegal, à grilagem de terras. Todas as informações estão disponíveis, mas essa falta de integração é muito complicada. Nós construímos nestas últimas décadas um ferramental fantástico de informações, de inteligência de administração e governança, mas não os integramos”, lamenta Marcello Brito, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

A polêmica do sigilo

O problema é que embora os dados da GTA e do CAR existam e sejam públicos, seu acesso é restrito, o que inviabiliza a criação de um sistema transparente de consulta e checagem da origem do gado abatido na Amazônia brasileira. É por isso que até hoje os frigoríficos não avançaram no monitoramento do que acontece além das porteiras de seus fornecedores diretos, embora os acordos sejam claros na extensão de suas exigências, que incluem a cadeia completa, desde o nascimento dos bezerros até o abate.

“Quando um frigorífico recebe um carregamento de cabeças de gado para o abate, vai junto a GTA da última fazenda, aquela que está vendendo o lote. Então a empresa consegue verificar todos os dados daquela propriedade, fazer o mapeamento, a adequação ambiental.

Mas ela não recebe as GTAs das fazendas anteriores, que venderam para aquela última, porque a Adepará (Agência de Defesa Agropecuária do Pará) entende que cabe sigilo sobre esse documento”, explica o procurador da República Ricardo Negrini, do MPF do Pará.

Esse é o maior entrave para que as GTAs possam estar conectadas entre si. “Esses documentos contêm informações de caráter privado e são protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que impede a publicação destas GTAs”, informou o Ministério da Agricultura e Pecuária ao ((o))eco. Para entender a restrição, basta analisar o sistema do Ibama, que permite ao internauta consultar online todas as multas que o órgão aplica, incluindo o CPF ou CNPJ do autuado, o valor, o município e o detalhamento da infração.²¹ A lista de áreas embargadas é ainda mais específica e traz, inclusive, a localização da fazenda no mapa.

Nada disso acontece com a Plataforma de Gestão Agropecuária, do Governo Federal, na qual estão armazenadas as guias de trânsito emitidas pelos estados. A única consulta pública possível é a de autenticidade da GTA, mas para isso é preciso ter o código de barras do documento. Na Adepará também é assim, mas o número solicitado para consulta é o de série. Ou seja, é preciso conhecer de antemão a GTA a ser consultada, o que depende da colaboração do pecuarista. Para piorar só é possível checar uma GTA de cada vez.

Em 2015, o MPF emitiu uma recomendação à agência, pedindo transparência às GTAs, que deveriam ser disponibilizadas no formato de lista pública e em sua íntegra.²² O próprio Ministério da Agricultura e da Pecuária se comprometeu a dar transparência para o sistema de GTAs em seu plano de dados abertos na versão 2018/2019, mas recuou no último momento.²³

O argumento central para manter o acesso restrito reverbera a justificativa dos produtores rurais, de que a exposição desses dados implicaria “na revelação de transações comerciais que colocam em risco a segurança física e patrimonial dos produtores, de seus familiares e seus colaboradores, além de expor as estratégias de negócios, tanto para o mercado doméstico como para o mercado internacional, com riscos de prejuízos para as atividades da defesa agropecuária e às economias dos Estados.”

Cinco ferramentas para superar obstáculos

O impasse preocupa tanto ambientalistas como o agronegócio e as redes de varejo. De um lado, os defensores da natureza tentam evitar que a Amazônia perca sua capacidade de regeneração e se torne uma savana – coisa que está próxima de acontecer segundo cientistas.²⁴ Produtores rurais e indústrias estão pensando com a pressão de investidores internacionais, que calculam o impacto do desmatamento não apenas na imagem de seus negócios, mas também sobre sua rentabilidade. Já se sabe que empresas com maior risco socioambiental tendem a ser menos rentáveis e mais expostas a perdas financeiras. Por fim, os supermercados se preocupam com ameaças de boicote dos consumidores e, também, com sanções de investidores, quando suas redes são internacionais.

Foi a partir da convergência entre esses pontos de vista que nasceu, em 2015, o Grupo de Trabalho dos Fornecedores Indiretos (GTFI), reunindo todos esses segmentos ao redor da mesma mesa.²⁵ E as ideias começaram a aparecer. “Há praticamente um consenso de que a utilização das informações das GTAs, e sua integração com a base de dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), é a solução mais promissora para a rastreabilidade ambiental”, assegura Pedro Burnier, integrante da ONG Amigos da Terra e coordenador do GTPI.

Os debates no grupo levaram ao desenvolvimento de diversas ferramentas que trabalham a partir do conjunto de dados públicos já disponíveis e enfrentam a questão do sigilo das GTAs sob diferentes abordagens.

Visipecc é uma plataforma nascida do esforço conjunto entre *National Wildlife Federation* (NWF), Universidade de Wisconsin-Madison, *AudioVisual Preservation Solutions* (AVP) e Amigos da Terra. Esta ONG também integra um segundo grupo de instituições que estão envolvidas com o projeto Conecta: parcerias para a pecuária responsável. A iniciativa é liderada pela *Partnerships for Forests* (P4F), *The Nature Conservancy* e *Safetrace*, além de contar com o apoio do Sebrae e da consultoria CPQD, que desenvolvem uma solução para garantir a confidencialidade do sistema.

A terceira iniciativa é da empresa *NicePlanet*, que já presta consultoria para a Minerva no rastreamento dos fornecedores diretos – está inclusive desenvolvendo uma ferramenta de verificação para a empresa utilizar em suas operações no chaco paraguaio, onde a cobrança por conformidade socioambiental também cresce.²⁶

Além das soluções desenvolvidas pelo terceiro setor e empresas especializadas, as próprias indústrias de carne estão desenhando ou aperfeiçoando modelos semelhantes para ampliar a rastreabilidade – sempre com o uso de dados públicos já disponíveis. Marfrig e Minerva já anunciaram adesão às ferramentas das ONGs, enquanto a JBS optou por um sistema próprio, muito semelhante ao que propõe a plataforma do projeto Conecta. A Marfrig também decidiu retomar uma ideia antiga da casa, chamada *Request for Information* (RFI, em português, Pedido de Informação).

Técnica computacional ou colaboração

Em comum, as soluções postas sobre a mesa se baseiam em listas públicas de embargo e autuações por trabalho escravo, nos bancos de dados de áreas protegidas e em imagens de satélite do INPE para checar a conformidade socioambiental das propriedades. A consulta a esses sistemas é feita a partir das informações registradas nas GTAs e no CAR das propriedades.

A diferença é a forma de obtenção: enquanto o Visipecc utiliza inteligência computacional e automação para driblar os bloqueios e acessar os sistemas públicos da GTA e CAR, o projeto Conecta e a *NicePlanet*, assim como o RFI da Marfrig e a Plataforma Verde, da JBS, apostam no fornecimento dessas informações de forma voluntária pelos produtores.

“O pecuarista assina um compromisso e se disponibiliza a passar os dados que alimentam nossa base. São produtores que entendem o valor em manter a reserva legal da fazenda, então nossa plataforma empodera esse sujeito, para que ele possa tentar capitalizar isso a seu favor, ganhando poder de barganha nas negociações com os frigoríficos”, explica Luiz Henrique de Almeida, da P4F.

Obter os dados de GTA e CAR de forma voluntária foi a saída encontrada pela maioria das ferramentas para superar um impasse gerado pela escolha do Visipec em extrair as informações a partir de técnicas computacionais. A interpretação de que os dados não são obtidos de forma oficial, embora sejam oficiais, gera preocupação com o sigilo das informações, mesmo que os líderes da iniciativa se esforcem em esclarecer que nada fazem de ilegal.

“Embora o Visipec utilize os bancos de dados públicos, é importante ressaltar que a ferramenta não armazena todas as informações contidas nessas bases. Este é um equívoco comum. O Visipec conecta fornecedores indiretos e diretos a partir de informações sobre as propriedades, não sobre pessoas. É a mesma análise feita para verificações de conformidade usadas atualmente nos monitoramentos do CPP e do TAC. Isso significa que muitos dos problemas potenciais em torno dos dados pessoais confidenciais são irrelevantes ou podem ser facilmente gerenciados”, garante Simon Hall, da *National Wildlife Federation*, uma das ONGs envolvidas com o desenvolvimento da solução.

Embora não esteja livre de controvérsias, a técnica da raspagem de dados é também utilizada e defendida por pesquisadores. Foi com esse método que um grupo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), liderado pelo professor Raoni Rajão, revelou que ao menos 17% da carne brasileira exportada para a União Europeia foi produzida em áreas desmatadas nos estados do Pará e Mato Grosso. O estudo foi publicado na revista *Science*.²⁷

“O próprio MPF utiliza essas informações de CAR e GTA para checar as auditorias dos frigoríficos signatários do TAC”, corrobora Rajão. “Claro que não é simplesmente publicar os dados públicos brutos, porque isso pode causar reclamações. Mas é importante que os órgãos federais e estaduais, a academia, trabalhem com esse dado e entreguem as informações que a sociedade requer: basicamente, saber se há ou não desmatamento, e para isso não é necessário revelar os nomes das pessoas envolvidas”, complementa o pesquisador.

Por isso, uma das recomendações do estudo da Coalizão Brasil é que as ferramentas adotem estratégias que garantam a confidencialidade das informações, citando como

exemplo o uso da tecnologia blockchain – que está no coração das estratégias de monitoramento desenvolvidas pela P4F e pela JBS. É uma técnica que separa em blocos invioláveis de dados as informações de cada transação, aumentando sua segurança.

Adesão de pecuaristas é incerta

A dependência do fornecimento voluntário dos dados de GTA e CAR pelos próprios pecuaristas também acarreta suspeitas. É essa a aposta do projeto Conecta, da ferramenta do *NicePlanet* e dos sistemas próprios da JBS e da Marfrig. O diagnóstico da *Proforest* a respeito do *Request for Information*, da Marfrig, salienta que esse formato é restrito: permite chegar apenas um passo atrás da cadeia de fornecimento de gado. “Caso haja outros fornecedores intermediários entre a origem inicial (cria) e final (engorda), é possível que o sistema não alcance essas propriedades.”

O fato de retroceder apenas até o primeiro elo antes do fornecedor direto não é o principal problema, porque segundo os estudos do GTFI, 48% do desmatamento ocorre nessa parte da cadeia. Justamente por isso, poderá ser difícil convencer os fornecedores diretos a oferecerem os dados de suas compras, porque isso fatalmente reduzirá suas opções de negócio – já que terão que excluir todos os seus fornecedores com irregularidades ambientais.

É o que mostram as experiências já existentes. Apesar de efetiva no controle do desmatamento, a ferramenta da *NicePlanet* não conseguiu avançar a uma segunda etapa por falta de adesão de pecuaristas após três anos de testes. O próprio diretor-sócio da empresa, que também é criador de gado, recusou-se a aplicar o sistema em sua propriedade porque isso “dificultava” seu procedimento de compra: “Eu sou pecuarista de engorda e o animal magro é minha matéria-prima. Porque eu iria criar uma restrição para mim, encarecer [a compra], se isso não fosse me trazer nada, somente o resultado da pesquisa?”, admite Jordan Timo Carvalho.

O projeto Conecta não ignora esse problema, mas aposta em outras formas de atrair o pecuarista. Além de acreditar que a adesão ao sistema pode significar o “empoderamento” dos produtores que estão regulares, aumentando seu poder de negociação com os frigoríficos, o grupo de organizações formulou uma parceria com o Sebrae, que

oferece capacitação para fazendeiros melhorarem a gestão de suas propriedades e aumentarem a lucratividade da produção. “Para participar das atividades e treinamentos, há a condição de que esse produtor assine o compromisso de disponibilizar as informações que alimentam nossa base de dados”, explica Luiz Henrique de Almeida. Atualmente, o projeto já está em operação em fazendas de São Félix do Xingu no Pará, e 85 pecuaristas já assinaram o compromisso.

A JBS informou que a adesão à Plataforma Verde será obrigatória para todos os fornecedores diretos da empresa até 2025, mas acena com promessa de assistência técnica e jurídica para regularizar indiretos que tenham vontade de se incorporarem na cadeia. É também essa a principal aposta da Marfrig para convencer seus fornecedores.

O fato de os pequenos pecuaristas serem marginalizados por não terem condições de investir em tecnologia para readequação de suas fazendas acende outro alerta: eles podem acabar abastecendo frigoríficos menores, que estão fora dos acordos públicos e, no limite, são até irregulares. “Note que quanto mais qualidade é exigida do produtor rural, mais marginalizados ficam os produtores pequenos e médios, fomentando um mercado informal. A probabilidade desse produto ficar no mercado interno é imensa”, alerta Tacciano Custodio, chefe de Sustentabilidade da Minerva *Foods*.

“A complexidade da cadeia permite que produtores excluídos por irregularidades sempre encontrem compradores para seus animais, frustrando os objetivos dos sistemas de rastreabilidade”, complementa o diagnóstico da Coalizão Brasil.

É nessa lacuna que entra uma iniciativa que está sendo desenvolvida pela ONG Imaflora, que pretende dar maior transparência aos acordos setoriais de controle da origem da carne produzida na Amazônia. O “Boi na Linha” vai implementar protocolos de padronização das exigências feitas aos frigoríficos para poder comparar seu desempenho – coisa que hoje não é simples. “Queremos mostrar quem tem TAC assinado, quais plantas estão cobertas, se as empresas assinaram os acordos em mais de um estado e se estão fazendo auditorias”, explica Lisandro Nakaki de Souza, coordenador da iniciativa.

Análise de risco e mudança de mentalidade

Para o *Proforest*, o segredo para ampliar o controle da cadeia da pecuária não está em escolher apenas um dos métodos, mas em uma combinação entre todas as possibilidades existentes no Brasil. “O mais apropriado seria pensar em estratégias de rastreabilidade e monitoramento socioambiental adaptadas a diferentes especificidades”, sugere a *Proforest*. Exemplo: se o frigorífico faz suas compras em áreas com taxas elevadas de desmatamento, e onde se concentram pequenos produtores de cria com baixa produtividade, a rastreabilidade individual pode fazer diferença nos resultados. Mas essa técnica não precisa ser aplicada a fornecedores diretos de grande porte que estejam localizados em regiões com baixos índices de desmatamento.

Um modelo a ser seguido é o Sistema de Verificação de Legalidade da Madeira desenvolvido pela Bolsa Verde Rio, que cruza dados como capacidade produtiva de uma região com informações sobre multas aplicadas, imagens de satélite e auditorias de campo e, assim, identifica se uma compra apresenta risco maior ou menor de incluir madeira ilegal na carga. “Os procedimentos de verificação incluem a legalidade documental, a veracidade da informação e a consistência dos dados, identificando indícios de irregularidades ou fraudes”, assinala o estudo.

Os frigoríficos já estão lançando suas ferramentas de análise de risco. A Marfrig anunciou a criação de seu Mapa de Mitigação de Risco, e a Minerva promete ter o diagnóstico de sua cadeia fechado até o final deste ano. Enquanto isso, o MPF incorporou nas auditorias do TAC da Carne um cálculo de produtividade máxima para dificultar a lavagem de gado – quando o boi ilegal é vendido com o documento de uma fazenda regularizada.

Ao fim e ao cabo, o que está no horizonte da cadeia da pecuária brasileira estabelecida na Amazônia é uma mudança de mentalidade. “A indústria está entendendo que precisa atender à demanda, que quer um produto mais sustentável. Então o foco que hoje é de competição por fornecedores, vai ter que ser de qualidade do produto. Não precisam incluir esse atributo e passar a decidir as compras a partir dele, ao invés de estruturar a cadeia de fornecimento pelo preço mais barato ou pelo maior volume”, conclui Luiz Henrique de Almeida, da P4F.

Introdução

1. Disponível em: <https://imazon.org.br/boletim-do-desmatamento-sad/>

Capítulo 1

1. "Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens". Foi assim que o escrivão relatou, na sua famosa Carta de 22 de abril de 1500, a chegada da esquadra portuguesa na costa brasileira à Dom Manuel I, rei de Portugal. A Carta está disponível no Acervo Digital da Biblioteca Nacional, no endereço: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf

2. TAC: Acordo extrajudicial feito entre o Ministério Público e o responsável por determinada violação de direito coletivo (isto é, qualquer interesse de relevância social, como o meio ambiente, o consumo e a infância), em que este se compromete a ajustar a conduta danosa a fim de evitar as consequências de uma ação judicial.

3. "MPF requer multa de R\$ 3,8 milhões a frigoríficos que descumpriram acordo do Carne Legal no AM". Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/mpf-requer-multa-de-r-3-8-milhoes-a-frigorificos-que-descumpriram-acordo-do-carne-legal-no-am>

4. "Depois da madeira vem o gado: o desmatamento em Santo Antônio do Matupi". Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/depois-da-madeira-vem-o-gado-o-desmatamento-em-santo-antonio-do-matupi/>

Capítulo 2

1. N. E.: título original: "Os portões do desmatamento".

2. Barreto *et al.* "Os frigoríficos vão ajudar a zerar o desmatamento da Amazônia?", Imazon, Instituto Centro de Vida, 2017. (e-book) Disponível em: <http://imazon.org.br/publicacoes/os-frigorificos-vaoo-ajudar-o-desmatamento-da-amazonia/>

3. MERCADO DE PROTEÍNAS ALTERNATIVAS NO BRASIL. The Good Food Institute, 2018. Disponível em: http://gfi.org.br/wp-content/uploads/2018/10/GFI_prote%C3%ADnas_vegetais.pdf

4. BRASIL. Decreto-lei nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm

5. "The Expansion of the Economic Frontier and the Diffusion of Violence in the Amazon". Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4483676/>

6. Tabela com dados do desmatamento por município disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1QiwzFSfVOj9oAKu2oL7-i6596sBy-2QGTP_VHGDwHnA/edit#gid=1003794396

7. N. E.: Como visto no capítulo anterior, na reportagem "Depois da madeira vem o gado: o desmatamento em Santo Antônio do Matupi."

8. Revogado pelo presidente Jair Bolsonaro em agosto de 2020, o Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015 instituiu o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm#targetText=DECRETO%20N%C2%BA%208.447%2C%20DE%206,que%20he%20confere%20o%20art

9. Favareto *et al.* "Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba". Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6275/4808>

Capítulo 3

1. "O que é o Ibama". Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27857-o-que-e-o-ibama/>

2. Disponível em: <http://suldopara.com.br/>

3. Disponível em: <http://www.terras.agr.br/>

4. Barreto; Gibbs. "Como melhorar a eficácia dos acordos contra o desmatamento associado à pecuária na Amazônia?". Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/278966150_Como_melhorar_a_eficacia_dos_acordos_contra_o_desmatamento_associado_a_pecuaria_na_Amazonia

5. Disponível em: <http://www.uniec.com.br/>

6. Barreto *et al.* Disponível em: <http://www.imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/livros/Frigorificos%20e%20o%20desmatamento%20da%20Amaz%C3%B4nia.pdf>

7. Disponível em: <http://www.trase.earth/>

8. GREENPEACE. "Carne ao molho madeira". Disponível em: http://carneamolhomadeira.org.br/docs/relatorio_greenpeace_carne_ao_molho_madeira_nov2015.pdf

9. "MPF requer multa de R\$ 3,8 milhões a frigoríficos que descumpriram acordo do Carne Legal no AM". disponível em: <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/mpf-requer-multa-de-r-3-8-milhoes-a-frigorificos-que-descumpriram-acordo-do-carne-legal-no-am>

10. Wenzel. "Jogo de empurra mantém inércia do boi ilegal". Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/jogo-de-empurra-mantem-inercia-do-boi-ilegal/>

Capítulo 4

1. Ideia levada à frente no Projeto de Emenda Constitucional nº 21565/2012, de relatoria pelo então Ministro da Agricultura, o ex-senador Blairo Maggi. in Borges. "Comissão do Senado aprova PEC que derruba licenciamento ambiental para obras". Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-do-senado-aprova-pec-que-derruba-licenciamento-ambiental-para-obras,10000028489>

2. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/reducao-da-flona-do-jamxim-vitoria-da-especulacao-fundiaria/>

3. Capobianco. "O Feliz Natal dos especuladores da Amazônia". Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2016/12/23/o-feliz-natal-dos-especuladores-da-amazonia.htm>

4. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BR-163/Documentos%20Oficiais/Plano%20BR163%20Sustentavel%20Proposta%20final_%2029.01.2004.pdf

5. BRASIL. Medida Provisória nº 756, de 19 de dezembro de 2016. Altera os limites do Parque Nacional do Rio Novo, da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv756.htm

6. "Unidades de Conservação mais desmatadas da Amazônia Legal (2012-2015)". Disponível em: <https://amazon.org.br/unidades-de-conservacao-mais-desmatadas-da-amazonia-legal-2012-2015/>

7. Santini. "TCU aponta abandono de Unidades de Conservação da Amazônia". Disponível em: <https://www.oeco.org.br/blogs/oeco-data/27974-tcu-aponta-abandono-de-unidades-de-conservacao-da-amazonia/>

8. Castilho, A. L. *Partido da terra* como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

Capítulo 5

1. N. E.: ver capítulo 1: "O procurador que laçou o desmatamento".

2. O evento em questão foi a *Global Conference on Sustainable Beef 2016* (Conferência Global sobre a Carne Sustentável, português), no qual o então Diretor de Sustentabilidade da Marfrig S.A., Mathias Almeida, apresentou o relatório *Responsible Sourcing* (Abastecimento Responsável), que pode ser lido no endereço da web: https://grfsb.wildapricot.org/resources/Documents/GCSB%202016/Almedia_Mathias.pdf

3. Brasil. "Amazonas investiu R\$ 9,9 milhões em frigorífico durante eleições". Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/amazonas-investiu-r-99-milhoes-em-frigorifico-durante-eleicoes/>

4. Em 2019, a JBS parou de fornecer informações através deste sistema, conforme mostrado na reportagem "JBS reduz transparência sobre fazendas de pecuária". Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/jbs-reduz-transparencia-sobre-fazendas-de-pecuaria/>

5. Araújo et al. "Cidade e ambiente: territórios e alianças políticas do pós-ambientalismo". Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v33n95/0103-4014-ea-33-95-00067.pdf>

6. Assunção *et al.* "Crédito afeta desmatamento? Evidência de uma Política de Crédito Rural na Amazônia". Disponível em: <https://climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2013/01/Does-Credit-Affect-Deforestation-Executive-Summary-Portuguese.pdf>

7. Le Tourneau; Bursztyn. "Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental". Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n1/v13n1a08.pdf>

Capítulo 6

1. Barreto; Gibbs. "Como melhorar a eficácia dos acordos contra o desmatamento associado à pecuária na Amazônia?". Disponível em: http://amazon.org.br/PDFamazon/Portugues/livros/TACPecuaria_WEB.pdf

2. BRASIL. Decreto nº 838, de 24 de setembro de 2013. Estabelece normas para a concessão de licenças, autorizações, serviços ou outro tipo de benefício ou incentivo público aos empreendimentos e atividades situados em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.sembras.pa.gov.br/2013/09/25/decreto-no-838-de-24-de-setembro-de-2013-publicado-no-doe-no-32-488-de-25092013-caderno-1-pag-5/>

3. BRASIL. Decreto nº 1.052, de 16 de maio de 2014. Dispõe sobre a obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural - CAR-PA para a emissão da Guia de Transporte Animal no Estado do Pará - GTA e concessão

de outras licenças e serviços estaduais. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/pages/2014/2014.05.19.DOE.pdf>

4. BRASIL. Instrução Normativa Conjunta nº 001/2016 – SEMAS/ADEPARÁ. Dispõe sobre a vinculação da emissão da Guia de Transporte Animal no Estado do Pará (GTA) ao Cadastro Ambiental Rural (CAR-PA), integração de sistemas da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ) e da Secretaria de Estado do Pará (SEMAS), cronograma do processo de integração e dá outras providência.

Capítulo 7

1. "Auditoria de Conformidade de financiamentos públicos para agropecuária na Amazônia Legal" no processo nº 003.736/2014-8 do Tribunal de Contas da União (TCU). Disponível em: https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=9577:32:13307374460502::NO::P32_ID_NOTICIA,P32_ID_CATEGORIA:78541,542

2. GREENPEACE. "A farra do boi na Amazônia". Disponível em: <http://greenpeace.org.br/gado/farradobo-inaamazonia.pdf>

3. Conforme dados da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), em "Aportes e contribuições em planos de previdência crescem 16,9% e chegam à marca de R\$ 126,4 bilhões em 2019". Disponível em: <https://fenaprevi.org.br/noticias/aportes-contribuicoes-em-planos-de-previdencia-crescem.html>

4. BRASIL. Art. 8º da Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014: "As instituições mencionadas no art. 1º devem estabelecer critérios e mecanismos específicos de avaliação de risco quando da realização de operações relacionadas a atividades econômicas com maior potencial de causar danos socioambientais". A resolução dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas pelas instituições financeiras no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental.

5. Roxo. "Pra quem gosta de churrasco...". Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/acoes/relatorios/pra-quem-gosta-de-churrasco/>

6. Mendes. "JBS tem lucro recorde de R\$ 6 bi". Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/03/25/jbs-tem-lucro-recorde-de-r-6-bi.ghtml>

7. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1QydT5I05XAY30Z2xl0VMI-84YT6pnNSm/view>

8. "Leading Global Investors Managing \$ 6.4 Trillion Call on Companies to Eliminate Deforestation in South American Cattle Production". Disponível em: <https://www.ceres.org/news-center/press-releases/leading-global-investors-managing-64-trillion-call-companies-eliminate>

9. "Mapping the deforestation risk of Brazilian beef exports". Disponível em: <http://resources.trase.earth/documents/infobriefs/TraseInfobrief8En.pdf>

10. Disponível em: <https://www.escolhas.org/en/dz/>

11. Vick. "Como o desmatamento pode levar a Amazônia ao colapso". Disponível em: <https://www.nexo-jornal.com.br/expresso/2019/11/23/Como-o-desmatamento-pode-levar-a-Amaz%C3%B4nia-ao-colapso>

12. "Money to burn". Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/forests/money-to-burn-how-iconic-banks-and-investors-fund-the-destruction-of-the-worlds-largest-rainforests/>

13. "Grandes Números IRPF – Ano-Calendário 2017, Exercício 2018". Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/relatorio-gn-ac-2017.pdf#page=14>

14. Heal; Wasley. "Queimadas na Amazônia são 3 vezes mais comuns em áreas próximas a frigoríficos".

- Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/12/%EF%BB%BFqueimadas-na-amazonia-sao-3-vezes-mais-comuns-em-areas-proximas-a-frigorificos/>
15. Conforme dados da plataforma TradingView. Disponível em: <https://br.tradingview.com/symbols/BMFBOVESPA-JBSS3/>
16. Mendes. "Noruega exclui JBS de aportes de fundo de pensão do governo". Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2018/07/11/noruega-exclui-jbs-de-aportes-de-fundo-de-pensao-do-governo.ghtml>
17. "J&F fecha acordo de leniência por R\$ 10,3 bilhões, diz MPF". Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/jf-fecha-acordo-de-leniencia-com-mpf-por-r-103-bilhoes-diz-mpf.ghtml>
18. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/jbs-corruption/update-1-misled-shareholders-in-brazils-jbs-seek-270-mln-damages-idUSL1N2BB2Q10>
19. Vasconcellos; Chiaretti. "Desmate na Amazônia ameaça acordo com UE". Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/03/04/desmate-na-amazonia-ameaca-acordo-com-ue.ghtml>
20. Said. "Governo corta R\$ 184,4 milhões do orçamento do Meio Ambiente para 2021". Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/meio-ambiente/governo-corta-r-1844-milhoes-do-orcamento-do-meio-ambiente-para-2021/>
21. Wenzel *et al.* "Com R\$ 2,2 bi, BlackRock tem bala de prata para frigoríficos que desmatam Amazônia". Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/com-r-22-bi-blackrock-tem-bala-de-prata-para-frigorificos-que-desmatam-amazonia/>
22. Barreto *et al.* "Os frigoríficos vão ajudar a zerar o desmatamento na Amazônia?". Disponível em: <https://amazon.org.br/PDFamazon/Portugues/livros/Frigorificos%20e%20o%20desmatamento%20da%20Amaz%C3%B4nia.pdf>
23. Disponível em <https://www.abp.nl/english/about-us.aspx>
24. "Parlamento da Holanda aprova moção contra acordo Mercosul-UE por preocupação com Amazônia e concorrência agrícola". Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/06/04/parlamento-da-holanda-aprova-mocao-contra-acordo-mercosul-ue-por-preocupacao-com-amazonia-e-concorrenca-agricola.ghtml>
25. BRASIL. Roteiro de atuação: desmatamento. Brasília: MPF, 2015. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/roteiro-atuacoes/docs-cartilhas/desmatamento.pdf>
26. ABRAPP, SINDAPP. "Consolidado estatístico". Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1W4yo-73VHRYTCugJoYsxl8ZRKsa0r41Sf/view?usp=sharing>
27. FUNCEF. Relatório Anual de Informações 2019. disponível em: <https://www.funcef.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8A80EB737382EA0173921373835942&inline=1#page=30>
28. Wenzel et al. "Chancela da bolsa de valores atrai investimentos milionários para empresas com risco de desmatamento". Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/chancela-da-bolsa-de-valores-atrui-investimentos-milionarios-para-empresas-com-risco-de-desmatamento/>
29. BRASIL. Resolução n° 4.661, de 25 de maio de 2018. Dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1telyOxWr2J7Vg3pUJd0MFMiCapU44F0w/view?usp=sharing>
30. BRASIL. Instrução PREVIC n° 6, de 14 de novembro de 2018. Dispõe sobre a operacionalização de procedimentos previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional que trata das diretrizes de apli-

cação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1KOVp_101kfB-mAQKyZwgp_wZWKvE3WlQJ/view?usp=sharing

31. The Good Country Index. Disponível em: <https://www.goodcountry.org/index/results/#NLD>

32. FAO. Key facts and findings. Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/en/item/197623/icode/>

33. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1A-VL8Oy0Ypr4iuDTxr-k_Fb_iu_5bNNJ/view

34. ABP. Sustainable and responsible investment 2019. Report. Disponível em: <https://www.abp.nl/images/abp-sustainable-and-responsible-investing-report-2019.pdf>

35. Disponível em: <https://www.pfzw.nl/over-ons/zo-beleggen-we/hoewe-duurzaam-beleggen.html>

36. Wenzel *et al.* "Frigoríficos, desmatamento e Amazônia: o próximo coronavírus pode nascer no Brasil". Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/frigorificos-desmatamento-e-amazonia-o-proximo-coronavirus-pode-nascer-no-brasil/>

37. N. E.: Como veremos no próximo capítulo.

38. Disponível em: <https://www.unpri.org/>

39. Wenzel. "Entrevista: banco europeu retira investimento de R\$ 240 milhões da JBS". Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/exclusivo-banco-europeu-retira-investimento-de-r-4-milhoes-da-jbs/>

40. Mendes. "Noruega exclui JBS de aportes de fundo de pensão do governo". Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2018/07/11/noruega-exclui-jbs-de-aportes-de-fundo-de-pensao-do-governo.ghtml>

41. Nakagawa. "Fundo soberano norueguês tira R\$ 15 bi de ações brasileiras e foge da renda fixa". Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/08/19/fundo-soberano-noruegues-tira-r-15-bi-de-acoes-brasileiras-e-foge-da-renda-fixa>

42. Disponível em: <https://www.cdpq.com/en/about-us/clients>

43. Wenzel *et al.* "Frigoríficos, desmatamento e Amazônia: o próximo coronavírus pode nascer no Brasil". Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/frigorificos-desmatamento-e-amazonia-o-proximo-coronavirus-pode-nascer-no-brasil/>

44. MERCER. "Increase in European pensions schemes prioritising climate change investment risk". Disponível em: <https://www.uk.mercer.com/newsroom/new-mercerc-survey-shows-significant-jump-in-european-pensions-schemes.html>

45. "Bolsonaro desvia Brasil de ação climática, diz análise internacional". Disponível em: <https://www.oeco.org.br/noticias/bolsonaro-desvia-brasil-de-acao-climatica-diz-analise-internacional/>

46. Prizibisczki. "Amazônia perdeu área equivalente a 8 cidades do RJ entre 2018 e 2019, aponta sistema Prodes". Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/amazonia-perdeu-area-equivalente-a-8-cidades-do-rj-em-2019-aponta-sistema-prodes/>

47. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO_18_1424

48. EUROPEAN COMMISSION. Frequently asked questions: Action Plan on financing sustainable growth. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/seeg-8-analise-das-emissoes-brasileiras-de-gases-de-efeito-estufa-e-suas-implicacoes-para-metas-de-clima-brasil-1970-2019/>

49. Disponível em: <http://adaptaclima.mma.gov.br/conteudos/63>

50. CVM. "Instrução CVM 552". Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst552.html>
51. JBS. "Formulário de Referência - 2019 - JBS S.A.". publicado em 31 dez. 2019. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/043a77e1-0127-4502-bc5b-21427b991b22/74fc7c74-7ff7-4c75-beea-13e3792b69f6_96483_020575_25082020180841.pdf
52. BRASIL. Resolução nº 3545. Altera o MCR 2-1 para estabelecer exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia. BCB, 2008. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2008/pdf/res_3545_v1_O.pdf
53. Disponível em: <http://apps.mpf.mp.br/aptusmpf/index2#/detalhe/920000000000011822015?modulo=0&sisistema=portal>
54. Ação Civil Pública nº 0019847-28.2016.4.01.3600.
55. BRASIL. Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20471202/do1-2017-03-01-resolucao-n-4-557-de-23-de-fevereiro-de-2017-20471020
56. Disponível em: <https://www.blackrock.com/br/larry-fink-ceo-letter>
57. Disponível em: <https://www.amecbrasil.org.br/stewardship/codigo/>
58. Disponível em: <http://sistemas.abrapp.org.br/apoio/autorregulacao/>
59. Disponível em: <http://www.abrapp.org.br/GuiasManuais/10.pdf>
60. ANBIMA. "Cresce o engajamento das instituições financeiras com a sustentabilidade". Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/imprensa/cresce-o-engajamento-das-instituicoes-financeiras-com-a-sustentabilidade-2CA08A87679DD57F0167EA5434E54F34.htm
61. Em julho de 2020, o vice-presidente Hamilton Mourão se reuniu com representantes de fundos de investimento do exterior que mostraram preocupação com a política ambiental brasileira. In "Investidores pressionam Mourão por resultados no combate ao desmatamento". Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/investidores-pressionam-mour%C3%A3o-por-resultados-no-combate-ao-desmatamento/a-54118269>
62. Barreto *et al.* "Os frigoríficos vão ajudar a zerar o desmatamento na Amazônia?". Disponível em: <https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/livros/Frigorificos%20e%20o%20desmatamento%20da%20Amaz%C3%B4nia.pdf>
63. DW Brasil. "Majores bancos privados do Brasil se unem em defesa da Amazônia". Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/majores-bancos-privados-do-brasil-se-unem-em-defesa-da-amaz%C3%B4nia/a-54276966>
64. Vilela. "Decreto proíbe queimadas em todo o Brasil por 120 dias". Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-07/decreto-proibe-queimadas-em-todo-o-brasil-por-120-dias>
65. N. E.: Os valores desta reportagem foram atualizados pela inflação até outubro de 2020.
66. Benites. "Descaso no Pantanal e Amazônia ameaça negócios do Brasil enquanto Governo se isenta de responsabilidade". Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-16/descaso-no-pantanal-e-amazonia-ameaca-negocios-do-brasil-enquanto-governo-se-isenta-de-responsabilidade.html>
67. Passarinho. "Como política ambiental de Bolsonaro afetou imagem do Brasil em 2019 e quais as consequências disso". Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50851921>

68. "Monitoramento Socioambiental da Pecuária no Brasil", Proforest (2017). Disponível em: <https://proforest.net/pt/publications/monitoramento-socioambiental-da-pecuaria-no-brasil>
69. Rajão *et al.* "The rotten apples of Brazil's agribusiness". Science, 17 jul 2020: Vol. 369, Issue 6501, pp. 246-248. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/369/6501/246>
70. DW Brasil. "Parlamento Europeu alerta contra acordo UE-Mercosul". Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/parlamento-europeu-alerta-contra-acordo-ue-mercosul/a-55190576>
71. Vieira. "Marfrig lança plano para rastrear 100% da cadeia produtiva até 2030". Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/marfrig-lanca-plano-para-rastrear-100-da-cadeia-produtiva-ate-2030/>
72. Freitas. "JBS vai rastrear fornecedores indiretos na Amazônia em 5 anos", Disponível em: <https://br.financas.yahoo.com/noticias/jbs-vai-rastrear-fornecedores-indiretos-124913320.html?guccounter=1>
73. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/campo-grande.html>
74. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/19X91t-y04ptPlzeVUUypSpdmSki2xZNS/view?usp=sharing>
75. BNDES. Fluxo de caixa das operações de renda variável (2012-2020). Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/renda-variavel/fluxo-evolucao-carreira-renda-variavel>
76. BNDES. Perguntas e respostas sobre operações do BNDES com a JBS. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/perguntas-respostas/perguntas-respostas-sobre-apoio-bndes-JBS>
77. Mungioi. "O desenvolvimentismo possível?: política de campeões nacionais e inserção internacional do Brasil em inícios do século XXI". Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/17400>
78. INSTITUTO ESCOLHAS. "Do pasto ao prato: subsídios e pegada ambiental da carne bovina". Disponível em: <https://www.escolhas.org/do-pasto-ao-prato-subsidios-e-pegada-ambiental-da-carne-bovina/>

Capítulo 8

1. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Documentos/Farra-do-Boi-na-Amazonia/>
2. GREENPEACE. "Carne ao molho madeira". Disponível em: <http://carneamolhomadeira.org.br/>
3. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/carrefour-anuncia-plataforma-para-boicotar-carne-vinculada-a-desmatamento-ilegal/>
4. Barreto; Gibbs. "Como melhorar a eficácia dos acordos contra o desmatamento associado à pecuária na Amazônia?". Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/278966150_Como_melhorar_a_eficacia_dos_acordos_contra_o_desmatamento_associado_a_pecuaria_na_Amazonia
5. *Ibidem*.
6. CLIMATE SUMMIT 2014. "Declaração de Nova York sobre florestas". Disponível em: https://www.nydglobalplatform.org/wp-content/uploads/2018/11/New-York-Declaration-on-Forests_Declaration_2018_Portuguese.pdf
7. RÁDIO SENADO. "Brasil não assina "Declaração de Nova York sobre Florestas". Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-nao-assina-declaracao-de-nova-york-sobre-florestas>
8. Disponível em: <https://youtu.be/FQx15rLm-IY>
9. Video do anúncio disponível em: <https://youtu.be/uYBNPY7xnjM>

10. Disponível em: <https://www.marfrig.com.br/pt/sustentabilidade/plano-marfrig-verde>
11. Valente. "Embaixadores europeus alertam governo Bolsonaro que desmate abala negócios". Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/09/16/embaixadores-europeus-politica-ambiental-governo-bolsonaro.htm>
12. Wenzel. "Entrevista: banco europeu retira investimento de R\$ 240 milhões da JBS". Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/exclusivo-banco-europeu-retira-investimento-de-r-4-milhoes-da-jbs/>
13. Wenzel. "Investidor cobra Brasil por desmatamento: 'Para confiar, precisamos ver ações práticas'". Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/investidor-cobra-brasil-por-desmatamento-para-confiar-precisamos-ver-acoes-praticas/>
14. GREENPEACE. "Como o desmatamento e a criação de gado têm ameaçado a biodiversidade brasileira". Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/biodiversidade/como-o-desmatamento-e-a-criacao-de-gado-tem-ameacado-a-biodiversidade-brasileira/>
15. Campos; Barros. "O 'boi pirata' criado em terra indígena e a conexão com os frigoríficos Marfrig, Frigol e Mercúrio". Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/boi-pirata-criado-em-terra-indigena-e-a-conexao-com-frigorificos-marfrig-frigol-mercúrio/>
16. Barreto *et al.* "Os frigoríficos vão ajudar a zerar o desmatamento na Amazônia?". Disponível em: <https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/livros/Frigorificos%20e%20o%20desmatamento%20da%20Amaz%C3%B4nia.pdf>
17. VISIPEC. "Visualizando as cadeias de fornecimento da pecuária brasileira para melhorar a rastreabilidade e fortalecer o monitoramento do desmatamento". Disponível em: https://www.visipec.com/wp-content/uploads/2020/02/Sumario_Executivo.pdf
18. CNA/Senar. "O desafio de rastreabilidade individual bovina". Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/assets/arquivos/Desafio_RASTREABILIDADE_eBOOK3.pdf
19. COALIZÃO BRASIL. "A rastreabilidade da cadeia da carne bovina no Brasil: desafios e oportunidades". Relatório final e recomendações. Disponível em: http://www.coalizaobr.com.br/boletins/pdf/A-rastreabilidade-da-cadeia-da-carne-bovina-no-Brasil-desafios-e-oportunidades_relatorio-final-e-recomendacoes.pdf
20. BRASIL. Instrução Normativa Nº 48, de 14 de Julho de 2020. Aprova as diretrizes gerais para a vigilância da febre aftosa com vistas à execução do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PNEFA). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-48-de-14-de-julho-de-2020-266804871>
21. Disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>
22. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/amazonia-legal/transparencia-das-informacoes-ambientais/docs-recomendacoes/Recomendacao_ADEPARA.pdf
23. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/dadosabertos/arquivos-raiz/SEI_MAPA7022860NotaTcnica_SDA.pdf
24. Hanbury. "Cientistas alertam: devastação da Amazônia está próxima de um ponto irreversível". Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2020/02/cientistas-alertam-devastacao-da-amazonia-esta-proxima-de-um-ponto-irreversivel/>

25. AMIGOS DA TERRA. "GTFI: produtores, varejo e indústria se reúnem para discutir propostas de monitoramento". Disponível em: <https://amigosdaterra.org.br/gtfti-produtores-varejo-e-industria-se-reunem-para-discutir-propostas-de-monitoramento/>
26. Hofmeister. "Frigorífico cresce com ajuda do Banco Mundial, mas falha em reduzir impacto na Amazônia". Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2020/07/frigorifico-cresce-com-financiamento-do-banco-mundial-mas-falha-em-reduzir-os-impactos-na-amazonia/>
27. Rajão *et al.* "The rotten apples of Brazil's agribusiness". Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/369/6501/246>

Autores



Aldem Bourscheit

Jornalista há mais de duas décadas cobrindo questões ambientais e sociais no Brasil e no exterior, especialmente temas como conservação e recuperação de ambientes naturais, a situação, implantação e ameaças aos parques nacionais e outras áreas protegidas, os impactos que obras e políticas públicas e privadas têm sobre as populações indígenas e tradicionais, o uso econômico dos recursos naturais, bem como as características, métodos e efeitos colaterais do tráfico de vida selvagem. Já recebeu prêmios nacionais e internacionais por sua atuação jornalística de instituições como Reuters e UICN - União Internacional para Conservação da Natureza, Sociedade Interamericana de Imprensa, Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul e Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel. É membro da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental e da Comissão de Educação e Comunicação da UICN.



Bárbara Mengardo

Natural de São Paulo e formada em jornalismo pela PUC-SP, Bárbara Mengardo mora em Brasília desde 2014. Especializada na cobertura do Judiciário, dos tribunais superiores e do sistema tributário brasileiro, atualmente é Editora de Tributos do site Jota.info. Antes de atuar no JOTA passou pelas redações do *Valor Econômico* tanto de Brasília quanto de São Paulo, e foi repórter da extinta revista *Caros Amigos*.



Bernardo Camara

Bernardo Camara é jornalista formado pela PUC-Rio. Desde 2007 dedica-se a temas ambientais e de direitos humanos. Viveu por quatro anos na Amazônia, colaborou como repórter, produtor ou fotógrafo em documentários, exposições, livros e outros trabalhos, para projetos e ONGs como O Eco, Greenpeace, Instituto Socioambiental (ISA), Funbio, Colabora etc.



Eduardo Pegurier

Economista com graduação na PUC-Rio e mestrado na Universidade George Mason, Virginia. Foi editor de ((o))eco entre 2012 e 2018. Começou a escrever para ((o))eco em agosto de 2004, como colunista, depois repórter e editor. Tem contribuições para as revistas *Exame*, *Super Interessante* e 'Notícia, Opinião e ponto'. Gosta de urbanidade e meio ambiente; 'Ótimo de Pareto' e ganhos de troca; além de gadgets. Tem fé que a humanidade pode continuar a melhorar.



Fernanda Wenzel

Fernanda Wenzel é jornalista especializada em temas ambientais e trabalha com ((o))eco desde 2018. Neste período, esteve diversas vezes na Amazônia para mostrar in loco os efeitos da pecuária sobre a biodiversidade e os povos tradicionais. Mais recentemente, se debruçou sobre os elos menos visíveis desta cadeia produtiva, investigando como o mercado financeiro estimula a derrubada da floresta. Fernanda Wenzel é repórter freelancer, bolsista do *Rainforest Journalism Fund* e escreve para veículos de comunicação como o *The Intercept Brasil*, Agência Pública, *Mongabay*, CNN Internacional, *Valor Econômico* e *Revista Piauí*.



Juliana Lopes

Fundadora da PulsarCom *o ritmo natural da vida*, Juliana é gestora ambiental e jornalista, com MBA em Marketing e Mestrado em Administração, com foco em sustentabilidade. Desde 2004 atua em projetos de educação, comunicação e advocacy para mudanças estruturais visando uma cultura regenerativa. Foi editora-assistente da Revista *Ideia Sustentável* e colunista de sustentabilidade da *Gazeta Mercantil*. Juliana também atua como consultora para temas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) e pesquisadora, com artigos em publicações nacionais e internacionais sobre Licença Social Para Operar, Desenvolvimento Local e Sustentabilidade



Juliana Tinoco

Juliana Tinoco é jornalista multimídia especializada na cobertura de Meio Ambiente, Ciência e Direitos Humanos. Por 15 anos vem reportando sobre mudanças climáticas, sustentabilidade, desmatamento e os conflitos pelos recursos naturais no Brasil, além de atuar com desenvolvimento de estratégias de comunicação, engajamento e advocacia, articulação e formação de parcerias e cooperação internacional. Atualmente lidera o trabalho de relações externas e produção de conhecimento do *Partnerships for Forests* (P4F) na América Latina, programa do governo do Reino Unido que visa o desenvolvimento econômico sustentável em áreas de florestas a partir do suporte a iniciativas comerciais – de grandes cadeias do agronegócio a negócios de base comunitária. Juliana é mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela *London School of Economics and Political Science* (LSE).



Naira Hofmeister

Naira Hofmeister atua como jornalista freelancer desde 2006, sempre baseada em Porto Alegre. Ao longo de sua trajetória profissional cobriu o cotidiano social, político e econômico e escreveu matérias de fôlego em mais de 30 veículos diferentes, no Brasil e no mundo. Em produções recentes, a temática ambiental e de direitos humanos tem se destacado através de reportagens investigativas e de contexto para veículos como *Mongabay*, *O Eco*, *The Intercept Brasil*, Agência Pública e *Deutsche Welle*. Em 2020, foi uma das nove bolsistas de Jornalismo de Soluções da *Fundación Gabriel García Márquez para el Nuevo Periodismo*. Seu trabalho já foi reconhecido com o Prêmio de Direitos Humanos de Jornalismo, o Prêmio de Jornalismo da Justiça Eleitoral e em mais de uma ocasião, pelo Prêmio da Associação Rio Grandense de Imprensa (ARI).



Paulo Barreto

Paulo Barreto avalia há 31 anos quais são as forças que estimulam o desmatamento e a conservação da Amazônia. Isso incluiu pesquisas sobre a exploração de madeira, pecuária, direito ambiental, políticas florestais e fundiárias. Paulo publicou mais de 100 estudos, incluindo artigos científicos, relatórios técnicos, livros, capítulos de livros e pareceres sobre políticas. Até fevereiro de 2021, suas publicações foram citadas cerca de 6.000 vezes de acordo com o Google Scholar. Além disso, suas opiniões e dados foram citados centenas de vezes pelas principais mídias internacionais e nacionais. Ele tem apresentado seus estudos em audiências públicas para gestores públicos e em seminários acadêmicos e eventos com o setor privado e a sociedade civil. Paulo Barreto é pesquisador associado do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), engenheiro florestal pela Universidade Rural da Amazônia, em Belém, e mestre em ciências florestais pela universidade Yale (EUA).



Pedro Papini

Pedro Papini utiliza a ciência de dados para analisar documentos, dados e informações públicas que obtém em portais da Transparência, em bancos de dados e através da Lei de Acesso à Informação. Autodidata, vem atuando em parceria com jornalistas investigativos desde o início de 2019 e já publicou reportagens para O Eco, Agência Pública, *Matinal Jornalismo* e *Mongabay*.



Piero Locatelli

Piero Locatelli é jornalista com 12 anos de experiência na área de política e direitos humanos. Seu trabalho foi publicada em diversos veículos nacionais (UOL, *CartaCapital*, *Folha de S. Paulo*) e internacionais (*The Intercept*, *The Guardian*). É mestre em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC).

Coordenação

Paulo André Vieira
e Marcio Isensee e Sá

Curadoria e organização

Rafael Ferreira

Projeto gráfico e capa

Julia Lima

Diagramação

Laura Levín

Assistente de design

Gabrielly Pereira

Revisão

Eliane Hatherly Paz

Produção



parceria



apoio



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sob a pata do boi : como a Amazônia vira pasto /
[organização Rafael Ferreira ; coordenação Paulo
André Vieira, Marcio Isensee e Sá]. --
Rio de Janeiro : Associação O Eco, 2021.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-991626-1-9

1. Amazônia 2. Crimes contra o meio ambiente
3. Desmatamento - Brasil - Amazônia 4. Florestas -
Amazônia 5. Pecuária - Brasil 6. Políticas públicas
7. Reportagens investigativas I. Ferreira, Rafael.
II. Vieira, Paulo André. III. Sá, Marcio Isensee e.

21-62750

CDD-304.2809811

Índices para catálogo sistemático:

1. Amazônia : Florestas : Desmatamento : Aspectos
sociais 304.2809811

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427